

**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Departamento de Sociologia**

Renata da Silva Nóbrega

*Contra as invasões bárbaras, a humanidade.
A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj)
contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço e co-orientação do Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24 de abril de 2008.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Luiza M. Zhouri (titular – UFMG)

Prof. Dr. Mauro de Mello Leonel Júnior (titular – USP/EACH)

**Campinas, SP
Agosto, 2008**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

N669c Nóbrega, Renata da Silva
“Contra as ‘invasões bárbaras’, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia” / Renata da Silva Nóbrega. - Campinas, SP: [s. n.], 2008.

Orientador: Fernando Antônio Lourenço.
Co-Orientador: Arsênio Oswaldo Sevá Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Índios Arara. 2. Índios Gaviões. 3. Movimentos sociais. 4. Rondônia – Conflitos sociais. 5. Ji-Paraná, Rio (RO) – Barragem. I. Lourenço, Fernando Antônio. II. Sevá Filho, Arsênio Oswaldo. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: “Against the barbarian invasions, humanity: Arara (Karo) and Gavião (Ikólóéhj) indigenous people against hydroelectric projects of Machado’s River, in Rondônia, Brazil”

Palavras chaves em inglês (keywords): Arara Indians
Gaviões Indians
Social movements
Rondônia – Social conflicts
Ji-Parana, Rio (RO) - Barrage

Área de Concentração: Sociologia, Trabalho, Cultura e Ambiente

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Fernando Antônio Lourenço, Andréa Luisa Moukhaíber Zhouri, Mauro de Mello Leonel Júnior

Data da defesa: 24-04-2008

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Renata da Silva Nobrega

**“Contra as invasões bárbaras, a humanidade.
A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos
hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço e Co-orientação do Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/04/2008.

BANCA:

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço (Orientador)

Prof. Dr. Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

Prof. Dr. Mauro de Mello Leonel Júnior

Suplentes:

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos

Prof. Dr. Emília Pietrafesa de Godói

Abril / 2008

200824340

Resumo

A dissertação trata da luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. Esta mobilização foi iniciada nos anos 80 contra o projeto da Usina Ji-Paraná, suspenso em 1993, e permanece até os dias atuais, com a retomada do projeto da Usina Tabajara. Frente às estratégias da ELETRONORTE para a viabilização destes projetos hidrelétricos, baseadas no mascaramento do seu potencial de destruição e no silenciamento da mobilização popular contrária às barragens, os Arara e os Gavião têm se empenhado em denunciar esta tentativa de expropriação de seu território e de violação de seus direitos. A mobilização indígena tem implicações políticas que extravasam a luta anti-barragem e se configura em uma “política cultural”, tal como proposto por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), na medida em que os Arara e os Gavião contestam as noções dominantes de acerca do “desenvolvimento” e da “natureza” implicadas nos projetos hidrelétricos do Rio Machado e reivindicam para si uma condição de igualdade perante os brancos. Para estes povos indígenas, a luta anti-barragem tem se constituído em um espaço privilegiado de exposição de suas demandas e de questionamento da condição subalterna atribuída a eles pelos brancos, se configurando em luta por reconhecimento e autonomia, na qual o território é parte fundamental.

Palavras-chave: Índios Arara (Karo); Índios Gaviões (Ikólóéhj); Rondônia – conflitos sociais; movimentos sociais; Rio Ji-Paraná - barragem.

Abstract

The dissertation deals with the struggle of Arara (Karo) and the Gavião (Ikólóéhj) indigenous people against hydroelectric projects of Machado's River, in Rondônia, Brazil. This mobilization was initiated in the 80's against the project of Usina Ji-Paraná, suspended in 1993, and remains until the present day, with the resumption of the project of Usina Tabajara. Front to ELETRONORTE strategies for enabling these hydroelectric projects, based on the masking of its potential for destruction and the silencing of the popular mobilization against the dams' projects, the Arara and Gavião has been determined to denounce this attempt to expropriation of its territory in violation of their rights. The mobilization indigenous policies have implications beyond the anti-dam and is configured in a "cultural policy", as proposed by Alvarez, Dagnino and Escobar (2000), to the extent that Arara and Gavião contest the dominant notions of about the "development" and "nature" involved in hydroelectric projects in Machado's River and claim for itself a condition of equality before the “whites”. For these indigenous people, the anti-dam struggle has been made in a privileged space of exposure of their demands and of questioning the condition subordinate assigned to them by whites, are setting up in fight for recognition and autonomy, in which the territory is a fundamental part.

Key-words: Indians Arara (Karo); Indians Gavião (Ikólóéhj); Rondônia – social conflicts; social movements; Ji-Paraná's River - barrage.

Para Sônia e Antônio, meus pais.

*Para Pedro Agamenon Arara
e Heliton Tinhawambá Gavião.*

Em memória de Carlos Tavares dos Passos, Carlinhos.

*“Eu quero o Rio Machado continuando do jeito que está aí.
Pra eu preservar minha cultura, minha história.
Eu não quero outra água não.
Eu quero a mesma água.
Eu quero achar a mesma pedra.
Eu quero desviar da mesma pedra que está no meio do rio.
Eu não quero outra água em cima daquela pedra, não.”*
Catarino Sebirop Gavião

Agradecimentos

Sou grata:

Aos Arara e aos Gavião, pelo voto de confiança na realização desta pesquisa. Agradeço pelo acesso às aldeias e pelas recepções sempre calorosas, regadas à *makaloba*, e à sua disposição em “se darem a conhecer” durante a pesquisa.

A Catarino Sebirop Gavião, pelas fotos e pela colaboração para que a história aqui contada fosse registrada.

A Pedro Agamenon Arara, pelo exemplo de resistência e pela acolhida,

A Heliton Tinhawambá Gavião, pela amizade e por me guiar durante a pesquisa.

A Célio Nakyt Arara, Ernane Nakaxiõp Arara, Heliton Tinhawambá Gavião, Iran Kávsona Gavião, Ronaldo Nakaxaxing Arara, Ruty Arara, Sebastião Kara`yã péw Arara Gavião e Zaquel Yayorõk Arara, pela ajuda com a tradução e transcrição dos textos indígena.

A Fernando Antônio Lourenço, orientador, agradeço por aceitar o risco e por fazer o caminho até este texto muito mais tranqüilo. Sua participação foi bem maior do que acredita. A Arsênio Oswaldo Sevá Filho, co-orientador, sou grata por acompanhar esta pesquisa desde o começo, antes mesmo de pensarmos em orientação e pelo “socorro” prestado em Rio Branco, às vésperas do exame de qualificação e depois, com o exemplar de defesa, especialmente pela ajuda com o título. Aos dois, agradeço pela liberdade na condução da pesquisa e pelas contribuições ao texto, especialmente pela solicitude em revisar, corrigir e propor alterações, mesmo com prazos apertados.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado que permitiu a minha dedicação exclusiva à pesquisa.

Ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, pelo auxílio financeiro durante a pesquisa de campo.

A Christin, da Secretaria de Pós-Graduação da Sociologia, por resolver as burocracias necessárias.

A José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, pelas primeiras orientações e reflexões que resultaram nesta pesquisa e pelo carinho.

A Mauro William de Almeida e Laymert Garcia dos Santos, pelas sugestões durante o exame de qualificação, e à Andrea Zhouri, pela leitura crítica e sugestões apresentadas na defesa.

Ao Movimento de Atingidos por Barragem, por me receberem em seu escritório em Brasília e me orientarem em Rondônia; sou especialmente grata a Alexânia Rossato e Wesley Ferreira.

A Antonio Possamai, Betty Mindlin, Jair, José Bassegio, Luiz Bassegio, Mari Solange, Mauro Leonel e Ricardo Arnt, pela ajuda em juntar as peças do que acontecia em Rondônia na década de 80.

À equipe do Setor de Educação Indígena de Ji-Paraná.

Às funcionárias da Diocese de Ji-Paraná, Márcia e Eliane, que me receberam atenciosamente durante a pesquisa nos arquivos desta instituição.

Aos colegas da Pastoral Indigenista de Ji-Paraná, pela acolhida fraterna.

A Wolmir Bavaresco e Emília Altini, do Conselho Indigenista Missionário de Rondônia, pelo acesso aos arquivos do CIMI-RO.

Às irmãs scalabrinianas, Ellen e Tânia, por liberarem a consulta aos arquivos do CEPAMI, em Ji-Paraná.

A Juliano Rodrigues e Enrique Balbuna, do IBAMA em Ji-Paraná, pela colaboração e parceria.

A Luis Novôa, pelas reflexões sobre o Complexo do Rio Madeira.

A Glenn Switkes, pela disposição em colaborar, sempre que necessário.

A Artur Moret, pelas primeiras indicações sobre a luta anti-barragem em Rondônia.

A Edmundo Gomes Filho, pelo diálogo sobre as hidrelétricas da Bacia do Rio Branco e pelo acesso aos arquivos desse caso no MPF-RO.

À Luísa Guimarães, Rafael Villas-Boas e Ernesto de Carvalho, por despertarem a vontade de pesquisar, nos seminários realizados em Brasília.

A Lunde Braghini, pela sugestão do texto do Milton Santos que me levou até as barragens indianas.

A Edson Cardoso, do Jornal Irohin, pela lucidez sempre necessária.

A Carlos Henrique de Siqueira Romão, pela ajuda na elaboração do projeto de pesquisa e em seus desdobramentos, especialmente as reflexões sobre o “colonialismo interno”.

À Raquel Boing Marinucci e sua família, por tornarem Brasília menos seca, como alguém já disse...

À Regina Dalcastagnè, pela “iniciação científica” e pela literatura, e a Luis Felipe Miguel, por me ajudar a sobreviver à F.A.

À Lygia Sigaud, pela conversa sobre o projeto de pesquisa e pelas indicações bibliográficas.

À Andréa Vettorassi, pelos seus comentários sobre meu projeto de pesquisa durante a disciplina “Seminário de Pesquisa”, em 2006.

Aos colegas Alexandre Jerônimo, Bernardo Perondi, Bruna D’Almeida, Carla Minello, Francisco Hernandez, Geraldo Pinto, Marcela Lesting, Marcos Zucarelli, Maria Fernanda Pinheiro e Wendell Assis, por compartilharem as experiências da pesquisa social em barragens.

A Mário Augusto Medeiros da Silva, pela amizade e pelas contribuições a esta pesquisa.

A Valdecir Molinari, que me apresentou à Amazônia, na “Caravana das Águas”, em 2002.

À Rosângela Reis, Francisco de Assis, Mauro Porto e Volnei Porfírio, pela amizade e pelos sonhos de construir uma Rondônia diferente;

À Jandira Keppi e Nelson Deicke, pelas caronas, pelas reflexões e pelo exemplo de compromisso com os povos indígenas;

À Lediane Felske e Edinéia Isidoro, pela amizade e por compartilharem as angústias de mestrado e as experiências entre os Arara e os Gavião;

Às pequenas Agnes e Ana Laura, que, entre coreografias e brincadeiras, tornaram a pesquisa de campo muito mais divertida;

À Selma e Odair Martini, tios que me acolheram em Porto Velho.

À Maíra Martini, prima que me “ensinou” Porto Velho e me socorreu sempre que precisei.

À Jamila Martini, pela ajuda com a devolução de arquivos em Porto Velho.

À tia Sandra, pelas caronas e por cuidar de minha mãe, quando estávamos longe; a tio Adelmo, pelos materiais sobre o projeto do Complexo do Rio Madeira e à tia Lenira, pela ajuda com as traduções para o inglês.

À Ingrid Cuadal, amiga que me socorreu durante a pesquisa de campo, na Biblioteca Municipal de Ji-Paraná e à Alice Chaves, pela transcrição de uma das entrevistas.

À Sarah Mailleux, pelos conselhos e pelo carinho dados à distância.

Aos amig@s do Iglups, com saudade de Brasília.

Ao amigo candango, Luis Filipe Castelo, pela ajuda com a documentação na ANEEL e por compartilhar as experiências de mestrando.

A Newton Freire Júnior, querido amigo que, à distância, foi meu revisor.

À Anayê, Ederson e Clara, que fizeram de minha vida em Campinas mais do que o mestrado;

À Maria Fernanda Pinheiro, pela leitura atenta do texto e pela amizade.

À Diana Sato e Jemima Curci, amigas que se fizeram presentes e entenderam minhas ausências.

À Roberta Silva Moretti, amiga de sempre, por me tranquilizar na despedida da “Menina Bia”.

À família Oleski Amatuzzi, especialmente Heloísa e Mauro, pela acolhida e pelo conforto familiar que encontrei longe de casa.

A Alexandre Birchau, pelo encontro e pela surpresa.

À Márcia Nóbrega, prima-irmã, pelas sugestões ao texto e pela vida compartilhada, agora à distância.

A Lucas, meu irmão, pelo companheirismo, pela ajuda com as transcrições e a revisão do texto e por aparecer, vez ou outra, para nós visitar em Campinas, diminuindo a saudade.

À Juliana, minha irmã, pela acolhida em Campinas, pelas idéias, pelas risadas, pelo socorro com a finalização do texto e sobretudo, por, junto com Pedro, meu “*cunho*”, me “adotarem” em sua nova casa.

A meu avô, Rosalvo Nóbrega (*in memoriam*), por estimular a vontade de conhecer; e

A Sônia e Antônio, meus pais, por tudo.

Lista de Ilustrações

Figuras

Figura 1: Mapa da T.I. Igarapé Lourdes

Figura 2: Mapa com barragens construídas e inventariadas na Amazônia.

Figura 3: Ilustração com possíveis eixos de barramento do Rio Machado

Figura 4: Alternativas de Divisão de Queda

Fotos

Foto 1: Mobilização indígena sobre a ponte do Rio Machado.

Foto 2: Zacarias Kapiaar Gavião durante atividade de mobilização.

Foto 3: Visita ao canteiro de obras da Usina Samuel.

Foto 4: Índios Arara, Gavião e Zoró conhecem as turbinas.

Foto 5: Visita ao possível local de barramento do Rio Machado.

Foto 6: Digüt interpela chefe do acampamento da JP-14 e o funcionário do CNEC.

Foto 7: Antena da EMBRATEL na aldeia Igarapé Lourdes.

Foto 8: Arara e Gavião ocupam o palco.

Foto 9: Passeata contra os projetos de barragem em Rondônia.

Foto 10: Moisés Serívh Gavião

Foto 11: Tinhawambá Gavião

Foto 12: Pajé Clóvis Arara

Foto 13: Zacarias Gavião

Foto 14: Sena Gavião

Foto 15: Aurélio Gavião

Foto 16: Sebastião Arara

Foto 17: Aurélio, Moisés e Heliton Gavião, no debate em Porto Velho.

Foto 18: Luiza Arara confronta especialistas.

Foto 19: Alzira Arara enfrenta representante do governo.

Foto 20: Carlos Arara

Foto 21: Pajé Antonia Arara

Foto 22: Pajé Benedito e Vitória Arara, sua esposa.

Foto 23: Rosa Gavião

Foto 24: Olinda Gavião

Foto 25: Mulheres Gavião na reunião sobre barragem.

Foto 26: Valdemar Gavião.

Foto 27: Mário Jorge Arara

Foto 28: Moisés Gavião fala sobre mineração em terras indígenas.

Foto 29: Reunião sobre mineração em terra indígena.

Foto 30: Sebirop Gavião na festa do animal de criação.

Foto 31: Sebirop Gavião

Foto 32: Pedro Arara e sua neta, Maristela.

Foto 33: Pedro Arara e seu filho, Ernane.

Foto 34: Heliton Gavião, na festa do animal de criação.

Foto 35: Picada para eletrificação na aldeia Itâ'rap.

Lista de Abreviações

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APARAÍ - Associação de Proteção Ambiental e Recuperação de Áreas Indígenas
APC AM -53 - Área Prioritária de Conservação Calha do Rio Madeira
APIL - Associação Agrária dos Povos Indígenas do Igarapé Lourdes
CEDOC ANEEL - Centro de Documentação da ANEEL
CEPAMI - Centro de Estudos e Pastoral do Migrante
CERON – Centrais Elétricas de Rondônia
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.
COMIN - Conselho de Missão entre os Índios
CONAMA - Conselho Nacional de Meio-Ambiente,
CONDEAM - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FERS Rio Machado - Floresta Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado
FOREN - Fórum de Debates de Energia da Rondônia
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IIRSA - Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana
MAB – Movimento de Atingidos por Barragem
MABRO - Movimento de Atingidos por Barragem de Rondônia
MNTB - Missão Novas Tribos do Brasil
MPE - Ministério Público Estadual
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NUARs - Núcleos Urbanos de Apoio Rural
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PRS – Plano de Recuperação Setorial
PT - Partido dos Trabalhadores
PWA – Programa Waimiri-Atroari
REBIO Jaru - Reserva Biológica do Jaru
RESEX Rio Preto-Jacundá - Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá
SEDAM - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

SEMED - Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ji-Paraná
SPI - Serviço de Proteção ao Índio
SPM - Serviço Pastoral do Migrante
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
T.I. Igarapé Lourdes - Terra Indígena Igarapé Lourdes
T.I. Parque Aripuanã - Terra Indígena Aripuanã
T.I. Roosevelt - Terra Indígena Roosevelt
T.I. Serra Morena - Terra Indígena Serra Morena
T.I. Sete de Setembro - Terra Indígena Sete de Setembro
T.I. Tenharim do Igarapé Preto - Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto
T.I. Tenharim-Marmelos - Terra Indígena Tenharim-Marmelos
T.I. Zoró - Terra Indígena Zoró
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UnB - Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UTE Ji-Paraná - Usina Termoelétrica Ji-Paraná

Sumário

Apresentação	19
Parte I	
Introdução	25
1. A construção do projeto de pesquisa	33
1.1 Justificativas	36
1.2 Objetivos	39
1.3 . Procedimentos de pesquisa	40
2. Os projetos hidrelétricos do Rio Machado.....	45
2.1. Os projetos hidrelétricos do Rio Machado	46
2.2. As conseqüências previstas	50
2.3. A Reserva Biológica do Jaru	56
2.4. O atual projeto hidrelétrico do Rio Machado	58
2.5. Tamanho é documento	61
3. Mobilizações	67
3.1. A mobilização local	68
3.2. Recorrendo aos financiadores	71
3.3. A suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná	74
3.4. O silenciamento da luta anti-barragem	76
3.5. A retomada da mobilização indígena.....	77
3.6. Direitos não garantidos.....	79
3.7. Dilemas do atual governo.....	83
4. A luta indígena contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado	89
4.1. A visita ao canteiro de obras da Usina Samuel	90
4.2. As mulheres indígenas e a luta anti-barragem.....	93
4.3. A visita à Vila Pioneira da Usina Ji-Paraná.....	94
4.4. De como o problema virou solução.....	98
4.5. A linguagem dos direitos.....	101
4.6. A FUNAI e as medidas mitigatórias.....	103
4.7. Reiteração como estratégia.....	107
4.8. Os povos da T.I. Igarapé Lourdes e a energia elétrica.....	108
4.9. Desafios atuais da mobilização indígena.....	110
5. Contra as “invasões bárbaras, a humanidade.....	117
5.1. Contra o esquecimento.....	117
5.2. A tentativa de apagar os Arara e os Gavião.....	119
5.3. A demanda por reconhecimento.....	121
5.4. Natureza.....	123
5.5. Promessas de desenvolvimento.....	125
5.6. De um projeto de desenvolvimento a um projeto de morte.....	127

5.7. Desenvolvimento como terrorismo.....	129
5.8. Racismo ambiental e colonialismo interno.....	134
5.9. A mobilização indígena como política cultural.....	137
Considerações Finais – Algumas conseqüências inesperadas.....	139
Parte II	
Textos Indígenas.....	145
A. Debate público: “Viva o Rio Madeira Vivo!	147
B. Capacitação popular em licenciamento ambiental	153
C. Visita à aldeia Pajgap	160
D. Visita à aldeia Itârap	166
E. Visita à aldeia Ikólóéhj	169
F. Moisés Serívh Gavião e a mineração em terras indígenas	173
G. Catarino Sebirop Gavião	175
H. Pedro Agamenon Arara	179
I. Heliton Tinhawambá Gavião	187
Anexos.....	195
Bibliografia.....	207

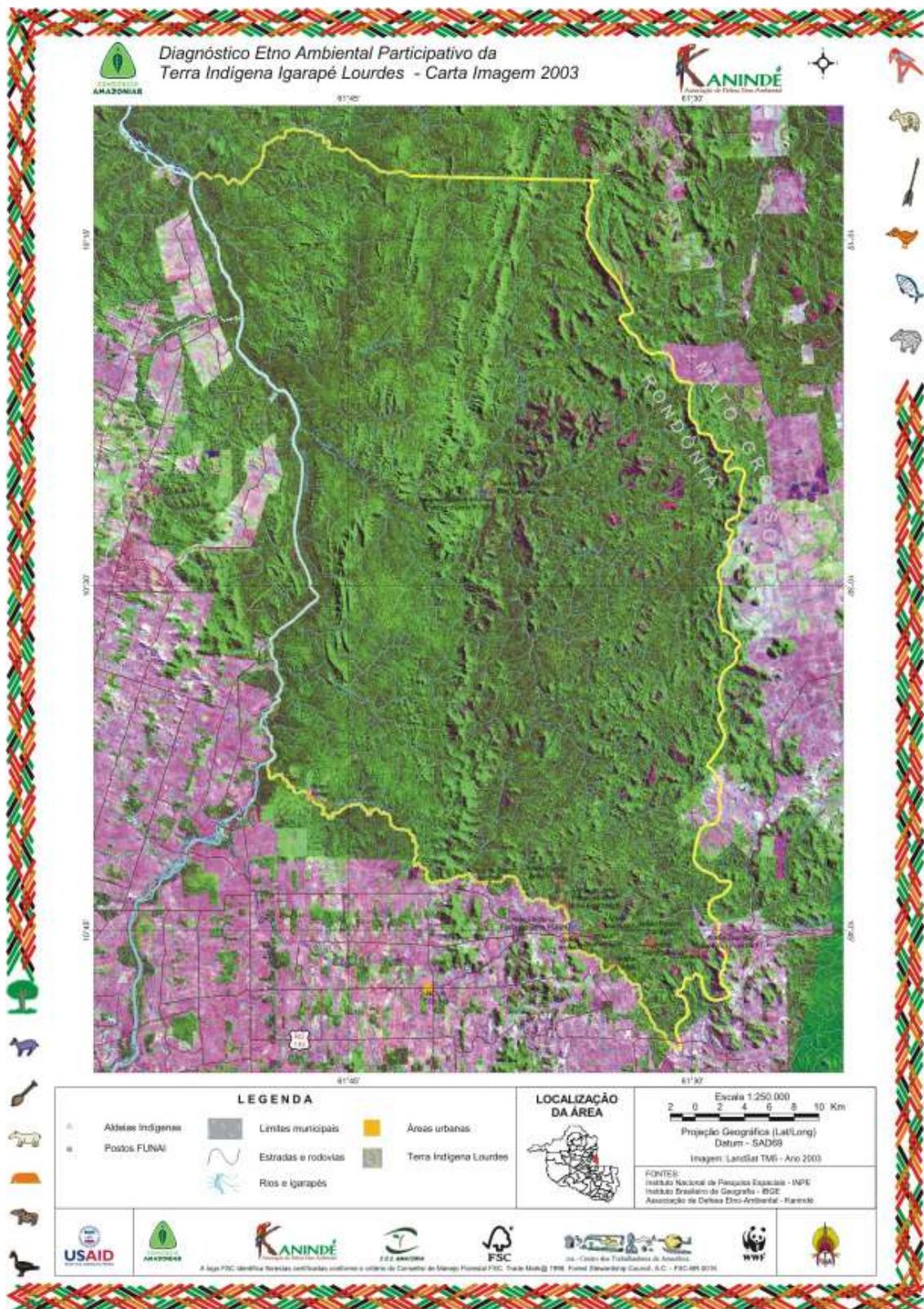


Figura 1: Mapa da Terra Indígena Igarapé Lourdes, em Rondônia. Fonte: Kanindé, 2003, 194.

Apresentação

Se as usinas hidrelétricas Ji-Paraná e Tabajara – propostas na década de 80 pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) – tivessem sido construídas, elas alterariam, de forma significativa, a vida e a paisagem na região da bacia do Rio Machado, em Rondônia. O represamento do Rio Machado inundaria grandes porções de terra, incluindo desde florestas nativas, áreas de proteção ambiental, assentamentos rurais, até as proximidades de áreas urbanas. Milhares de pessoas deslocadas compulsoriamente de seus lotes e suas casas. Povos indígenas mais uma vez expropriados.

Até o presente momento (2008), o quadro de destruição previsto não se concretizou, tendo em vista que essas hidrelétricas nunca foram executadas. No entanto, os projetos das usinas Ji-Paraná e Tabajara tiveram outros “impactos”, relacionados à mobilização e à organização das populações ameaçadas. Isso porque bem antes do Rio Machado ser dividido em trechos e qualificado de acordo com seu potencial hidrelétrico pela indústria barrageira¹, ou seja, antes de ser transformado naquilo que Oswaldo Sevá (1988) chama de “jazida de megawatts”, ele já era um lugar ocupado e apropriado por populações humanas que – algumas delas, como as indígenas, há tempos imemoriais – fazem uso deste lugar para fins diversos.

Durante os ciclos da borracha, o Rio Machado foi um dos principais canais de escoamento do caucho e da seringa extraídos dos seringais mais distantes do Rio Madeira, na região que hoje compõe o interior rondoniense. Nos anos 50, a descoberta de diamante atraiu garimpeiros, muitos dos quais se instalaram nos povoados que, mais tarde, se tornaram cidades. Para as populações ribeirinhas originadas principalmente dos ciclos extrativistas, o Rio Machado garante a pesca e a agricultura de vazante. As praias que emergem no período de seca são uma opção de lazer, além de belas paisagens. Para os povos indígenas Arara e Gavião, que circulavam pela bacia do Rio Machado antes do seu confinamento da Terra Indígena Igarapé Lourdes, este é o rio das viagens

¹ Essa expressão é ainda pouco utilizada no Brasil, embora muitos engenheiros das empresas de eletricidade, de construção civil e de fabricação de equipamentos eletromecânicos se considerem como “barrageiros”, expressão também usada por técnicos e peões dos canteiros de obras de hidrelétricas. Mas a identificação de um conglomerado de grupos capitalistas de setores conexos e interdependentes, pivotados pelo capital financeiro elétrico, é ainda uma noção incipiente, exceto na língua inglesa com a expressão “*dam industry*” usada por pesquisadores e no discurso ativista dos atingidos e dos ambientalistas. (cf.: Nota cedida pelo co-orientador dessa dissertação, professor O. Sevá, 2008)

ancestrais, habitado pelos espíritos da água. O Rio Machado é caminho de caça e pesca; lugar de guerra e de cura.

As propostas de aproveitamento hidrelétrico do Rio Machado, se não inviabilizam, ao menos colocam em risco parte destas práticas e destes sentidos, uma vez que o represamento de um rio para fins hidrelétricos o transforma em alguma outra coisa diferente de um rio (SEVÁ, 2005, 287). A disputa em torno dos usos e significados do Rio Machado desencadeou uma intensa mobilização popular que envolveu as populações ameaçadas e seus aliados, de um lado, e os proponentes e apoiadores dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, de outro lado.

A pesquisa que deu origem a esta dissertação voltou-se para algumas das implicações da luta anti-barragem dos povos indígenas Arara e Gavião, cujo território seria atingido pelo represamento do Rio Machado. Nesta luta, os Arara e os Gavião fazem emergir o sentido político de decisões e tecnologias que se apresentam como neutras e questionam, assim, os interesses que as envolvem. Ao longo das duas últimas décadas, eles têm reivindicado reconhecimento e autonomia, recusando o lugar subalterno atribuído a eles pelos *brancos*² e a mobilização contra os projetos de barragem tem se constituído em espaço privilegiado para a exposição de suas demandas políticas. Território, autonomia e reconhecimento se entrelaçam como elementos indissociáveis de uma luta que não se restringe à simples recusa dos projetos hidrelétricos.

A dissertação está dividida em duas partes:

A **Parte I** dialoga com textos acadêmicos, textos indígenas e as fontes primárias e secundárias utilizadas na pesquisa para refletir sobre a mobilização anti-barragem dos Arara e dos Gavião, que são brevemente apresentados na **Introdução**. O processo de construção do projeto de pesquisa está descrito no **Capítulo 1**. O **Capítulo 2** trata dos projetos das usinas Ji-Paraná e Tabajara e das conseqüências previstas. Embora esta pesquisa não pretenda apontar, de forma definitiva, quem ou o quê evitou a construção das barragens do Rio Machado, o **Capítulo 3** dá indícios dos fatores que contribuíram para a suspensão destes projetos na década de 90 e faz uma avaliação do contexto da atual retomada de projetos hidrelétricos na Amazônia. Não se trata também de uma reconstituição de fatos passados, apesar de ter existido um esforço em

² Utilizarei as categorias “índios”, “povos indígenas” e “povos do Igarapé Lourdes” para me referir aos Arara e aos Gavião. A grafia em itálico para “índios” é um alerta contra o “índio genérico”. Da mesma forma, utilizarei “brancos” também em itálico. Mantive esses dois termos por serem constantes no vocabulários dos Arara e dos Gavião, que reconhecem que “brancos” não correspondem a uma categoria homogênea racialmente, nem socialmente, mas descreve, de forma satisfatória, a “sociedade regional” ou a “sociedade nacional”, compostas pelos “não-índios”, outros termos utilizados neste texto.

sistematizar informações sobre eles, tal como mostra o **Capítulo 4**. Este capítulo é marcado pela memória dos Arara e dos Gavião a respeito de episódios marcantes da luta indígena contra os projetos de barragem e aponta algumas das estratégias da resistência indígena, bem como as estratégias empregadas na legitimação destes projetos hidrelétricos. No **Capítulo 5**, há uma reflexão sobre as implicações da mobilização indígena anti-barragem, destacando seus significados e repercussões políticas, especialmente aqueles que dizem respeito à recusa da condição subalterna e à demanda por reconhecimento. Neste capítulo, os conceitos de “política cultural”, “racismo ambiental” e “colonialismo interno” dão suporte teórico a esta reflexão e expandem as implicações da luta dos Arara e dos Gavião para além da imediata luta contra os projetos de barragem no Rio Machado, tal como sistematizado nas **Considerações Finais**.

A **Parte II** desta dissertação apresenta os textos indígenas registrados durante a pesquisa, entre 2006 e 2008. São falas de Arara e de Gavião gravadas em manifestações públicas contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado e em reuniões nas aldeias para tratar da mobilização anti-barragem e de outras questões que os afetam, tal como o Ante-Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas. A Parte I recorre a trechos de falas indígenas – selecionados e recortados, indicados em **Fonte Cambria**, tamanho 12 – para contar uma história da mobilização indígena contra os projetos das usinas Ji-Paraná e Tabajara. Ao final de cada fala indígena, há uma indicação de seu autor, ano em que foi registrado e a página em que esta fala poderá ser localizada na íntegra, na Parte II (ex: Moisés Serívh Gavião, 2007, 173). São dezenas de horas de gravação transcritas e traduzidas, sempre com o auxílio de tradutores Arara e Gavião devidamente indicados no texto. Além de disponibilizar “textos nativos” (CLIFFORD, 2002) de circulação e acesso restritos, esta Parte II possibilita uma aproximação d@s leitor@s com os argumentos dos Arara e dos Gavião, que se repetem, com insistência, ao longo das falas.³

* * *

Diante da multiplicação descontrolada de hidrelétricas de pequeno porte e da recente aprovação da licença prévia do projeto faraônico do Complexo do Rio Madeira, em Rondônia, este texto assume um sentido político evidente, na medida em que destaca uma experiência

³ Assumo a responsabilidade por manter a Parte II desta dissertação e o formato das citações indígenas da forma aqui apresentada, apesar da recomendação contrária da Banca de Defesa.

vitoriosa de resistência a projetos hidrelétricos propostos há duas décadas e alerta para as graves conseqüências de barrar os rios amazônicos.

Parte I

Introdução:

Os Arara e os Gavião

Apesar de travarem contato com os *brancos* pelo menos desde a segunda metade do século XIX, os Arara (Karo) e os Gavião (Ikólóéhj) ⁴ definem o período entre 1940 e 1960, quando se envolveram com os seringais, como o marco de seu contato com a sociedade nacional (ISIDORO, 2006, 17). Atualmente, cerca de 268 Arara e 525 Gavião⁵ ocupam a Terra Indígena Igarapé Lourdes (T.I. Igarapé Lourdes), que se localiza no município de Ji-Paraná, na região central do estado de Rondônia. Não há nenhuma estimativa de quantos deles moram fora das aldeias.

A T.I. Igarapé Lourdes tem 185.534 ha. e foi demarcada em 1976 e homologada e registrada em 1983. A maior parte do território do povo Gavião, situada a oeste do Mato Grosso, ficou fora da demarcação. Os Gavião ocupavam tradicionalmente as terras próximas ao Rio Branco⁶, no Mato Grosso, ao norte do território dos Zoró, e se deslocaram para a Serra da Providência e para o Igarapé Lourdes na década de 1940, hostilizados por fazendeiros e pelos Cinta-Larga (LEONEL, 1983, 80). O cacique Pedro Arara relata a história:

Os Gavião vieram pra cá por causa da invasão dos fazendeiros. Os fazendeiros tomaram as terras onde hoje é a Fazenda Castanhal, aquela terra toda antes era deles, na divisa com os Zoró, onde hoje é a sede, ali pro lado do Madeirinha. Eles perderam as terras todas. Não ficaram com um pedaço de terra, os Gavião. A terra deles está toda lá, na beira do Madeirinha, na fazenda Castanhal, a maior fazenda que tem aí dentro é a fazenda Castanhal. Perderam tudo. Aí foi que eles, pra não serem mortos, foram obrigados a ir pra nossas terras, pra morar com a gente até hoje. (Pedro Agamenon Arara, 2007, p. 181)

Os Gavião consideram-se enganados, pois durante a demarcação foram estimulados a permanecer na T.I. Igarapé Lourdes, território tradicional dos Arara, enquanto suas terras, na

⁴ Os Arara e os Gavião pertencem, respectivamente, às famílias linguísticas Rama-Rama e Mondé, do tronco Tupi. Assim como os Gavião, outros povos de Rondônia também pertencem à família linguística Tupi-Mondé: os Zoró, Suruí e Cinta-Larga. Os Zoró ocupam a T.I. Zoró, localizada em Rondolândia (MT) e homologada em 1991. O povo Suruí ocupa da T.I. Sete de Setembro, nos municípios de Cacoal (RO) e Rondolândia (MT), homologada em 1983. O território reconhecido dos Cinta-Larga compreende quatro terras indígenas, localizadas a leste de Rondônia e noroeste do Mato Grosso: T.I. Roosevelt, T.I. Parque Aripuanã, T.I. Aripuanã e T.I. Serra Morena, homologadas, respectivamente em 1991, 1989, 1991 e 1990.

⁵ Dados obtidos junto à FUNASA, em março de 2008, em Ji-Paraná.

⁶ Não confundir com o Rio Branco localizado em Rondônia.

fronteira entre Rondônia e Mato Grosso, ficaram disponíveis para fazendeiros, madeireiros e grileiros e também são alvo da exploração hidrelétrica (IKÓLÓÉHJ, 2006, 3). Atualmente há uma tentativa de recuperar parte de suas terras. O grupo familiar de Moisés Serívh Gavião têm visitado e ocupado a região do Rio Madeirinha algumas épocas do ano, especialmente durante a coleta da castanha, no mês de novembro⁷. O objetivo é retornar ao território expropriado, conforme a fala de Moisés e sua esposa, Rosa:

Refletindo a história do nosso passado, ainda quero retomar pedacinho da minha terra, no Madeirinha, no Mato Grosso. Eu já falei que vou abrir essa capoeira pra eu retornar pra lá. Eu fico preocupado porque o fazendeiro tomou minha terra. (Moisés Serívh Gavião, 2007, p. 173)

Antigamente eu tinha muitas coisas na roça que a gente comia. Tinha até batata doce. Quando eu era jovem eu tinha batata doce e outros tipos de batata, que é chamada *malixiá* (batata doce que dá em semente). Eu me lembro da nossa terra que a gente vivia. Era terra boa onde a gente plantava batata. Tenho medo de perder e não ter onde plantar batata. O que restou, o fazendeiro pode derrubar e acabar. A gente podia retomar logo esse pedaço da terra pra garantir. Tenho medo de perder essa terra porque só sobrou esse pedaço. Quero ir pra lá segurar essa terra pros meus filhos, pros meus netos. Quero retomar essa terra pra que meus filhos vivam lá, pra garantir a sobrevivência. (Rosa Ixiaúhv Gavião, 2007, p. 171)

Não bastasse a exclusão da terra dos Gavião da área demarcada, houve erros grosseiros na demarcação dos limites da T.I. Igarapé Lourdes. Um ofício encaminhado pelos Gavião aos procuradores de Mato Grosso e Rondônia denuncia que a firma Plantel, subcontratada pela FUNAI para realizar a demarcação da terra indígena em 1976, descumpriu os limites do decreto de identificação, passando o eixo da picada à margem da Serra da Providência, e não no divisor de águas, conforme o memorial descritivo. Na época, essa região ainda não havia sido invadida e o divisor de águas era reconhecido como o limite legal da terra indígena. Mesmo ciente deste erro, a FUNAI remunerou a Plantel pelos (des)serviços prestados e não corrigiu a demarcação. (IKÓLÓÉHJ, 2006, 2).

Em 1996, a Associação Agrária dos Povos Indígenas do Igarapé Lourdes (APIL) contratou a firma NUPLAN para reaviventar 153 km de linha seca dos limites da Serra da Providência, na T.I. Igarapé Lourdes. Os Gavião denunciaram que a reaviventação foi realizada irregularmente, com marcos fora do padrão, sem responsável técnico em campo, sem equipamentos adequados, inclusive o GPS, e sem a presença da FUNAI para vistoriar os serviços

⁷ Na pesquisa de Lediane Felske (2007), a coleta de castanha na região do Rio Madeirinha aparece como um pretexto para retomada das terras dos Gavião naquela área.

prestados, que foram remunerados mesmo assim. Este erro reduziu em trinta mil hectares de terra indígena já homologada, que tem sido invadida, explorada e desmatada por fazendeiros, madeireiros e grileiros (Ibid., 3). Um outro foco de conflito diz respeito à sobreposição de cerca de 3% da terra indígena com a Reserva Biológica do Jaru (REBIO Jaru), situada ao norte da terra indígena.

Atualmente, os Gavião ocupam parte do território dos Arara, cujas terras tradicionais correspondem a quase todo o município de Ji-Paraná, conforme explicou Pedro Agamenon Arara:

Aqui em Ji-Paraná era tudo terra nossa. Tudo aqui era nosso. Foi muito sangue derramado aqui onde está essa cidade. Ainda eram os Arara que comandavam. Tudo por aqui tinha maloca. Na beira desse rio onde o povo nosso caçava e pescava aqui. Então tudo aqui era nosso. (Pedro Agamenon Arara, 2007, p. 184)

De acordo com os Arara, no centro da cidade, no local onde hoje funciona o Museu Marechal Rondon e que serviu de instalação para o posto telegráfico da expedição de Mal. Rondon⁸ nos primeiros anos do século XX, existia uma grande maloca Arara (ISIDORO, 2006, 15). Um outro povo, os Uruku ou Urubu (conhecidos como Babekáwei ou Pulsos Vermelhos), também da família Rama-Rama, ocupava a mesma região dos Arara e foi dizimado em ataques dos Arara, Gavião e dos seringalistas. Durante a pesquisa de campo, Moisés Serívh Gavião recordou os Pulsos-Vermelhos:

Lembra dos Babekáwei? Será que ainda tem algum deles? Onde que eles estão, será? Será que estão no meio dos brancos? Eles viviam aqui na região do Tarumã e lá tem umas capoeiras deles ainda. Tem muita capoeira dos Pulsos-Vermelhos. Foi lá que o tal do Américo [seringueiro] pegou eles. Ele pegou os pulsos-vermelhos e hoje a gente não sabe pra onde que estão o resto deles. Quem sabe alguns deles que sobraram estão no meio dos brancos? (Moisés Serívh Gavião, 2007, p. 169)

Hoje, há remanescentes dos Uruku nos seringais do Rio Machado e nas margens deste rio, em Ji-Paraná.

O contato inicial entre os Arara e os Gavião foi amistoso, envolvendo trocas matrimoniais, visitas e intercâmbio cultural. Com a expansão das áreas de fronteira, os conflitos envolvendo a disputa pelo território se intensificaram. Na mesma época, o contato com os *brancos* se deu de forma mais sistemática nos seringais instalados ao longo do Rio Machado. As mortes causadas por doenças transmitidas pelos *brancos* eram atribuídas aos poderes dos pajés do

⁸ A respeito da passagem do Marechal Rondon na região, um Arara comentou: “Marechal Rondon diz que queria salvar os índios, mas ele também fazia os índios trabalhar pra ele, minha mãe contava” (ISIDORO, 2006, 17).

outro povo e, junto com a disputa territorial, motivaram diversos ataques de um grupo contra o outro, potencializados com o acesso às armas de fogo adquiridas nos seringais⁹. O ataque dos Gavião aos Arara, em 1959, em que sete Arara foram mortos e algumas mulheres e crianças foram levadas para as aldeias Gavião é lembrado como um dos episódios marcantes da “guerra”, como contou Pedro Agamenon Arara:

É até ruim a gente contar isso, mas quando a gente veio entender as coisas, isso já passou, mas a gente nunca vai esquecer esse massacre que teve dos Gavião com nosso povo . (Pedro Agamenon Arara, 2007, 179)

Depois deste ataque, os Arara se dispersaram nos seringais, fazendas e cidades próximas. Muitos, principalmente os mais velhos, morreram em decorrência de epidemias, como a de sarampo. Neste período, grande parte dos Gavião se concentrou no Igarapé Lourdes, uma área de difícil acesso, situada na parte norte dos atuais limites da terra indígena.

Em 1966, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), deu início ao processo de realdeamento dos Arara, ainda em curso, com eventuais acolhidas de parentes que ficaram longe. Antes da chegada do SPI, a Missão Novas Tribos do Brasil – uma organização missionária internacional e fundamentalista presente em diversas partes do mundo em busca da conversão de povos nativos ao cristianismo – já atuava na região. O casal de missionários alemães, Horst e Annette Stute, chegou em Ji-Paraná em outubro de 1964 para substituir dois outros missionários. Seu objetivo principal, “levar a palavra de Deus, a Bíblia, o Evangelho”¹⁰ aos Arara e aos Gavião, foi alcançado entre os últimos, que se converteram – não sem conflitos – e frustrado entre os Arara. Depois de expulsões, às quais se seguiram novas acolhidas, alguns missionários das Novas Tribos continuam atuando entre os Gavião. Atualmente, há missionários evangélicos que não são vinculados à MNTB atuando na aldeia Arara Itã’rap.

Alguns anos após o realdeamento dos Arara, deu-se início ao processo de demarcação da T.I. Igarapé Lourdes. Na época, houve uma grande pressão por parte de políticos e fazendeiros para a redução dos limites da terra indígena. A idéia inicial de que as terras dos povos Arara, Cinta-Larga, Gavião, Suruí, Urukú (cujos remanescentes permanecem desaldeados) e Zoró fossem demarcadas em áreas contínuas, seguindo o modelo do Parque Indígena do Xingu, não foi executada. No lugar de um grande corredor Tupi-Mondé e Rama-Rama, existem grandes

⁹ No livro “Couro dos Espíritos” (MINDLIN, 2001), os narradores Gavião contam como se deu o contato com os Arara e com os brancos e relatam episódios de conflito e aproximação.

¹⁰ Em entrevista com Horst Stute, realizada no dia 17 de maio de 2007, na sede da MNTB em Ji-Paraná.

fazendas, com destaque para a Fazenda Castanhal, que separa a T.I. Igarapé Lourdes das demais áreas indígenas (LEONEL, 2001, 241). A estrada que liga a Fazenda Castanhal e outras fazendas mato-grossenses à Rondônia foi aberta irregularmente na parte sul da T.I. Igarapé Lourdes pelo ex-administrador de Vila de Rondônia, Clóvis Arraes¹¹. De acordo com Denny Moore, além de abrir a estrada, Arraes loteou a terra indígena e vendeu cada lote por CR\$ 10 mil (MOORE, 1978, 13). Esta estrada foi o principal foco de invasão da terra indígena, intensificada a partir dos anos 70 por meio da atração que os projetos de colonização do INCRA exerceram entre os migrantes sem-terra e os especuladores¹².

Erros de demarcação do INCRA situaram alguns projetos de assentamento dentro da T.I. Igarapé Lourdes. Quando o INCRA assumiu os equívocos, muitas famílias já estavam instaladas e produzindo na terra. Houve casos de invasões por má-fé, inclusive com a invenção de “linhas” inexistentes no cadastro oficial. Em um relatório de 1984, o antropólogo Mauro Leonel, que na época fazia parte da equipe de avaliação do Programa POLONOROESTE¹³, identificou empresários locais envolvidos na invasão da terra indígena (LEONEL, 1984, 88). Um dos focos de invasão, ao sul da área, chegou a abrigar 760 famílias de colonos, que chegavam em Rondônia aos milhares depois do asfaltamento da BR-364, finalizado em 1984. Alguns não sabiam que se tratava de terra indígena. Aqueles que sabiam, tinham a expectativa de conseguir a demarcação dos lotes¹⁴. Algumas pessoas dispunham de várias “marcações” e as negociavam, mesmo ilegalmente, com a expectativa do reconhecimento do INCRA. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ji-Paraná (SEMED) chegou a manter três escolas funcionando dentro da

¹¹ Em 2007, Clóvis Arraes foi homenageado como um dos “bravos pioneiros” pela Academia Ji-Paranaense de Letras, nas comemorações do aniversário de 30 anos de Ji-Paraná.

¹² Mesmo depois da expulsão dos invasores, a estrada continuou aberta. Houve uma tentativa de interditá-la permanentemente, mas se conseguiu apenas uma alteração de seu trajeto, que ainda corta a parte sul da terra indígena e continua sendo utilizada por fazendeiros e madeireiros. Hoje, os Gavião discutem a possibilidade de cobrar pedágio pelo seu uso.

¹³ O Programa POLONOROESTE foi executado nos anos 80 a partir de uma parceria entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, que financiou um terço do total de US\$ 1,4 bilhão destinado ao programa. Dentre os objetivos do programa estava o asfaltamento da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, e a consolidação de novas áreas de colonização. Em contrapartida, o governo brasileiro deveria garantir a proteção às terras indígenas e às áreas de preservação ambiental, demarcando-as e expulsando os invasores. A equipe de avaliação do Programa denunciou as graves consequências deste programa, marcado por “imagens escandalosas de devastação florestal, e pelos vários conflitos entre colonos, grileiros, indígenas, madeireiros e garimpeiros”. (SEVÁ, 2002, 4). A campanha pública de fiscalização do financiamento do POLONOROESTE consolidou uma estratégia efetiva de lobby das organizações ambientalistas internacionais sobre o Banco e forjou importantes alianças entre estas organizações e populações da Amazônia brasileira (SCHMINK & WOODS, 1992, 114). Mais tarde, essas alianças colaborariam para a suspensão do II Empréstimo do Banco Mundial ao Setor Elétrico Brasileiro, em 1986.

¹⁴ O INCRA reforçou essa expectativa ao reconhecer o cadastro de dezenove famílias que ocupavam a área indígena.

terra indígena, apoiando os invasores. Um candidato a prefeito de Ji-Paraná, funcionário do INCRA, estimulou as invasões e distribuiu mapas alterados da área indígena e um delegado de polícia pressionou os funcionários da FUNAI em favor dos invasores (LEONEL, 1984, 89). As invasões foram estimuladas até mesmo por um funcionário do POLONOROESTE, que supostamente deveria garantir a integridade das terras indígenas. Euzino Caetano de Andrade, o tal funcionário, que também era administrador do distrito de Nova Colina, localidade vizinha à terra indígena, foi acusado de incentivar a invasão e vender lotes na área. A idéia era criar uma situação que tornasse irreversível a redução da terra indígena.

Políticos locais se empenharam pessoalmente em pressionar a FUNAI para a redução dos limites da terra indígena, como os senadores Claudionor Roriz e Galvão Modesto e o governador Jorge Teixeira. Durante um encontro com o governador do Mato Grosso, ocorrido em 1982 em Cuiabá, o governador de Rondônia, Jorge Teixeira, defendeu o redimensionamento das terras indígenas. Segundo ele “existe muita terra para poucos *índios* e isso logo vai gerar problemas, pois as reservas estão, justamente, no caminho dos colonos que procuram o novo Estado.” (CEDI, 1983, 31).

Desde 1981, a FUNAI e o INCRA sabiam da existência de invasões, pois foram notificados pela equipe de avaliação do POLONOROESTE que atuava em Rondônia (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/4/1985). Depois de muitos avisos, os Arara e os Gavião, cansados de esperar pela iniciativa do governo, queimaram alguns barracões dos colonos e fizeram dezesseis refêns por um mês, em agosto de 1984. E então se iniciou o lento processo de negociação da retirada dos posseiros, realizada no ano seguinte. Atualmente, os invasores são os madeireiros, os grileiros e os fazendeiros vizinhos, cujas cercas se movem para dentro da terra indígena de acordo com o alcance das queimadas que provocam anualmente para a formação de pastos.

Os Arara e os Gavião contam que imaginavam que à retirada dos invasores se seguiria um período em que finalmente poderiam descansar e ter um pouco de tranqüilidade depois do que enfrentaram para assegurar suas vidas e seu território. Na mesma época, entretanto, surgiu a ameaça de construção de usinas hidrelétricas no Rio Machado, o maior rio que delimita a T.I. Igarapé Lourdes. Caso fossem construídas, estas barragens alagariam parte da terra indígena e causariam graves prejuízos aos Arara e aos Gavião, tais como a perda de aldeias, roças, áreas de caça e de coleta, perturbação da biodiversidade aquática, a inundação de cemitérios, aldeias antigas e áreas sagradas. O Anexo 2 apresenta, com mais detalhes, as conseqüências previstas.

Desde que descobriram a ameaça das barragens, estes povos indígenas estão mobilizados contra qualquer projeto hidrelétrico no Rio Machado. Nos próximos capítulos, apresentarei algumas implicações da luta dos Arara e dos Gavião, a começar pela construção do projeto de pesquisa que originou esta dissertação, esta mesma, uma consequência da mobilização indígena, como se verá a seguir.

Capítulo 1:

A construção do projeto de pesquisa

*“A gente não veio aqui pra ouvir.
A gente veio aqui pra falar”*
Matilde Sebirop Gavião

Esta dissertação é uma resposta minha ao chamado de escuta feito por Matilde Gavião durante o Seminário “Território Indígena: Direito a ser validado”, realizado em 18 de abril de 2005, em Ji-Paraná. Na época, eu acabara de retornar à Rondônia, depois de sete anos estudando fora, com o objetivo de elaborar um projeto de pesquisa para o mestrado. Minha intenção inicial era trabalhar com migrantes que, depois de passarem por vários lugares até chegarem em Rondônia, estavam se dirigindo aos Estados Unidos, Espanha e Portugal. O seminário, no entanto, marcou a mudança em meus planos. Aquela foi a primeira vez em que ouvi os Arara e os Gavião falando. Vivi em Ji-Paraná de 1985 até 1998 e até aquele momento, meu contato com os *índios* nunca havia ultrapassado o campo visual. Também foi a primeira vez que ouvi falar, com algum detalhe, sobre os projetos hidrelétricos do Rio Machado, compostos pelas usinas Ji-Paraná e Tabajara, apontados como a maior ameaça ao território dos Arara e dos Gavião. Tocada pela intensidade de suas falas, especialmente pela sua preocupação com a ameaça da barragem, depois do seminário procurei saber um pouco mais sobre aqueles projetos.

O interesse pelas barragens foi despertado poucos meses antes, em uma discussão¹⁵ sobre o caso da barragem de Barra Grande¹⁶. Na época, já se começava a falar do projeto do Complexo do Rio Madeira, o que me levou até o escritório nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Brasília. Lá, consegui os contatos do coordenador do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) em Rondônia, Wesley Ferreira, e do professor Artur Moret, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que desenvolve trabalhos na área de energia. Logo que cheguei em

¹⁵ Essa discussão se deu na disciplina Teoria Antropológica II, ministrada pelo professor José Jorge de Carvalho, na Universidade de Brasília, no segundo semestre de 2004.

¹⁶ A barragem de Barra Grande, no rio Pelotas, na fronteira entre SC e RS, inundou uma grande área de mata atlântica nativa. Antes do enchimento do reservatório, foi descoberta a fraude nos estudos apresentados pelos empreendedores, que caracterizavam a área a ser alagada como “capoeirões” e não como área prioritária para conservação. Mesmo assim, a inundação foi autorizada, sob o argumento de que muito já havia sido investido na obra.

Porto Velho, contactei os dois e com surpresa descobri que Ji-Paraná fora palco de uma mobilização anti-barragem e ainda era alvo da “iniciativa barrageira”. Na seqüência, ocorreu o seminário em que conheci os Arara e os Gavião.

Na primeira oportunidade que tive, durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CONDEAM), me apresentei a Heliton Tinhawambá Gavião, que representava a Organização Paderééhj¹⁷ no conselho, e logo lhe perguntei a respeito do projeto de barragem. Tinhawambá foi o responsável pelo meu envolvimento posterior com o tema dos projetos hidrelétricos do Rio Machado e a mobilização indígena anti-barragem. Sempre preocupado com a possibilidade de construção das barragens, ele me colocou a par da situação atual do projeto e me emprestou o texto de Elizabeth Forseth e Lars Lovold (1991) – que trata da visita dos Arara, Gavião e Zoró ao canteiro de obras da Usina Samuel e à Vila Pioneira da JP-14 –, que se constituiu na pista inicial para os desdobramentos desta pesquisa.

O projeto de pesquisa inicialmente proposto pretendia conhecer mais sobre a articulação anti-barragem desencadeada pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado em dois momentos: dos anos 80 até a sua suspensão, em meados dos anos 90, e atualmente. A proposta inicial se mostrou inviável para uma pesquisa de mestrado. Além dos Arara e Gavião, seria necessário conhecer mais sobre as comunidades rurais e ribeirinhas ameaçadas, a atuação das igrejas católica e luterana, os sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros agentes envolvidos na mobilização anti-barragem. Foi então que pensei em um recorte temporal: a pesquisa se fixaria no primeiro momento da mobilização. Ao chegar a Ji-Paraná em março de 2007 para a pesquisa de campo, me deparei com uma série de questões que redesenharam o projeto mais uma vez. Por um lado, a dificuldade em localizar os agentes não-indígenas envolvidos na mobilização anti-barragem – que se dispersaram territorialmente desde então – restringiu meu acesso somente às lideranças que mais se destacaram na mobilização e que de algum modo puderam ser localizadas.

De outro lado, desde 2005, me aproximei dos Arara e dos Gavião e pude acompanhar, sempre que possível, sua luta contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, de modo que dispunha de muitas informações sobre a mobilização indígena. Além da empatia, a persistência dos Arara e dos Gavião em enfrentar os projeto hidrelétricos chamou minha atenção. Eles têm despertado a retomada da articulação anti-barragem em Ji-Paraná, desde que souberam que os

¹⁷ A Organização Paderééhj reúne os Arara, os Gavião e os povos indígenas da Terra Indígena Rio Branco. Atualmente, Tinhawambá Gavião é seu coordenador.

estudos de inventário hidrelétrico do Rio Machado estavam sendo refeitos, em 2005, e, mesmo sabendo das mudanças recentes ocorridas no projeto – que supostamente não os atingirá mais –, decidiram permanecer mobilizados. Durante a pesquisa de campo realizada em 2007, o tema da pesquisa foi definido na **luta indígena contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado**.

Um compromisso meu com os Arara e os Gavião orientou a execução desta pesquisa. Ao meu interesse em conhecer sua mobilização contra os projetos de barragem e desenvolver uma pesquisa sobre o assunto, corresponde uma expectativa deles de que a pesquisa resulte em um registro escrito de sua luta¹⁸, que certamente não será um registro definitivo – nem pretende ser –, mas uma primeira sistematização que poderá subsidiar os pesquisadores Arara e Gavião que estão por vir. Comprometi-me a mantê-los informados sobre os projetos hidrelétricos do Rio Machado e tenho repassado a eles as notícias mais recentes sobre o projeto da Usina Tabajara, o atual projeto hidrelétrico do Rio Machado. Para os professores e professoras Arara e Gavião, já me coloquei à disposição, caso queiram, ao final da pesquisa, elaborar algum tipo de material didático sobre a luta contra os projetos hidrelétricos e o material localizado até agora (fotos, cartas, documentos) referente à mobilização indígena anti-barragem tem sido repassado a eles.

Este compromisso não diz respeito apenas aos resultados da pesquisa. O texto aqui apresentado destaca, com insistência, os textos orais dos Arara e dos Gavião que registrei durante a pesquisa, transcritos em fonte **Cambria, tamanho 11**, como parte da história aqui contada, e não como citações em seu formato tradicional. Não é o caso de “dar voz” a eles, porque nunca se calaram. O problema do silenciamento talvez esteja mais na escuta, e não na emissão do discurso. Para tentar minimizar o meu controle sobre o universo discurso dos Arara e dos Gavião, seus textos serão apresentados na íntegra¹⁹, na Parte II da dissertação. Para a tradução das falas em Rama-Rama e Tupi-Mondé, contei com a assistência de Sebastião Kara’yã péw Arara Gavião, Célio Nakyt Arara, Ernane Nakaxiõp Arara, Heliton Tinhawambá Gavião, Iran Kávsona Gavião, Josias Govéjh Pòhv Gavião, Ronaldo Nakaxaxing Arara, Ruty Arara e Zaquel Yayorõk Arara, aos quais sou grata.

¹⁸ É preciso ainda avaliar as implicações do registro escrito de uma experiência, até agora, registrada, em sua maior parte, na tradição oral dos Arara e dos Gavião.

¹⁹ Agradeço a Mauro William Barbosa de Almeida pelas sugestões quanto à forma de apresentação dos textos indígenas, durante o exame de qualificação.

Justificativas

A motivação inicial para me dedicar ao caso dos projetos hidrelétricos do Rio Machado relacionava-se com a vontade de conhecer mais sobre a mobilização anti-barragem que se deu em Ji-Paraná e com o incômodo diante da invisibilidade desta luta social. No início, imaginava que o problema podia ser apenas comigo, afinal de contas, para os Arara e para os Gavião, a luta contra os projetos de barragem nunca saiu de evidência. No fim dos anos 80, auge das manifestações públicas contra os projetos hidrelétricos, eu era criança e só tenho vagas lembranças da ponte do Rio Machado interditada, sem nunca ter conhecido as motivações dos manifestantes.

Durante a pesquisa, no entanto, pude constatar um silenciamento sistemático e deliberado – por parte dos defensores destes projetos, muitos deles autores de livros e publicações sobre a história de Ji-Paraná – da luta social que culminou na suspensão dos projetos hidrelétricos do Rio Machado. Nos documentos mais recentes da ELETRONORTE e de outras empresas do setor elétrico interessadas na exploração hidrelétrica do Rio Machado, não há qualquer referência à oposição que as propostas anteriores enfrentaram. Esta pesquisa relaciona-se, portanto, a uma tentativa de trazer à tona uma história silenciada e excluída dos relatos oficiais da história de Ji-Paraná e do processo de eletrificação de Rondônia e, em contrapartida, relaciona-se a um empenho em compreender as estratégias de visibilização mobilizadas pelos Arara e pelos Gavião na luta anti-barragem.

Ao longo da pesquisa, descobri outras justificativas para o estudo dos projetos hidrelétricos do Rio Machado e das mobilizações que desencadearam no passado e desencadeiam ainda hoje. Os primeiros estudos para aproveitamento hidrelétrico do Rio Machado foram realizados antes da implantação da Resolução N.º. 1 do Conselho Nacional de Meio-Ambiente (CONAMA), de 1986 e antes da Constituição de 1988, dois marcos legais que representaram constrangimentos para a execução das políticas do setor elétrico. Como os projetos hidrelétricos do Rio Machado foram elaborados na transição de uma legislação para outra e envolvem, além de populações rurais, povos indígenas, sua análise oferece pistas das estratégias adotadas pelo setor elétrico brasileiro desde então. Uma avaliação preliminar indica que esta adequação se deu apenas em um nível retórico, não significando uma alteração significativa do padrão de atuação do setor elétrico no que diz respeito aos projetos de usinas hidrelétricas.

Por se tratar de **projetos** que nunca saíram do papel, o caso do Rio Machado oferece uma oportunidade de avaliar as estratégias do setor elétrico na busca de viabilizar projetos derrotados

politicamente. A constatação da pesquisa realizada é a de que essas estratégias se fundamentam no silenciamento desta derrota. É sintomático que a Reavaliação dos Estudos de Inventário do Rio Machado, aprovada em abril de 2007 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), não faça qualquer menção às dificuldades que os projetos anteriormente propostos para o Rio Machado enfrentaram. Nos novos estudos, os empreendedores afirmam que o abandono do projeto da Usina Ji-Paraná se relaciona a um novo momento do setor elétrico, orientado por uma compatibilização entre os objetivos de crescimento (vinculados à geração de energia elétrica) e à preservação ambiental, condensados no conceito de “desenvolvimento sustentável”. Os empreendedores apresentam o rearranjo do projeto como uma **opção**, e não como algo que foi, também, condicionado por lutas sociais. O fato do projeto da Usina Ji-Paraná não ter se concretizado, apesar de toda a urgência e irreversibilidade anunciadas pela ELETRONORTE e pelos apoiadores locais do empreendimento, desmente os argumentos que anos atrás buscavam legitimá-lo.

Também por se tratar de um projeto que há mais de vinte anos tenta se concretizar, a análise deste caso permite avançar na avaliação das conseqüências de um **projeto** hidrelétrico. Já se sabe que o simples anúncio de um projeto hidrelétrico provoca mudanças na região visada pelo empreendimento. A mais evidente é a reorganização do mercado de terras. Em entrevista²⁰, o chefe da Unidade Avançada do INCRA em Ji-Paraná, João Luiz, que participou do levantamento da população rural ameaçada pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado, afirmou que a expectativa em torno do projeto da Usina Ji-Paraná atrasou em pelo menos três anos o trabalho de regularização fundiária que o INCRA executava nas áreas ameaçadas pelo projeto. Outras conseqüências, provavelmente inesperadas pela ELETRONORTE, também foram identificadas. Uma delas diz respeito a uma mudança nas relações até então apenas conflitivas entre os povos indígenas Arara e Gavião e os trabalhadores rurais, que se aproximaram e forjaram uma aliança estratégica para combater o projeto da Usina Ji-Paraná. Desde então, essa aliança tem sido constantemente construída, renovada e acionada nos momentos mais críticos de luta pela terra. Outra conseqüência se relaciona ao legado da intensa experiência de mobilização popular que este projeto provocou, culminando na constituição do Movimento de Atingidos por Barragem de Rondônia. Algumas dessas conseqüências serão avaliadas nesta dissertação.

²⁰ Realizada no escritório do INCRA em Ji-Paraná, no dia 15 de junho de 2007.

O destaque à palavra **projetos** justifica-se na medida em que o recorte desta pesquisa trouxe dificuldades adicionais. Quando a barragem já foi construída ou está em vias de se concretizar, o pesquisador tem à sua disposição um universo mais “palpável” de situações para tratar. No meu caso, até 2007, com a aprovação da revisão dos estudos de inventário do Rio Machado, com a exceção do estado de alerta constante dos Arara e dos Gavião, não havia qualquer sinal de que os projetos hidrelétricos do Rio Machado seriam realmente retomados. Tudo não passava de uma “ameaça fantasma”: os *índios* estavam mobilizados, sem saber exatamente contra o quê. A aprovação dos estudos alterou, em partes, esse estado de indefinição.

A insistência dos Arara e dos Gavião em permanecerem mobilizados mesmo com a modificação do eixo de barramento do Rio Machado – que supostamente não os atingiria – acrescenta mais elementos ao debate atual sobre o “conceito de atingido” (VAINER, 2003), na medida em recusam a classificação entre atingidos diretos e indiretos. Para eles, qualquer projeto hidrelétrico no Rio Machado os atinge do mesmo jeito e eles já se consideram **prejudicados** por barragens que nem saíram do papel, de tanta **energia** que têm despendido ao longo de mais de vinte anos de mobilização anti-barragem.

Por fim, ainda que trate especificamente da luta anti-barragem dos Arara e dos Gavião, esta pesquisa buscou avaliar as mobilizações desencadeadas pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado. Mobilizações estas que não se resumem à luta anti-barragem ou aos vultosos recursos financeiros mobilizados pelos interessados na exploração hidrelétrica do Rio Machado, mas dizem respeito a uma mobilização de sentidos e práticas pelas partes em disputa, que, por sua vez, tem efeitos políticos. Do lado dos apoiadores do projeto, tem sido mobilizada uma narrativa que encobre reivindicações e vitórias políticas daqueles que opõem às barragens. Os Arara e Gavião, por sua vez, mobilizam autonomia e insubalternidade ao reivindicarem o controle sobre seu território e colocam em questão as noções de desenvolvimento implicadas na ocupação recente de Rondônia e atualizadas nos projetos da ELETRONORTE para o Rio Machado. Esta pesquisa, portanto, se debruçou a ler o “texto social” construído por essas mobilizações ao longo de duas décadas.

Objetivos

- A. Sistematizar informações sobre os projetos hidrelétricos do Rio Machado, especialmente sobre o projeto da Usina Ji-Paraná, e sobre as mobilizações que desencadearam. Este objetivo se colocou durante a elaboração do projeto de pesquisa, em 2005, diante das dificuldades em acessar informações sobre a história do projeto da Usina Ji-Paraná.
- B. Identificar algumas conseqüências dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, de modo a contribuir para a avaliação de conseqüências de **projetos** hidrelétricos.
- C. Identificar algumas implicações da luta anti-barragem dos Arara e do Gavião, especialmente aquelas que dizem respeito à recusa da condição subalterna e à exigência do reconhecimento da condição de sujeitos políticos que estes povos indígenas reivindicam.

Para realizar estes objetivos, recorri à literatura acerca das implicações sociais das barragens. As pesquisas e reflexões a partir de experiências de pessoas e lugares atingidos por barragens colaboraram para traçar um possível quadro dos prejuízos que as usinas Ji-Paraná e Tabajara poderiam causar, especialmente no que diz respeito ao histórico de atuação do setor elétrico e da FUNAI nos casos em que as barragens atingem povos indígenas. A constatação de diversos autores é a de estes empreendimentos são marcados por um caráter etnocida (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988; SANTOS & NACKE, 2003), como se verá adiante. Por sua vez, o conceito de “racismo ambiental” (ACSERALD, 2004) destaca o elemento étnico como traço marcante dos “refugiados do desenvolvimento” (ALMEIDA, 1996; VISVANATHAN, 1997).

O conceito de “colonialismo interno” deu suporte à reflexão da luta anti-barragem dos Arara e dos Gavião como uma luta pós-colonial (ou anti-colonial), na medida em que estes povos indígenas desvelam a violência do contato interétnico e denunciam que o processo de conquista e espoliação ainda está em curso, e que as propostas de barragem nada mais são do que a atualização deste projeto genocida. Da literatura sobre movimentos sociais, busquei o conceito de “política cultural”, proposto por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), na medida em que estes povos indígenas contestam as noções dominantes acerca da “natureza” e do “desenvolvimento” implicadas nesses projetos, e reivindicam para si uma condição de igualdade perante os *brancos*. Para além da luta por terra, os Arara e os Gavião estão empenhados em uma luta por reconhecimento e autonomia, na qual o território são fundamentais.

Procedimentos de Pesquisa

Pesquisa bibliográfica

Parte da pesquisa se concentrou na leitura de textos que tratam do processo de ocupação recente da Amazônia brasileira e dos conflitos resultantes envolvendo populações indígenas, pequenos agricultores, populações tradicionais, latifundiários, etc. e das implicações sociais de projetos hidrelétricos. O acesso a este material se deu principalmente por meio do acervo das Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Rondônia.

As pesquisas e reflexões a partir de experiências de pessoas e lugares atingidos por barragens colaboraram para traçar um possível quadro dos prejuízos que as usinas Ji-Paraná e Tabajara poderiam causar, especialmente no que diz respeito ao histórico de atuação do setor elétrico e da FUNAI nos casos em que as barragens atingem povos indígenas. A constatação de diversos autores é a de estes empreendimentos são marcados por um caráter etnocida (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988; SANTOS & NACKE, 2003), como se verá adiante. Por sua vez, o conceito de “racismo ambiental” (ACSERALD, 2004) destaca o elemento étnico como traço marcante dos “refugiados do desenvolvimento” (ALMEIDA, 1996; VISVANATHAN, 1997).

O conceito de “colonialismo interno” deu suporte à reflexão da luta anti-barragem dos Arara e dos Gavião como uma luta pós-colonial (ou anti-colonial), na medida em que estes povos indígenas desvelam a violência do contato interétnico e denunciam que o processo de conquista e espoliação ainda está em curso, e que as propostas de barragem nada mais são do que a atualização deste projeto genocida. Da literatura sobre movimentos sociais, busquei o conceito de “política cultural”, proposto por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), na medida em que estes povos indígenas contestam as noções dominantes acerca da “natureza” e do “desenvolvimento” implicadas nesses projetos, e reivindicam para si uma condição de igualdade perante os *brancos*. Para além da luta por terra, os Arara e os Gavião estão empenhados em uma luta por reconhecimento e autonomia, na qual o território são fundamentais.

Sobre o caso dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, com exceção do material técnico produzido a pedido da ELETRONORTE – os estudos de inventário do Rio Machado e do projeto da Usina Ji-Paraná –, pouca coisa se escreveu. O artigo de Elizabeth Forseth e Lars Lovold (1991), que relata a visita dos Arara e Gavião ao canteiro de obras da Usina Samuel e ao

acampamento da JP-14 em 1988, é o único registro escrito que detalha a mobilização indígena contra o projeto da Usina Ji-Paraná. Este artigo, que me foi apresentado por Tinhawambá Gavião em nossos primeiros encontros, trouxe pistas importantes para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Os relatórios e textos produzidos por Mauro Leonel (1984, 1998, 2001), antropólogo que trabalhou com os Gavião nos anos 80, também contêm informações sobre o assunto.

Pesquisa em arquivos

Para reunir mais informações sobre os projetos hidrelétricos do Rio Machado e a mobilização que desencadearam, foi preciso fazer pesquisa em arquivos e conversar com pessoas que, de algum modo, se envolveram com esta questão.

Foram consultados os seguintes arquivos:

- Biblioteca Municipal de Ji-Paraná – Ji-Paraná (RO)
- Biblioteca do Setor de Educação Indígena da SEDUC – Ji-Paraná (RO)
- Câmara Municipal de Ji-Paraná – Ji-Paraná (RO)
- Centro de Documentação da ANEEL (CEDOC) – Brasília (DF)
- Centro de Estudos Migratórios – São Paulo (SP)
- Centro de Estudos e Pastoral dos Migrantes – Ji-Paraná (RO)
- Comissão Pastoral da Terra de Rondônia – Ji-Paraná (RO)
- Conselho Indigenista Missionário de Rondônia – Porto Velho (RO)
- Diocese de Ji-Paraná – Ji-Paraná (RO)
- Pastoral Indigenista da Diocese de Ji-Paraná – Ji-Paraná (RO)
- Procuradoria Geral da República em Rondônia – Porto Velho (RO)

O acesso aos estudos da ELETRONORTE sobre o Rio Machado foi prejudicado por duas razões: a burocracia do CEDOC da ANEEL não autoriza a retirada de material de sua biblioteca para não-funcionários nem oferece a possibilidade de xerocar o material desejado na própria ANEEL; e com a polêmica em torno dos projetos hidrelétricos do Rio Madeira intensificada desde 2006, os estudos do Rio Machado – que fazem parte dos estudos do Rio Madeira – ficaram indisponíveis para consulta pública.

Depois de seguir várias pistas, e graças à informação de um dos coordenadores do MAB em Rondônia, Wesley Ferreira, foi possível localizar no escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) uma pasta do Movimento de Atingidos por Barragem de Rondônia (MABRO), cuja existência havia sido indicada por Luiz Bassegio, em entrevista realizada no dia 7 de março de 2007, em São Paulo. Essa pasta contém parte dos estudos de inventário e de viabilidade da Usina

Ji-Paraná e reúne recortes de jornais sobre os casos de Ji-Paraná e da Usina Samuel, além de materiais produzidos pelo movimento nacional de luta anti-barragem no fim dos anos 80 e início dos anos 90.

No arquivo da Diocese de Ji-Paraná, além de localizar registros de reuniões realizadas nos anos 80, foi possível encontrar o vídeo da II Romaria da Terra de Rondônia, realizada no dia 17 de julho de 1989, em Ji-Paraná²¹, e o documentário “Energia, sim! Barragem e Destruição, não”, de 1990, produzido pelo Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI), materiais importantes por oferecer registros audiovisuais da mobilização contra o projeto da Usina Ji-Paraná. Nos arquivos do CIMI-RO e da Pastoral Indigenista foram localizados registros fotográficos da mobilização indígena contra a barragem.

Na Procuradoria Geral da República em Porto Velho, tive acesso à documentação do Processo Administrativo relativo às Hidrelétricas da bacia do rio Branco, tanto dos empreendedores (estudos ambientais, solicitações de licenças, respostas aos questionamentos do Ministério Público, etc.) quanto dos atingidos, indígenas e agricultores (atas de assembléias que trataram das barragens cartas-denúncia dirigidas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao Ministério Público Federal (MPF), ao Ministério Público Estadual (MPE), além dos pareceres de técnicos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), FUNAI, Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), MPF e MPE sobre o caso.

Entrevistas

As entrevistas individuais foram uma estratégia de pesquisa importante para recuperar algumas informações sobre a mobilização ocorrida nos anos 80 e 90 e para conhecer algumas percepções acerca dos projetos hidrelétricos e da luta contra barragem em Rondônia. Em algumas entrevistas, o foco não foi o projeto da Usina Ji-Paraná nem a mobilização em torno dele, mas o processo de ocupação recente de Rondônia, especialmente em Ji-Paraná, e as relações com povos indígenas da região. A escassez de registros escritos sobre o assunto tornou esse procedimento fundamental. Para tanto, foram entrevistados Dom Antônio Possamai, ex-bispo da Diocese de Ji-Paraná; Luiz Bassegio, do Serviço Pastoral do Migrante (SPM); Anselmo de Jesus, deputado

²¹ A luta contra o projeto da Usina Ji-Paraná foi o tema da primeira parada reivindicatória da II Romaria da Terra. Os Arara e Gavião participaram da romaria e Fernando Txerepoabá Gavião e Pedro Arara falaram aos romeiros sobre a barragem.

federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); José Bassegio, ex-coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Rondônia; Saulo Feitosa, coordenador nacional do CIMI; Assis Canuto, vice-prefeito de Ji-Paraná; João Luiz, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Ji-Paraná; Horst Stute, missionário da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB).

Um roteiro previamente elaborado (específico para cada entrevistado) orientou as entrevistas, que permaneceram “abertas” aos caminhos que surgiram durante a conversa. Todos os entrevistados permitiram a gravação das entrevistas.

A distância temporal dos acontecimentos tratados nesta pesquisa e a alta rotatividade nos assentamentos rurais dificultou a localização de não-indígenas envolvidos na mobilização anti-barragem. Por esses motivos, só foram entrevistados algumas pessoas que se destacaram na luta contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado e que hoje têm alguma visibilidade, seja em cargos públicos ou em movimentos sociais. Alguns indígenas foram entrevistados individualmente, mas a pesquisa entre os Arara e Gavião se deu, na maior parte, de forma coletiva, em reuniões realizadas nas aldeias.

Visitas às aldeias

A memória dos Arara e Gavião se constituiu em fonte fundamental para esta pesquisa. Entre março e julho de 2007, durante a pesquisa de campo, eles articularam reuniões nas aldeias para relembrar a luta contra os projetos de barragem e me explicar os motivos pelos quais continuam mobilizados. A maior parte destas reuniões se deu em Rama-Rama e em Tupi-Mondé, de modo que, no momento em que falavam, com a exceção de poucas palavras, eu só podia captar a profunda indignação que a proposta de barragem lhes provoca. Quando as conversas se davam em português, eu pude intervir, fazendo perguntas e tirando dúvidas a respeito de informações que havia levantado. Antes de começar as reuniões, eu me apresentava, explicando os objetivos da pesquisa e pedia autorização para gravar suas falas. Em nenhuma ocasião a gravação foi proibida. As cópias com o conteúdo das reuniões estão sendo repassadas aos professores e professoras indígenas.

Para chegar até as aldeias ou voltar de lá, contei com as caronas da equipe do Setor de Educação Indígena de Ji-Paraná, da Pastoral Indigenista e dos missionários luteranos do Conselho de Missão entre os Índios (COMIN), Jandira e Nelson. Algumas vezes, fui apenas

acompanhar reuniões ou cursos dessas entidades nas aldeias, que acabaram se tornando oportunidades para conversar sobre a barragem.

Participação em atividades públicas

Tive a oportunidade de participar de algumas atividades em que o tema da barragem surgiu: encontros dos movimentos indígenas, reuniões da articulação anti-barragem em Ji-Paraná, etc. Dentre elas, se destacam, em ordem cronológica:

- A. Seminário “Território Indígena: um direito a ser validado”, no dia 18 de abril de 2005, em Ji-Paraná;
- B. Encontro dos Atingidos e Ameaçados por Barragens no estado de Rondônia e Capacitação em Licenciamento Ambiental, nos dias 4, 5 e 6 maio de 2006, em Porto Velho;
- C. Encontro Preparatório para o Acampamento Terra Livre, nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2007, em Ji-Paraná;
- D. Acampamento Terra Livre, nos dias 16 a 19 de abril de 2007, em Brasília;

Entre março e julho de 2007, participei de outras atividades ligadas a questões indígenas em Rondônia, como as reuniões para a elaboração do projeto do Curso de Licenciatura Intercultural para formação de professores indígenas, a ser proposto para o campus da Universidade Federal de Rondônia em Ji-Paraná e as discussões sobre o Ante-Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas.

Capítulo 2: Os projetos hidrelétricos do Rio Machado

Praticamente esgotado o potencial hidrelétrico dos melhores eixos da região Sudeste, a indústria barrageira tem se voltado para a Amazônia, caracterizada como uma nova fronteira hidrelétrica, detentora de 44% do potencial total do país (FURNAS, 2005, 19). O mapa elaborado por Aline Rick e Oswaldo Sevá (Figura 2) identifica 304 barragens na Amazônia, dentre aquelas já construídas ou inventariadas:

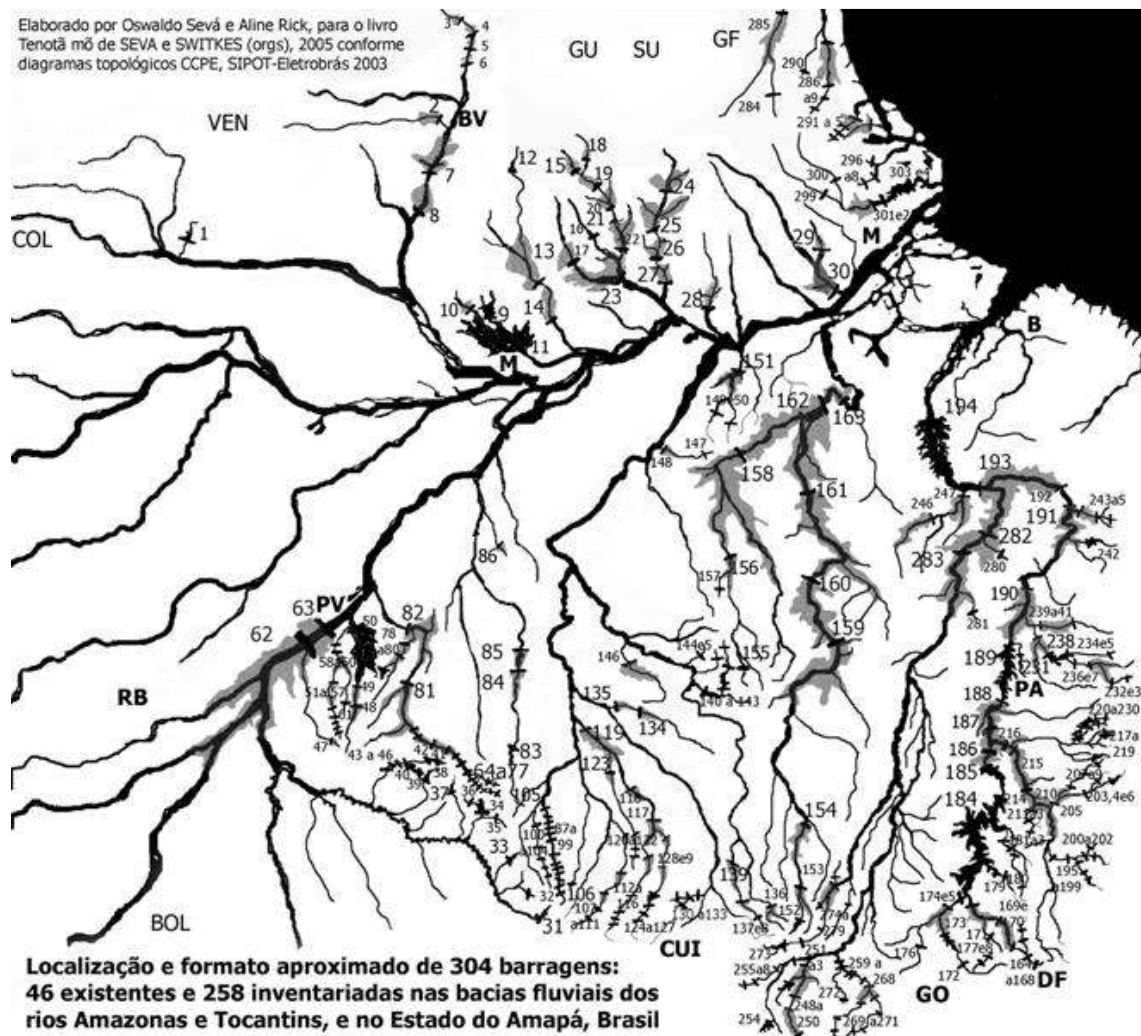


Figura 2: Mapa com barragens construídas e inventariadas na Amazônia.
Fonte: SEVÁ, 2005, 169

Os rios Tocantins, Xingu, Madeira e Tapajós e seus afluentes concentram a maior parte das barragens propostas ou executadas. Em Rondônia, que conta com cinquenta e duas das barragens²² apontadas por Sevá e Rick, pode-se até mesmo falar em uma “febre barrageira”, caracterizada pela instalação de hidrelétricas de pequeno porte em todo o estado, pela retomada de projetos derrotados no passado e pelo alvoroço que a proposição dos projetos hidrelétricos do Rio Madeira tem provocado. Longe de se constituírem em um caso isolado, os projetos hidrelétricos do Rio Machado se inserem em uma estratégia de exploração dos rios amazônicos que atualiza as políticas desenvolvimentistas executadas pela ditadura militar na região a partir dos anos 60²³ e que têm ameaçado e expropriado populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Os projetos hidrelétricos do Rio Machado

Em 1983, a ELETRONORTE contratou o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.²⁴ – CNEC – para a realização dos estudos de inventário da bacia do Rio Madeira, envolvendo áreas no Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Além do Rio Madeira, foram estudadas as sub-bacias dos rios Preto-Jacundá, Candeias, Machado²⁵, Aripuanã/Roosevelt e Sucunduri (CNEC, 1987, 7). Dentre estas, a do Rio Machado, em Rondônia, foi considerada prioritária pela ELETRONORTE, por apresentar “características francamente favoráveis para a exploração hidrelétrica, por contar com aproveitamentos de potencial compatível com os requisitos do mercado de energia elétrica do Sistema Acre-Rondônia, pela situação geográfica,

²² Indicadas pela numeração de 31 a 82, no mapa.

²³ Embora este processo tenha se intensificado a partir dos anos 60, a idéia de ocupar e integrar a Amazônia por meio do planejamento governamental data pelo menos dos anos 30, na Era Vargas, conforme salientou Celina D’Araújo: “De imediato, podemos afirmar que grande parte das medidas sugeridas ou implementadas depois de 1964 já havia sido aventada em outros tempos. Se não foram tomadas antes, não significa que não fossem desejadas. A grande diferença que se pode estabelecer, portanto, entre antes e depois de 1964 com relação à Amazônia, não diz respeito aos tipos de planos de à Amazônia, não diz respeito aos tipos de planos de desenvolvimento, mas sim à capacidade do governo de implementá-los.” (D’ARAÚJO, 41, 1992)

²⁴ Na dissertação de mestrado de Maria Fernando Pinheiro há uma breve descrição do CNEC: “Criada em 1959, é uma empresa do grupo Camargo Corrêa. Numa das áreas que atua, a de energia, já executou estudos e projetos para a Eletronorte (UHE’s Couto Magalhães, Babaquara, Belo Monte, Ji-Paraná), Eletrosul (UHE’s Ita, Machadinho, Salto Santiago, Salto Osório), Furnas (Serra do Facão, Paulistas), além da própria controladora Camargo Córrea (PCH’s Jauru, Arrossental). Até 1988 detinha o controle da Milder Kaiser Engenharia, empresa fundada em 1973.” (PINHEIRO, 2007, 41). O projeto do Complexo Hidrelétrico do Xingu, também planejado por esta empresa, é conhecido internacionalmente devido aos prejuízos sociais e ambientais previstos, principalmente no que se refere aos povos indígenas do Xingu, que desde os anos 80 se mobilizam contra este projeto. Para mais informações sobre esse caso, consultar SANTOS & Andrade (orgs) 1988 e SEVÁ (org), 2005.

²⁵ Nos estudos, a empresa se refere ao Rio Machado – como é popularmente conhecido – como Rio Ji-Paraná, seu nome oficial.

relativamente próxima de Porto Velho e por estar enquadrada numa das áreas de maior desenvolvimento do Estado” (Ibid., 17).

Para facilitar os estudos, o Rio Machado foi dividido em quatro trechos, classificados de acordo com o potencial de aproveitamento hidrelétrico (Figura 3):

- trecho 1 – desde a sua foz até a localidade de Dois de Novembro, com uma extensão de 240 km sem interesse hidrelétrico, pois o rio percorre uma planície da bacia sedimentar, sem desníveis apreciáveis;
- trecho 2 – vai desde Dois de Novembro até a cidade de Ji-Paraná, num percurso de 370 km, com queda da ordem de 84 m; nesse trecho, os afluentes principais são os rios Machadinho e Jaru, ambos pela margem esquerda, e o rio Tarumã, pela margem direita;
- trecho 3 – entre as cidades de Ji-Paraná e Pimenta Bueno, com 160 km, onde o rio apresenta o curso ao lado da rodovia BR-364, percorrendo terras densamente ocupadas, entremeadas de núcleos populacionais como Cacoal, Riozinho, Presidente Médici e outros;
- trecho 4 – desde a cidade de Pimenta Bueno até as cabeceiras, próximo à cidade de Vilhena, cobrindo um total de 300 km de rio, sendo metade desta distância ao longo do rio Comemoração e a outra no Pimenta Bueno; nesse trecho, os referidos formadores se afastam um pouco da BR-364, percorrendo, a partir da segunda metade de cada subtrecho, terras com menor grau de ocupação. (Ibid, 19).

Setenta e sete locais de barramento foram identificados ao longo do Rio Machado. O trecho 2 foi considerado o mais “atraente” do ponto de vista da exploração hidrelétrica por concentrar cerca de 70% do potencial hidrelétrico total da bacia, a um custo de desenvolvimento equivalente a 40% do custo total (CNEC, 1985, v). A rapidez do processo de ocupação dessa região tornava a execução dos projetos hidrelétricos do Rio Machado uma prioridade da ELETRONORTE, que pretendia se “antecipar aos problemas decorrentes da ocupação da área” (Ibid, vi).

Foram mapeadas três alternativas de divisão de queda possíveis para o trecho 2, hierarquizadas a partir do critério ambiental, entendido pela empresa como os “meios físicos, biótico, sócio-econômico e cultural” (Ibid, 1985, vi). Dentre estas possibilidades, a ELETRONORTE optou pela Alternativa 1, composta por dois eixos de barramento: JP-14 e JP-04, nas cotas 137 m e 94 m, respectivamente (Figura 4). A Alternativa 1 teria potência instalada de 1285 MW (520 MW no eixo JP-14 e 765 MW no JP-04), com área inundada de 1627 km² (957 km² no eixo JP-14 e 670 km² no JP-04). Desses dois eixos, o JP-14, batizado de Usina Ji-Paraná, localizado no município de Ji-Paraná,

BACIA DO RIO JI-PARANÁ
LOCAIS DE BARRAMENTO ESTUDADOS NA FASE DE INVENTÁRIO

FIGURA

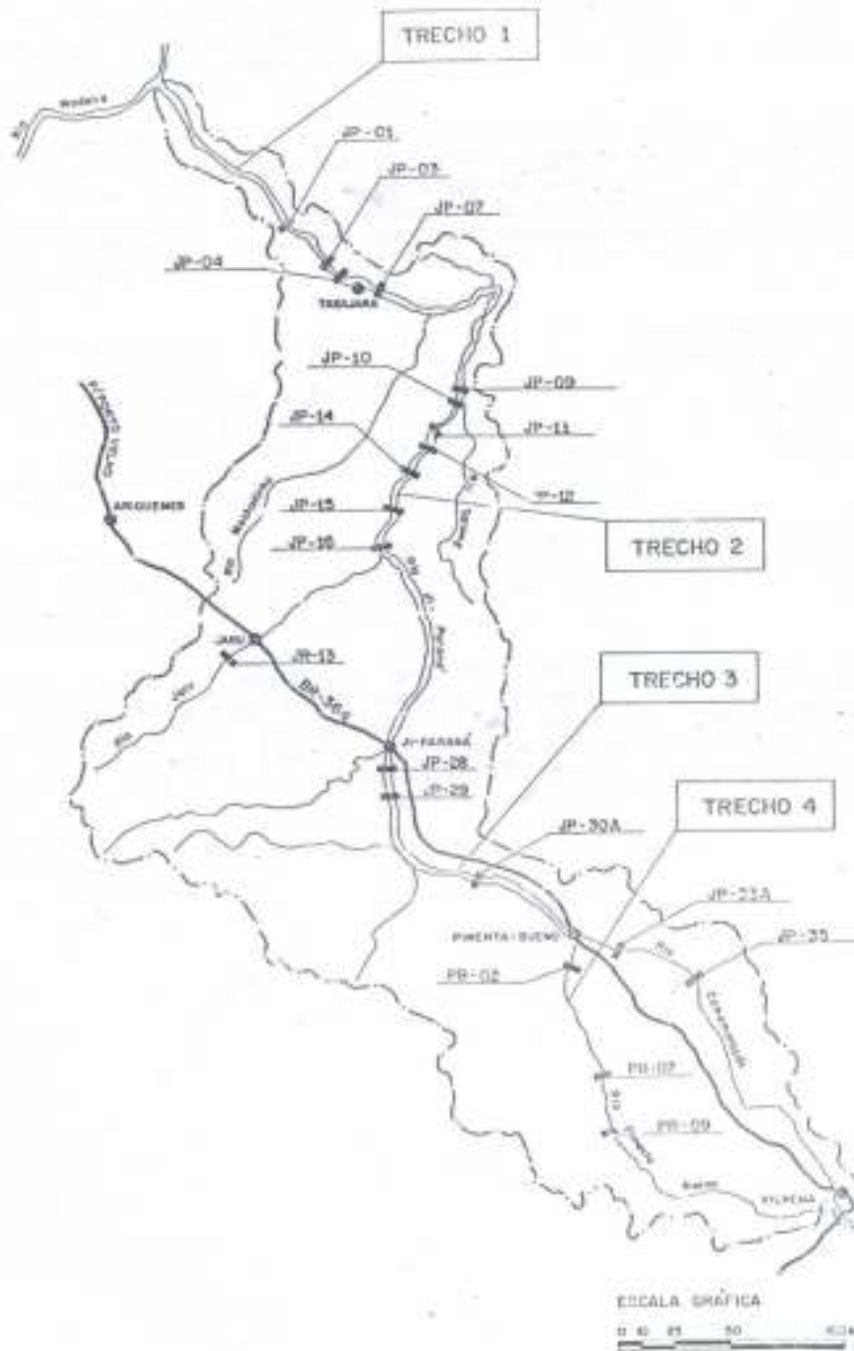


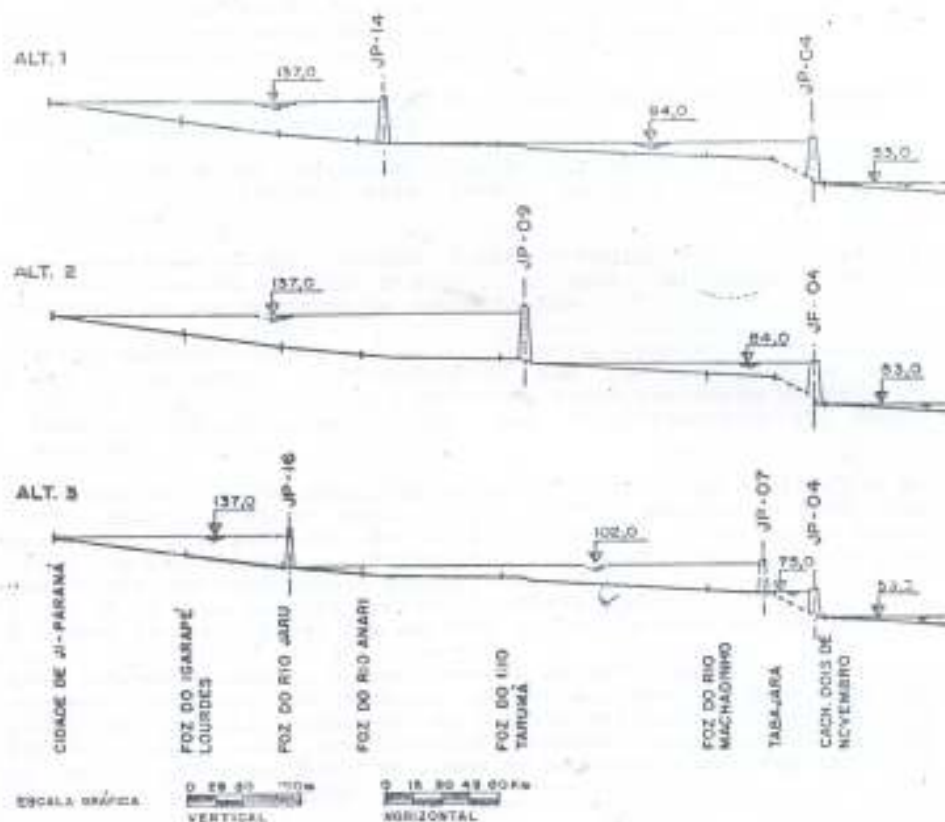
Figura 3: Ilustração dos possíveis eixos de barramento do Rio Machado.

Fonte: CNEC, 1987, 21.

ESQUEMAS ALTERNATIVOS DE DIVISÃO DA QUEDA

TRECHO 2 DO RIO JI-PARANÁ

FIGURA 6



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS ALTERNATIVAS

ALTERNATIVA	EIXO	POT. INSTAL. MW	ENERGIA FIRME		CUSTO TOTAL US\$ M	COTA M	ÁREA INUND. Km²	VOLUME RESERV. m³ x 10⁹	ALTURA BARRAM m
			INIC. MW	FINAL MW					
1	JP-04	103	107	333	702	94	870	5900	43
	JP-14	520	191	240	694	137	957	11840	42
	TOTAL	1295	-	573	1496	-	1627	17640	-
2	JP-04	585	77	256	605	84	228	1320	23
	JP-09	752	303	330	1012	137	1715	25100	52
	TOTAL	1337	-	586	1617	-	1943	26420	-
3	JP-04	420	31	188	493	75	50	220	24
	JP-07	448	118	207	676	102	780	8530	26
	JP-16	593	129	191	636	137	807	7450	35
TOTAL	1261	-	586	1807	-	1517	10190	-	

Figura 4: Alternativas de Divisão de Queda

Fonte: CNEC, 1987, 27.

próximo aos limites com o município de Jarú, foi priorizado sob as seguintes justificativas:

a - Ambos os aproveitamentos geram a mesma energia em primeira adição, sendo o custo do JP-04 cerca de 20% superior ao JP-14.

b - A ocupação das terras e a expansão agrícola, os planos governamentais e as estradas de penetração têm evoluído no sentido norte, partindo da rodovia BR-364 e dos centros irradiadores de Ji-Paraná, Ouro Preto D'Oeste e Jarú em direção à Tabajara. Decorre daí a necessidade premente de estabelecer o reservatório em área hoje ainda pouco explorada economicamente. A alternativa de fazê-lo mais tarde ou após a implantação de JP-04 encontrará essas terras irremediavelmente ocupadas.

c - A implantação de diques de contenção nos divisores do JP-04 merece uma consideração distinta, visto que a eventual presença de 'canalículos' devido à ação das térmitas nos solos de fundação dos diques poderá exigir um tratamento especial. Face às incertezas ainda existentes, quanto ao comportamento dos tratamentos ora preconizados, seria conveniente considerar que o aproveitamento que envolver maior extensão de diques (JP-04) pudesse ser postergado. Assim, ter-se-á mais tempo para investigar as fundações e esclarecer as dúvidas sobre o comportamento real dos solos com 'canalículos' e a eficácia dos tratamentos adotados nas obras hoje em execução.

d - A posição geográfica do JP-14, em termos de sistemas de transmissão, é mais favorável para o suprimento integrado dos principais pólos da região em estudo. (CNEC, 1985, viii).

A opção por priorizar o eixo JP-14 não significou o abandono do eixo JP-04, apenas indicava uma seqüência temporal para a execução da Alternativa 1.

As conseqüências previstas

O represamento do Rio Machado nos trechos previstos na Alternativa 1 atingiria os municípios de Ariquemes, Jarú, Ji-Paraná e Ouro Preto D'Oeste. Em relação às populações humanas ameaçadas, houve apenas um levantamento preliminar realizado em parceria com o INCRA, que estimou em 9600 o total de atingidos nos projetos de colonização (3960, pela Usina Tabajara e 5640, pela Usina Ji-Paraná). Na época, a própria empresa admitiu que seus dados eram pouco consistentes e que o número de pessoas ameaçadas pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado estava subestimado:

A título de esclarecimento, convém observar que o número de seis membros por unidade unifamiliar foi adotado na análise a partir do critério utilizado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – na avaliação do POLONOROESTE. Porém, no decorrer dos estudos observou-se que o número de membros por unidade unifamiliar na área é ainda superior a seis. Dessa maneira, a estimativa da população atingida pelo represamento, conforme apresentada no quadro acima, deve ser considerada como um valor mínimo. (CNEC, 1985, 5.106).

De acordo com os dados da ELETRONORTE, 1600 lotes estavam ameaçados. Se esse valor for multiplicado por sete (uma pessoa a mais do que o cálculo inicial de pessoas por lote), o número de pessoas ameaçadas pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado passaria a 11.200. O projeto priorizado pela ELETRONORTE, a Usina Ji-Paraná, deslocaria no mínimo 6.580 pessoas. A ausência de dados censitários municipais limitou a contagem da população ameaçada aos agricultores inscritos nos programas do INCRA, de modo que esse número diz respeito apenas à população rural dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) Ouro Preto, Padre Adolpho Rohl e do Projeto de Assentamento Machadinho (PA Machadinho). Não foram incluídos aí os povos indígenas ameaçados, nem a população ribeirinha e os moradores da “rede urbana tradicional”. Só na Vila de Tabajara, que seria totalmente inundada pela construção da Usina Tabajara, os estudos identificaram 209 habitantes, não contabilizados como ameaçados:

A rede urbana recente, composta pelos núcleos de apoio à colonização (NUAR), não será atingida, o mesmo não ocorrendo com a rede urbana tradicional, situada ao longo do rio Ji-Paraná. Contudo esta rede sendo remanescente de antigos ciclos extrativistas de borracha e do ouro encontra-se praticamente abandonada, destacando-se apenas Tabajara com cerca de 209 habitantes a ser atingida pelo reservatório do barramento JP-04. (CNEC, 1985, 1.18).

Para a ELETRONORTE, a presença de *poucos* habitantes tornava a inundação de Tabajara menos problemática, como se sua origem extrativista os desqualificasse enquanto população a ser considerada nos planos da empresa. A população ribeirinha, ligada ao extrativismo da seringa e da castanha, foi caracterizada como “um pequeno contingente de população [que] ocupa, de forma esparsa, as áreas ribeirinhas do rio Ji-Paraná e dos seus afluentes” (CNEC, 1987, 45). Embora a ELETRONORTE não tenha se dedicado a conhecer as populações da região, sabe-se que algumas áreas ameaçadas, como as Glebas Santa Rosa e Jacundá, eram ocupadas por “soldados da borracha” e seus familiares, instalados em antigos seringais como parte de uma política compensatória executada pelo INCRA²⁶. Para esta população, a empresa se comprometeu a oferecer “a opção de reproduzir, em área próxima, seu

²⁶ Os “soldados da borracha” foram atraídos para a região durante a II Guerra Mundial. Após o declínio do ciclo da borracha, muitos permaneceram nos antigos seringais. Com a política oficial de ocupação e modernização da Amazônia a partir dos anos 60, os soldados da borracha foram expulsos dos seringais, que foram disponibilizados para projetos oficiais de colonização e projetos agropecuários privados. Mais tarde, após muita reivindicação, os soldados da borracha foram reconhecidos como “heróis da pátria”, e passaram a receber aposentadoria pelos serviços prestados. O assentamento em antigos seringais fez parte da política de compensação voltada para este grupo, em execução durante os estudos da ELETRONORTE no rio Machado, nos anos 80. No entanto, na área definida pelo INCRA havia alta incidência de malária, o que causou o abandono da área e/ou a venda dos lotes.

quadro de vida e suas atividades econômicas, tanto quanto possível em bases ainda melhores do que as atuais” (CNEC, 1987, 45). O deslocamento compulsório e o reassentamento em outra área foram apresentados como oportunidades para melhoria das condições de vida da população ribeirinha, sobre a qual tão pouco se conhecia²⁷.

As preocupações da ELETRONORTE com deslocamento e reassentamento se concentraram na população rural assentada nos projetos de colonização do INCRA, embora houvesse suspeitas de que as populações que ocupavam as margens do Rio Machado na área urbana de Ji-Paraná também estivessem ameaçadas. O reassentamento seria feito em áreas dos Títulos Dominiais – que também seriam atingidos pela inundação – e nos próprios projetos de colonização, por meio de uma “política de adensamento da ocupação em áreas de maior potencialidade agrícola” (Ibid, 1987, 43).

A formação dos reservatórios comprometeria o sistema viário dos projetos do INCRA: em alguns projetos, as vias alimentadoras seriam inundadas (no PIC Ouro Preto, as estradas L-200, L-204, L-114 e L-82), provocando descontinuidades entre os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs) e os assentamentos. Estradas principais também seriam inundadas e seu traçado teria que ser modificado, como a L-605, que dava acesso ao PIC Pe. Adolpho Rohl a partir da BR-364 e o Travessão de Aruari, que fazia ligação com o PA Machadinho. A rodovia estadual RO-133, que liga Tabajara ao povoado de Dois de Novembro, também seria inundada.

A ELETRONORTE previa que a inundação dos projetos do INCRA, especialmente da infra-estrutura instalada, dificultasse o processo de integração e desenvolvimento das áreas mais afastadas em relação à BR-364 (CNEC, 1985, 5.96). Para o PA Machadinho, a previsão era da desestruturação total do projeto, que ainda estava em fase de implantação. Alguns NUARs teriam suas funções regionais alteradas, o que comprometeria a proposta de nucleação rural e interiorização dos serviços urbanos (CNEC, 1985, 5.102). A regionalização e interiorização do desenvolvimento eram benefícios que, supostamente, os projetos hidrelétricos do Rio Machado trariam para Rondônia.

À descrição detalhada dos projetos do INCRA, bem como das conseqüências previstas para a infra-estrutura destes projetos, não houve correspondência em relação às implicações para

²⁷ Um dos riscos decorrentes da construção das barragens apontados pelos Arara e pelos Gavião seria a intensificação do conflito agrário já existente na região, com a criação de mais “sem-terra”, conforme falou Iran Kavsona Gavião (2006, p.155): “Por que desabrigar mais a população enquanto milhares de pessoas não têm nenhum pedaço de terra para sobreviver?”

a população que ocupava os lotes do INCRA. Esta população foi apenas quantificada e identificada como migrante, condição que supostamente facilitaria a adaptação à nova realidade que a barragem criaria. Durante a pesquisa de campo não foi possível visitar esses antigos projetos do INCRA, hoje transformados em municípios (Machadinho D'Oeste e Vale do Anari), nem consultar a documentação do INCRA que poderia apresentar mais informações sobre o perfil dos assentados nestes projetos. Apesar disso, uma análise mais geral sobre a migração recente em Rondônia oferece algumas pistas.

Segundo dados do Centro de Estudos e Pastoral do Migrante de Ji-Paraná, na década de 80, Rondônia recebeu 938.211 migrantes (CEPAMI, 1998, 59). Para se ter uma idéia do crescimento populacional vertiginoso pelo qual esta região passou, em 1970 havia pouco mais de cem mil habitantes no estado. A maioria dos novos migrantes vieram do Paraná e do Mato Grosso. Muitos saíram do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Para muitos migrantes, o caminho até Rondônia passava por todos esses estados. Antes de se mudar para Rondônia, esses migrantes haviam sido pequenos proprietários, meeiros, moradores ou trabalhadores rurais assalariados (MILIKAN, 1999, 100). Atraídos pela propaganda oficial e/ou pelo contato com familiares e conhecidos que foram assentados, chegaram em Rondônia com a expectativa de conquistar um pedaço de terra e tiveram que enfrentar uma longa fila de espera no INCRA, que já não conseguia atender à demanda, sempre crescente, por terra. Muitos desistiram e foram tentar a vida nas cidades ou aderiram aos movimentos sociais de luta pela terra. Outros se dirigiram às novas fronteiras agrícolas no sul do Amazonas, Acre e Roraima²⁸.

Para muitos dos que foram assentados nos projetos do INCRA, a sorte não foi melhor. Instalados em terras com potencial agrícola inferior (as terras mais férteis foram destinadas a grandes propriedades), a prática agrícola só era viável por meio de técnicas de produção que empregavam capital intensivo. As famílias, endividadas, se desfizeram de seus lotes. A valorização das terras na região tornava os ganhos potenciais com a venda da terra superiores ao retorno econômico da produção. A rotatividade de colonos era alta: em alguns projetos, até 70% da população originalmente assentada vendeu seus lotes. No PIC Ouro Preto, quatorze anos depois do assentamento inicial, 63% dos colonos originais se desfizeram de suas terras. No PA Machadinho, em um ano, 40% dos lotes mudaram de dono (MILIKAN, 1999, 115).

²⁸ O CEPAMI estima que entre 1987 e 1990, 520.584 pessoas deixaram Rondônia (CEPAMI, 1998, 60). Hoje, é significativo o fluxo de migrantes em direção aos Estados Unidos, Espanha e Portugal.

Sabe-se também que Rondônia foi o destino de algumas famílias atingidas pela Usina Itaipu²⁹, nos anos 70. A recusa da Itaipu Binacional em garantir o reassentamento dos atingidos nas regiões próximas e o baixo valor das indenizações fez com que muitos atingidos se deslocassem para Rondônia e para o Mato Grosso em busca de terras mais baratas (GUIOMAR, 2003, 106). Embora nenhuma dessas famílias tenha sido localizada durante a pesquisa, tanto os documentos da época como pessoas envolvidas com a questão agrária em Rondônia confirmam que, dentre os ameaçados pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado, havia famílias atingidas pela Usina Itaipu. A experiência anterior de expropriação por que passaram essas famílias serviu de exemplo para alertar aqueles nunca haviam ouvido falar dos problemas causados por barragens.

Cento e sete famílias de colonos retirados da T.I. Igarapé Lourdes nos anos 80 foram assentados no PA Machadinho. A trajetória dessas famílias incluía, além da passagem por diferentes estados brasileiros, o conflito com os Arara e os Gavião, que culminou com o seqüestro, durante um mês, de dezesseis colonos. Por iniciativa própria ou enganados por políticos locais que lotearam a parte sul da TI Igarapé Lourdes, esses colonos ocuparam a área indígena. Alguns tiveram o cadastro reconhecido pelo INCRA, o que criou a expectativa de garantia do lote na região. Depois de uma operação da Polícia Federal para a retirada dos invasores, foram transferidos para o PA Machadinho, que, em seguida, ficou comprometido pela ameaça da hidrelétrica. Na época, o INCRA suspendeu toda e qualquer concessão de título de terra na região. Em entrevista³⁰, o chefe da Unidade Avançada do INCRA em Ji-Paraná, João Luiz, que participou do levantamento da população rural ameaçada, afirmou que a expectativa em torno dos projetos hidrelétricos atrasou em pelo menos três anos o trabalho de regularização fundiária que o INCRA executava na região. E essas famílias passaram, mais uma vez, pela tensão de não ter garantia das terras que ocupavam.

Parte da área dos projetos do INCRA que seria atingida pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado foi aos poucos abandonada pelos agricultores. A alta incidência de malária na região, as condições inadequadas do solo para produção agrícola e a precária assistência do INCRA para os assentados foram fatores que contribuíram para que aqueles que não deixaram seus lotes por

²⁹ Para uma análise do processo de expropriação em Itaipu, ver “Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu”, de Guiomar Inez Germani. Salvador: EDUFBA. Editora da ULBRA. 2003. 2ª edição.

³⁰ Realizada no escritório do INCRA em Ji-Paraná, no dia 15 de junho de 2007.

causa da barragem, o fizessem depois, abrindo espaço para grandes propriedades, no processo de pecuarização que se intensificou em Rondônia a partir dos anos 90.

Para a ELETRONORTE, o fato da maior parte da população assentada pelo INCRA se caracterizar pela condição de “migrante” minimizaria os problemas com o deslocamento: migrantes são acostumados a mudar de um lugar para o outro. A ocupação recente dos lotes tornaria menos problemático o deslocamento compulsório, pois esta população ainda não tinha laços afetivos com a terra, nem a ocupação estava consolidada. Curiosamente, a condição migrante da população rural ameaçada pelos projetos hidrelétricos do Rio Machado foi um dos fatores que favoreceu a mobilização anti-barragem, na medida em que a religiosidade foi um dos principais eixos das redes de solidariedade que se estabeleceram entre estes migrantes. Na época, as igrejas católica e luterana aderiram à luta contra os projetos de barragem e fizeram chegar até os assentamentos informações sobre os problemas que uma barragem poderia trazer para a região. Em especial, a Pastoral dos Migrantes, ligada à Diocese de Ji-Paraná, foi muito atuante e teve papel ativo na constituição do movimento anti-barragem em Rondônia.

O enchimento do reservatório da Usina Ji-Paraná provocaria a inundação de cerca de onze mil hectares da T.I. Igarapé Lourdes, além de comprometer cerca de oitenta mil hectares da área indígena com os prejuízos decorrentes da alteração do nível do rio. Além de várias aldeias, seriam inundados cemitérios e capoeiras antigas. Áreas adequadas para roças e para abertura de novas aldeias seriam perdidas. Haveria conseqüências de ordem religiosa, já que a água é um elemento fundamental nas cosmologias Arara e Gavião. A avaliação dos eventuais prejuízos da Usina Ji-Paraná para os povos indígenas se limitou aos Arara e os Gavião que moravam na terra demarcada, cuja população foi estimada em quinhentas pessoas na época. Não foi feita qualquer consideração a respeito dos *índios* sem contato identificados na região do Rio Madeirinha, da Fazenda Concisa e do Igarapé Tiririca, cujas áreas de refúgio estavam ameaçadas pelo projeto. Os Urukú, um grupo desaldeado que ocupava a parte norte da T.I. Igarapé Lourdes e nos anos 80 vivia em seringais na beira do Rio Machado, seriam atingidos pelo alagamento e também foram ignorados pela empresa. As possíveis pressões sobre outras áreas indígenas da região, principalmente sobre as áreas dos Zoró e dos Suruí, próximas à T.I. Igarapé Lourdes, não foram levadas em conta nos estudos. (FORSETH & LOVOLD, 1991, 433).

A Reserva Biológica do Jaru

A Reserva Biológica do Jaru³¹, situada ao norte da terra indígena, seria inundada em cerca de quatro mil hectares, com a destruição da sua sede. Esta reserva se constitui em uma importante área de conservação ambiental, fato este registrado nos estudos encomendados pela ELETRONORTE:

Esses fatos [as características da REBIO Jaru] indicam que a preservação desta área tem uma elevada importância biológica para a sustentação do equilíbrio ecológico e como garantia de disponibilidade de materiais de pesquisa do mais alto valor. Para tanto, recomenda-se não apenas a sua manutenção, mas também a garantia do estabelecimento efetivo da Reserva, resguardando a sua integridade e perenidade. [...] Uma eventual violação dessa reserva representaria uma perda irreparável pelas suas características próprias e peculiares. Por essas razões é imprescindível a manutenção de sua unidade e sua preservação. (CNEC, 1985, 4.102).

A empresa destacou a necessidade de preservação integral da REBIO Jaru e caracterizou como irreparável a perda que uma eventual violação da reserva provocaria, como se o empreendimento proposto não se caracterizasse, ele mesmo, em uma das violações possíveis. Apesar de admitir a importância desta área de proteção ambiental, a ELETRONORTE não considerou a possibilidade de evitar sua inundação:

Trata-se de um refúgio do Pleistoceno de inestimável valor científico, o que lhe confere características de impermutabilidade territorial em relação à sua parcela inundada, devendo-se promover estudos visando aprimorar o conhecimento preventivo dos impactos provocados pela formação dos reservatórios e conseqüentes medidas mitigadoras. (CNEC, 1985, 1.21).

Mesmo admitindo que o valor científico da REBIO Jaru não possibilitaria a permuta da área alagada por outra área – o que invalidaria qualquer proposta de “compensação” ou “mitigação” –, a ELETRONORTE propôs uma compensação territorial com terras situadas a oeste do Mato Grosso e nas áreas do Título Dominial Bela Vista (TD Bela Vista)³². Além disso, a empresa se comprometeu a reconstruir a sede da REBIO, que seria inundada. A despeito da destruição “*irreparável*” que provocaria à REBIO Jaru, a barragem foi apresentada como um instrumento de preservação dessa área:

³¹ O decreto de criação da REBIO Jaru data de 11 de julho de 1979. A área original da reserva foi reduzida de 679.600 hectares para 293.335 hectares. Atualmente, é um dos pontos de apoio do Projeto LBA, que avalia as mudanças climáticas na Amazônia.

³² Em 2006, a ampliação da REBIO Jaru foi oficializada, com a incorporação da TD Bela Vista.

A possibilidade da inundação de um dos seus flancos pelos futuros reservatórios poderá servir como uma barreira à penetração e exploração predatória da reserva, incêndios naturais ou provocados; entretanto essa inundação deverá ser a menor possível para que sejam reduzidos ao mínimo os impactos que fatalmente ocorrem neste tipo de situação. (CNEC, 1985, 4.102).

A navegação dos trechos encachoeirados do Rio Machado – apontada como um dos “impactos positivos” da obra - facilitaria o acesso à REBIO Jaru, assim como a toda área próxima ao reservatório. Nos estudos, esse foi um dos fatores para os quais se recomendou atenção, devido à ameaça que representaria às Unidades de Conservação, especialmente para a T.I. Igarapé Lourdes (CNEC, 1985, 1.22). No mesmo relatório, a empresa transformou uma ameaça potencial [o reservatório] em uma garantia contra a ocupação da REBIO e possíveis incêndios, omitindo que, antes disso, parte da reserva já teria sido invadida pelas águas represadas do Rio Machado.

Na época, a REBIO Jaru foi apresentada pela ELETRONORTE como uma das possíveis medidas compensação aos danos causados aos Arara e aos Gavião. Questionado a respeito dessa possibilidade, o atual administrador da reserva, o biólogo Juliano Rodrigues, afirmou:

A Reserva Biológica não é uma coisa que possa ser comprada. Ela só pode ser alterada por decreto presidencial. É um absurdo completo prometerem esse tipo de coisa. Não está ao alcance da ELETRONORTE viabilizar uma coisa como essa. Do ponto de vista legal, isso não tem valor algum. Ou seja, essa é uma forma de enganar a comunidade indígena. (Juliano Rodrigues, em entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2007, na sede da REBIO Jaru, em Ji-Paraná)

Frente à estratégia de logro da ELETRONORTE que pretendia acentuar os conflitos entre os povos da T.I. Igarapé Lourdes e a administração da REBIO Jaru, atualmente o Conselho Consultivo da REBIO Jaru, do qual os Arara e os Gavião fazem parte junto com as demais populações do entorno da reserva, tem se constituído em um dos focos possíveis de resistência ao atual projeto da Usina Tabajara. Hoje, *índios* e ambientalistas atuam juntos a fim de garantir a preservação das duas áreas, conforme contou Juliano Rodrigues:

Nas atividades em que a gente trabalha junto no Conselho Consultivo da REBIO, a gente sempre lembra que essas duas áreas [T.I. Igarapé Lourdes e REBIO Jaru] são as últimas que sobraram nessa região de Rondônia. Elas não têm que sobreviver uma às custas da outra. Ao contrário, elas têm que sobreviver as duas juntas, porque uma das duas só, é provável que em pouco tempo ela acabaria. Toda a caça, a pesca, a floresta, não sobreviveriam em uma área pequena. Elas precisam de uma área maior e hoje a única possibilidade de preservação, é existindo as duas áreas juntas. (Juliano Rodrigues, em entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2007, na sede da REBIO Jaru, em Ji-Paraná)

Quanto à demanda de reconhecimento do território indígena sobreposto à REBIO, Juliano Rodrigues propõe uma discussão às claras, a fim de alcançar um acordo com os Arara e os Gavião:

Acho que é uma questão que tem que ser apresentada às claras. O direito indígena é um direito tradicional. Independente de vontades, ele existe. A questão é verificar exatamente quanto seria essa área de sobreposição e quanto seria fundamental ou não estar colocando essas áreas como terra indígena. Porque afinal de contas, permanecendo reserva biológica, elas estão gerando o mesmo benefício pra terra indígena. A REBIO Jaru como a reserva indígena são definidas por decreto e portanto não podem ser revogadas. Uma área protegida como a reserva biológica pode gerar muito mais benefícios para a comunidade indígena, até porque o uso que eles fazem daquela região ali é mais restrito, mais tradicional mesmo, de baixíssimo impacto. Não sei se seria necessário tornar a área como terra indígena. Há duas questões diferentes aí. Uma é a sobreposição parcial das duas áreas, na região do Rio Azul, por um possível erro de interpretação do memorial descritivo. É uma questão de entrar em acordo. Reconhecer essa área como terra indígena não seria nada grave. Ao contrário, seria muito bom chegar a um acordo, qualquer que fosse ele. Outra questão é a possibilidade de reivindicar toda reserva biológica como terra indígena. Tem que se ver se realmente isso é interessante, porque a reserva hoje tem o papel de importante pra proteção da terra indígena. Se virar só terra indígena, essa região que hoje é administrada por dois órgãos [IBAMA e FUNAI], será administrada por um órgão apenas. É uma área bastante grande pra que a própria comunidade consiga se organizar pra fiscalizar por conta própria. Não sei se seria tão vantajoso. Mas acho que tem que se colocar a proposta na mesa e discutir de uma forma clara. (Juliano Rodrigues, em entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2007, na sede da REBIO Jaru, em Ji-Paraná)

O atual projeto hidrelétrico do Rio Machado

Por uma série de motivos que apresentarei no próximo capítulo, a ELETRONORTE não conseguiu executar os projetos de barragem previstos na Alternativa 1, que foram suspensos no início da década de 90. Em 2005, os estudos de inventário do Rio Machado foram retomados numa parceria entre ELETRONORTE, FURNAS e a Construtora Queiroz Galvão³³, e em abril de 2007, a ANEEL os aprovou. No relatório final, o eixo JP-14 foi descartado. Agora, a opção é

³³ Maria Fernando Pinheiro descreve a Construtora Queiroz Galvão em sua dissertação de mestrado: “Fundada em Recife, em 1953, a construtora é o embrião do Grupo Queiroz Galvão, atuante em siderurgia, petróleo e gás, finanças, alimentos, limpeza urbana e empreendimentos imobiliários. No que tange à área de construção, a empresa trabalha em obras de grande porte, nos setores de saneamento, exploração de petróleo, geração de energia e transportes. Na área de geração de energia, a construtora participou de todas as etapas de construção e montagem eletromecânica das UHE’s de Jauru, Santa Clara e Quebra-Queixo, dos quais o grupo Queiroz Galvão é detentor das concessões de exploração de energia. Foi responsável também pela construção da hidrelétrica de Miranda, Queimada e Aimorés.” (PINHEIRO, 2007, 44).

pelo eixo JP-04, batizado de Usina Tabajara, situado rio abaixo, no município de Machadinho D'Oeste. Um rearranjo do projeto original reduziu a área de alagamento para 128,8 km² e a potência prevista para 350 MW. Em junho do mesmo ano, os responsáveis pelo “novo” projeto hidrelétrico do rio Machado protocolaram o pedido de abertura do processo de licenciamento ambiental da Usina Ji-Paraná junto ao IBAMA, ainda em avaliação.

O único documento divulgado até o presente momento (2008) a respeito do projeto da Usina Tabajara foi a Reavaliação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Machado, realizado pela THEMAG e aprovado em 2007 pela ANEEL. Por se tratar da etapa inicial de levantamento de informações, esse estudo oferece apenas uma versão preliminar das possíveis consequências da construção da Usina Tabajara. A sede da usina projetada é o município de Machadinho D'Oeste, uma das fronteiras em expansão em Rondônia, situado próximo aos limites com os estados de Mato Grosso e do Amazonas. Os dados divulgados pelo INPE em janeiro de 2008, apontam Machadinho D'Oeste como um dos quatro municípios rondonienses campeões em desmatamento, e entre os trinta campeões nacionais. A economia local é movimentada por um dinâmico pólo madeireiro que opera, em parte significativa, na ilegalidade.

De acordo com a THEMAG, a nova configuração do projeto da Usina Tabajara não apresenta prejuízos – ao menos na categoria de “diretamente” atingido utilizada pela indústria barrageira – para a REBIO Jaru nem para a T.I. Igarapé Lourdes, que foram sérios obstáculos à execução da Alternativa 1 nos anos 80. Embora se reconheça que só o recém-criado Parque Nacional dos Campos Amazônicos (PARNA Campos Amazônicos) esteja “diretamente” ameaçado por este projeto, outras áreas de proteção também estão ameaçadas. São elas: a Terra Indígena Tenharim-Marmelos (T.I. Tenharim-Marmelos), a Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto (T.I. Tenharim do Igarapé Preto), a Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá (RESEX Rio Preto-Jacundá), a Floresta Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado (FERS Rio Machado) e a Área Prioritária de Conservação Calha do Rio Madeira (APC AM-53).

Dentre os prejuízos previstos, estima-se que ao menos 29 km² da APC AM-53 e do PARNA Campos Amazônicos seriam atingidos, bem como as zonas de amortecimento da FERS Rio Machado e da RESEX Rio Preto-Jacundá. O reservatório seria responsável pela “supressão” das exclusividades fisionômicas em pelo menos 30 km². Dos 257 km de extensão da calha do Rio Machado, 63 km seriam suprimidos, incluindo praias, ilhas, corredeiras e cachoeiras (21 das 22 cachoeiras existentes seriam destruídas) que hoje movimentam o lazer e turismo local. A Vila de

Tabajara seria totalmente submersa e sua população deslocada compulsoriamente, acarretando em prejuízos ao patrimônio histórico, já que sua origem remonta ao posto da Linha Telegráfica instalado pelo Marechal Rondon no começo do século XX e é um dos raros locais de referência histórica conservados em Rondônia.

Se o novo projeto da Usina Tabajara livrou os Arara e os Gavião da ameaça de terem suas terras inundadas – ao menos na perspectiva dos proponentes do projeto, pois os povos do Igarapé Lourdes continuam se considerando ameaçados, já que consideram que **serão atingidos de qualquer jeito** –, o mesmo não acontece com os Tenharim, cujos territórios, inclusive as áreas não demarcadas, estão ameaçados. A área de inundação mais próxima dista 740 m dos limites da T.I. Tenharim-Marmelos e a THEMAG reconhece o risco de extinção dos *índios* isolados Kagwahiva e dos *índios* isolados do Madeirinha (THEMAG, 2007b, 28). Atualmente, os Tenharim já experimentam a intervenção de grandes empreendimentos em suas terras: a Mineradora Taboca atua na T.I. Tenharim-Marmelos e a BR-230 corta a T.I. Igarapé Preto.

Para a THEMAG, as razões das alterações nos projetos de aproveitamento hidrelétrico do Rio Machado se relacionam a uma adequação do setor elétrico aos aspectos ambientais (dentre os quais estão incluídas as terras indígenas):

Uma conclusão importante a ser tirada da análise realizada é que, contrastando com os estudos anteriores, elaborados na década de oitenta, os fatores ambientais foram decisivos na escolha da alternativa mais atraente, principalmente aqueles que caracterizam interferências sobre Unidades de Conservação, em especial sobre a Reserva Biológica do Jaru, e interferências sobre as Terras Indígenas Tenharim Marmelos e Igarapé Lourdes.

Observa-se que, devido às restrições de ordem ambiental, a perda energética verificada na bacia do rio Ji-Paraná ao se escolher a Alternativa 7A é de 597 MW médios, se compararmos com a de maior conteúdo energético e com o custo de geração mais atrativo (Alternativa 2) avaliada nos Estudos Preliminares. Portanto, apenas 24% do potencial hidrelétrico do trecho inventariado está sendo aproveitado. (THEMAG, 2007, 69).

No relatório final, citado acima, afirma-se que os fatores ambientais definiram a opção por um aproveitamento menos atrativo do ponto de vista energético. No entanto, mais do que uma decisão dos empreendedores, a redução de prejuízos ambientais em obras de grande porte, como hidrelétricas, é uma condição da legislação ambiental do país para que os projetos sejam executados. No caso do projeto da Usina Tabajara, os empreendedores apresentam a obediência a uma restrição de ordem legal como um ato voluntário da empresa, que abre mão da energia elétrica (e do lucro) em troca da proteção ambiental. No entanto, sem a reformulação do projeto

de modo a reduzir os prejuízos ambientais, provavelmente não haveria qualquer possibilidade de sua viabilização, tal como ocorreu na década de 80.

Na medida em que evita, ao menos quantitativamente, os prejuízos anteriormente previstos no projeto original, o novo projeto da Usina Tabajara é apresentado como “*ambientalmente responsável*”. De fato, houve avanços na avaliação realizada pela THEMAG, como a incorporação de uma dimensão inexistente nos estudos realizados pelo CNEC, ao levar em conta os prejuízos à jusante do reservatório, com destaque para a qualidade da água e para as alterações no regime hídrico do rio (THEMAG, 2007b, 55). Comparativamente, houve uma redução significativa da área inundada: de 1627 km² para 128,8 km². No entanto, frente à escandalosa projeção inicial – que produziria um dos maiores espelhos d’águas de barragem no Brasil –, qualquer proposta inferior parece modesta. A comparação com a destruição prevista no arranjo original oculta o potencial destrutivo do atual projeto da Usina Tabajara, dentre os quais está o risco de extinção de povos indígenas isolados. Para os movimentos anti-barragem que voltam a se articular contra este projeto, desmascaramento desta estratégia se coloca como tarefa.

Em 2008, a gerência do PARNA Campos Amazônicos solicitou a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Usina Tabajara, motivada pelos riscos que este empreendimento apresenta, pedido este que foi acatado, ao menos por enquanto.

Tamanho é documento?

Se os projetos das Usinas Ji-Paraná e Tabajara, priorizados pela ELETRONORTE anos 80, nunca saíram do papel, os estudos de inventário do Rio Machado encomendados por esta empresa têm orientado a elaboração de projetos hidrelétricos e a execução, sem maior alarde, de barragens de menor porte que se multiplicaram em Rondônia a partir dos anos 90. Um levantamento realizado pelo IBAMA em 2003 identificou vinte e quatro barragens de pequeno porte em Rondônia, sendo que doze estavam em operação, nove em fase de instalação e três em fase de licença prévia (IBAMA, 2003, 1).

Como parte da política brasileira de estímulo às fontes alternativas de geração de energia elétrica, as barragens denominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas³⁴ (PCHs) têm contado com

³⁴ De acordo com a Resolução N°. 652 da ANEEL, de 9 de dezembro de 2003, uma PCH se caracteriza por um aproveitamento hidrelétrico com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado à produção independente, auto-produção ou produção independente autônoma, com área de reservatório inferior a 3 km². Para as PCHs, a Resolução N°. 279 do CONAMA regulamenta o licenciamento ambiental simplificado, que se inicia a partir de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

incentivos de governos estaduais e do governo federal. Atualmente, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), garante aos produtores selecionados a compra de toda energia produzida por um período de vinte anos, uma certeza que “nenhuma outra concessionária de empreendimentos de geração de energia elétrica tem.” (PINHEIRO, 2007, 154). O BNDES, por sua vez, tem dado suporte financeiro aos empreendimentos cadastrados no PROINFA, em forma de investimentos e financiamentos. Dadas essas garantias, a geração de energia elétrica por meio de pequenas barragens tem se tornado uma alternativa atraente de negócios para grupos empresariais tradicionalmente ligado a outros setores da economia. O Grupo Cassol³⁵, ligado ao atual governador de Rondônia, Ivo Cassol, é um exemplo disso. Este grupo, que se consolidou a partir da exploração madeireira, diversificou sua atuação e desde os anos 90 tem investido na construção de hidrelétricas em Rondônia, especialmente na região de Alta Floresta D’Oeste, e hoje é o maior gerador privado de hidreletricidade da região norte do Brasil. A hidrelétrica Rio Branco, um dos seus empreendimentos, recebeu financiamento de R\$ 12,25 milhões do BNDES, cerca de 63% do valor total da obra.

As hidrelétricas de pequenos porte figuram entre as propostas de política energética de diferentes grupos, desde os órgãos de governo até os movimentos populares e ambientalistas. As pequenas barragens eram uma das propostas do Movimento de Atingidos por Barragens de Rondônia (MABRO) - que se formou da junção da luta dos atingidos pela Usina Samuel e dos ameaçados pela Usina Ji-Paraná - como alternativa às grandes hidrelétricas. Segundo o MABRO:

Essa alternativa [pequenas usinas] é das mais recomendáveis porque não inunda as melhores terras, não altera o clima, nem a fauna e a flora, não interfere na vida dos povos indígenas e na sua história, e tem custos muito inferiores. É capaz também de atender ao consumo local sem necessitar de extensas redes de transmissão com o conseqüente desperdício de energia (BASSEGIO & PERDIGÃO, 1992, 212).

O adjetivo que qualifica estas barragens (pequenas) tem causado um equívoco ao associar o tamanho da hidrelétrica ao seu potencial de causar prejuízos. Lúcia Ortiz (2005), citada por Bermann (2007), já alertou para os riscos desta associação:

[...] é evidente que uma PCH pode causar menor impacto do que uma grande central hidrelétrica, contudo, dentro das especificidades sócio-ambientais de uma região, pode infligir impactos muito graves e irreversíveis para um bioma

³⁵ O Grupo Cassol é formado também pela Hidrossol e Eletrossol.

determinado e para as populações que nele e dele vivem. (Citação em BERMANN, 2007, 93)

A experiência recente de barragens de pequeno porte instaladas em Rondônia confirma a avaliação de Ortiz e coloca em questão a falsa idéia de que por serem menores, estas barragens não causem prejuízos e de que são, em todos os casos, uma alternativa viável para a geração de energia. Ainda que, em tamanho e potência, muitas delas não se comparem às grandes barragens, estas hidrelétricas têm sido motivo de conflito entre empreendedores e populações ameaçadas ou atingidas e causadoras de graves prejuízos sociais e ambientais³⁶. Um dos focos de maior conflito é a bacia do rio Branco, que já conta com sete hidrelétricas construídas e atinge agricultores e a Terra Indígena Rio Branco (T.I. Rio Branco).

Desde a década de 90, as populações indígenas e camponesas que ocupam a bacia do Rio Branco enfrentam as conseqüências da construção de barragens. Nenhuma das hidrelétricas foi construída dentro da T.I. Rio Branco³⁷, o que implicaria em licenciamento federal (um dos atrativos das barragens de menor porte para os investidores é a flexibilidade do licenciamento ambiental, a cargo do órgão ambiental estadual). No entanto, as hidrelétricas foram instaladas rio abaixo e rio acima da terra indígena, o que implica em trechos secos e trechos alagados e uma alteração completa no Rio Branco, o principal eixo articulador da vida indígena na região.

Nos estudos consultados durante uma pesquisa preliminar sobre o caso do Rio Branco, realizada nos arquivos do Ministério Público Federal, em Porto Velho, não há qualquer referência aos possíveis prejuízos que a construção e operação de hidrelétricas na bacia do Rio Branco poderiam causar às populações locais. Ao contrário, o “conforto e bem-estar social às comunidades envolvidas” figuram entre os benefícios que as hidrelétricas trariam. Os eventuais prejuízos se manifestariam apenas “no aspecto estético, como resultado das alterações nos elementos visuais de linha, forma, textura, escala, complexidade e cor” (ELETRON, 1996).

³⁶ O estado do Mato Grosso é um foco de conflitos envolvendo as chamadas PCHs e populações indígenas. O caso da hidrelétrica Paranatinga II, no Rio Culuene, tem mobilizado povos indígenas e pesquisadores (FAUSTO, 2006; PERONDI, 2006). A situação enfrentada pelos povos da bacia do Rio Juruena, ameaçados pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Juruena, que conta com várias barragens, se assemelha ao caso do Rio Branco, em Rondônia. Dentre os empreendedores, está o atual governador do MT, Blairo Maggi.

³⁷ A T.I. Rio Branco tem 236.137 ha. e foi demarcada em 1984 e homologada em 1986. Atualmente, é ocupada por oito povos indígenas: os Tupari, os Makurap, os Kampé, os Sakyriabat, os Aruá, os Jaboti, os Arikapu e os Canoê. São povos com línguas distintas e tradições diferentes que têm em comum um histórico de expropriação territorial, mortes por epidemias e massacres e trabalho forçado em seringais.

Em um abaixo-assinado encaminhado à Ministra de Meio-Ambiente, Marina Silva, datado de 9 de março de 2003, lideranças indígenas, agricultores, comunidades atingidas por barragens e igrejas denunciaram os problemas causados por sete hidrelétricas construídas na bacia do Rio Branco. Muitos proprietários tiveram suas terras invadidas por técnicos e trabalhadores das barragens. Os empreendedores pressionaram os agricultores para a venda das terras próximas às barragens, sob a alegação de que são obras de interesse público e que estavam negociando de forma amigável e oferecendo um preço justo pela terra. Aqueles que se recusaram a negociar foram intimidados e advertidos de que “teriam que se ver com a ANEEL”. Em um dos casos (não identificado), os agricultores foram forçados a assinar um termo de concordância para a passagem da linha de transmissão, assumindo responsabilidade na sua proteção, mediante o qual ficaram sujeitos à punição caso algo aconteça à linha de transmissão. No mesmo caso, a linha de transmissão foi instalada a menos de 15 metros das residências, nos quintais dos agricultores. Os postes são frágeis e tortos, sendo que um deles caiu e matou um agricultor eletrocutado junto com seis cabeças de gado.

Alguns afluentes do Rio Branco, como o Igarapé Jacaré, praticamente não existem mais, pois foram transpostos para garantir o volume d'água necessário para manter as turbinas de algumas das hidrelétricas funcionando. Certos trechos do Rio Branco ficam completamente secos durante a estiagem e na época de chuvas não há qualquer controle da operação dos reservatórios, de modo que as comunidades são surpreendidas pela repentina cheia do rio, resultante da abertura das comportas. O ciclo de reprodução de espécies aquáticas foi comprometido e muitos animais morrem por causa da irregularidade do regime do rio. Pelo menos uma criança indígena morreu por falta de atendimento médico, inviabilizado pela seca do rio, o principal meio de transporte que liga as aldeias à cidade mais próxima. Uma das barragens foi construída sobre o território reclamado pelo povo Jaboti, que antes da construção já havia entrado com pedido de interdição da área na FUNAI. De acordo com denúncias do Conselho Indigenista Missionário de Rondônia, durante as obras, um cemitério Jaboti foi destruído e seus vestígios apagados para evitar o reconhecimento da terra indígena. Antes da construção, o povo Jaboti e o CIMI-RO alertaram o Ministério Público Federal para o que na época era apenas uma ameaça. No entanto, desde 1999, o processo relativo às barragens do Rio Branco corre no Ministério Público Federal, em Porto Velho, sem que nenhum encaminhamento favorável às populações atingidas seja feito.

Em Rondônia, a percepção positiva acerca das pequenas barragens fez com que só depois de já construídas os movimentos sociais e as entidades de apoio passassem a percebê-las como um grave problema social e ambiental. Daí que hoje, mais do que uma ação preventiva, o Movimento de Atingidos por Barragem de Rondônia se ocupe em buscar soluções para o passivo deixado pelas barragens construídas e dar visibilidade pública às pequenas barragens como causadoras de graves prejuízos sociais e ambientais.

* * *

Este capítulo teve por objetivo apresentar os projetos hidrelétricos do Rio Machado nos dois momentos em que foram propostos: nos anos 80 e em 2007, bem como algumas das conseqüências previstas, caso fossem construídos. A referência às hidrelétricas do Rio Branco teve intuito de destacar as graves conseqüências da expansão hidrelétrica que vem se intensificando em Rondônia desde os anos 90. Se o quadro de destruição previsto com os projetos das Usinas Ji-Paraná e Tabajara foram evitados, pelo menos até agora, os estudos do CNEC relativos ao Rio Machado têm informado a elaboração de projetos e a execução de pequenas hidrelétricas, cujos efeitos, como a experiência da bacia do Rio Branco demonstra, não são proporcionais ao adjetivo que as qualifica.

No próximo capítulo, abordarei o contexto em que os projetos hidrelétricos do Rio Machado foram inicialmente propostos, bem como a mobilização popular anti-barragem que despertaram, até a sua suspensão, na década de 90. Em seguida, apresento apontamentos sobre o contexto atual, com a retomada do projeto da Usina Tabajara e os desafios de uma nova mobilização anti-barragem, já iniciada pelos Arara e pelos Gavião.

Capítulo 3: Mobilizações

Uma vez definido o projeto da Usina Ji-Paraná, a ELETRONORTE iniciou um processo de convencimento da população local a fim de viabilizá-lo politicamente. A justificativa para a construção desta barragem baseava-se na necessidade de suprir a demanda por energia provocada pelo rápido crescimento demográfico de Rondônia. Nas palavras da ELETRONORTE, tratava-se de superar “os desafiantes problemas provocados pela marcante insuficiência do seu suprimento de energia elétrica”, num estado que apresentava “potencialidades promissoras”. Para isso, tornava-se “imperiosa a necessidade de acelerar os projetos hidrelétricos na região” (CNEC, 1988, 1). O atendimento à demanda por energia representava a “garantia da continuidade do processo de crescimento de Rondônia, permitindo consolidar a colonização e diversificar os padrões de desenvolvimento de outros setores da economia, notadamente os de transformação” (CNEC, 1985, iii).

A proposta de construir uma usina hidrelétrica perto da segunda maior cidade de Rondônia, na época o mais dinâmico pólo econômico do estado, encontrou nos habitantes de Ji-Paraná grande aceitação. Os comerciantes e empresários tinham suas atividades limitadas pela escassez de energia. Os hospitais e escolas não funcionavam integralmente quando faltava energia. Em geral, a população não dispunha do conforto proporcionado pela energia elétrica, como a iluminação, refrigeração, acesso à televisão, rádio, ventiladores e ar-condicionado. A cidade convivia com constantes blecautes e racionamento de energia. A Usina Samuel, que posteriormente viria a atender à demanda local por energia elétrica, ainda estava em construção. Todas as noites, os geradores da Usina Termoelétrica Ji-Paraná³⁸ (UTE Ji-Paraná), que abasteciam também as cidades de Ouro Preto D'Oeste e Presidente Médici, eram desligados. A ampliação do parque gerador da UTE Ji-Paraná não acompanhava a demanda crescente por energia elétrica. Sobrecarregado, o sistema apresentava problemas frequentemente.

Por diversas ocasiões, a UTE Ji-Paraná quase foi depredada pelos moradores da cidade, irritados com a demora na solução do problema energético. Em 10 de maio de 1984, um grande

³⁸ A Usina Termoelétrica Ji-Paraná foi instalada em 1972 e desativada após a interligação com o sistema de geração e distribuição da Usina Samuel, em 1994.

protesto trancou a ponte do Rio Machado, paralisando o tráfego sobre a BR-364. Os manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar e houve feridos. Os pneus dos caminhões paralisados foram queimados. Somente com a presença do governador Jorge Teixeira, que prometeu recuperar os motores quebrados da UTE Ji-Paraná em cinco dias, os manifestantes liberaram a ponte, depois de vinte horas de protesto (ARDULL, 21, 2004). Para essa população, majoritariamente urbana, a construção da Usina Ji-Paraná parecia a solução para o problema energético, percebido como o fator limitante para o desenvolvimento de Rondônia. Além de garantir o fornecimento de energia elétrica, o empreendimento se apresentava como uma grande oportunidade para que Rondônia finalmente cumprisse seu destino promissor, tão alardeado por políticos locais e presente nos projetos de desenvolvimento propostos para a região.

A mobilização local

O cronograma da ELETRONORTE previa o início da construção da Usina Ji-Paraná para 1989 e o enchimento do reservatório em 1993. Apesar de todo esforço dos seus apoiadores, este projeto nunca saiu do papel. O anúncio da intenção de construir uma hidrelétrica no Rio Machado desencadeou uma intensa mobilização popular que envolveu povos indígenas, populações rurais, as igrejas católica e luterana e setores da população urbana dos municípios que seriam atingidos pela barragem (Ji-Paraná, Ouro Preto D'Oeste, Jaru e Ariquemes).

Na época, foram criadas comissões locais de atingidos por barragem, especialmente nas “linhas” onde as comunidades eclesiais de base, ligadas à Diocese de Ji-Paraná, coordenada por Dom Antônio Possamai, atuavam. As comissões locais se articulavam em comissões municipais, que por sua vez, se reuniam na Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia. Esta Comissão participou do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia, em 1989, do I Encontro dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia, realizado em Altamira³⁹, em 1990 e do I Encontro dos Atingidos por Barragens, realizado em Brasília, em 1991. No mesmo ano, o movimento de ameaçados pelo projeto da Usina Ji-Paraná e o movimento de atingidos pela Usina Samuel criaram o Movimento dos Atingidos por Barragem em Rondônia, o MABRO, embrião do MAB-Rondônia (MAB-RO). Além do objetivo imediato de impedir a construção da Usina Ji-Paraná e de reivindicar soluções para os problemas causados pela Usina Samuel, o MABRO tinha como proposta apontar alternativas energéticas que não

³⁹ Nesta ocasião, foi criada a Comissão dos Atingidos por Barragens da Amazônia, que contou com a participação de Rondônia, representada por José Bassegio e Anselmo de Jesus.

dependessem de barragens, alertar sobre as conseqüências das barragens, realizar debates com autoridades sobre a questão da energia e elaborar material popular de conscientização e esclarecimento à população (BASSEGIO & PERDIGÃO, 1992, 215).

Dentre as alternativas propostas pelo MABRO, destacavam-se o Gasoduto Urucu-Porto Velho e as hidrelétricas de pequeno porte. Anos mais tarde, no final da década de 90, estas duas propostas foram alvo da crítica do MAB-RO e de outros movimentos sociais e entidades da sociedade civil reunidas no Fórum de Debates em Energia de Rondônia (FOREN), preocupados com os potenciais prejuízos da construção do Gasoduto – que atravessaria terras indígenas e áreas de floresta – e com os graves prejuízos decorrentes da expansão das hidrelétricas de pequeno porte no estado. O que inicialmente foi proposto como solução passou a ser percebido como um problema que os próprios movimentos sociais e as entidades de apoio legitimaram. Atualmente, o MAB-RO articula a luta contra barragens (contra os projetos hidrelétricos, principalmente os das Usinas do Rio Madeira) e busca soluções para o passivo da Usina Samuel e das hidrelétricas da bacia do Rio Branco.

Os povos da T.I. Igarapé Lourdes, que estavam ameaçados pelo possibilidade de construção da Usina Ji-Paraná participaram da articulação que originou o MABRO. A luta anti-barragem marcou uma aproximação improvável dos *índios* com os trabalhadores rurais, conforme declarou Anselmo de Jesus, na época presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Ji-Paraná, no documentário: “Energia, Sim! Destruição e Expulsão, não!” (CEPAMI, 1990): “Os agricultores estão dispostos mesmo a lutar e a vir em manifestações para não construírem a barragem. Eles estão analisando hoje a questão do meio-ambiente, do *índio* e vêem que isso será muito prejudicial, a certo ponto deles se organizarem **até** [grifo meu] com os *índios* para que a gente possa impedir a construção dessa barragem.”

Os Arara e os Gavião buscaram alianças com outros povos indígenas, especialmente com os Cinta-Larga, os Zoró e os Suruí. A articulação indígena também se deu em nível nacional, com a participação no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, ocorrido em 1989, em Altamira, no Pará. Este encontro deu uma repercussão internacional à ameaça de construção de hidrelétricas na Amazônia, especialmente no Rio Xingu, ao destacar a oposição dos povos indígenas ameaçados por barragens. Em 1991, durante I Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Rondônia e Norte

do Mato Grosso, realizada em Ji-Paraná, a ponte do Rio Machado⁴⁰ foi bloqueada por cerca de mil indígenas, em um protesto contra o projeto de barragem. Em 1993, mais uma vez a ponte do Rio Machado foi bloqueada em ato anti-barragem, que reuniu, além dos indígenas, o MABRO, o Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), a Associação de Proteção Ambiental e Recuperação de Áreas Indígenas (APARAÍ), a Comissão Pastoral da Terra de Rondônia (CPT-RO), a Diocese de Ji-Paraná, o Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI), o Grupo União e Consciência Negra, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Rondônia (MST-RO), o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Rondônia (CUT-RO) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).



**Foto 2: Mobilização indígena sobre a ponte do Rio Machado.
Fonte: Diocese de Ji-Paraná, Ji-Paraná, março de 1993.**

A Diocese de Ji-Paraná, por meio de suas pastorais sociais e da linha progressista adotada por Dom Antônio Possamai, fomentou a organização da luta anti-barragem. Na II Romaria da Terra de Rondônia, realizada em 17 de junho de 1989, a primeira parada reivindicatória dos romeiros, próxima à ponte do Rio Machado, alertou sobre os potenciais prejuízos da Usina Ji-

⁴⁰ A ponte do Rio Machado divide a cidade de Ji-Paraná em dois distritos. Seu bloqueio significa a interrupção do tráfego na BR-364, a principal estrada de Rondônia.

Paraná. Em 1990, esta diocese adotou a causa anti-barragem como uma das bandeiras de luta para sua atuação naquele ano, junto com a questão da saúde pública. Dessa maneira, comunidades católicas rurais e urbanas ligadas à Diocese de Ji-Paraná, cujo raio de ação se estendia além de Rondônia, para o sul do Amazonas e norte do Mato Grosso, tiveram intenso contato com os argumentos contrários às barragens. A publicação “O Migrante”, vinculada ao CEPAMI e o informativo mensal da Diocese de Ji-Paraná, “Anunciando e Defendendo”, foram importantes meios de divulgação das informações a respeito do projeto da Usina Ji-Paraná e das denúncias dos prejuízos provocados por hidrelétricas em todo o país. Atualmente, frente à intensa propaganda favorável aos projetos das usinas do Rio Madeira, participantes das comunidades católicas recorrem às informações que receberam durante os anos 80 e 90 para fundamentar sua oposição a estes projetos.

Recorrendo aos financiadores internacionais

No início dos anos 80, o governo brasileiro solicitou ao Banco Mundial um empréstimo de 500 milhões de dólares para o financiamento do setor elétrico. Em 1984, o I Empréstimo do Banco Mundial ao Setor Elétrico Brasileiro, cuja proposta foi batizada pelo MME como PRS – Plano de Recuperação Setorial, foi aprovado mediante o compromisso de que a ELETROBRÁS se adaptaria às exigências ambientais e sociais do Banco (GOODLAND, 2005, 178). Este empréstimo financiou a construção das usinas Balbina e parcialmente a de Tucuruí, na Amazônia brasileira, cujos graves prejuízos ambientais e sociais ainda hoje não foram sanados.

Durante as negociações para a liberação do II Empréstimo do Banco Mundial ao Setor Elétrico Brasileiro, programado para 1987, no qual estava previsto o financiamento da Usina Ji-Paraná, organizações não-governamentais internacionais como o Environmental Defense Fund, Amigos da Terra Internacional, WWF e a Survival International, levaram adiante a denúncia de que os projetos hidrelétricos financiados pelo novo empréstimo provocariam graves prejuízos ambientais e sociais. Em resposta à carta-denúncia⁴¹ das organizações internacionais enviada em 14 de junho de 1986, que solicitava a não aprovação do empréstimo, o então presidente do Banco Mundial, A.W. Clausen, citou o projeto da Usina Ji-Paraná:

A respeito da barragem Samuel, gostaria de destacar que ela deve ser finalizada entre 1987-1988, e não causa impacto direto sobre qualquer área indígena; não

⁴¹ A carta do Environmental Defense Fund ao Banco Mundial, bem como a resposta de A. W. Clausen e o pronunciamento de Hugh Foster a respeito do II Empréstimo do Banco Mundial ao Setor Elétrico foram localizados em uma pasta do MABRO, no escritório da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia, em Porto Velho.

existe, portanto, questões de reassentamento associada a esta barragem. Deixe-me completar que existe um outro projeto em Rondônia, a barragem Ji-Paraná, que tem efeitos potencialmente marginais sobre populações indígenas e sobre o meio-ambiente. Para lidar com estes problemas potenciais – que você não menciona em sua carta – estudos apropriados foram realizados e seus resultados se refletiram no design do projeto. (CLAUSEN, 1986)⁴².

A resposta de Clausen às entidades internacionais omite uma série de problemas relacionados à Usina Samuel, como a presença dos *índios* isolados do Rio Candeias na área do empreendimento e a grave situação das populações atingidas, que ainda hoje reivindicam a solução dos problemas decorrentes da construção desta barragem, especialmente nas áreas de reassentamento. Em sua carta, Clausen chamou a atenção para o fato de que o projeto da Usina Ji-Paraná, não mencionado pelas entidades internacionais, havia incorporado medidas para controlar os prejuízos que a barragem causaria às populações indígenas ameaçadas. No entanto, entre 1985, quando a ELETRONORTE divulgou o projeto da Usina Ji-Paraná, até 1993, quando este foi suspenso, não houve qualquer modificação no projeto que pudesse indicar uma real adequação aos critérios de proteção ambiental e de respeito aos direitos das populações ameaçadas. Ao invés de “efeitos potencialmente marginais”, como sugeriu Clausen, a previsão feita por outros estudiosos e pelos ameaçados era a de graves prejuízos sociais e ambientais, já descritos anteriormente.

Foi necessária a intervenção de Hugh Foster, representante do governo dos Estados Unidos no Banco Mundial, na reunião de 19 de junho de 1986, para que o projeto da Usina Ji-Paraná fosse levado em conta pela agência financiadora:

O Banco está envolvido com o planejamento regional de Rondônia há pelo menos seis anos. O que se espera, ao menos, é que o planejamento dos aspectos de proteção indígena dos projetos neste estado tenham se beneficiado da política do Banco para as populações tribais e da infeliz experiência do Projeto POLONOROESTE. Ao invés disso, encontramos uma proposta que inclui o financiamento da barragem Ji-Paraná em Rondônia, onde não existe qualquer planejamento direcionado às necessidades da população indígena ou para as necessidades a proteção do meio-ambiente na área próxima à barragem. Além disso, a barragem irá inundar uma porção de uma reserva indígena que

⁴² No original: “On the Samuel dam, I would like to note that it should be completed in 1987-1988, and that it does not have a direct impact on any Amerindian area; there are, therefore, no resettlement issues associated with this dam. Let me add that there is another project in Rondônia, the Ji-Paraná dam, which has some potential marginal effects on Amerindians and on environment. To deal with these potential problems – which you do not mention in your letter – appropriate studies have been carried out, and their results have been reflected in the design of the project.”

previamente o financiamento do Banco ajudou a estabelecer. Isso é pura loucura. (FOSTER, 1986).⁴³

O voto de Hugh Foster foi contrário à concessão do empréstimo, que acabou sendo suspenso depois da constatação de que o setor elétrico brasileiro não havia cumprido os compromissos assumidos no I Empréstimo:

O segundo empréstimo do setor de energia ao Banco Mundial de 350 milhões de dólares, programado para 1987, não foi aprovado por diversas razões. Certamente a ELETROBRAS não conseguiu rebaixar as hidrelétricas inaceitáveis, nem conseguiu promover projetos hidrelétricos mais social e ambientalmente benignos, como prescrevia o projeto de seu Plano Mestre. O setor hidrelétrico teve diversos problemas graves que não foram solucionados, conforme acordado no empréstimo de 1984. (GOODLAND, 2005, 179).

Para Robert Goodland, chefe da Divisão Ambiental e Social Latino-Americana do Banco Mundial nos anos 80, o projeto da Usina Ji-Paraná foi uma das razões para a decisão do Banco em suspender o II Empréstimo:

O Estado brasileiro não fez praticamente nada do que foi combinado no I Empréstimo ao Setor Elétrico. O Estado brasileiro falou que definitivamente não iria violar áreas protegidas, não iria violar áreas de populações indígenas e que garantiria que reassentamento involuntário melhoraria o padrão de vida das pessoas deslocadas. Ji-Paraná parecia falhar em todos esses aspectos (e em outros mais). Ji-Paraná foi uma das razões para que o Banco Mundial não levasse adiante o II Empréstimo ao Setor Elétrico.⁴⁴ (Em entrevista concedida por correio eletrônico a essa pesquisadora, respondida em julho de 2007)

Questionado sobre a influência da mobilização contrária ao projeto da Usina Ji-Paraná para a decisão do Banco Mundial, Goodland afirmou:

Se ‘mobilização’ significa a reação das populações impactadas e da sociedade civil, então sim, o Banco Mundial levou isso em total consideração. A nova política do Banco Mundial para populações indígenas (que planejei e convenci o Banco Mundial a adotar oficialmente em 1981) previa a proteção das populações indígenas para que decidissem seu destino por si mesmas. Ji-Paraná inundaria

⁴³ No original: “The Bank has been involved in regional planning in Rondonia for at least six years. One would hope at least that planning for the Indian protection aspects of projects in that state would have benefitted from the Bank’s tribal people’s policy and from the unfortunate experience in the POLONOROESTE Project. We find instead a proposal which includes financing of the Gi-Parana Dam in Rondonia where there has been virtually no planning to address the needs of the Amerindians population or the need for protection of the environment in the immediate area of the dam. Furthermore, the dam will flood a portion of an Indian reserve which previous Bank financing helped establish. This is pure folly”. (FOSTER, 1986).

⁴⁴ No original: “E’bras had not done scarcely anything that they agreed to in the first power sector loan. E’bras said they would definitely not violate protected areas, would not violate Indigenous Peoples areas, and would ensure that involuntary resettlement would improve the livelihoods of the displaced people. Ji-Parana seemed to fail on all these counts (and more). Ji-Parana was one of the reasons the WB did not go ahead with the second power sector loan”.

terras indígenas e, portanto, não estava de acordo com esta política.⁴⁵ (Em entrevista concedida por correio eletrônico a essa pesquisadora, respondida em julho de 2007)

Por intermédio de pesquisadores envolvidos com a questão indígena – com destaque para a presença da equipe de avaliação do programa POLONOROESTE (dentre os quais, Mauro Leonel, Betty Mindlin e Carmem Junqueira) – os Arara e os Gavião continuaram a pressionar internacionalmente contra o projeto da Usina Ji-Paraná. Em fevereiro de 1988, lideranças indígenas do Igarapé Lourdes enviaram uma carta ao presidente do Banco Mundial exigindo que não houvesse qualquer tipo de financiamento ao projeto de barragem (Anexo 3):

Foi difícil tirar os posseiros. Custou muitos anos de briga. Mas no fim deu. Aí você nos ajudava quando mandava dinheiro para POLONOROESTE para pagar os policiais que ajudava a tirar os posseiros. Hoje em dia temos nem sossego, porque toda hora nós temos que vigiar a nossa área por causa dos posseiros e madeireiros que estão sempre tentando roubar a nossa terra de novo. Mesmo assim deu para tirar os brancos. Mas essa água ninguém não vai ter jeito de tirar quando entrar não. Essa água vai ficar lá estragando o nosso mato e o nosso mato já é pouco. Não é grande não. E nós precisamos de tudo que nós temos se não vai ter nenhum lugar para os nossos filhos viver. Nós já falamos tudo isso para aqueles que quer fazer a barragem. Nós já falamos para eles que eles não podem fazer essa barragem no rio Machado não. Eles não são os donos do rio. Nossos pais já moravam aqui muito tempo antes que os brancos chegaram. Também temos muitos parentes enterrado na beira do rio. Então nós não vamos deixar eles fazer não. De jeito nenhum. É por isso que estamos escrevendo para você. Para você nos ajudar de tirar esse perigo de nossas vidas se o branco quer mesmo estragar o mato, ele tem que estragar o mato dele. O nosso mato já é pouco, é nós precisamos de tudo que sobrou para viver. (Arara e Gavião, In: FORSETH & LOVOLD, 1991, 431)

A suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná

Em 1990, o Plano Decenal 1990-1999 foi divulgado. Nele, consta o adiamento da Usina Ji-Paraná, cuja construção inicialmente prevista para 1991, foi transferida para 1999. Em 1993, sem conseguir viabilizá-lo nem política e nem economicamente, o ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero, anunciou a suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná (Jornal Alto Madeira, 31/8/93). O Gasoduto Urucu-Porto Velho foi apresentado como a melhor alternativa para o abastecimento de energia elétrica da região. Outros projetos hidrelétricos na Amazônia, como o da Usina Cachoeira Porteira, também foram suspensos, fato apontado por Artur Moret como

⁴⁵ No original: "If 'mobilization' means the reaction of impacted peoples and civil society, then yes, the WB took those into full consideration. The WB's very new policy on Indigenous Peoples (which I drafted and persuaded the WB to adopt officially in about 1981) mandated protection of IPs and buying time for them to decide their own fate. Ji-Paraná would flood Indigenous lands hence would not be compliant with the policy."

parte de um acordo entre a PETROBRÁS e a ELETRONORTE para a garantia de mercado para o gás natural no Amazonas (MORET, 2000, 5). A substituição de hidrelétricas por termelétricas na Amazônia fez parte da campanha de Fernando Collor à presidência da República, que em visita à Porto Velho em 1989 reforçou a proposta do Gasoduto. A atuação do secretário de Meio-Ambiente do governo Collor, o ambientalista José Lutzenberger, que se declarou totalmente contrário à construção de hidrelétricas (Jornal do Brasil, 15/4/91), provavelmente colaborou para a decisão de suspender os projetos hidrelétricos previstos.

Uma conjunção de fatores contribuiu para que os projetos hidrelétricos do Rio Machado fossem suspensos. Estes projetos foram elaborados no período anterior à Resolução 1/1986 do CONAMA – que institucionalizou a exigência dos Estudos Prévios de Impacto Ambiental para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental - e à Constituição de 1988, ou seja, antes do reconhecimento institucional dos direitos originários dos povos indígenas sobre seu território – que deriva de um fato histórico, e não da situação de fragilidade em que se encontram – e do rompimento com a perspectiva assimilacionista que orientava a política indigenista oficial (CUNHA, 1991, 29). No novo texto constitucional, as comunidades indígenas ameaçadas por empreendimentos hidrelétricos devem ser consultadas previamente:

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades indígenas afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (Artigo 231, Parágrafo 3º, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A Constituição de 1988 colaborou de maneira significativa para a suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná, conforme afirmação do atual vice-prefeito de Ji-Paraná, Assis Canuto, que foi deputado federal constituinte:

Com relação à Usina de Ji-Paraná, nós podemos dizer que à época da elaboração da Constituição de 1988, esta usina estava sendo executada, sendo implantado um canteiro de obras, já com um projeto técnico aprovado, com um cronograma de obras já definido, quando em um artigo da Constituição foi colocado que todo empreendimento para a construção de energia hidrelétrica, na Amazônia, cujo lago inundasse terras indígenas, ele necessitaria ter a aprovação da Câmara Federal para a sua possibilidade ou início. Isso realmente determinou a paralisação imediata do projeto da Usina de Ji-Paraná. (Em entrevista realizada na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, em 31 de agosto de 2007.)

No contexto local, a década de 80 foi marcada por uma intensa atividade dos movimentos sociais em Rondônia. Os povos indígenas cujas terras estavam invadidas reivindicavam a integridade de seus territórios. Os graves conflitos agrários despertaram a organização dos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra. As comunidades eclesiais de base, fomentada pela atuação de religiosos ligados à Teologia da Libertação, colaboraram para a organização de movimentos populares. Para a Diocese de Ji-Paraná, este foi o período mais dinâmico das pastorais sociais, especialmente a Pastoral da Terra, Pastoral dos Migrantes, Pastoral Indigenista e Pastoral da Juventude. Estes movimentos populares tiveram papel decisivo na criação e consolidação do Partido dos Trabalhadores, que na época não apenas apoiava as demandas destes movimentos, como também era parte inseparável deles.

Um elemento inesperado teve um significativo papel simbólico para a conquista do apoio da população urbana contra a luta anti-barragem. Em fevereiro de 1990, período de intensas chuvas, o nível do Rio Machado subiu rapidamente. A enchente deixou cinco mil pessoas desabrigadas e provocou graves prejuízos para os moradores da área urbana próxima ao rio. Os ativistas anti-barragem aproveitaram a enchente de 1990 para exemplificar o que poderia ocorrer caso a Usina Ji-Paraná viesse a ser construída: a enchente seria permanente.

Nacionalmente, as denúncias dos prejuízos sociais e ambientais das barragens ganharam destaque público com a luta indígena contra os projetos hidrelétricos do Xingu e com a emergência e o reconhecimento do Movimento de Atingidos por Barragem. Estas denúncias repercutiram no cenário internacional e antes mesmo do governo brasileiro reconhecer a dívida social e ambiental do setor elétrico, as agências multilaterais de financiamento pressionavam para a adequação a padrões mínimos de respeito às populações atingidas e à preservação ambiental (SEVÁ, 2004, 7).

Todos estes fatores, e provavelmente outros que passaram despercebidos durante a pesquisa, colaboraram para que os movimentos anti-barragem forjados na luta contra o projeto da Usina Ji-Paraná fossem vitoriosos.

O silenciamento da luta anti-barragem

A despeito das condições objetivas que definiram a suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná na década de 90, a versão da ELETRONORTE para este fato é sempre associada a uma **opção** da empresa, que preferiu adiar os planos. Em alguns documentos, a suspensão do projeto é atribuída a uma restrição orçamentária da ELETRONORTE, mas não se faz qualquer relação

entre o corte do financiamento do projeto da Usina Ji-Paraná e a pressão que os movimentos populares locais, por meio de suas conexões internacionais, fizeram ao principal financiador do projeto, o Banco Mundial. Em nenhum dos documentos da ELETRONORTE acessados durante a pesquisa encontrei qualquer menção às dificuldades políticas que o projeto da Usina Ji-Paraná enfrentou. A intensa luta social que esta ameaça despertou foi apagada dos registros públicos da empresa.

Nos estudos relativos ao atual projeto hidrelétrico do Rio Machado, o da Usina Tabajara, o silenciamento desta luta social é evidente. O rearranjo do projeto original, que reduziu o total de barragens de duas para uma, com menor área de alagamento e menor potência, tem sido apresentado como uma adequação do setor elétrico à legislação ambiental. As questões ambientais, entretanto, não são suficientes para explicar as modificações do projeto hidrelétrico no Rio Machado. Mesmo depois da implantação da nova legislação ambiental, vários projetos que causariam graves prejuízos ambientais foram executados, o que significa que o aparato institucional, por si só, não é garantia de responsabilidade ambiental.

No caso dos projetos hidrelétricos no Rio Machado, a luta social engendrada pela articulação indígena com movimentos sociais de origem rural e urbana conseguiu tornar pública decisões tomadas normalmente entre quatro paredes e problematizar o planejamento hidrelétrico previsto para a região não apenas em sua dimensão ambiental, mas principalmente social. Esta luta conquistou a adesão de políticos locais à causa anti-barragem, e seus agentes participaram efetivamente da construção de movimento local e nacional de atingidos por barragem. Eles fizeram articulações internacionais que culminaram na decisão do Banco Mundial em suspender o II Empréstimo ao Setor Elétrico Brasileiro, comprometendo, dessa maneira, o financiamento não apenas do projeto da Usina Ji-Paraná, mas de outros projetos hidrelétricos. E mesmo assim, não há uma linha sequer na Reavaliação dos Estudos de Inventário do Rio Machado (THEMAG, 2007) que atribua a esta luta social o seu devido papel no abandono do projeto da usina Ji-Paraná e no rearranjo do projeto da Usina Tabajara.

A retomada da mobilização indígena

Para os Arara e os Gavião, a suspensão do projeto da Usina de Ji-Paraná nunca significou que este foi derrotado definitivamente e por isso continuaram alertas, daí que não tenham se surpreendido com a retomada do projeto da Usina Tabajara, a partir de 2005. Mesmo com as modificações do projeto – que livraram suas terras da inundação, reduziram o potencial

energético da obra e a área de alagamento – os Arara e os Gavião não se consideram livres da ameaça da barragem. Assim que vi a notícia de aprovação dos estudos de inventário, em abril de 2007, os procurei para avisar das mudanças no projeto. O que para mim parecia um desfecho – positivo – da luta contra os projetos de barragem, foi visto com desconfiança por eles. Heliton Tinhawambá Gavião foi o primeiro a saber. Eu imaginava que ele receberia a notícia com alívio, afinal de contas suas terras não estavam mais ameaçadas pela barragem. Pela distância da T.I. Igarapé Lourdes até a Cachoeira Dois de Novembro, onde se planeja construir a Usina Tabajara, e pela área inundada divulgada, essa terra indígena não seria atingida pelo novo projeto hidrelétrico, ao menos não “diretamente”, como nos projetos anteriores. Mas Tinhawambá ficou desconfiado. Não acreditou que não haveria problemas para eles: **seriam atingidos de todo jeito**. Em resposta à minha euforia inicial, ele afirmou que sabe que “o *branco* engana o *índio* e quando diz que alaga um tanto, acaba alagando o dobro, o triplo”. Para ele, tudo não passa de uma estratégia dos *brancos* para desmobilizar os *índios*, e por isso não iriam desistir da luta agora.

A desconfiança maior é de que, uma vez executado o projeto da Usina Tabajara, haja uma pressão para a retomada do projeto da Usina Ji-Paraná, numa política de “fato consumado”⁴⁶. De fato, embora os novos estudos a rejeitem, esta possibilidade foi defendida pelo senador Valdir Raupp (PMDB/RO), em um pronunciamento referente à abertura do processo de licenciamento ambiental da Usina Tabajara:

A capacidade prevista para a Usina Tabajara, que será localizada no município de Machadinho D'Oeste é de cerca de 350 MW. Ainda há, Sr. Presidente, um segundo empreendimento no mesmo rio de mais 150 MW. Na verdade, era um projeto antigo que visava à construção de uma usina de 500 MW, que foi impedido porque alagava um pequeno percentual de uma reserva. Foram anos sem que fosse levado adiante. Agora vem à tona a crise de energia elétrica no mundo e no Brasil, e há o aproveitamento do rio Machado, no estado de Rondônia. (RAUPP, 2007, 1)

⁴⁶ A mesma estratégia está sendo utilizada no caso do Complexo do Rio Madeira. Durante o licenciamento ambiental dos projetos das Usinas de Santo Antônio e Jirau, os movimentos anti-barragem denunciaram que era necessário avaliar os riscos do Complexo do Rio Madeira como um todo, que prevê além das duas usinas licenciadas, a construção da hidrovía do Rio Madeira e de outras duas usinas: uma binacional, e outra em território boliviano. Apesar desta possibilidade ter sido negada durante o licenciamento, bastou a aprovação da licença prévia para que essa intenção fosse assumida, conforme noticiou a agência de notícias RONDONOTÍCIAS: “O senador Valdir Raupp antecipou também que mais duas usinas serão construídas na região. Uma binacional em território boliviano, em Cachuera Esperanza, e outra boliviana, mas com parceria do Brasil, também na Bolívia, no departamento de Beni, no início da meseta andina. ‘Torço muito para que as quatro usinas sejam efetivadas’, manifestou”. (RONDONOTÍCIAS, 10/07/2007).

Logo depois de Tinhawambá ficar sabendo, aconteceu o encontro preparatório para o Abril Indígena, que reuniu lideranças de diversos povos indígenas de Rondônia, sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso, que participariam do acampamento Terra Livre em Brasília⁴⁷. Depois de uma discussão conjunta, seguiu-se o trabalho em grupos, organizado de acordo com os povos e/ou região. Os Arara e os Gavião me convidaram para acompanhar a discussão no seu grupo, junto com os missionários do COMIN e da Pastoral Indigenista. Depois de discutirem problemas de invasões na terra indígena, exploração irregular de madeira, queimadas e contaminação da água provocadas por fazendeiros vizinhos, dentre outros problemas, e reforçarem a reivindicação de ampliação da terra indígena para incorporação de terras tradicionais que ficaram fora da demarcação, a barragem virou o tema da discussão. Eles já sabiam que havia novas informações sobre o assunto e me pediram para contar. Levei a página do Diário Oficial em que foi publicada a aprovação da revisão dos estudos de inventário e um mapa de Rondônia. Expliquei a nova localização do projeto, apontando no mapa. Muitos já sabiam onde ficava Tabajara. Nesta reunião, os Arara e os Gavião decidiram permanecer mobilizados contra qualquer risco e em defesa de suas terras, e estão retomando antigas alianças e buscando novos aliados. Só considerarão que sua luta chegou ao fim quando finalmente os “barrageiros” desistirem de qualquer plano de construção de hidrelétricas no Rio Machado. Assim, os Arara e Gavião mantêm atualizada a luta anti-barragem, que apresentarei brevemente no próximo capítulo.

O contexto atual – direitos não garantidos

Fazendo referência ao período de grande aceitação das barragens, em meados do século XX, até o surgimento dos movimentos anti-barragem nos espaços públicos, a indiana Arundhaty Roy afirmou que as barragens começaram bem e terminaram mal:

As grandes barragens começaram bem, mas terminaram mal. Houve um tempo em que todos as amavam; todos as tinham – comunistas, capitalistas, cristãos, muçulmanos, hindus, budistas. Houve um tempo em que as grandes barragens moveram os homens à poesia. Não mais. Em todo o mundo, existe um crescente movimento contra as grandes barragens. (ROY, 1999, 15)⁴⁸.

⁴⁷ Encontro realizado nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2007, em Ji-Paraná.

⁴⁸ No original: “Big Dams started well, but have ended badly. There was a time when everybody loved them, everybody had them – the Communists, Capitalists, Christians, Muslims, Hindus, Buddhist. There was a time when Big Dams moved men to poetry. Not any longer. All over the world there is a movement growing against Big Dams.”

O suposto consenso anterior que legitimava e garantia a execução das barragens, não existe mais. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens (WCD, 2000) é um dos marcos que rompem definitivamente com este consenso, ao sintetizar os principais problemas envolvidos na construção de barragens, com destaque para o péssimo desempenho das barragens já construídas, para a corrupção e os interesses corporativos envolvidos e para a incompetência institucional na garantia dos direitos das populações atingidas (McCULLY, 2005, 296).

Enquanto nos países do “Primeiro Mundo” diversas barragens têm sido desativadas, a “indústria barrageira” está empenhada em uma nova ofensiva voltada para influenciar a opinião pública (McCULLY, 2005, 296). Projetos há tempos paralisados estão sendo retomados em Ásia, África e América Latina. Sob intensa pressão, o Banco Mundial reduziu de forma significativa o financiamento de empreendimentos hidrelétricos. A China, por sua vez, desponta como grande investidora e construtora de barragens, cuja tradição é a violação dos direitos das populações atingidas e o desrespeito a critérios mínimos de preservação ambiental.⁴⁹

No Brasil, se nos anos 80 a luta anti-barragem se beneficiou de um contexto favorável que colaborou para a suspensão dos projetos hidrelétricos, atualmente o cenário é outro. As promessas democratizantes da abertura política não se concretizaram. As conquistas da Constituição de 1988 permanecem num nível formal, sem que a “democracia de fato” tenha sido vivenciada (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000). No caso dos direitos indígenas, a falta de regulamentação colabora para a flexibilidade da aplicação do texto constitucional. O Estatuto dos Povos Indígenas, que regulamenta estes direitos, tramita desde 1994 no Congresso Nacional sem que haja encaminhamentos concretos favoráveis aos *índios*. A estratégia do governo brasileiro é a de negociar por partes, privilegiando a regulamentação dos direitos relacionados à exploração econômica dos recursos existentes em terras indígenas, como é o caso do Anteprojeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas, sempre em prejuízo das populações indígenas (ver Moisés Serívh Gavião, 2007, p. 61). A percepção de que os direitos conquistados em 1988 não se traduzem em prática é comum entre os Arara e os Gavião:

Hoje eu valorizo muito minha cultura através dessa reflexão, lembrando luta dos meus antepassados, lembrando os mais velhos que lutaram pra garantir nossos direitos na Constituição Federal, a lei maior que pelo menos garante no papel nossos direitos, mas na prática não. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2008, p. 187)

⁴⁹ A respeito do caso da Barragem Merowe, no Sudão, consultar o texto “Barragem de Merowe: violação de direitos e danos ambientais”, no Jornal Irohin (NOBREGA, 2008, 23).

Ao invés do respeito, há uma verdadeira ofensiva contra os direitos indígenas em curso no Senado e na Câmara Federal. Um levantamento do Instituto Sócio-Ambiental identificou mais de setenta proposições relativas à questão indígena tramitando no Congresso Nacional. Destas, mais de trinta buscam alterar o procedimento de demarcação de terras indígenas (ISA, 2008). Ainda que sejam inconstitucionais, na medida em que propõem alterações em cláusulas pétreas da Constituição, estas proposições indicam que a garantia dos direitos indígenas está longe de ser consolidada. O atual vice-prefeito de Ji-Paraná, Assis Canuto, que foi constituinte, prevê a revisão destes direitos: “Eu tenho certeza absoluta que esse artigo da Constituição [Artigo 231], ou ele será revisto, ou o Congresso Nacional deverá aprovar todos os projetos de demanda de construção de usinas hidrelétricas em áreas que devem afetar populações indígenas”⁵⁰.

Diante destes retrocessos, dois instrumentos legais que não existiam no primeiro momento da luta indígena contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado talvez possam colaborar para o fortalecimento dos direitos indígenas. São eles: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa aos povos indígenas e às populações tribais, em vigor desde 2003, e a Declaração dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada em 2007. Fruto da pressão dos movimentos indígenas internacionais, estes dois mecanismos de direito internacional prevêm o direito dos povos indígenas de serem consultados previamente a respeito de iniciativas que os implicam, como é o caso da construção de hidrelétricas que atingem terras indígenas (ISA, 2008).

Em relação à questão ambiental também houve retrocessos. O licenciamento ambiental é reconhecido como importante instrumento de política ambiental:

Portanto, é importante destacar, de início, que a instituição do licenciamento, mesmo longe de ser satisfatória sobre o prisma de um paradigma da sustentabilidade, como se discutirá a seguir, representou um passo histórico significativo e de extrema necessidade no que diz respeito à possibilidade de prevenção e de reparação dos impactos sociais e ambientais decorrentes do chamado desenvolvimento. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PAIVA, 2005, 90).

No entanto, as análises de casos concretos, tais como as realizadas pela equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), permitem afirmar que aos avanços formais dos mecanismos de participação da sociedade civil no processo de licenciamento ambiental não corresponde uma participação e uma

⁵⁰ Em entrevista realizada na Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, em 31 de agosto de 2007.

incorporação de fato das populações ameaçadas, e tampouco de seus interesses, de seus direitos e de seus projetos de sociedade (ZHOURI, LASCHEFSKI, PAIVA, 2005, 98). Na prática, a vulnerabilidade das populações ameaçadas ou atingidas por empreendimentos hidrelétricos frente aos prejuízos provocados por essas obras é evidente, principalmente no reduzido poder de negociação que tais populações dispõem para enfrentar a pressão do *lobby* barrageiro.

Apesar dos limites apontados, a legislação ambiental brasileira tem sofrido um ataque sistemático, especialmente os procedimentos relativos ao licenciamento ambiental de hidrelétricas. Em 21 de novembro de 2006, durante a inauguração de uma usina de biodiesel em Barras dos Bugres (MT), o presidente Luis Inácio Lula da Silva referiu-se às populações indígenas e quilombolas e aos ambientalistas como entraves ao desenvolvimento do país pelas restrições que representam no processo de licenciamento ambiental. Este ataque à legislação ambiental foi avaliado por Carlos Vainer em termos da emergência de uma “nova consciência antiambientalista”:

[...] Parece crescer uma espécie de nova consciência antiambientalista em setores empresariais ligadas ao setor de infra-estrutura, particularmente no setor elétrico, que retoma o velho e carcomido tema do “meio-ambiente adversário do desenvolvimento”. As manifestações desse antiambientalismo empresarial, com retórica desenvolvimentista, insistem em denunciar o que seriam os exageros da legislação, a lentidão e a burocracia das agências ambientais, o excesso de zelo do Ministério Público. (VAINER, 2007, 122)

A recente reestruturação do setor elétrico brasileiro acentuou o desgaste da legislação ambiental. O setor privado, que antes atuava basicamente no lucrativo ramo de construção das hidrelétricas, hoje assume também as atividades de geração e distribuição de energia elétrica. De acordo com Carlos Vainer, o deslocamento do centro de decisão do Estado para o setor privado colocou em risco o processo anterior de controle social, transparência e participação popular conquistado na década de 80 (VAINER, 2007, 121). Para os movimentos anti-barragem, a reestruturação do setor elétrico representa um novo desafio, devido à crônica falta de compromisso das empresas com os direitos das populações atingidas, especialmente das minorias étnicas (SANTOS & NACKE, 2003, 17).

O setor elétrico tem sido um dos focos de questionamento da legislação ambiental. Diante das dificuldades enfrentadas para o licenciamento de usinas hidrelétricas, Gerson Kelmann, diretor da ANEEL, anunciou a proposta, ainda em elaboração, de criação das chamadas “Reservas Energéticas”, que garantiriam o uso prioritário do potencial hidrelétrico em regiões

consideradas estratégicas. Como não existe até o presente momento (2008) qualquer documento público com um rascunho do que seria o “Projeto de Lei das Reservas Energéticas”, há apenas a suspeita de que este projeto facilite a exploração hidrelétrica em áreas protegidas, como as terras indígenas e reservas biológicas.

A concessão da licença prévia aos projetos das Usinas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em 2007, apesar do parecer técnico do IBAMA rejeitar a viabilidade ambiental dos estudos apresentados pelos empreendedores, tem sido considerada o sintoma mais evidente do desmantelamento do processo de licenciamento ambiental. Sob intensa pressão da Presidência da República, da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia e das corporações privadas envolvidas nos projetos do Rio Madeira, o presidente do IBAMA, Luiz Felipe Kunz, rejeitou a conclusão dos analistas do IBAMA, não acatou a recomendação do parecer que sugeria a realização de um novo estudo, e deu continuidade ao processo de licenciamento mesmo assim. Simultaneamente, houve uma reestruturação do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes, sob a justificativa de “destravar” o licenciamento ambiental. Embora o Ministério de Meio-Ambiente tenha afirmado que as mudanças não se relacionassem à polêmica envolvendo o Rio Madeira, um dos primeiros atos do “novo IBAMA” foi a concessão da licença prévia inicialmente negada aos empreendimentos do Rio Madeira. Licenciados a priori, a despeito da sua inviabilidade ambiental, os projetos hidrelétricos do Rio Madeira encarnam aquilo que Luis Novoa chamou de “auto-licenciamento”, ou seja, a adequação do processo de licenciamento ambiental aos requerimentos e ao timing de investimentos privados, a despeito do rigor legal (NOVOA, 2008).

Dilemas do atual governo

Além das fragilidades institucionais relatadas acima, a mobilização anti-barragem em Rondônia enfrenta atualmente um desafio relacionado à chegada do Partido dos Trabalhadores aos altos cargos da administração pública, dentre os quais se destaca a Presidência da República. O Governo Lula, o PT e sua bancada têm tido papel fundamental na retomada de políticas desenvolvimentistas, como aquelas propostas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e presentes nos compromissos com a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Para tanto, recorre a uma aliança com conglomerados privados, com destaque para o setor de infra-estrutura, alimentado pelo amplo acesso a recursos naturais e à energia elétrica subsidiada.

O apoio e a execução de projetos hidrelétricos, tais como os do Madeira quanto os do Xingu, são parte fundamental dessa aliança.

Os compromissos do PT com este modelo de “desenvolvimento” têm implicações direta para os movimentos anti-barragem em Rondônia. Se nos anos 80 e 90, a luta anti-barragem contou com o apoio do PT e da CUT e vereadores e deputados estaduais petistas foram importantes aliados do MABRO, hoje a bancada petista em Rondônia tem se “cacifado” para gerir o território imediato da implantação dos projetos do Rio Madeira, atuando em sintonia com os empreendedores e se beneficiando dos ganhos políticos advindos do apoio a estes empreendimentos⁵¹. Lideranças políticas que antigamente apoiavam a luta anti-barragem e ainda permanecem no PT-RO oscilam entre duas posições. Há os que discordam da atual postura do partido, mas silenciam o dissenso, constrangidos, e há os que assumem publicamente a defesa dos projetos hidrelétricos e buscam legitimar estes empreendimentos como “socialmente justos” recorrendo ao histórico petista de colaboração com as lutas sociais. Dentre estes, destaca-se o deputado federal Anselmo de Jesus, que chegou a fazer parte da Comissão de Atingidos por Barragem da Amazônia na década de 80, representando Rondônia, e é um dos principais defensores dos projetos das usinas do Rio Madeira. Anselmo recorre à sua experiência de ameaçado por barragem para justificar uma suposta reorientação do tratamento da questão das populações ameaçadas pelos projetos das Usinas do Rio Madeira pelo governo petista:

No governo Lula, nada se faz sem atender às reivindicações das populações atingidas. E aí vai desde se pensar o reassentamento, desde se pensar as indenizações, os impactos... Tudo é levado em consideração. [...] No caso das barragens, a defesa nossa é a de quem já sentiu na pele essa ameaça. [...] O Complexo do Madeira hoje é importante, mas tem que levar em conta os impactos, as populações tradicionais. Tem que se discutir e achar solução pra cada caso desses. [...] Eu, que participei naquela época e estou no governo agora, vou me esforçar pra que seja feito tudo direito, como manda a lei.[...] Esses dias fui chamado pra participar de um debate sobre as usinas do Madeira e me perguntaram:

- Mas, você, Anselmo? Logo você, que hoje é deputado!

E eu respondi:

- Eu, mesmo. Hoje eu sou deputado, mas eu já fui do movimento anti-barragem. Eu quero dizer pra vocês que hoje o governo é outro. Não é o mesmo governo daquela época. (Em entrevista realizada no escritório de Anselmo de Jesus, em Ji-Paraná, em 5 de abril de 2007.

⁵¹ Sou grata a Luis Nova pela análise do atual cenário político envolvendo o Complexo do Rio Madeira.

Os acontecimentos recentes relativos ao processo de licenciamento ambiental dos projetos das usinas do Rio Madeira, no entanto, colocam em questão a suposta diferença do jeito petista de governar⁵². As audiências públicas realizadas, longe de se constituírem em um espaço sério de debate, se caracterizaram por uma intensa propaganda dos empreendimentos. Houve problemas na disponibilização dos estudos para consulta popular no período que antecedeu as audiências e em uma reportagem da Agência Brasil (2007), comunidades que serão alagadas caso as usinas sejam construídas, mostraram-se completamente desinformadas sobre o que pode lhes acontecer.

Em 5 maio de 2006, a prefeitura de Porto Velho, ligada ao PT, realizou uma suposta “audiência pública” com os empreendedores, no mesmo dia em que se reuniam os ameaçados e atingidos por barragem do estado inteiro para uma atividade de capacitação em licenciamento ambiental, que contou com a participação do Ministério do Meio-Ambiente e de Minas e Energia. Como consequência, a capacitação foi esvaziada.

Em relação à questão indígena, os estudos não contemplam os povos isolados que vivem na região atingida pelo Complexo do Rio Madeira. Com os Karitiana e Karipuna, povos que vivem mais próximos à região “diretamente” atingida pelo projeto, os empreendedores negociaram uma compensação, em troca de sua concordância com o projeto. A associação dos Karitiana, inclusive, lançou uma nota pública questionando a Ação Civil Pública do Ministério Público que solicitava o cancelamento do licenciamento porque consulta aos povos indígenas ameaçados não havia sido realizada. Na nota, o representante da associação afirma que seu povo foi consultado e que todos concordam com a proposta. Dias depois, no Encontro Preparatório para o Abril Indígena, realizado em Ji-Paraná, em abril de 2007, dois representantes dos Karitiana demonstraram sua preocupação a respeito do projeto do Complexo do Rio Madeira e assinaram o documento final do encontro, que é contrário ao projeto. Neste encontro, em certo momento, foi lida a nota pública da associação Karitiana e o seu conteúdo surpreendeu os dois representantes que estavam na reunião. Eles não tinham conhecimento das reuniões realizadas nas aldeias nem dos acordos negociados com os empreendedores e tampouco concordavam com o projeto. Os

⁵² Durante a pesquisa, encontrei a professora da Universidade Federal de Rondônia, Francinete Perdigão, autora junto com Luiz Bassegio do livro “Migrantes Amazônicos”, que traz um capítulo sobre a mobilização anti-barragem de Ji-Paraná. Francinete me perguntou sobre o andamento da pesquisa e finalizou nossa conversa dizendo que eu “entraria pelo cano”, se continuasse achando que toda hidrelétrica é ruim e se não percebesse que os tempos mudam, e que agora, “era hidrelétrica feita no governo do PT, não é como antigamente”. Durante as audiências públicas, no licenciamento dos projetos do Rio Madeira, Francinete foi uma das grandes defensoras da proposta de aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira.

dois únicos representantes dos Karitiana em uma reunião que antecedeu o acampamento Terra Livre 2007, em Brasília, um evento que reúne o movimento indígena em nível nacional, não conheciam os detalhes da negociação com os empreendedores. Este episódio, que eu mesma presenciei, reforça as suspeitas de que houve alguma negociação entre os empreendedores e algumas lideranças Karitiana, à revelia das comunidades indígenas. Entre eles, o que se diz é que o acordo foi firmado por lideranças que vivem na cidade e que as comunidades nas aldeias não estão sabendo realmente o que acontecerá.

No caso do Complexo do Rio Madeira, a atuação do PT está longe de garantir que os erros do passado não se repitam. Ao contrário, o governo petista, aliado aos empreendedores e demais apoiadores dos projetos do Rio Madeira das mais diferentes matizes ideológicas, tem reproduzido práticas autoritárias que resultaram em graves prejuízos para as populações atingidas por barragem, alijadas do processo de licenciamento ambiental, cuja participação popular não passa de um mecanismo formal de legitimação dos empreendimentos propostos.

Frente a este quadro extremamente desfavorável, os Arara e os Gavião voltam a se organizar. A estratégia é, mais uma vez, agregar aliados à luta anti-barragem, como expressou Tinhawambá Gavião:

Acho que como nós estamos aqui como vocês, companheiros, ribeirinhos, vamos nos aliar, fortalecer nossa união e a nossa luta, para tomar força contra esse projeto da barragem. Não só da barragem, mas qualquer projeto que prejudique a vida da população. Nós não podemos aceitar todo tempo o projeto que o governo elabora sozinho, sem a nossa participação. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2006, p. 147)

* * *

Neste capítulo, apresentei o contexto em que surgiu a mobilização contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, nos anos 80, enfatizando alguns aspectos locais, nacionais e internacionais que colaboraram para a suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná. Frente à retomada do projeto da Usina Tabajara, tentei traçar os desafios atuais da mobilização anti-barragem, destacando que parte das condições favoráveis que existiam no passado, hoje se encontra ameaçada, como os direitos indígenas e a legislação ambiental. A avaliação dos contextos em que os projetos hidrelétricos do Rio Machado foram propostos permitiu identificar uma das estratégias de legitimação da investida barrageira neste rio, baseada no silenciamento da luta social que culminou na suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná.

No próximo capítulo, detalharei a luta dos Arara e dos Gavião, focando em suas estratégias de confronto e negociação e nos sentidos e práticas mobilizados por estes povos indígenas ao longo da mobilização anti-barragem.

Capítulo 4:

A luta indígena contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado

Em julho de 1984, autorizada pela FUNAI, a equipe que fazia o levantamento das possíveis cotas de alagamento dos projetos hidrelétricos do Rio Machado pousou de helicóptero na aldeia central dos Gavião, a aldeia Igarapé Lourdes, para instalar os marcos metálicos que fariam a medição naquela área. Quando entenderam do que se tratava, por intermédio do antropólogo Mauro Leonel, os Gavião arrancaram os marcos fincados na terra indígena e em seu lugar, deixaram um recado para ELETRONORTE, como contou Sebirop Gavião:

Eu coloquei um sinal. Eu coloquei minha flecha lá pra dizer que não é pra pisar, não é pra aterrissar mais ali de helicóptero. Deixei um sinal de índio pra não descer mais de helicóptero lá e não desceram mais. Não desceram porque viram flecha lá. (Catarino Sebirop Gavião, 2007, p. 177)

Desde então, nenhuma equipe da ELETRONORTE conseguiu entrar na T.I. Igarapé Lourdes para fazer as medições necessárias e avaliar, com mais segurança, os possíveis prejuízos que o barramento do Rio Machado no eixo JP-14 poderia causar aos Arara e aos Gavião, que declararam guerra ao projeto da barragem de Ji-Paraná.

Na época, a barragem era mais uma ameaça às suas terras. A “visita” surpresa da equipe da ELETRONORTE à terra indígena aconteceu em julho de 1984, um mês antes do seqüestro dos invasores da terra indígena. Naquele momento, era mais urgente retirar os colonos e a ameaça da barragem ainda não se tinha se apresentado de forma mais concreta. Em pouco tempo, a movimentação pró-barragem se intensificou e os Arara e os Gavião procuraram mais informações sobre o projeto, como conta Sebirop:

Aí eu vim falar com a FUNAI, que negou tudo. Eu perguntei o que é que o pessoal tava fazendo e a FUNAI não queria contar pra mim. Todo levantamento de terra indígena, divisa de terra indígena, por exemplo, fazenda, tudo, tudo, a gente sabe que a FUNAI sabe. Mas a FUNAI falava que não tava sabendo de nada, nunca soube, o pessoal não falou nada. Eu não acreditei. Eu sei que todo problema que acontece vizinho da terra indígena a FUNAI sabe. Quando vai fazer um estudo de algum problema, diagnóstico, eles sabem que a FUNAI tem que ficar sabendo. Eles sabem que a FUNAI é dos índios. Mas dessa vez negaram pra mim. Aí o chefe de posto tava junto comigo lá e contou pra mim:

- Eles vão fazer hidrelétrica lá no Rio Machado, eles tão com medo de falar pra você porque senão você vai prender ele aqui, eu já conversei com ele, tudo bem.

O cara falou pra mim que era um estudo do Rio Machado. Eles colocaram muitos números beirando o Rio Machado. Aí eu perguntei pro chefe de posto:

- Pra que esse número aqui?

- Isso aqui é medida de água, até que altura a água vai, que vai alagar, por isso que colocaram isso aqui.

Tinha um pedaço de madeira que eles enfiavam no chão, cheio de número. E subindo o rio, lá pra Pimenta Bueno era cheio de número pra ver até que altura vai. Então Ji-Paraná ia pro fundo. Ia não, ainda vai, tá no projeto deles lá. (Catarino Sebirop Gavião, 2007, p. 177)

Sabendo o que aqueles estudos representavam, os Arara e os Gavião recusaram qualquer possibilidade de cooperação com a ELETRONORTE. Diante desta dificuldade, a empresa contratou especialistas para avaliar o “componente indígena” do projeto da Usina Ji-Paraná, cujos relatórios, além de apontarem os prováveis prejuízos que a construção da barragem traria aos Arara e aos Gavião, enfatizaram sua oposição ao projeto (ALMEIDA, s.d.; ARRUDA, 1986, 1987a, 1987b; LOVOLD & FORSETH, 1988).

A visita ao canteiro de obras da Usina Samuel

Como parte do processo de negociação, os Arara e os Gavião decidiram conhecer o canteiro de obras da Usina Samuel. No dia 21 de janeiro de 1988, cerca de setenta *índios* Arara, Gavião e Zoró⁵³ se deslocaram até o local em dois ônibus fretados pela ELETRONORTE. Em um encontro que reuniu os ameaçados e atingidos por barragem do estado de Rondônia, realizado em Porto Velho, em maio de 2006, o professor Zacarias Kapiaar Gavião relembrou esta visita:

Quero falar da primeira manifestação que os povos Gavião e Zoró fizeram com relação à barragem no rio Machado. Tem até uma lembrança aqui [ele mostra a foto tirada por Ricardo Arnt, que ilustra o artigo de Elizabeth Forseth e Lars Lovold (1991) que ele tinha em mãos no encontro]. Na foto estamos como guerreiros, guerreiros igual antes do contato com o branco, quando vivíamos em conflito entre povos e povos. A estratégia que fizemos foi, depois que foi feita a barragem de Samuel e soubemos que tinha o projeto do Rio Machado, pedimos uma visita até barragem de Samuel para ver como seria mais ou menos uma barragem, porque nós, índios, não tínhamos nem noção do que seria uma barragem, como é feita, o impacto que traz. Nesse dia, setenta índios foram ver a barragem de Samuel. E depois dessa visita ficamos contra a barragem do Rio Machado, de vez. (Zacarias Kapiaar Gavião, 2006, p. 149)

⁵³ Na época, parte do povo Zoró deixou suas terras, invadidas por fazendeiros e colonos, e se reaproximaram dos Gavião, com os quais haviam cortado relações nos anos 40. Depois da retirada dos invasores, os Zoró voltaram para suas terras.



**Foto 3: Zacarias Kapiaar Gavião durante atividade de mobilização.
Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.**

A visita ao canteiro de obras da Usina Samuel tinha por objetivo conhecer de perto uma barragem para que eles tivessem dimensão do que se estava propondo para o Rio Machado. Lá, os Arara e os Gavião viram o rio Candeias do Jamari desviado e a estrutura quase pronta da barragem. A ELETRONORTE exibiu um vídeo institucional sobre a “Operação Jamari”⁵⁴, responsável pelo resgate de animais durante o enchimento do reservatório, como lembrou Carlos Xo’Õn Arara:

Os bichos estavam morrendo. Eles pegavam macaco e diziam que iam mudar o macaco pra outro canto, gato, onça. Tudo isso aí nós vimos quando eles passaram o filme. Por isso não é bom esse negócio de barragem, fazer barragem aqui. Por isso a gente não deixa fazer barragem aqui nem nunca aceitamos fazer barragem aqui. (Carlos Xo’Õn Arara, 2007, 163)

⁵⁴ Nos estudos de inventário do Rio Machado, há uma avaliação sobre as operações de resgate de fauna em obras hidrelétricas: “Do ponto de vista biológico, o resgate de mamíferos durante a inundação é uma operação indefensável. O animal entra em ‘stress’ por causa da inundação; é capturado; engaiolado; transportado; depositado; transportado de novo; solto sozinho (sem laços sociais), ou em companhia estranha, em área que não conhece e que está ocupada por uma fauna residente e estabelecida. A porcentagem de sucesso (ainda não estudada) deve ser baixa. Devido ao aspecto humanitário da empresa, ela é cercada de publicidade, freqüentemente de mau nível.” (CNEC, 1985, 7.24).



**Foto 4: Visita ao canteiro de obras da Usina Samuel.
Fonte: Ricardo Arnt, Candeias do Jamari, janeiro de 1988.**

Esta visita definiu, de uma vez por todas, a decisão dos Arara e dos Gavião em se opor ao projeto da barragem do rio Machado. Desde então, a experiência de ter conhecido Samuel é sempre recuperada para justificar sua oposição a uma possível barragem no Rio Machado. Para os Arara e para os Gavião, além de um enfrentamento político, a visita ao canteiro de obras da Usina Samuel se constituiu em um aprendizado sobre as técnicas de construção de uma barragem e seus efeitos deletérios para os animais e as plantas, como Pedro Agamenon Arara ensinou:

Em Samuel eles já estavam com tudo pronto. Estavam preparando o local pra onde eles iam mudar o rio. Porque eles não fazem a barragem com o rio. Eles mudam o rio pra outro canto onde eles querem. Não ficam com ele trabalhando com o rio, na água, não. Eles fazem uma vala lá por trás daquela serra e tiram o rio pra lá. Não faz aqui. Isso aqui, onde o rio mesmo corre, fica tudo seco. Não tem mais água onde eles constroem barragem. Fica tudo seco. A água vai pra lá, eles dão um jeito de jogar água pra lá. Construção de barragem é desse jeito. (Pedro Agamenon Arara, 2007, 162).

Essa experiência tem alimentado, até hoje, os argumentos que fundamentam sua luta contra os projetos de barragem do Rio Machado, como falou Carlos Xo'Õn Arara:

Eu já vi como é que é barragem. É igual estourar bomba. Isso eu vi. Coisa mais feia. Vai acabar meio mundo. Não é só um pouquinho que vai alagar. Por isso a gente não quer barragem. (Carlos Xo'Õn Arara, 2007, p. 163)



Foto 5: Índios Arara, Gavião e Zoró conhecem as turbinas.
Fonte: Acervo de Sebirop Gavião, Candeias do Jamari, janeiro de 1988.

Um fato ocorrido em Samuel logo depois da visita dos Arara e dos Gavião foi contado por Sebirop como um aviso dos *goihanei*⁵⁵:

Depois que nós voltamos da nossa visita de Samuel, aconteceu. Na barragem, aconteceu que o tatu canastra fez um buraco daqui até varar no outro lado... Aí estourou a barragem de Samuel. Eu não sei se tatu faz isso. Mas saiu mesmo. Todo mundo ficou preocupado com o que tinha acontecido. Era o tatu que tinha aberto um buraco pra poder abrir o canal do rio. A barragem estourou depois da nossa visita. Eu dizia que isso podia acontecer aqui, igual aconteceu com o buraco de Samuel. O branco achava que era tatu, não era tatu, foi o *goihanei* que fez. (Catarino Sebirop Gavião, 2007, 176).

As mulheres indígenas e a luta anti-barragem

Significativa enquanto enfrentamento político e processo de aprendizagem a respeito das conseqüências de barragens, a visita ao canteiro de obras da Usina Samuel consistiu em uma experiência essencialmente masculina, como afirmou Carlos Xo'Õn Arara:

Nunca nenhuma mulher nossa foi. Só os homens foram ver esse negócio de barragem, pra enfrentar esse negócio. Não me lembro se os Gavião levaram mulher. Por isso elas não sabem como é barragem. Nunca viram uma. Não conhecem. (Carlos Xo'Õn Arara, 2007, 163)

⁵⁵ Para os Gavião, os *goihanei* são os espíritos das águas.

Hoje, com a retomada do projeto da Usina Tabajara, há uma demanda por parte das mulheres Arara e Gavião em participar das atividades públicas da luta anti-barragem. A visita das mulheres à Usina Samuel é uma das suas reivindicações, como solicitou Suzete Jepa Arara:

Sempre vamos lutar junto com nosso cacique, que nem outras parentes mulheres. Isso que nós queremos. Nunca os brancos convidam nós, mulheres, pra conhecer a barragem. Só convidam nosso cacique. Só ele luta por nós, sozinho. Nós mulheres queremos lutar junto nosso cacique. Nunca convidam as mulheres indígenas Arara pra fazer parte do movimento como outras índias, outras lideranças. Por isso nós queremos ver construção de barragem, pra saber como é a construção de barragem. Como vamos lutar sem conhecer a barragem? Não temos nem uma noção de como é feita a barragem. [...]. Na aldeia, não tem muita gente participando do repasse da reunião que o cacique traz da cidade pra aldeia. Pensam que é brincadeira. Por isso nós queremos praticar pra falar. Tem muitas mulheres que lutam pelo seu direito e nós aqui não temos nenhuma que luta, que tem uma palavra pra falar em público sobre a barragem. Por isso nós mulheres queremos aprender junto com nossa liderança para falar e discutir sobre a barragem. Muitas outras mulheres, de outros povos, lutam por sua terra. E nós, mulheres Arara, queremos lutar também. (Suzete Jepa Arara, 2007, 164).

Nesta ocasião, Suzete estava cobrando das entidades de apoio presentes na reunião para que também envolvessem as mulheres Arara nas atividades públicas de mobilização anti-barragem. Para tanto, precisam “praticar pra falar”, já que poucas mulheres se sentem à vontade para se expressar em público em português. Querer falar “bem” o português sinaliza a vontade dessas mulheres em se dirigir a um público diferente dos “seus” (os parentes indígenas). Elas querem falar para os *brancos* as ouvirem e as entenderem. E não querem que outros falem em seu lugar.

O chamado de Olinda Àhukúj Gavião à participação na luta anti-barragem oferece indícios de que essa é uma dimensão significativa dos processos políticos desencadeados pela ameaça dos projetos hidrelétricos do Rio Machado:

Eu quero também falar um pouco sobre a barragem, dizer que nós, mulheres, não queremos a barragem. Não aceitamos a construção de barragem, porque nos preocupamos com o nosso futuro e o dos nossos filhos. Onde que nosso filho vai morar, tirar seu sustento? Todo mundo podia participar, se manifestar, dizer que nós não queremos construção de barragem. Até porque nos preocupamos com futuras gerações. É só isso que eu queria dizer. (Olinda Àhukúj Gavião, 2007, 171)

A visita à Vila Pioneira da Usina Ji-Paraná⁵⁶

Depois de visitarem o canteiro de obras da Usina Samuel, os Arara e os Gavião se dirigiram ao acampamento da “Vila Pioneira”, estabelecido onde seria o canteiro de obras da Usina Ji-Paraná. No local, a ELETRONORTE providenciou uma base de operações que contava

⁵⁶ Nas páginas 44 a 46, há um relato dos Arara sobre a visita à Vila Pioneira da Usina Ji-Paraná.

com 3220 m² de área construída, com alojamentos, refeitório e instalações de apoio com capacidade para 150 pessoas, uma pista de pouso de 900 m de extensão, dois geradores diesel de 200 kW, uma estrada de acesso de 30 km e um hospital de campanha (CNEC, 1988, 63). A compra de terras nas áreas que se destinam ao canteiro de obras e a instalação de alguma infraestrutura básica foi identificada por Carlos Vainer e Guilherme Araújo como uma das estratégias das empresas barrageiras para dar ao que é apenas um projeto, o caráter de irreversibilidade:

Nesta etapa, busca-se assegurar que, em caso de vir a surgir resistência, a empresa já se encontre ancorada no terreno e a obra já possa aparecer como algo irreversível, quase como se fosse um fenômeno natural diante do qual não se pode senão sofrer as consequências. (VAINER & ARAÚJO, 1990, 20).

A estrutura física do acampamento não impressionou os Arara e os Gavião, que ocuparam a Vila Pioneira, como recordou Carlos Xo'Õn Arara:

No Rio Machado tava tudo prontinho já, com as casonas montadas, cheia de gente. Nós tomamos a frente, ficamos junto com eles, fechamos tudo, com um monte deles dentro. Já tava tudo pronto lá, fazendo as casas com material, brita. Tinha um cercadão por onde nós entramos e todo mundo ficou por lá. (Carlos Xo'Õn Arara, 2007, 161)

A visita ao acampamento da JP-14 foi uma oportunidade para os Arara e os Gavião demonstrarem sua oposição ao projeto da barragem. Lá, eles exigiram a presença dos responsáveis pelo projeto de barragem e explicaram ao chefe do acampamento e ao representante do CNEC os motivos porque não queriam suas terras alagadas, especialmente os cemitérios e as aldeias antigas, conforme explicou um pajé Gavião:⁵⁷

Eu estou pensando sobre o meu filho e a minha esposa que estão enterrados lá na beira do Lourdes. Essa água vai chegar até lá onde estão enterrados. Não pode alagar! Fica feio. Também meu pai morreu na boca do Lourdes. Esposa dele e filho dele também. Aí a água vai até ali, no cemitério deles. A água vai alagar tudo lá onde tenho meu pai e meu filho, e isso eu não quero não. Eu estou com meu coração cheio disso pensando no meu pai e meu filho que vão ficar embaixo da água. (Pajé Gavião, In: FORSETH & LOVOLD, 1991, 433).

⁵⁷ O artigo de Elizabeth Forseth e Lars Lovold (1991) apresenta a transcrição deste diálogo, anexada neste trabalho (Anexo 4).



**Foto 6: Visita ao possível local de barramento do Rio Machado.
Fonte: Acervo de Sebirop Gavião, Acampamento da JP-14, janeiro de 1988.**



**Foto 7: Digüt interpela chefe do acampamento da JP-14 e o funcionário do CNEC.
Fonte: Acervo de Sebirop Gavião, Acampamento da JP-14, janeiro de 1988.**

Enquanto os representantes do CNEC e da ELETRONORTE tentavam convencê-los de que ainda não havia nada definido e que era necessário autorizar a entrada na terra indígena pra mensurar os prejuízos e as medidas compensatórias, os Arara e os Gavião lembraram que, antes deles chegarem, “Ji-Paraná era tudo terra deles”, situando-os. Fazendo referência ao violento processo de expropriação por que passaram desde a chegada dos *brancos* às suas terras, eles

disseram que não estão mais dispostos a perder mais do que já perderam e demonstraram estranhamento à postura dos *brancos* em achar que podem dominar tudo, inclusive os rios: “Eles não são donos do rio”. Para advertir os trabalhadores e os responsáveis pelo projeto, eles fizeram uma demonstração de suas habilidades com arco e flecha, como lembrou Pedro Arara:

Todo mundo foi armado. Jogamos flecha naqueles paus lá pra cima. Quem tava lá ficou com medo da altura que a gente jogava a flecha. (Pedro Agamenon Arara, 2007, 162)

De acordo com Pedro Arara, a visita e a performance dos *índios* surtiu efeito: eles conseguiram mostrar seu ponto de vista e convenceram os trabalhadores do acampamento de que aquela barragem nunca seria feita. Mas Pedro sabia que não estava lidando com os “grandes”, os verdadeiros interessados na obra:

Lá só tinha os trabalhadores. Eles queriam continuar o trabalho. O cara que era o cabeça não tava. Os peões falavam que eram inocentes:

- Só tava fazendo esse trabalho porque me mandaram.

Eram pau-mandado. E os índios falaram:

- Não, não pode fazer isso não. Vocês tem que parar mesmo.

Eles disseram:

- Não, vamos ligar aqui pro meu chefe, pra ver no que vai dar.

E nós:

- Pois é, é bom comunicar ele logo que nós viemos aqui pedir pra não construir barragem no rio Machado, que aqui é nosso rio e quem manda no rio somos nós e pronto.

Aí ele foi e falou:

- Foi chefe meu que mandou a gente aqui e se depender de mim vou embora hoje mesmo. Vou arrumar as coisas e vou embora.

De fato, ele foi embora mesmo. Ele não ficou lá. Ficou só os peões pra cuidar do acampamento deles, das coisas deles. Se ele tivesse agido com ignorância a gente tinha atacado ele. A gente ia queimar o acampamento. Mas como eles respeitaram a gente, receberam a gente, explicaram pra nós com calma, tudo bem. Mas se ele tivesse vindo com ignorância, a gente já tava indo mesmo pra isso. Se ele ficasse brabo com nós, a gente ia reagir com eles. Só que ele respeitou a gente, falou com a gente tranqüilo. Falou que ia mexer, que ele tava lá mandado. E eu disse pra ele:

- Avise mesmo seu patrão que aqui não vai ter barragem. Se insistir nós viemos aqui de novo. Não vão teimar, não, que da próxima vez é pra levar vocês feito porco amarrado lá pra aldeia pra trabalhar pra nós.

Nós falamos assim pra eles. Sei que medo eles não ficaram não, mas eles tinham que saber o que a gente tava falando. A gente fala uma coisa e o pessoal não obedece. Era pior pra eles. (Pedro Arara Gavião, 2007, 161).

Durante a visita ao acampamento, os técnicos da ELETRONORTE voltaram a insistir que nada havia sido decidido ainda e que somente depois de entrarem na terra indígena poderiam dizer quais seriam os prejuízos e as possíveis compensações, ou quem sabe, poderiam mesmo desistir do projeto. Apesar de seguir afirmando que a decisão não estava tomada, a ELETRONORTE não considerou a possibilidade de desistir do projeto ou buscar uma alternativa

que não inundasse a terra indígena. Uma possível alteração da cota do reservatório da JP-14, que poderia evitar ou diminuir os prejuízos para a T.I. Igarapé Lourdes e para os projetos de colonização, foi descartada pois implicaria na elevação dos custos da obra e em um menor aproveitamento energético:

Destaque-se que a montante da foz do rio Jaru as três alternativas têm seu reservatório superior na cota 137m, apresentando portanto as mesmas interferências com o Parque Indígena do Lourdes e com os Projetos de Colonização Ouro Preto e Pe. Adolpho Rohl, mais adiante explicitadas. Qualquer esquema de barramentos que evite essas interferências implica o aproveitamento de desníveis menores, com barragens de baixa queda e custos-índice significativamente superiores. (CNEC, 1987, 23).

De como o problema virou solução

Com a decisão tomada a priori, a única margem de negociação que a empresa considerou dizia respeito às possíveis compensações e às medidas mitigatórias. Os prejuízos identificados pela ELETRONORTE que recairiam sobre os Arara e os Gavião e que constam nos Estudos de Inventário (1985) e de Viabilidade (1987) são os seguintes: possível desestruturação nas atividades de subsistência, baseadas em pequenas lavouras itinerantes e na caça e pesca; possível inundação de locais sagrados e a possibilidade de invasões depois da formação do reservatório, que tornaria o rio Machado navegável. Os relatórios antropológicos produzidos a pedido da ELETRONORTE não são citados nestes estudos. Estes relatórios apresentam de forma mais detalhada os possíveis prejuízos que a construção da usina de Ji-Paraná poderia provocar aos povos indígenas do Igarapé Lourdes (Anexo 2). Além destes relatórios, em diversas ocasiões os Arara e os Gavião explicaram à ELETRONORTE os prejuízos que a barragem lhes traria. Na visita à Vila Pioneira, em 1988, um pajé Arara avisou:

Antigamente a gente andava todo por aqui. Agora vocês querem tomar tudo! Nós não temos outro lugar para plantar a nossa comida. Então deixa assim mesmo – sem fazer nada mais! Nós chegamos aqui bem antes de vocês. O rio não é de vocês não. Esse rio era nosso! Foi nós que morávamos por aqui antigamente. Nós temos muito tempo aqui. Vocês não tinham morada por aqui, nesse rio! Foi nós que sempre morávamos por aqui. Depois que nós fizemos tudo por aqui, vocês estão querendo fazer isso – fazer barragem! Aqui era nosso mato. A terra era nossa, primeiro. Tudo aqui era nosso! (Pajé Arara, In: FORSETH & LOVOLD, 1991, 434).

Para a ELETRONORTE, os Arara e os Gavião estavam exagerando:

Tendo em vista a característica essencialmente nômade deste povo, referida no item 4.3.7, a inundação de cerca 5,7% da área total da reserva poderá acarretar

uma limitação, ainda que apenas a nível psicológico, deste modo de vida. (CNEC, 1985, 5.123).

Os graves prejuízos apontados pelos Arara, pelos Gavião e pelos especialistas contratados foram simplificados na “limitação psicológica” do modo de vida dos Arara e dos Gavião. Para a empresa, eles facilmente se adaptariam ao deslocamento provocado pelas usinas, já que são povos nômades. A intervenção da ELETRONORTE – que não contou com a participação dos *índios* em nenhum momento do seu planejamento – foi apresentada como equivalente aos motivos que levaram os Arara e os Gavião a deslocarem suas aldeias, ao longo de sua história⁵⁸. Naquele momento, por exemplo, o deslocamento das aldeias esteve diretamente relacionado à proteção dos limites da área indígena. A constante ameaça de invasores obrigou os Arara e os Gavião a se fixarem em aldeias próximas aos limites para evitar novas ameaças, mesmo que isso significasse um contato mais constante com a sociedade *branca*. A ELETRONORTE não foi capaz (ou não pretendeu) de atentar que, por questões políticas ligadas à proteção do território, eles se sedentarizaram.

Os eventuais prejuízos que atingiriam os Arara e os Gavião seriam controlados por uma gestão conjunta entre a ELETRONORTE e a FUNAI, por meio de um grupo de estudos. Juntos, estes dois órgãos elaborariam as medidas de compensação adequadas. Na proposta inicial, a ELETRONORTE recomendou que se fizesse uma estimativa das possíveis perdas de aldeias (que de acordo com os estudos, “aparentemente” não seriam atingidas pela inundação), das roças e dos cemitérios indígenas e que se verificasse a possibilidade de acordos de indenização e/ou permuta das áreas perdidas. Uma das alternativas consideradas sugeria a compensação das áreas perdidas com as terras indígenas que ficaram fora da área demarcada, tanto na Reserva Biológica do Jaru, quanto a oeste do Mato Grosso. Assim, seria retomado o contato com a área indígena do povo Zoró, que fica no Mato Grosso. Uma proposta atraente para o povo Gavião, o grupo mais prejudicado na demarcação e que poderia causar conflitos entre eles e os Arara, caso aceitassem. A ELETRONORTE propôs também a atuação conjunta entre a FUNAI, IBDF, INCRA e as Polícias Federal e Militar para a garantia da proteção efetiva da área indígena, que contaria com um sistema de vigilância em todo o seu perímetro, especialmente na estrada que fica no limite

⁵⁸ Éster Káhy Gavião explicou como era a “vida de antigamente”: “O índio, antes do branco vir, o índio não vivia num canto só. Vivia na beira de um rio, de outro rio, fazia sua roça. Hoje a gente quer fazer isso ainda.” (2007, p. 170)

sul, onde transitavam muitos caminhões vindos do Mato Grosso. E por fim, a empresa se comprometia a melhorar os serviços de saúde e educação indígena.

Demandas antigas dos Arara e dos Gavião foram oferecidas como moeda de troca, como se a única possibilidade de alcançá-las fosse por meio da hidrelétrica. A fragilidade institucional da FUNAI e dos demais órgãos do Estado Brasileiro responsáveis pela garantia dos direitos indígenas abriu espaço para que a ELETRONORTE se apresentasse como a salvação da política indigenista local. E assim, de uma ameaça potencial aos povos indígenas do Igarapé Lourdes, o projeto da Usina Ji-Paraná foi transformado em solução para os problemas dos Arara e dos Gavião. Essa estratégia, no entanto, não convenceu os Arara e os Gavião.

A proposta de receber uma indenização monetária é até hoje ironizada por eles. Em um encontro com representantes dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, em 2006, o pajé Clóvis Mogã Arara, traduzido por Sebastião Arara, fez a seguinte intervenção:

Será que o governo, se alagar a terra indígena, vai dar emprego pra nós? Não vai. Ele não vai dar emprego pra gente. Não vai dar de comer aos povos indígenas. E outro, dinheiro, indenização, a gente não quer, porque dinheiro não vale, porque dinheiro a gente pega hoje e depois de amanhã chega em casa e acaba. [...] Se a gente perder nossas terras, será que vamos morar em cima do dinheiro que o governo vai dar pra nós? Negativo, nós não vamos morar em cima do dinheiro. (Clóvis Mogã Arara, 2006, 148)

Em um seminário em 2005, Heliton Tinhawambá Gavião Tinhawambá Gavião perguntou⁵⁹: “Será que o governo vai construir um barco grande pra gente viver em cima do rio?” Na mesma ocasião, Pedro Agamenon Arara questionou os benefícios da indenização: “Não vou abandonar os cemitérios onde estão enterrados meu pai e meus parentes. A indenização não paga o cemitério onde está meu povo. Não preciso de dinheiro. Depois que o dinheiro acabar, eu vou virar pedinte. Isso eu não quero. Eu quero dinheiro pra dar assistência pra minha comunidade.”

Os Arara e os Gavião já conhecem os efeitos do dinheiro que saiu da exploração de seus “recursos” naturais. A experiência da exploração predatória de madeira na T.I. Igarapé Lourdes nos anos 80, facilitada por algumas lideranças indígenas, é para eles um exemplo que não deve ser repetido. Muita madeira nobre saiu da terra indígena, vendida a um preço muito mais baixo do que o seu valor de mercado. Por um breve período, lideranças envolvidas na venda da madeira desfrutaram de um padrão de vida desconhecido entre os povos da T.I. Igarapé Lourdes. O retorno financeiro da venda da madeira se concentrou em certas lideranças, enquanto a maior

⁵⁹ No seminário “Território Indígena: Direito a ser validado”, realizado em Ji-Paraná, em 18 de abril de 2005.

parte da comunidade indígena não desfrutou dos eventuais benefícios que o “dinheiro da madeira” pudesse lhes proporcionar. Atualmente, propostas desta natureza são recebidas com desconfiança por eles.

Há mais de vinte anos os Arara e os Gavião tentam convencer a ELETRONORTE e os defensores do projeto de hidrelétrica que sua terra não tem preço e não está à venda. Não há indenização que pague o valor simbólico e político que a terra tem para eles, especialmente no caso da inundação dos cemitérios. Didaticamente, a agente de saúde indígena Matilde Sebirop Gavião⁶⁰ ensinou: “Vocês precisam entender que nossa cultura e tradição são diferentes. Por isso não aceitamos a proposta de barragem no Rio Machado. Nossa área já é pequena. O povo Gavião está na terra emprestada dos Arara. Já perdemos muita terra. Não vamos perder mais.”

À estratégia territorial-patrimonialista do setor elétrico, definida por Vainer e Araújo (1990, 21) como uma simplificação das conseqüências perversas das hidrelétricas a uma política indenizatória que reconhece apenas os direitos formais sobre a propriedade e quantifica monetariamente valores simbólicos e políticos atribuídos à terra, Matilde Gavião contrapôs a cultura e a tradição diferenciada dos Arara e dos Gavião, cuja definição coincide com a avaliação de Viveiros de Castro e Seeger:

As terras ocupadas pelos índios não são apenas meio de produção, lugar de trabalho agrícola ou solo onde se distribuem recursos naturais, mas territórios de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas (SEEGER & VIVEIROS DE CASTRO, 1979, 104, citado In: VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988, 19).

Na luta anti-barragem, o território indígena – configurado a partir da existência coletiva dos Arara e dos Gavião – tem se constituído um lugar de “emergência da alteridade” (ZHOURI & OLIVEIRA, 2005, 60), resultado de práticas de afirmação étnica e política (ALMEIDA, 1994, 25). Por isso, em 2005, Sebirop disse: “Peixe é que precisa de água. Índio precisa de terra.”⁶¹

A linguagem dos direitos

A recusa à barragem e à indenização é relacionada pelos Arara e pelos Gavião aos direitos dos povos indígenas, definidos da seguinte forma por Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade:

⁶⁰ No mesmo seminário.

⁶¹ No seminário “Território Indígena: Um direito a ser validado”, realizado em Ji-Paraná, no dia 18 de abril de 2005.

Os direitos dos índios derivam, *inter alia*, de sua condição social de minoria étnica, e a violência contra tais direitos não se quantifica; as terras indígenas não se medem em quilômetros expropriados ou inundados – ainda que se alagam e se expropriam muitos quilômetros quadrados de terras indígenas –, mas em sua qualidade política e simbólica de suportes da identidade sócio-cultural das minorias indígenas. (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988, 13).

Em Porto Velho, em 2006, Moisés Seríhv Gavião, traduzido pelo professor Josias Govéhj Pòhv Gavião, recorreu à lei para explicar os motivos da oposição dos Gavião ao projeto de barragem:

Apesar do governo ter tomado as terras indígenas, ele ainda quer destruir o que sobrou pra nós. Então nós não aceitamos a construção de hidrelétricas, de barragens em terras indígenas. É por isso que estamos aqui, defendendo o que é nosso, porque na terra que estão querendo construir essas barragens, lá estão nossos cemitérios, nossas aldeias antigas, então isso é sagrado para o povo indígena. E perante a lei nós temos essa segurança. (Moisés Seríhv Gavião, 2006, 147).

A incorporação das terras a oeste do Mato Grosso e das que coincidem com a REBIO Jaru, propostas pela ELETRONORTE como parte das medidas compensatórias, é vista pelos Arara e pelos Gavião como uma questão de direito: são suas terras; não uma concessão do governo, e por isso não estão disponíveis para compensação. A linguagem dos direitos tem sido incorporada ao longo dos embates com o governo e a luta anti-barragem se constitui em um dos espaço de aprendizado sobre os mecanismos institucionais de proteção dos direitos indígenas. No mesmo seminário citado acima, Heliton Tinhawambá Gavião se dirigiu a Ricardo Furtado, que representava a Empresa de Pesquisa Energética (EPE):

Tem uma lei que garante, na Constituição Federal, os direitos dos povos indígenas. É o artigo 231, no parágrafo terceiro. Eu queria que você lesse esse documento aqui porque eu não sei se essa lei ainda vale pros povos indígenas do Brasil ou se queimaram, se rasgaram, se alteraram o artigo. Eu acho que só assim os cidadãos que são autoridades podem entender e compreender sobre cada artigo que garante a vida das populações indígenas. Só pregando na testa de vocês. Acho que só assim nós vamos ser respeitados. Você sabe por que você não entende nada sobre o artigo da lei? Porque você não abre a página. Sempre guarda na gaveta. É por isso que não estão cumprindo, estão desrespeitando. A partir de hoje, quero que você respeite as populações indígenas, os ribeirinhos e população extrativista, os pescadores. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2006, 160)

Tinhawambá Gavião pediu a palavra depois da intervenção de Ricardo Furtado sobre os novos critérios adotados pelo setor elétrico para incorporar, desde a etapa de inventário, a “dimensão social” em seus projetos, dos quais os das usinas do Rio Madeira seriam o principal exemplo. Tinhawambá sempre tem uma cópia do Artigo 231 da Constituição Federal em sua pasta. Naquele dia, entregou sua cópia ao funcionário da EPE, que, dali pra frente, não poderia

mais alegar desconhecimento dos direitos das populações indígenas. Como Ricardo Furtado pegou o texto e colocou embaixo dos demais papéis que tinha à mesa, reproduzindo, no entender da liderança Gavião, o descaso do governo com os *índios*, ele falou que “só pregando na testa” eles conseguiriam entender do que estava falando.

Se a Constituição de 1988 é o marco legal que sustenta as reivindicações de Tinhawambá Gavião, ele não deixa de reconhecer o caráter ambivalente do Direito ao repetir que “não é com arma que o governo vai matar os povos indígenas, é com a lei”. Tinhawambá faz referência aos inúmeros projetos para exploração dos “recursos” naturais em terras indígenas, especialmente ao Ante-Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas e à proposta de criação de “reservas energéticas”, proposta pelo diretor da ANEEL, Gerson Kelmann. As “correrias”, os massacres e as perseguições são agora transformados em uma forma sutil de violência, ligada à desterritorialização provocada por grandes projetos de infra-estrutura, que implica em conseqüências tão dramáticas quanto as demais.

A FUNAI e as medidas mitigatórias

Nas propostas de mitigação e compensação da ELETRONORTE, à FUNAI caberia a missão de desenvolver entre os Arara e os Gavião um trabalho de “caráter educativo, visando conscientizar as duas tribos que a construção da hidrelétrica é irreversível e que suas comunidades têm que conviver com essa realidade” (O ESTADÃO DO NORTE, 20/5/1988). A irreversibilidade do projeto da Usina Ji-Paraná sempre foi afirmada pela ELETRONORTE, a despeito das dificuldades políticas e financeiras que enfrentou e que acabaram por frustrar o plano de construir esta barragem. Aos jornais, a ELETRONORTE e a FUNAI afirmaram que ainda não havia sido feita “nenhuma sondagem entre os índios” (O ESTADÃO DO NORTE, 20/5/1988). No entanto, as visitas ao canteiro de obras da Usina Samuel e ao acampamento da JP-14 – que aconteceram meses antes, em janeiro de 1988 – faziam parte das exigências indígenas nas negociações a respeito da barragem. Nessas duas ocasiões, como já mostrei, a posição dos Arara e dos Gavião foi enfática contra o projeto da Usina Ji-Paraná. Até aquele momento (maio de 1988), os relatórios sobre o “componente indígena” já haviam sido entregues. A ELETRONORTE e a FUNAI conheciam a contrariedade dos Arara e dos Gavião, mas optaram por silenciar sobre a oposição indígena ao projeto da barragem e partiram para uma tentativa de “educá-los”, como que para colocá-los em seu lugar.

A posição conciliatória da FUNAI em relação aos empreendimentos de grande porte que atingem terras indígenas não é um caso específico do projeto da Usina Ji-Paraná. Ao contrário, se configura numa política deste órgão indigenista, como afirmou o Coordenador-geral de Patrimônio Indígena e Meio-Ambiente da FUNAI, Izanoel Sodré:

A FUNAI deve avaliar, com base nos estudos e relatórios, as conseqüências socioambientais e culturais sobre a população indígena na região. Comprovados os impactos, deve-se exigir medidas mitigadoras ou, se for o caso, compensatórias. Boa parte dos entraves acontecem porque a FUNAI não é ouvida desde o início. Não se trata de paralisar uma obra, mas de evitar que os índios sejam prejudicados com sua instalação. (FUNAI, 25, 2006).

Sodré atribuiu as dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico no licenciamento de projetos hidrelétricos que atingem terras indígenas a uma falta de articulação com a FUNAI. Como se os prejuízos até agora causados pelas barragens aos povos indígenas decorressem de procedimentos equivocados do setor elétrico – sendo, portanto, passíveis de correção – e não de uma característica intrínseca destes empreendimentos (SIGAUD, 1986, 5), ao órgão indigenista oficial não caberia colocar em questão esta intervenção, mas sim, remediá-la. A capacidade da FUNAI em encaminhar soluções favoráveis aos povos indígenas atingidos por barragem, entretanto, é questionada por pesquisadores como Sílvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke, que caracterizam as conseqüências de hidrelétricas para populações indígenas como “efeitos deletérios em termos sociais e ambientais” (SANTOS & NACKE, 2003, 10), concepção bastante distinta das conseqüências de caráter psicológico previstas pela ELETRONORTE no caso dos Arara e dos Gavião:

A atuação do órgão de assistência, da Funai, sintonizada com os interesses das empresas do setor elétrico, nos casos em questão [Usinas Tucuruí, Balbina e Itaipu], dificilmente poderia ter sido pior. Isso permitiu a apropriação das terras indígenas; a protelação do processo de regularização dessas terras; a colaboração, sem crítica, na transferência compulsória das populações afetadas; a negligência na adequada compensação pelos prejuízos; e, finalmente, na subordinação explícita do órgão às empresas do setor elétrico. As iniciativas, visando ao reparo dessas situações, decorreram fundamentalmente de pressões internas e externas, sempre tardias, e tendo efeitos limitados. (SANTOS & NACKE, 2003, 13).

Especificamente para as populações indígenas, todas as experiências vivenciadas em relação à implantação de projetos hidrelétricos foram desastrosas. As iniciativas de mitigação de prejuízos sempre foram parciais e de efeitos limitados, tendo as empresas estatais do setor elétrico dificuldades em efetivamente compreender as reais dimensões da questão. (Ibid, 17).

Frente às denúncias dos graves prejuízos sociais e ambientais das barragens para as populações indígenas atingidas e ao mau desempenho dos programas de compensação e mitigação destes prejuízos, a reação do setor elétrico tem sido mudar seu estilo de propaganda⁶² (BAINES, 2000, 143), tal como Leynad Santos e Lúcia Andrade descreveram:

O que se tem visto é que as propostas de iniciar “debates com entidades representativas” e promover o “amplo acesso às informações” (ELETROBRÁS, Plano 2010, 1987) têm ficado no nível das intenções genéricas, do discurso, enquanto, na prática, o setor investe maciçamente em matérias pagas de duvidosa veracidade, que procuram vender a imagem de uma preocupação com a questão social e ambiental. (SANTOS & ANDRADE, 1988, 6).

A Usina Balbina, cuja construção se iniciou nos anos 70 e foi finalizada em 1987, no Rio Uatumã (AM), é um dos casos em que esta estratégia é mais evidente. De acordo com o antropólogo Stephen Baines, toda área inundada pelo reservatório desta barragem, que tem cerca de 2928 km², fazia parte do território dos Waimiri-Atroari até o início da década de 70, antes de ser desmembrado em favor da Mineradora Paranapanema⁶³ (BAINES, 1996, 748). Cerca de 311 km² do território demarcado foi inundado pelo lago da Usina Balbina e provocou o deslocamento compulsório desta população para outras áreas da terra indígena.

Em 1987, um convênio entre a ELETRONORTE e a FUNAI instituiu o Programa Waimiri-Atroari (PWA), com duração de 25 anos, cujo objetivo é apoiar os Waimiri-Atroari frente às conseqüências provocadas pela barragem. A idéia implícita no PWA é a de que os prejuízos causados aos Waimiri-Atroari têm um caráter temporal, cujo princípio foi questionado por Lygia Sigaud:

Na visão desta literatura, os ‘impactos’ consistem em respostas culturais da população à intervenção, como se a um estímulo (intervenção) correspondesse uma reação (resposta cultural/impacto). A dimensão temporal se configura como importante para os autores, pois estabelecem uma distinção entre ‘impactos’ a curto e longo prazo e chegam até mesmo a preconizar o término dos ‘impactos’, o que ocorreria quando a população finalmente recuperasse sua auto-suficiência e se

⁶² Sobre o papel da publicidade na legitimação de empreendimentos potencialmente destrutivos, consultar os trabalhos de Wendell Assis (2005, 2006).

⁶³ De acordo com Baines, a atuação da Mineradora Paranapanema foi decisiva para a expropriação do território Waimiri-Atroari: “No mesmo ano [1981, ano da desapropriação de parte do território WA para a construção da Usina Balbina], manipulações cartográficas foram realizadas pela Paranapanema (BAINES, 1991b, 1991c) que mudaram o curso superior do rio Uatumã para o sudoeste e rebatizaram o antigo alto rio Uatumã como ‘Pitingal’, com a finalidade de ‘legalizar’ o desmembramento de uma área de aproximadamente 526.800 hectares da então Reserva Waimiri-Atroari. A reserva indígena foi desfeita e redefinida pelo Decreto Presidencial Nº 86.630 de 23.11.81, desmembrando justamente a área previamente invadida por empresas mineradoras do Grupo Paranapanema junto com uma vasta extensão do território indígena a ser inundada posteriormente pelo reservatório da UHE Balbina.” (BAINES, 1996, 747)

sentisse à vontade em seu novo hábitat. Para detectar essa normalização, são sugeridos alguns indicadores como por exemplo: recuperação do padrão de vida anterior e retomada das atividades religiosas.” (SIGAUD, 1986, 4).

Os serviços oferecidos pelo PWA são considerados até razoáveis por pesquisadores envolvidos com os Waimiri-Atroari (BAINES, 1996; SILVA, 1993), que não descartam, entretanto, as graves implicações do “indigenismo empresarial” executado pela FUNAI, em parceria com a ELETRONORTE, empenhadas em divulgar uma imagem favorável de seus programas de assistência:

[...] as imagens dos líderes Waimiri-Atroari divulgadas pela Eletronorte através da mídia mascaram as relações sociais assimétricas estabelecidas por uma administração indigenista que subordina os índios aos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação, e os incorpora na sua política publicitária. A empresa vem construindo imagens de um programa modelo de indigenismo, com a mensagem implícita ao público que os efeitos nocivos de grandes usinas hidrelétricas em áreas indígenas podem não apenas ser contornados (BAINES, 1994, 27-35), mas revertidos em benefícios para os índios por meio de programas indigenistas assistencialistas. Dessa maneira, a empresa alinha a ação compensatória do PWA com a política energética para a expansão de usinas hidrelétricas. (BAINES, 2000, 144).

Frente às experiências concretas de atuação da FUNAI nos casos de populações indígenas atingidas por barragens, Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade afirmaram:

As experiências já conhecidas não autorizam, portanto, qualquer entusiasmo em relação aos programas de apoio implantados pela FUNAI. Eles vêm, na verdade, coroar o processo de dependência dos grupos indígenas em relação à agência indigenista oficial, em lugar de promover o fortalecimento destes povos. (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988, 21).

A experiência de atingidos por barragem vivenciada pelos povos da T.I. Rio Branco, com os quais os Arara e os Gavião travam contato constante, tem colaborado para que os povos da T.I. Igarapé Lourdes conheçam as dificuldades decorrentes da instalação de hidrelétricas. Deste modo, o conhecimento dos prejuízos causados pelas barragens não fica limitado às lideranças que têm oportunidade de viajar e conhecer pessoalmente as realidades de outros povos no resto do país. O sofrimento concreto e, sobretudo, próximo, dos povos da T.I. Rio Branco reforça a oposição dos Arara e dos Gavião às propostas de barragem no Rio Machado, como explicou Tapaa Gavião:

O exemplo bom tem lá no Tupari, hoje o povo lá está sofrendo, reclamando ainda, porque a liderança Tupari que liberou, né? E as outras pessoas da aldeia como ficam, estão sofrendo e só a liderança, três pessoas, está tranqüila pois recebeu

mixaria do governo, por isso a gente não pode aceitar, temos que ter muito cuidado, com alguém que possa vir aqui fazer esse tipo de proposta. Sem falar que nossa área é um pedaço, o fazendeiro cada ano que passa imprensa cada vez mais nós, avançando em nossa terra. Se fizerem a represa à água vai encher, fechar tudo, não tem como a gente ficar assim, não sei pra onde a gente vai ou ele quer tirar a gente pra outro canto, pra terra ruim e a gente vai morrer de fome lá, igual nossos parentes que fez assim. (Tapaa Gavião, In: NEVES, 2006, 10.)

Conhecedores da situação vivenciada por “parentes” atingidos por barragens, com os quais têm contato nos encontros dos movimentos de atingidos por barragem e dos movimentos indígenas, os Arara e os Gavião recusam-se a passar pela mesma experiência. Sua resistência aos projetos de barragem e às compensações propostas se relaciona, portanto, ao processo de autonomia que vêm buscando consolidar ao longo do contato com a sociedade *branca* e que poderia ser comprometido com a implantação das medidas mitigatórias pela FUNAI, decorrentes da execução dos projetos hidrelétricos do Rio Machado.

Reiteração como estratégia

Se a constante afirmação de que tudo estava sob controle e que o cronograma para o início das obras estava mantido foi uma estratégia da ELETRONORTE para tentar dar ao projeto da Usina Ji-Paraná um ar menos fantasmagórico, a despeito dos sinais de que não conseguiria se viabilizar nem econômica nem politicamente, a repetição também tem sido uma estratégia utilizada pelos Arara e pelos Gavião, especialmente agora, com a retomada do projeto da Usina Tabajara, conforme indicaram em suas falas Pedro Agamenon Arara, Heliton Tinhawambá Gavião e Clóvis Mogã Arara:

Nós vamos fazer a mesma coisa que fizemos da primeira vez. Vamos gritar mesmo. Não vão fazer lá embaixo não. Eles podem fazer onde for que ninguém vai aceitar barragem aqui no rio Machado. Eles podem esquecer mesmo essa barragem do rio Machado, nem falar mais porque nós não vamos aceitar. Não sou só eu que falo isso. Todos os parentes falam que não vão aceitar. Não sou só eu que tô falando. Todos índios falam a mesma coisa. Eles vão falar a mesma coisa que não aceitam essa barragem. Já falamos uma vez e vamos continuar teimando. Começou assim e vai continuar do mesmo jeito. A gente vai lá e não vamos deixar. (Pedro Agamenon Arara, 2007, 161)

Até o fim nós vamos continuar falando a mesma coisa, amanhã vamos repetir isso, depois de amanhã... [p. 148] Nós não aceitamos qualquer projeto que pode prejudicar nossa vida, a nossa população e a nossa terra. Sempre nós vamos dizer que não. Nós dissemos que não naquele tempo, impedimos a construção dessa barragem e hoje nós estamos dizendo a mesma coisa. Nós vamos dizer que não, que nós não aceitamos, porque já basta o que foi tirado. Não sei quantos mil, quantos milhões já habitaram a terra onde nossos antepassados viviam. E por que nós vamos abrir mão, pro governo destruir o que restou pra gente? (Heliton Tinhawambá Gavião, 2006, 152)

A gente sempre vai tá repetindo a mesma palavra, a gente não vai esquecer, a gente não retirar nossa palavra. (Clóvis Mogã Arara, 2006, 149).

Em todos os eventos públicos que vão, os Arara e os Gavião falam da barragem. Catarino Sebirop Gavião já viajou para França, Alemanha e Estados Unidos, convidado para falar sobre a Amazônia. Em todas as oportunidades, falou sobre a luta contra a barragem. De repetição em repetição, insistindo no que falam, os Arara e Gavião têm marcado sua posição, na expectativa de que, em algum momento, os *brancos* entendam seu ponto de vista.

Os povos da T.I. Igarapé Lourdes e a energia elétrica

A luta anti-barragem dos Arara e dos Gavião inseriu uma fratura na idéia de “bem comum” e “interesse regional” que norteou as justificativas da ELETRONORTE para os projetos hidrelétricos do Rio Machado. Desconsiderados na avaliação da “demanda por energia elétrica” que justificou os projetos que colocariam em risco sua própria existência, os Arara e os Gavião recusam-se a ser sacrificados em nome de um suposto desenvolvimento, seja ele local, regional, nacional ou sustentável, como avisou o finado chefe Gavião Fernando Txerepoabá⁶⁴: “Ninguém perguntou se a gente queria energia elétrica. Meu povo não quer luz elétrica. Não precisamos disso. Então, quem quer energia que inunde a sua terra. Aqui não vamos deixar.”

Txerepoabá Gavião falou isso no final dos anos 80, quando ainda não existia energia elétrica nas aldeias, a não ser por geradores isolados. Na época, a ELETRONORTE apresentava o acesso à energia elétrica como um dos benefícios que os *índios* teriam com a construção da barragem. A recusa à energia elétrica ainda hoje está presente na argumentação anti-barragem dos Arara e dos Gavião, como afirmou o professor Iran Kavsona Gavião (2006, p. 36): “Para nós, não interessa a construção da barragem. Não precisamos da energia elétrica para sobreviver. A energia não dá vida. O que dá vida é a terra e a floresta”.

O contexto em que Kavsona fala é bem diferente do de Txerepoabá. Hoje, os Arara e os Gavião fazem pressão junto à CERON para que seja agilizada a eletrificação das aldeias que ainda não foram contempladas pelo programa de eletrificação rural do governo federal. Nas aldeias mais próximas da cidade, os geradores a diesel que funcionavam apenas em certas horas do dia têm sido aposentados. Em seu lugar, postes e fios permitem a transmissão constante de energia elétrica a uma diversidade maior de lugares nas aldeias (casas, escola, posto de saúde,

⁶⁴ Trecho registrado em um documento encontrado no Arquivo da Diocese de Ji-Paraná, provavelmente datado do final dos anos 80.

igreja). Na aldeia Arara Itâ'rap, a inauguração da rede elétrica fez parte da programação das comemorações da Semana dos Povos Indígenas de 2007. Fotografias produzidas nessa ocasião fazem parte do marketing do Programa Luz para Todos em Rondônia e estamparam o *stand* da CERON durante da Festa Agropecuária de Ji-Paraná naquele ano.

Depois da euforia inicial, os Arara e os Gavião têm agora que lidar com as implicações do acesso constante à energia elétrica, nem todas positivas. Para a instalação dos postes que transmitem a energia elétrica, foram abertas grandes picadas. Segundo os Arara da aldeia Itâ'rap, esse desmatamento afugentou a caça mais acessível a eles, e agora precisam ir ainda mais longe para conseguir alcançá-la (ver Foto 35).

A instalação dos fios elétricos cortando as aldeias potencializa os riscos de incêndios, tal como ocorreu na aldeia Itâ'rap, em 2007, quando algumas casas queimaram devido ao tempo seco e o fogo quase atingiu a fiação elétrica. O prejuízo só não foi maior porque conseguiram desligar a tempo a chave de força. A conta de energia elétrica representa uma despesa mensal extra para comunidades em que nem todos têm renda fixa. A instabilidade da rede tem provocado quedas de energia que danificam eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos.

Para além dos prejuízos físicos, os Arara e os Gavião já identificam algumas mudanças nos modos de socialização de suas comunidades. O professor Sebastião Kara'yã Arara contou, preocupado, que os alunos têm se atrasado ou deixado de freqüentar as aulas para ficar assistindo à televisão. Em uma aldeia Arara, as crianças repetiram o que viram na novela “Sete Pecados Capitais”, exibida pela Rede Globo, e tentaram virar uma panela quente sobre a merendeira.

Apesar de reconhecer os benefícios da energia elétrica e daquilo que chama de “tecnologia do branco”, Tinhawambá Gavião se queixa da influência da energia elétrica nos costumes comunitários, como a divisão da caça. A possibilidade de conservar por mais tempo os alimentos tem reduzido as oportunidades de refeições comuns:

Vamos dizer assim: quando o índio tem uma geladeira, quando mata um tatu, uma paca, um veado, começa a adquirir só pra ele, pro seu consumo, pra sua família. Antigamente não era assim, era tudo dividido entre a família e a vizinhança. Então hoje a gente vê a diferença acontecendo nas aldeias onde entrou a energia. E eu sempre reflito essa historia pro meu povo. Em 1979, 80, quando eu era curumim ainda, na aldeia Igarapé Lourdes, eu presenciei o meu povo dividindo um tatu pra um monte de famílias comer. Cada qual pegava um pedacinho. O caldo também, a sopa de peixe, de milho, de mandioca. Vamos dar exemplo, se você pegou uns cinco, seis peixes, já que esses peixes não davam pra dividir pra muitas famílias, você tem que pedir pra sua esposa fazer uma sopa, pra que essa sopa seja dividida por todas famílias, pra que todos tenham participação. Hoje, não. Pode pegar muito peixe e não oferecer pro vizinho. Pode matar caça e guardar. Isso eu fico muito admirado. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2008, 109)

Tinhawambá relativiza os benefícios e avalia, de forma crítica, as consequências da chegada da energia nas aldeias, que, para ele, está colocando em risco a organização comunitária das aldeias. O que fazer com os benefícios e os problemas trazidos pelo acesso à energia elétrica nas aldeias é um dos desafios atuais dos Arara e dos Gavião. O acesso à internet nas aldeias é um dos benefícios potenciais. Na aldeia Igarapé Lourdes, uma das mais distantes e de mais difícil acesso, já está instalada uma antena da EMBRATEL que, segundo os *índios*, forneceria o serviço de internet a cabo (Foto 7). O problema é que lá a única fonte de energia elétrica é um gerador a diesel, usado apenas certas horas do dia, para atividades restritas.

Se nos anos 80 havia uma possibilidade de recusar, de fato, a energia elétrica, numa espécie de recusa ao “mundo dos brancos”, atualmente os Arara e os Gavião estão empenhados em usufruir de seus benefícios. Essa situação tem consequências tanto para os empreendedores, que não podem mais apresentar os projetos hidrelétricos do Rio Machado como uma oportunidade de acesso à energia elétrica – já garantido –, e para os povos do Igarapé Lourdes, que, embora mantenham a recusa à energia elétrica em sua argumentação anti-barragem, já a aceitaram nas aldeias, na prática.



Foto 8: Antena da EMBRATEL na aldeia Igarapé Lourdes.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, março de 2006.

Desafios atuais da mobilização indígena

Além das dificuldades apresentadas no capítulo anterior a respeito do cenário atual da luta anti-barragem em Rondônia, o novo momento da mobilização indígena enfrenta outros desafios.

Uma das estratégias adotadas pelos Arara e pelos Gavião é o estabelecimento de alianças com movimentos sociais, organizações não-governamentais, pesquisadores e entidades de apoio simpáticos à causa anti-barragem. Essas alianças ampliam sua rede de apoio e fazem repercutir as reivindicações indígenas. No entanto, estes grupos têm dificuldades em reconhecer as especificidades indígenas na luta anti-barragem. Essas dificuldades ficaram evidentes no Debate Público “Rio Madeira Vivo” e na Capacitação popular em Licenciamento Ambiental⁶⁵, realizados nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2006, em Porto Velho e organizados pelo Fórum de Debates de Energia da Rondônia (FOREN), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Grupo de Trabalho (GT) Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

No primeiro dia das atividades, a programação oficial do evento previa uma seção com duração de uma hora destinada ao debate da questão dos atingidos por barragem em Rondônia e da questão indígena, que contaria com depoimentos dos Arara, dos Gavião, dos povos da T.I. Rio Branco (que não participaram do encontro) e de lideranças da Bolívia e do Peru presentes. Os Arara e os Gavião consideraram curto o tempo destinado à sua participação. O horário da seção dos depoimentos, entre 11:30 e 12:30, colaborou para a dispersão e o esvaziamento da plenária, criticados por Luíza Xere Yây Arara: “Vocês acordaram, não-índios? Vocês estão tudo dormindo. Não estão nem prestando atenção no que eles estão falando aqui.” (2006, p. 37)

O coordenador da seção havia estipulado o tempo de três minutos para cada liderança e pressionou os *índios* para que respeitassem esse tempo, o que foi questionado por Heliton Tinhawambá Gavião: “O branco é assim, tem o minuto, a hora certa pra falar. Mas nós não queremos assim neste momento. Nós queremos cantar um pouco da luta nossa contra essas barragens” (2006, 42). E os Gavião subiram ao palco do auditório para cantar a canção da barragem, que depois foi transcrita em Tupi-Mondé e traduzida em Português pelo professor Iran Kávsona Gavião:

Ána te pazá pagála maté ka zégéréhj
Kaj ále, bó zà pó abójá? (2x)
Má aka ni zà ena tápi ále nóá. (2x)
Padá méne sorka tè ní zà ále nóá. (2x)

⁶⁵ Esta atividade contou ainda com o apoio das seguintes organizações: IRN, CPT, GTA, Rede Brasil, REBRIP, Articulação Frente a IIRSA, Núcleo Amigos da Terra Brasil, Amigos da Terra Amazônia Brasileira, Labor Peru, Ecoa, Fundação Heinrich Boell, Fundação Ford, Fundação Mott, Fundação Siemmempuu.

O que é que nós vamos fazer com os brancos
Se eles inundarem a nossa terra, meu amigo?
Eu acho que vou matar um deles.
Eu vou acabar com nosso sossego mesmo.

No dia seguinte, a presença de funcionários do Ministério de Minas e Energia e do Ministério de Meio-Ambiente criou neles a expectativa de que essa seria uma boa oportunidade para exporem sua contrariedade quanto ao projeto de barragem. Depois de ouvirem por mais de três horas as apresentações dos convidados, eles se inscreveram para falar. Quase todos subiram ao palco.



Foto 9: Arara e Gavião ocupam o palco.
Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.

Além de criticarem os projetos de barragem, eles questionaram a linguagem técnica utilizada nas palestras, feitas sempre em português, como falou Zacarias Kapiaar Gavião:

Toda essa discussão que foi feita aqui, foi muito válida, muito importante. Infelizmente, o português pro povo indígena muito poucos de nós entendemos. Eu falo pouco português, não falo o português correto. Muitos parentes aqui, indígenas, às vezes não interpretamos corretamente as leituras feitas. Muitas dúvidas vão surgindo, muitas palavras científicas difíceis de entender. (Zacarias Kapiaar Gavião, 2006, 151)

Como a intervenção indígena tomou mais tempo do que o inicialmente previsto para a participação da platéia, alguns dos palestrantes se retiraram da mesa antes do encerramento das falas indígenas, o que provocou indignação entre os Arara e os Gavião:

Bom, como o companheiro Zacarias colocou bem claro, a gente está aqui ainda. Não sei onde estão as pessoas que a gente agüentou até agora ouvir, acho que saíram pra não ouvir a gente, mas é sempre assim. Nunca é ouvido o índio quando ele quer colocar a sua preocupação sobre os projetos do governo. Quando a gente veio participar dessa reunião, nós agüentamos, ouvimos, só que ao mesmo tempo, às vezes a gente não entende, como o Zacarias colocou. Nós não entendemos tudo que vocês falam. Vocês falam muito, muito, mas às vezes a gente não entende. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2006, 152).

Pressionada pelos *índios*, a organização do evento precisou ampliar o espaço previsto para a participação indígena, especialmente dos Arara e dos Gavião. Depois do encerramento das atividades, um dos colaboradores da organização se queixou comigo que “esses *índios* reclamam demais.” Não bastasse o descompasso entre os *índios* e a organização do evento, um outro episódio indica as dificuldades no trato da questão indígena na atual mobilização anti-barragem em curso em Rondônia. O evento citado acima foi realizado com o objetivo de tornar pública a discussão em torno dos projetos hidrelétricos do Rio Madeira, que foi o principal foco dos debates. Apesar de se solidarizarem à causa do Rio Madeira, os Arara e os Gavião estavam interessados em expor sua preocupação quanto ao destino do Rio Machado, que praticamente passou despercebido da fala dos palestrantes, já que naquela época (2006), os projetos hidrelétricos do Rio Machado ainda eram um tanto fantasmagóricos e a questão mais urgente era garantir a defesa do Rio Madeira.

Na passeata-barqueata realizada em 4 de maio, os participantes do evento saíram pelas ruas de Porto Velho em direção ao Rio Madeira (Foto 35). No caminho, os Arara e os Gavião empunharam faixas com dizeres contrários ao Complexo do Rio Madeira. Não havia qualquer faixa relativa ao Rio Machado.



Foto 10: Passeata contra os projetos de barragem em Rondônia.
Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.

No dia seguinte, as fotos dos Arara e dos Gavião vestidos como guerreiros protestando contra as barragens estamparam as capas de jornais. Nas legendas, eles eram confundidos com povos indígenas ameaçados pelos projetos das Usinas do Rio Madeira. A imagem dos Arara e dos Gavião também foi utilizada por entidades ligadas ao evento, que propagandearam a participação indígena na atividade promovida. Incapaz de garantir uma articulação com as populações indígenas “realmente” ameaçadas pelos projetos do Rio Madeira⁶⁶ – são eles: os Karitiana, os Karipuna, os Amondawa, os Uru-weu-au-au, os Oroin, os Oro Wari, os Kaxarari e *índios* isolados – algumas das quais apoiadoras das barragens, como as lideranças Karitiana e Karipuna, a organização do evento só pôde contar com a presença massiva dos Arara e os Gavião, cuja maior preocupação, o Rio Machado, foi quase que ignorada. Para que estas alianças realmente sejam efetivas, se faz necessária uma reorientação de práticas que incorporem os Arara e os Gavião no planejamento da luta anti-barragem, ao invés de utilizá-los apenas como estampa de mobilização política.

⁶⁶ O professor Aarão, do povo OroWari, foi um dos poucos representantes dos povos ameaçados pelos projetos hidrelétricos do Rio Madeira presentes no encontro: “Uma das nossas preocupações é que temos várias reservas indígenas que serão afetadas por este projeto. Tem a TI Pacaas Novas, TI Sagarana, TI Guaporé e os outros que estão na cabeceira do rio ribeirão, que é a TI Ribeirão. Essas barragens vão afetar não só essas terras indígenas, mas também os ribeirinhos, os seringueiros, que vão ser alagadas muitas seringas. Minha outra preocupação, como liderança, como professor, é que a cultura é mais valiosa do que uma hidrelétrica. Nós, povos OroWari, temos um conhecimento sagrado do nosso povo naquela cachoeira do Ribeirão, onde nasce o rio Ribeirão. Nós sabemos que lá vai ser construída a hidrelétrica. Acho que nós, aqui da organização, das entidades, temos que fazer um encaminhamento falando desse conhecimento tradicional do nosso povo naquela cachoeira, onde temos o conhecimento sagrado do nosso povo”

Um outro desafio se relaciona ao envolvimento da juventude indígena nas reivindicações políticas dos Arara e dos Gavião. Os mais velhos e as lideranças jovens mais atuantes se preocupam com a concepção comum entre os jovens de que seus problemas estão resolvidos. Por não terem presenciado pessoalmente os períodos mais intensos de enfrentamento direto pelos seus direitos – especialmente nos anos 80 – essa geração desconhece as ameaças às conquistas passadas, como alertaram Moisés Serívh Gavião e Suzete Jepa Arara:

Esse é o início do nosso sofrimento, da nossa dificuldade. Tudo isso até hoje está guardado no meu coração, meus parentes. Eu fico sempre refletindo essa história pra esses jovens que estão hoje crescendo. E o jovem hoje não se preocupa com nada, pensa que está tudo normal, tudo tranquilo. Toda reunião que a gente faz, o jovem nem participa. Ele passa pela porta do local da reunião e não se preocupa, não tá nem aí. Acha que tá tudo normal. Mas não é isso que a gente deveria tá pensando. Não é pra tá alegre, satisfeito, não. A gente não deveria tá feliz, porque o branco quando faz um documento, uma lei, não é brincadeira. (Moisés Serívh Gavião, 2007, 174).

Cadê os nossos jovens? Eles não se interessam quando nosso cacique convida pra reunião, ninguém participa da reunião, não têm interesse. Os brancos estão fazendo isso. Os jovens de hoje não sabem o que os brancos estão fazendo pra prejudicar a gente. Eles pensam que é brincadeira. Eles querem é tomar a terra da gente. (Suzete Jepa Arara, 2007, 164).

O acesso à educação formal tem sido apontado por eles como uma das possibilidades de contornar esse quadro. Atualmente, os Arara e os Gavião estão empenhados na construção de uma política de educação indígena que garanta a educação diferenciada dentro das aldeias, por meio da formação de professores e professoras indígenas. Eles também pressionam a Universidade Federal de Rondônia, no campus Ji-Paraná, pela reserva de vagas para indígenas nos cursos já existentes e pela criação do curso de Licenciatura Intercultural, voltado para a formação dos professores indígenas. A expectativa é que desse modo eles próprios possam conhecer e defender seus direitos, como expressou Moisés Serívh Gavião:

E a gente fala sempre pros nossos filhos, pra nossa juventude, pra eles estudarem pra que eles possam no futuro defender nossos direitos, elaborar documentos, encaminhar documentos pro governo. O documento do branco não é brincadeira. Só através do documento eles podem resolver os problemas que querem ser resolvidos, igual a esse de mineração. (Moisés Serívh Gavião, 2007, 174)

Os professores e as professoras indígenas têm tido papel fundamental na retomada da luta anti-barragem. Hoje são eles que redigem os documentos públicos de protesto contra os projetos de barragem e trabalham esse tema em sala de aula com seus alunos.

* * *

Neste capítulo, apresentei a luta anti-barragem dos Arara e dos Gavião. Estes povos indígenas têm se esforçado há mais de vinte anos em desmascarar as estratégias de legitimação dos projetos hidrelétricos do Rio Machado. Além de um enfrentamento político, a luta anti-barragem tem se constituído em um espaço de aprendizagem tanto dos efeitos deletérios decorrentes da construção de hidrelétricas, como dos mecanismos institucionais de proteção dos direitos indígenas. Ao recusarem às propostas de mitigação e compensação da ELETRONORTE, os povos da Igarapé Lourdes dão seqüência ao processo de autonomia que buscam consolidar desde o contato com os *brancos* e exigem o respeito aos seus direitos.

O próximo capítulo trata das implicações da mobilização dos Arara e dos Gavião contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, que extravasam os limites de uma luta anti-barragem e se podem ser entendidos como uma “política cultural”, tal como proposto por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), na medida em que estes povos indígenas contestam as noções dominantes acerca da “natureza” e do “desenvolvimento” implicadas nesses projetos, e reivindicam para si uma condição de igualdade perante aos *brancos*. Para além da luta por terra, os Arara e os Gavião estão empenhados em uma luta por reconhecimento e autonomia, na qual o território – e o rio, mesmo não sendo peixes – são fundamentais.

Capítulo 5: Contra as “invasões bárbaras”, a humanidade.

Contra o esquecimento

Na luta anti-barragem, os Arara e os Gavião têm se empenhado em rememorar o passado de conquista e violência que os expropriou e colocou em risco sua própria existência. Em Rondônia, embora desde o período colonial as populações indígenas tenham sido alvo de missionários, exploradores e conquistadores, foi só a partir do século XX que o contato interétnico se intensificou, especialmente a partir da década de 60. O contato - e a expropriação e violência que o acompanharam – são, portanto, ainda recentes. Um dos casos de grande repercussão pública foi o do “Massacre do Paralelo 11”, contra os Cinta-Larga, narrado por Shelton Davis e que é sempre lembrado pelos Arara e pelos Gavião:

Em 1963, um homem chamado Francisco de Brito, que trabalhava para a Arruda e Junqueira, organizou um bando de garimpeiros e pistoleiros para expulsar os Cintas-Largas de suas terras. De acordo com relatos desse incidente, que mais tarde ficou conhecido como o “Massacre do Paralelo Onze”, Brito alugou um avião para atacar as aldeias dos Cintas-Largas. No momento do ataque, os Cintas-Largas estavam em meio a um importante cerimonial. Parece que ao meio-dia o avião com Brito e seus capangas chegou à aldeia dos Cintas-Largas e jogou pacotes de açúcar sobre os índios. Em seguida, o avião deu uma rasante e começou a dinamitar a aldeia. Ninguém sabe exatamente quantos índios foram mortos nesse ataque. Alguns porém, escaparam, e outra expedição foi organizada para exterminar a tribo. (DAVIS, 1978, 107).

Os massacres contra povos indígenas fazem parte da história recente de Rondônia e muitos de seus executores ainda estão vivos ou morreram recentemente. O seringalista Manoel Lucindo foi condenado em júri popular em 1994 pelo crime de genocídio. Lucindo chefou diversos massacres contra o povo Oro Win, que atualmente vive na T.I. Uru-Weu-Au-Au, no município de Mirante da Serra (RO). Seus ataques ficaram conhecidos pelos requintes de crueldade com os quais os Oro Win foram executados. Em 1995, os Akunsu, que hoje vivem na T.I. Rio Omerê, em Corumbiara (RO), foram vítimas de atentado na Fazenda São Sebastião. No

mesmo ano, um grupo isolado foi exterminado na Fazenda Modelo, em Chupinguaia (RO). Houve apenas um sobrevivente, que ainda permanece isolado e ficou conhecido como “índio do buraco”. Essas informações estão disponíveis na publicação PANEWA, do CIMI-RO (CIMI-RO, 2002).

A violência não fica restrita às terras indígenas, situadas em áreas distantes. As áreas urbanas têm se constituído em verdadeiros “espaços de terror” para os *índios*. O massacre de garimpeiros ocorrido na terra dos Cinta-Larga, em 2004, acentuou o clima de animosidade contra as populações indígenas em Rondônia, como contou Heliton Tinhawambá Gavião:

Os parentes dos garimpeiros que foram mortos queriam vingar a morte dos parentes deles, queriam matar qualquer índio, mesmo que não fossem culpados. Isso ia acontecer com povo Tupari, com parentes que estavam voltando de Brasília, de um encontro que foram participar e chegaram na rodoviária de Pimenta Bueno, próximo a Espigão D’Oeste, uma área cheia de garimpeiro. Eles pegaram os parentes Tupari e iam matá-los pra vingar a morte de seus parentes. Os Tupari tiveram que se passar por bolivianos. Eles ainda tiveram tempo de combinar: “nós temos que falar que somos bolivianos pra não acontecer algum crime contra nós”. [Heliton Tinhawambá Gavião, 2008, 192].

Conforme o relato de Heliton Tinhawambá Gavião, não há área segura para os *índios*, nem mesmo a rodoviária de uma das cidades mais movimentadas do estado. Um outro episódio, desta vez vivenciado pelo próprio Tinhawambá, evidencia essa situação:

Daquela vez, ainda por causa dos Cinta-Larga, o pessoal estava tão revoltado, mesmo quem não era parente dos mortos, mas a sociedade em geral. Eles ficaram com muita raiva dos índios naquela vez. Eu precisava ir até a escola, à noite, pra falar na Semana dos Povos Indígenas. Mas eu não fui. Eu não quis pegar o moto-táxi. Eu sabia que o cara ia me levar não sei pra onde e me jogar no mato. Não sei se você estava aqui quando existia aquele microônibus pequeno que fazia ali, aquele bairro e eu ouvi várias vezes os brancos falando mal. Não sei se não me viam como índio ou se eles falavam pra mim. Mas eles falavam tanta besteira, por que é que nós, índios, existíamos; que era pros índios terem acabado, não era mais pra ter índio aqui. Tem muitos brancos que têm preconceito, que têm ódio dos índios, ao invés de sentir vergonha. Eles não têm vergonha. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2008, 192)

Ainda que Tinhawambá nunca tenha sofrido agressões físicas, sua fala revela a violência simbólica que envolve as relações entre *brancos* e *índios* em Ji-Paraná. O medo de morrer, linchado por *brancos*, é real para Tinhawambá, a ponto dele reorganizar suas atividades para evitar situações em que possa ficar vulnerável. Em sua fala fica evidente a existência de um imaginário de terror – com dimensões bem concretas – que constrange os *índios* e os segrega. É a partir desta “paisagem de morte”, tal como descrita por Michael Taussig (1993), que os Arara e os Gavião tem respondido às propostas de construção de hidrelétricas em seu território. Quando

dizem que não aceitam perder mais do que já perderam desde a chegada dos *brancos*, os Arara e os Gavião fazem referência a uma situação de violência e expropriação ainda em curso e não deixam que os *brancos* se esqueçam de quando, em aviões, atiraram com metralhadoras e jogaram dinamites sobre os Cinta-Larga, ou de quando organizavam expedições de caça aos *índios*. A ameaça da barragem, como mostrarei a seguir, é percebida por eles como a atualização deste projeto genocida. Se a morte é o preço a pagar pelo desenvolvimento, ela não será silenciada.

A tentativa de “apagar” dos Arara e dos Gavião

Estudos recentes de ecologia humana (BALÉE, 1989) reúnem evidências de que a Amazônia, tal como a conhecemos hoje, está longe de ser uma mata virgem. A identificação de sítios de ocorrência de solos antropogênicos tem fundamentado a tese de que regiões da floresta classificadas como “naturais” são, ao menos em parte, resultado de intensa ocupação e manipulação humana. Viveiros de Castro avaliou as implicações destas informações:

William Balée, o pesquisador que tem extraído as lições mais importantes destas descobertas, observa que a ‘natureza’ amazônica é parte e resultado de uma longa história cultural, e que as economias indígenas tomadas como exemplos de “respostas adaptativas” (Hames & Vickers [org.] 1983) a um ambiente primevo e transcendente são, na verdade, meta-adaptações à cultura, ou o resultado histórico de uma transformação cultural da natureza (Balée 1988, 1989a, b, 1990, 1992, 1994). Ao contrário do que se imaginaria, aliás, as florestas antropogênicas apresentam *maior* biodiversidade que as florestas não-perturbadas (id. 1993a, b). (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, 326)

A região que hoje constitui o estado de Rondônia é dotada de grande diversidade lingüística e considerada um dos redutos das línguas Tupi (RODRIGUES, 1986). Há, inclusive, a tese de que essa região seja um dos possíveis berços das línguas Tupi. Sua ocupação humana, portanto, remontaria a tempos imemoriais. Apesar desta “*longa história cultural*” das terras amazônicas e das terras rondonienses, nos estudos relativos aos projetos hidrelétricos do Rio Machado as áreas que seriam prejudicadas pelas barragens foram caracterizadas como isentas de manipulação humana: “O território afetado pelo empreendimento [Usina Ji-Paraná] compreende áreas com interferências humanas mínimas ou inexistentes, como a Área Indígena do Igarapé Lourdes” (CNEC 1988, 15).

Nesse caso, a ELETRONORTE reproduziu o argumento de ocupar um território virgem - “quase intacto à atividade do homem” ⁶⁷- que orientou a política recente de ocupação e modernização da Amazônia (IANNI, 1979; VELHO, 1981) e ignorou a presença e a intervenção das comunidades indígenas e das populações tradicionais na região. Em Rondônia, a história é quase sempre contada a partir do marco colonizador. Nas publicações regionais é comum a exaltação da colonização “paulista” como a chegada da civilização à Rondônia. Se os *índios* resistem à conquista, seus atos reforçam a grandeza e o heroísmo dos colonizadores (PIMENTA, s.d.). Quando muito, palavras indígenas são evocadas para justificar nomes de rios e cidades⁶⁸. Ignora-se assim a milenar presença indígena na região e se invisibiliza a presença negra, que remonta ao período colonial e revela um passado de resistência, com a formação de quilombos ao sul do estado (TEIXEIRA, 2002).

Na luta anti-barragem, os Arara e os Gavião têm se empenhado em questionar o esforço de apagamento da presença indígena e para isso situam os *brancos* como invasores, como o faz Vitória Arara:

Nós não viemos de fora. Nós moramos aqui há muito tempo. Essa terra é nossa. Nosso lugar. Essa terra é nossa, não é terra do não-índio. Essa terra não é do branco. Essa terra é nossa. (Vitória Arara, 2007, 167)

Frente à ameaça de expropriação, o território dos Arara e dos Gavião – que para a ELETRONORTE poderia ser reduzido e substituído por outra terra – é ressignificado como suporte da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) e condição para sua existência coletiva. Os projetos de barragem ameaçam não apenas a “terra” indígena, mas a história dos Arara e dos Gavião, que começou bem antes da chegada dos *brancos*, de acordo com Zacarias Kapiaar Gavião:

Não é por esse projeto que nós vamos deixar nossa história de muito tempo. Vocês falam 500 anos. Pra nós é mais que 500 anos. Nós vivemos nessa região pra sempre. Não é essa barragem que vai destruir, que vai alagar a história que é nossa há muito tempo. (Zacarias Kapiaar Gavião, 2006, 151)

⁶⁷ Termo utilizado por Hélio Palma de Arruda (INCRA), na palestra “Razões para a ocupação da Amazônia”, realizada na Universidade de Brasília em novembro de 1977. (ARRUDA, 1977)

⁶⁸ Na edição especial da Revista Ji-Paraná há um exemplo: “Embora hoje seja oficialmente chamado de Machado, foi da expressão Ji-Paraná (derivado de um dialeto indígena que significa rio dos machados), que se originou o nome da cidade”. (ARDULL, 2004, 22)

A demanda por reconhecimento

Contra a desinformação e a invisibilização que facilitam a violação de seus direitos, os Arara e os Gavião têm insistido em fazer os *brancos* saberem da sua existência:

Vocês estão acordados, não-índios? Vocês estão nos vendo aqui? Nós não somos diferentes de vocês. Será que vocês não estão vendo nós aqui, lutando pelo nosso direito? Vocês pensam que nós somos poucos. Vocês pensam que nós índios não existimos mais, por isso vocês têm intenção de alagar nosso território. Esse território era todo nosso antigamente. Vocês vieram invadindo tudo que era nosso. Será que vocês não reconhecem que esse território era nosso? [...] Vocês não sabem onde nós moramos e vocês não se preocupam com a terra de vocês. Estou reivindicando que nós ainda existimos, porque vocês pensam que os índios estão acabando. Por isso vocês querem alagar os rios. Vocês nunca visitam a gente. Vocês não procuram saber sobre nós. Vocês também não entendem. Será que se o rio alagar a gente vai esquecer que existiam nossos parentes? (Alzira Xít Maték, 2006, 158).

A manifestação de Alzira Arara se deu durante as atividades realizadas em Porto Velho, em 2006. Interpelando uma platéia sonolenta, em um auditório já esvaziado, Alzira fez questão de afirmar a existência concreta dos *índios*, questionando a capacidade sensorial – visual – dos *brancos* em percebê-los como “gente de carne e osso”. O desconhecimento sobre a existência dos Arara e dos Gavião colabora para que a posição indígena contra os projetos de barragem não seja compreendida. E é porque existem que os *índios* têm direitos e lutam para que sejam respeitados.

Em sua mobilização, os Arara e os Gavião têm afirmado que não apenas existem, como também estão aumentando. Nas últimas décadas, acompanhando uma tendência entre os povos indígenas no Brasil, houve um crescimento demográfico entre os Arara, que em 1977 eram 77 indivíduos (MOORE, 1978), e, em 2007, 268 (FUNASA, 2007) e entre os Gavião, que eram 136, em 1980, e em 2007, 525 (FUNASA, 2007). O crescimento demográfico e a preocupação com as novas e as próximas gerações permeiam a argumentação anti-barragem dos povos indígenas do Igarapé Lourdes, que consideram que seu território, tal como se encontra demarcado hoje, é insuficiente para garantir uma “boa vida” aos seus descendentes, quanto mais, se for prejudicado pelas hidrelétricas:

Estamos aqui pra reivindicar nosso direito, porque a cada ano que passa nós estamos crescendo, nossa população está crescendo, nossos netos, filhos, bisnetos, nossos parentes nascem e onde nós vamos buscar alimentos, plantar? Será que vocês vão sustentar a gente se vocês alagarem nossos rios? Onde eles poderão morar no futuro? Vocês podiam ver que a nossa população está aumentando. Vocês só pensam em vocês. Nós temos muitos netos, muitos parentes nascendo, crescendo. Nossos parentes estão aumentando. Meus filhos, meus netos, estão fazendo filho. (Luíza Xere Yây Arara, 2006, 156).

Para Francisco Arara, é justamente porque os *índios* estão crescendo demograficamente que os *brancos* insistem na proposta de barragem, percebida como uma ameaça genocida:

Nós estamos crescendo. Tem muitas famílias. Será que é porque nossos filhos estão aumentando que o branco quer alagar? Nós vamos todos morrer. (Francisco Arara, 2007, 165)

Além de exigirem o reconhecimento de sua existência física, os Arara e os Gavião se empenham em questionar a “naturalização” a que são submetidos pelo setor elétrico, que objetifica não apenas a “natureza” – “disponível” para apropriação hidrelétrica – como também as populações humanas ameaçadas. Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade observaram essa “curiosa inversão:

Setores sociais atingidos pela mega-obra de engenharia são recuados para um lugar de fundo, de ambiente, sobre o qual e contra o qual se desenha uma forma: a obra. As populações humanas são assimiladas a uma natureza, e a obra recolhe em si os valores de sujeito. (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988, 10).

Quando o empreendimento atinge terras indígenas, essa visão é exarcebada. Os *índios* são tratados como um “problema ambiental” (ANDRADE & VIVEIROS DE CASTRO, 1988: 8), um fato da natureza, revelando uma imagem construída sobre o *índio* que o caracteriza como um ser natural, desprovido de cultura, que se confunde com o seu habitat (PIMENTA, s.d.). Frente às estratégias naturalizantes da ELETRONORTE, os Arara e os Gavião têm se esforçado em afirmar sua humanidade, derivada da origem comum entre *brancos* e *índios*, como lembrou o pajé Clóvis Arara, falando em Rama-rama:

Os brancos podiam gostar da gente. Eles foram praticamente criados junto com a gente. Nossos antigos gostavam muito deles. Os brancos podiam gostar da gente porque nós somos todos humanos. Não somos diferentes. Eles podiam gostar da gente e deixar a gente criar nossos filhos que nem eles. Deixar aumentar a população. Por que o branco só fala em barragem todo o tempo? (Clóvis Arara, 2007, 168)

Enquanto traduzia a fala do pajé, Sebastião Kara’yã péw Arara Gavião explicou:

O mito fala que os brancos foram criados do arco-íris, a humanidade. O mito fala que antigamente existia uma mulher que engravidou do arco-íris. Tinha um arco-íris dentro da barriga e uma vez ela foi no mato juntar jatobá e saiu um arco-íris da vagina dela pra cima. O arco-íris se esticou e ela se assustou com isso. Chegou em casa com medo e contou pro marido, que foi no outro dia com ela e ficou escondido pra ver o que tinha acontecido com ela. Aí quando o arco-íris se esticou, ele foi cortando, cortando. Em vez do arco-íris se estragar, ele criou a humanidade. Esse mito conta que os brancos vieram do arco-íris. As pessoas que receberam artesanato, colar, viraram índios. E os que não receberam, viraram brancos. Por isso existe essa diferença. O branco veio do índio. Por isso o branco devia gostar do índio. Nós também somos brancos. De pessoa pra pessoa, cada pessoa que nasce é igual, somos todos iguais. (Sebastião Arara, 2007, 168)

Ao reivindicar sua “humanidade”, os Arara e os Gavião se posicionam em igualdade com os *brancos* como sujeitos pensantes, como sujeitos políticos dotados de direitos e dispostos a assegurá-los por meio da luta política, já que a origem em comum não tem garantido nenhuma solidariedade entre *brancos* e *índios*. Ao contrário, as diferenças e a distância entre *índios* e *brancos* são vistas como motivações para as propostas de hidrelétricas na T.I. Igarapé Lourdes, conforme a intervenção da Luiza Arara:

Por que vocês tanto pensam em barragem? Será que vocês não ouvem a gente? [...] Será que vocês não nos vêem como seres humanos, como gente? [...] Vocês não entendem nossas línguas. Só porque nós falamos uma língua diferente vocês pensam que nós não somos seres humanos. Mostrem pra nós o que realmente vocês querem fazer. Antigamente vocês faziam o que queriam com a gente. Hoje em dia nós lutamos pela nossa causa. Então nós vamos insistir até conquistar essa luta. Vocês não vão derrubar a nossa conquista. (Luiza Xere Yã Arara, 2006, 156)

Em um movimento inverso, diante da insistência dos *brancos* em prosseguir com os projetos de barragem, eles devolvem a desumanização:

[...] Parece que vocês não têm sentimento. Parece que vocês não pensam. É bonito vocês fazerem isso? Será que vocês não sentem um pesadelo, não se preocupam com nada quando se fala em enchente? Nós índios, não, nós temos muita preocupação. Nós não aceitamos que construam a barragem no nosso rio pra destruir nossa área e prejudicar nossas vidas. [...] Vocês não pensam nos parentes. Parece que vocês não têm raciocínio pra pensar. Parecem um bando de bicho. Nós temos que preservar o que é nosso e não querer acabar com tudo. (Alzira Xít Maték, 2006, 157)

É o *branco* que não pensa ao propor projetos que podem trazer tantos prejuízos, sem se preocuparem com seus próprios “parentes”.

Natureza⁶⁹

Na mobilização indígena, há um movimento duplo por parte dos Arara e dos Gavião em relação à “natureza”. Quando se trata de questionar os projetos de barragem, eles se aproximam da “natureza”, fazendo um uso estratégico do “mito do bom selvagem”⁷⁰ e se apresentam como “guardiões da floresta”, aqueles que sabem viver em harmonia com a “natureza”, em oposição à

⁶⁹ Nesta seção, não pretendo discorrer sobre a distinção entre “natureza” e “cultura” nas cosmologias Arara e Gavião. Longe de ter compreendido como tal questão se apresenta – ou não se apresenta – entre estes povos indígenas, o que apresento aqui são breves reflexões que surgiram durante a pesquisa relacionadas à concepção ocidental de “natureza” e as formas pelas quais os Arara e os Gavião mobilizam essa mesma concepção na luta anti-barragem.

⁷⁰ A fala de Sebirop Gavião a respeito da exploração de madeira deixa entrever que a justificativa para sua oposição aos projetos de barragem se relaciona mais a uma questão de autonomia sobre o território indígena do que a uma postura ecologicamente correta dos Arara e dos Gavião: “Por mim, eu posso desmatar tudo da floresta das terras indígenas, só que o pajé não autoriza”. (Sebirop Gavião, 2007, 176)

mentalidade bandeirante dos *brancos*, em que a “natureza” só aparece como objeto de conquista e dominação⁷¹:

As autoridades do Brasil só gostam de destruir a natureza. O Brasil deveria pensar, usar a natureza de uma forma preservada. Aproveitar a natureza com o que ela oferece pra nós, do jeito que os índios fazem. A natureza oferece pra nós milhões e milhões de recursos que a gente não sabe aproveitar, só quer destruir a natureza. Os indígenas são ricos em biodiversidade e diversidade cultural. Nós, povos indígenas, sempre ficamos ignorados, desprezados. Mas nós somos os verdadeiros donos da terra. E não somos consultados quando querem invadir a nossa casa, a floresta de onde tiramos nossa sobrevivência, como caça e pesca, frutos. É o nosso mercado, é a nossa farmácia, com a medicina tradicional. (Zacarias Kapiaar Gavião, 2006, 156)

Deste modo, os Arara e os Gavião questionam as concepções objetificantes da “natureza” que informam a ELETRONORTE e demonstram grande preocupação com as consequências ambientais da barragem, especialmente com o destino dos animais e com a perturbação do regime dos rios. Eles estranham à postura dos *brancos* em achar que podem dominar tudo, inclusive os rios: “Eles não são donos do rio” (Anexo 3). Ao mesmo tempo, os Arara e Gavião recorrem à humanidade que os distinguiria dos animais para reivindicar igualdade política com os *brancos*, que os associam à “natureza” em um movimento inverso: para desumanizá-los (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988). Na visita ao acampamento da JP-14, em 1988, um jovem *índio* se dirigiu aos representantes do CNEC e da ELETRONORTE:

Se nós andávamos de quatro pés, nós íamos deixar você fazer essa barragem e alagar a nossa terra. Os bichos todos estão deixando você fazer. Mas nós não somos bichos. Somos gente igual você. Temos pensamento de gente. Por isso não vamos deixar você alagar a nossa terra. Fala isso pro seu chefe lá. (Gavião, In: FORSETH & LOVOLD, 1991: 430).

Diferentes dos animais, os *índios* reagirão a qualquer tentativa de expropriação de seu território. Assim, os povos indígenas do Igarapé Lourdes colocam em questão a relação “objetificadora, assimétrica e naturalizante” (ANDRADE & VIVEIROS DE CASTRO, 1988: 12) à qual têm sido submetidos pelos *brancos* e que os apoiadores dos projetos hidrelétricos do Rio Machado reproduzem tão bem.

⁷¹ Para reflexões futuras, fica a observação de Oswaldo Sevá, co-orientador desta dissertação, de que os estudos ambientais elaborados a pedido do setor elétrico estão longe de espelhar um pretensão domínio dos *brancos* sobre a natureza.

Promessas de desenvolvimento

Os projetos hidrelétricos, assim como outros grandes projetos de investimento, são comumente associados a uma promessa de desenvolvimento e progresso da região visada pelos empreendimentos propostos. Os investimentos em infra-estrutura, os empregos gerados⁷², a dinamização da economia local, enfim, os “impactos positivos” da barragem são as garantias para o desenvolvimento, de acordo com seus apoiadores. A barragem é apresentada como uma possibilidade ímpar para “modernizar” pessoas e lugares, sempre desqualificados sob o olhar dos empreendedores,⁷³ que passam a se apresentar como portadores do desenvolvimento e do progresso (SIGAUD, 1988; ZHOURI & OLIVEIRA, 2005; ASSIS, 2006). As hidrelétricas são transformadas em política de desenvolvimento e apresentadas como a única forma de alcançá-lo. Essa noção de desenvolvimento, no entanto, implica na opção por um modelo centralizado de geração de energia, concentrador de renda, de alto custo econômico, social e ambiental (MORET, 2000).

Em Rondônia, dadas as dificuldades enfrentadas até recentemente com a geração e a distribuição de energia elétrica, o binômio energia-desenvolvimento opera com significativa eficácia simbólica. Um outdoor de FURNAS exposto em Porto Velho em 2006, durante a campanha favorável aos projetos das usinas do Rio Madeira, trazia a seguinte frase: “FURNAS. Energia para o desenvolvimento sustentável”. Uma publicação local voltada para os fatos mais significativos da história de Ji-Paraná – a revista Ji-Paraná e sua história (2000) – traz uma reportagem intitulada “Energia: a mola do desenvolvimento”. A série de livros de João Vilhena (2001, 2005) dedicada aos “pioneiros” rondonienses é iniciada por um capítulo relativo à questão energética e revela o destaque da energia elétrica para a consolidação do estado de Rondônia:

Quem conhece a história de Rondônia sabe que ela está intimamente ligada à história da CERON (Centrais Elétricas de Rondônia). Nos passos rumo ao desenvolvimento, o ex-território contou com sua estatal geradora de energia elétrica. Ao passo que a CERON ia vencendo obstáculos, superando crises e se operacionalizando, Rondônia crescia. (VILHENA, 2001, 9).

⁷² Daí que Ângela Tude de Souza faça referência a um certo consentimento popular com o futuro proletário que aguarda parte dos atingidos, na medida em que compartilham das expectativas de conseguir um emprego no canteiro de obras da barragem ou de que possam “melhorar de vida” (SOUZA, 1988, 124).

⁷³ Andréa Zhouri e Raquel Oliveira (2005) analisaram como os empreendedores da barragem de Murta (MG) reforçaram o estigma do Vale do Jequitinhonha como o “Vale da Miséria” no processo de legitimação deste empreendimento.

No caso dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, a retórica do desenvolvimento foi – e continua sendo – acionada para legitimar e justificar sua execução. O desenvolvimento e o progresso de Rondônia eram metas da ELETRONORTE a serem alcançadas por meio da Usina Ji-Paraná:

O empreendimento – UHE Ji-Paraná – neste contexto deverá contribuir decisivamente e a um só tempo, para a consecução dos objetivos setoriais e espaciais para o desenvolvimento de Rondônia. (CNEC, 1985, 1.22)

Adicionalmente, o planejamento da implantação da UHE Ji-Paraná vem sendo conduzido sob o enfoque de inserção regional do empreendimento, isto é, de articulação com as ações do POLONOROESTE e com os programas e prioridades do Governo do Estado de Rondônia. O objetivo pretendido é o de criar novas oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico e de progresso na região. (CNEC, 1987, 35).

A promessa de desenvolvimento permaneceu no horizonte da ELETRONORTE mesmo quando os estudos realizados pelo CNEC indicaram que os projetos hidrelétricos do Rio Machado comprometeriam as políticas de desenvolvimento até então executadas, inclusive por meio de recursos do POLONOROESTE, como no caso do Projeto de Assentamento Machadinho.

A retórica desenvolvimentista foi retomada para justificar o novo projeto hidrelétrico do Rio Machado. Em um pronunciamento realizado em 2007, o senador Valdir Raupp (PMDB/RO) comemorou a abertura do processo de licenciamento ambiental do projeto da Usina Tabajara, que aconteceu logo depois da concessão de licença prévia aos projetos das Usinas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira:

Aos poucos, Sr. Presidente, vai sendo montado um quadro promissor para a geração de energia em Rondônia. Embora muito reste por fazer, apesar das resistências que ainda é necessário superar, a batalha pelo desenvolvimento do Norte do País vai sendo vencida. Com muito trabalho, com muita paciência, vai sendo vencida a descrença daqueles que não aceitam os princípios do desenvolvimento regional como fundamentos maiores da nossa federação. (RAUPP, 2007, 1).

O que Raupp apresenta como “desenvolvimento” aproxima-se de algo que poderia ser caracterizado como uma atualização do processo de acumulação primitiva de capital em curso em Rondônia, próprio das frentes de expansão da sociedade nacional sobre os territórios indígenas, que se caracterizam pelo seu dinamismo (OLIVEIRA, 1978, 96). Nessa região, passados – ou pelo menos, enfraquecidos – os ciclos da borracha, do garimpo e da madeira, a pecuária, a soja e

a geração de energia têm se constituídos em boas oportunidades de negócios, feitos às expensas da exploração de terras indígenas, conforme avaliou Moisés Serívh Gavião:

Não é só energia que eles querem. É o dinheiro. É mais dinheiro. [...] Eles vendem energia não é só pra um estado. A energia gera dinheiro, por isso que eles querem a barragem. Por isso que governo quer construir a barragem. Não é brincadeira, não. Energia gera lucro. Por isso governo tenta construir barragens. Não é difícil entender a idéia dos brancos, do governo. (Moisés Serívh Gavião, 2007, 170)

De um projeto de desenvolvimento a um projeto de morte

Por sua vez, os Arara e os Gavião recusam a concepção de desenvolvimento implicada nos projetos hidrelétricos do Rio Machado. Para Tinhawambá Gavião, “esses projetos que podem prejudicar a vida dos cidadãos onde vivem, isso não significa desenvolvimento do país” (2006, 32). Mais do que um projeto de desenvolvimento, a ameaça das barragens é identificada por eles como um projeto de morte:

Nós temos história na beira do rio Machado, na beira do Igarapé Lourdes. Nós temos cemitérios, nós temos sítios arqueológicos que nem foram estudados ainda. Aqueles sítios arqueológicos são lugares sagrados para nós. É um grande desrespeito afogar aquilo lá. Tem valor histórico para o povo Gavião. Pro governo perceber que não está prejudicando só os povos indígenas, que de várias maneiras os povos indígenas foram massacrados, foram encurralados de várias maneiras. O governo agora quer matar o índio afogado, debaixo d’água. É uma coisa que não vamos aceitar. (Zacarias Kapiaar Gavião, 2006, 149).

Para os Arara e os Gavião, os projetos hidrelétricos do Rio Machado atualizam um projeto de extermínio dos povos indígenas presente na ocupação recente de Rondônia e que dizimou dezenas de milhares de *índios* no estado. A insistência dos *brancos* nos projetos de barragem é vista como uma idéia fixa, cuja real intenção é “acabar” com os *índios*, conforme expressaram Firmino Arara, Marina Arara e Antônia Arara:

O branco fica só falando de construção de barragem. Falando de barragem, de barragem. Por que o branco só pensa em barragem? Onde que nós vamos morar se eles construírem barragem mesmo? Onde os brancos que moram na beira do rio vão morar também? Os brancos estão querendo matar só nós, os índios. Depois que matar os índios, eles vão querer secar barragem pra ficarem só os brancos, pra eles tomarem a terra dos índios. [...] Antigamente, nunca a gente ouvia falar de construção de barragem. Agora que eles tão falando direto da construção de barragem. Antes isso não existia. Agora os brancos querem acabar com os índios. Eles falam que não gostam dos índios. Por isso que eles querem acabar com os índios. Acabar com água, com a construção da barragem. Eles quase acabaram com os povos indígenas antigamente e até hoje continuam querendo acabar com o resto dos povos indígenas. (Firmino Arara, 2007, 164).

O branco só pensa em construir barragem. O branco só quer acabar com a gente. Não podem ficar só pensando em barragem. Tem que pensar em outras coisas. Será que eles querem acabar com a gente pra só eles viverem? (Marina Arara, 2007, 164)

Por que o branco tanto quer fazer a barragem? Qual será o motivo? Eu acho que o branco quer fazer a barragem pra matar todos os índios e criar só o povo dele. Onde que a futura geração vai morar se fizerem a barragem? O branco inventa tanta coisa que a gente fica preocupado, porque não temos jeito de escapar das armações do branco. Antigamente quando nossos pais existiam ainda não existia esse problema de tanta barragem. A gente vivia em paz. (Antônia Arara, 2007, 166).

Muitos deles acreditam que uma vez construída a barragem e eles tenham sido expulsos (ou mortos), os *brancos* liberariam o rio para seu curso natural e ocupariam suas terras. A barragem seria uma estratégia para a expropriação definitiva das terras indígenas.

Ainda que para a ELETRONORTE os *índios* estivessem exagerando, já que os prejuízos causados pela barragem seriam primordialmente de “ordem psicológica”, Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade identificaram o mesmo projeto genocida ou etnocida denunciado pelos Arara e pelos Gavião, quando avaliaram o Plano 2010 da ELETROBRÁS (no qual estava planejada a Usina Ji-Paraná). Para esses autores, a ideologia assimilacionista que informa os procedimentos do setor elétrico prevê:

[...] o desaparecimento dos grupos indígenas enquanto povos diferenciados. Assim, a política do setor elétrico, em relação às sociedades indígenas, parte do pressuposto de que estas, no futuro, deixarão de existir” (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988, 18).

No caso dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, inicialmente elaborados no período de transição para a Constituição de 1988, o Estatuto do Índio foi o marco legal que orientou a atuação e os planos da ELETRONORTE junto aos Arara e aos Gavião. A empresa destacou a FUNAI como o órgão que indicaria o “tempo adequado para a aculturação dessas populações” em contato com “comunidades nacionais mais desenvolvidas” (CNEC, 1985, 4.410). O objetivo final desta ação governamental seria a sua [dos Arara e dos Gavião] “progressiva integração na sociedade nacional” (CNEC, 1985, 7.05). As conseqüências desse pressuposto foram avaliadas por Viveiros de Castro e Andrade:

A permanência da ideologia assimilacionista de gradual integração dos povos indígenas à sociedade nacional visa à destruição das condições de existência das populações indígenas, isto é, o etnocídio (VIVEIROS DE CASTRO & ANDRADE, 1988, 19).

Assim, quando disse que “se o branco quer matar o índio, vai ter que entrar dentro da terra do índio pra matar, porque não vamos deixar nossa terra”⁷⁴ – fazendo referência à decisão de

⁷⁴ No Seminário Território Indígena: Direito a ser validado, realizado em 18 de abril de 2005, em Ji-Paraná.

continuar nas aldeias em caso de aprovação do projeto de barragem – Pedro Arara desvelou o discurso desenvolvimentista da ELETRONORTE e dos apoiadores do projeto e identificou nele um desejo de morte. A morte dos Arara e dos Gavião – que pode ser entendida não apenas na morte física (possível com o afogamento), mas na morte enquanto povos diferenciados – não será asséptica: os *brancos* precisarão “sujar as mãos” entrando nas aldeias para expulsá-los, ou seja, para “matá-los”.

Desenvolvimento-como-terrorismo

As críticas dos Arara e dos Gavião à noção de desenvolvimento implicada nos projetos hidrelétricos do Rio Machado se aproximam das reflexões do indiano Shiv Visvanathan, que classificou o desenvolvimento moderno de “desenvolvimento-como-terrorismo” (GARCIA DOS SANTOS, 2005, 139; VISVANATHAN, 1997, 46). Para Visvanathan, o desenvolvimento é entendido como um genocídio lento, intermediado por forças pacíficas, cujas vítimas superam o total de refugiados de conflitos armados (VISVANATHAN, 1997, 41). Na Índia, uma estimativa avalia em 33 milhões o total de atingidos por barragens, o que levou Arundhati Roy a nomeá-los como “refugiados de uma guerra não-declarada” (ROY, 1999, 15). No Brasil, o Movimento de Atingidos por Barragem denunciou que pelo menos duzentas mil famílias já foram deslocadas por barragens, gerando um contingente de cerca de um milhão de atingidos. A situação das populações ameaçadas por intervenções desenvolvimentistas no Brasil tem levado à elaboração teórica da categoria de “refugiados do desenvolvimento”, termo registrado por Alfredo Wagner de Almeida (WAGNER DE ALMEIDA, 1996, 31) e presente nas discussões de Sônia Barbosa Magalhães e Carlos Vainer (2003). O reconhecimento institucional do estatuto de “refugiados do desenvolvimento” ou de “refugiados ambientais” implicaria em uma série de compromissos do Estado e dos responsáveis pelas barragens com os atingidos, numa relação bastante distinta da atual situação de fragilidade em que se encontram.

Em nome do “desenvolvimento”, populações do “Terceiro Mundo” têm sido alvo de intervenções caracterizadas por Visvanathan como “vivisseccionais”, ou seja, são alvo de experimentação científica (VISVANATHAN, 1997, 22). As barragens, comumente associadas às estratégias de desenvolvimento, empregam uma tecnologia vivisseccional, na medida em que, com simulação limitada, são impostas às pessoas (Id, 42). À semelhança das usinas nucleares, as barragens requerem gastos massivos de capital, são tecnologias com limitada experiência de operação e em ambas, uma falha catastrófica resulta em devastação em larga-escala (Id, 43).

Acidentes graves envolvendo barragens são recorrentes. Oswaldo Sevá listou algumas das barragens consideradas anti-exemplos ou mesmo, obras malditas:

- A obra fracassada de *Teton Dam*, nos EUA, que fez o chão tremer durante as etapas de construção, e mesmo assim, se insistiu em terminar a obra; a barragem colapsou e se destruiu durante o enchimento, com uma enxurrada de detritos e rochas arrasando fazendas e moradias rio abaixo;
- A tragédia da represa de *Vajont*, nas montanhas da Itália, atingida por uma avalanche provocada por terremoto, e extravasando sobre a crista, destruindo tudo rio abaixo, incluindo vilarejos e matando seus habitantes;
- A tragédia da represa de *Yungay*, igualmente atingida por ondas formadas por avalanches despregadas da neve eterna da Cordillera Blanca, Andes Peruanos, e que destruíram essa barragem e junto, uma cidade próxima com 50 mil moradores, muitas pontes, e uma outra barragem, tudo pelo caminho até a planície costeira do Oceano Pacífico, de cujo subsolo um maremoto iniciara todo o mecanismo de destruição. (SEVÁ, 2005, 282)

No Brasil, em 2004, cinco pessoas morreram em decorrência do rompimento da barragem de Barra do Camará, na Paraíba. Em 2006, a Usina Cana Brava, em Santa Catarina, precisou ser esvaziada antes mesmo de sua inauguração por apresentar vazamentos. Com o paredão à mostra, ficou evidente uma grande rachadura em sua estrutura, o que poderia ter graves conseqüências, caso não fosse detectada a tempo.

No caso dos projetos das Usinas do Rio Madeira, o uso de turbinas “bulbo” tem sido alardeado como uma das vantagens dos projetos propostos. O formato e o posicionamento destas turbinas reduziram a área de alagamento e embora nunca tenham sido empregadas em um rio com as dimensões do Madeira – o maior afluente do Rio Amazonas –, os responsáveis pelos projetos do Rio Madeira insistem em sua viabilidade. A previsão é que a Usina Santo Antônio seja construída a apenas sete quilômetros do centro urbano de Porto Velho, a maior cidade de Rondônia. Os movimentos contrários a estes empreendimentos questionam o fato de que, em caso de acidente, não haverá tempo hábil para retirar a população da área de risco.

No caso dos projetos do Rio Machado, Alzira Xít Maték Arara insistiu em destacar os riscos envolvidos, especialmente pelo fato da ELETRONORTE – proibida de entrar na terra dos Arara e dos Gavião – nunca ter conseguido realizar as medições necessárias para avaliar, com alguma precisão, os prováveis prejuízos para a T.I. Igarapé Lourdes:

Será que algum de vocês tem noção de até onde o rio pode atingir? Será que vocês não têm preocupação com o alagamento que pode prejudicar nossas vidas? Vocês não sabem de nada, não sabem quanto nós podemos sofrer e quantas e quantas pessoas poderão correr risco de vida. [...] Porque não é da natureza que o rio vai ser alagado. [...] Nós sabemos que o rio é perigoso. (Alzira Xít Maték Arara, 2006, 157)

A desconfiança que Alzira Xít Maték Arara expressa em relação ao conhecimento prévio das conseqüências das barragens já foi documentada e criticada por pesquisadores e pelos movimentos de atingidos por barragens. O ramo do conhecimento dedicado a produzir estudos sob encomenda do setor elétrico – “*Antropologia das Barragens*”, tal como nomeado por Lygia Sigaud (1988), ou “*Ciência de Contratos*”, na definição de Carlos Fausto (2006) – apresenta limitações evidentes:

Ora, mesmo se tratando de equipes de pesquisa independentes em relação aos proponentes, o fato mesmo de essas equipes serem financiadas pelos próprios proponentes do projeto anula as próprias condições de independência de tais equipes. Dificilmente uma grande empresa de consultoria produzirá um RIMA sugerindo a não realização de um projeto. Um parecer deste tipo seria suicida para uma empresa, porque a tornaria suspeita para outros RIMAs a serem encomendados pelo setor elétrico. O risco de ser excluído de um mercado milionário de consultoria é um risco que indivíduos podem eventualmente assumir, mas nunca empresas, sobretudo aquelas que além dos interesses no mercado de consultoria, estão intimamente ligadas às empresas interessadas na realização das obras. (SIGAUD, 1988, 106).

Deste modo, mais do que avaliar seriamente as conseqüências dos empreendimentos propostos e então definir sua viabilidade ou não, a própria avaliação das conseqüências é minimizada (SIGAUD, 1988, 108). As populações ameaçadas ou atingidas pelas hidrelétricas tornam-se, assim, alvo da experimentação do setor elétrico:

[...] o fato é que a maioria dos estudos feitos por encomenda do setor elétrico são pobres, repetitivos e pouco revelam a respeito da vida social real. E é a partir de uma visão empobrecida do social que se procede a avaliação de ‘impactos’, concebidos quase como um ‘susto’ que as populações – os pobres cidadãos brasileiros das áreas de intervenção do setor elétrico – deverão levar e um dia dele se recompor graças às medidas ‘neutralizadoras’ consubstanciadas no que o setor elétrico denomina de ‘programas de desenvolvimento regional. (SIGAUD, 1988, 108).

Em uma atividade de capacitação popular em licenciamento ambiental realizado em Porto Velho, em maio de 2006, Heliton Tinhawambá Gavião respondeu à Ricardo Furtado, funcionário da Empresa de Pesquisa Energética, que destacou em sua intervenção a incorporação da “dimensão social” pelo setor elétrico na etapa de inventário:

Nunca o governo chega até as pessoas que são prejudicadas pra saber se aceitam ou não. Isso fica muito claro quando vocês falam que fazem inventário. É inventário mesmo, vocês ficam só inventando as coisas. (Heliton Tinhawambá Gavião, 2006, 160)

Nesta ocasião, Tinhawambá deu um novo significado aos estudos de inventário. Como não incorporam de fato as populações ameaçadas no planejamento do setor elétrico, esses estudos só podem se constituir em invenções, de tão distante que estão destas populações. Este desconhecimento⁷⁵ – que é também desconsideração – a respeito das populações ameaçadas ou atingidas por barragens se reflete na postura do setor elétrico em relação à “dimensão social” dos empreendimentos propostos:

Na medida em que o ‘social’ não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a ser constituir em ‘problema’, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente porque o ‘social’ ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população. Por esta razão, se pode afirmar com segurança que as empresas do setor elétrico têm sido responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabalhado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida. (SIGAUD, 1988, 104).

No seminário realizado em 2006, citado anteriormente, Ricardo Furtado, da EPE, fez uma intervenção marcada pela tentativa de apresentar os novos projetos hidrelétricos, especialmente os das Usinas do Rio Madeira, como “ambientalmente sustentáveis” e “socialmente justos”. De acordo com Sevá, a linguagem aparentemente neutra e ponderada, por meio da qual o setor elétrico apresenta as conseqüências dos projetos hidrelétricos, tem a função de negar o ato político envolvido na opção por esta determinada tecnologia em detrimento de outras:

É disto que se trata quando avaliamos e debatemos com seriedade um mega-projeto de engenharia: se for feita a obra prevista, a Natureza será outra; propor a obra, apoiá-la, é um ato político; se implantada a obra, a sociedade sofrerá transformações radicais. É disto que não tratam os tais estudos de “inserção regional” e de “avaliação de impactos”, porque não podem tratar. Pois criam seu próprio linguajar de aparência neutra e ponderada, cuja função justamente é a de negar o ato político, a de ocultar a alteração da Natureza e a transformação radical da sociedade. (SEVÁ, 2005, 286)

As conseqüências destas “alterações de grande porte na natureza” e da “transformação radical na sociedade” provocadas por hidrelétricas foram descritas por Ângela Tude de Souza em

⁷⁵ Para Lygia Sigaud, não se trata apenas de um problema relacionado ao conhecimento a respeito das populações ameaçadas ou atingidas por barragem ou de procedimentos equivocados, mas de uma questão de reconhecimento: “Não basta conhecer adequadamente. É preciso reconhecer que a ‘população atingida’ é constituída de cidadãos brasileiros ou de povos indígenas deve ser incorporado ao planejamento e à tomada de decisões, mesmo que essa opção implique na redução dos programas de geração de hidreletricidade e na busca de outras alternativas energéticas, como a conservação de energia e de uma política industrial ajustada aos interesses da maioria.” (SIGAUD, 1988, 108).

termos da “alteração definitiva das condições materiais e sociais de reprodução da população direta e indiretamente afetada” (SOUZA, 1988, 131). Durante o seminário, Heliton Tinhawambá Gavião respondeu a Ricardo Furtado, desmontando a estratégia retórica de mascaramento do potencial de destruição das hidrelétricas ao recusar eufemismos e situar a discussão em um outro patamar: estavam tratando de “qualquer projeto que prejudique a nossa vida”.

No caso do projeto da Usina Ji-Paraná, a ELETRONORTE se esforçou em transformar previsões pessimistas em um quadro possível de mitigação. As possíveis decorrências da barragem são tratadas como “impactos reduzidos” e “impactos de pequena monta”. Há um esforço – nem sempre bem sucedido – de ocultar as graves conseqüências ambientais e sociais que a intervenção da ELETRONORTE poderia produzir na região. Em meio a eufemismos, algo escapa e as previsões pessimistas ficam registradas nos estudos. Nos estudos sobre os prejuízos decorrentes da regularização do regime do rio (com o enchimento do reservatório) para a fauna e vegetação aquáticas, por exemplo, a previsão era de que qualquer perturbação deveria “fatalmente repercutir sobre todo o ecossistema” (CNEC, 1985, 5.76). A ELETRONORTE admitiu que “não existe informação que permita prever tais repercussões, mesmo qualitativamente” e que “sendo o controle do regime do rio essencial à operação de uma hidrelétrica, não há medida conservacionista ou mitigadora que se possa propor. Toda a fauna ligada à dinâmica das várzeas deve ser contabilizada como perdida.” (idem, 5.77). Como medida de mitigação para a fauna, os pesquisadores recorreram ao exemplo do zoológico de São Paulo que atrai, em seus lagos, “numeroso bandos de marrecos, garças e outras aves”, o que daria uma idéia do que podia ser feito em uma região ainda nova, como a represa do Rio Machado (CNEC, 1985, 5.78). Da floresta original, restaria uma paisagem semelhante a um zoológico. Mesmo diante do quadro assustador de destruição previsto com a instalação dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, a ELETRONORTE afirmou que os “impactos ambientais do projeto são controláveis” e que este “está perfeitamente integrado aos seus compromissos com o desenvolvimento regional e com a preservação do meio ambiente” (CNEC, 1987, 32).

Este foi o quadro de destruição do qual os Arara e os Gavião escaparam. Por meio de sua participação em encontros dos movimentos anti-barragem e dos movimentos indígenas, eles têm tomado conhecimento da experiência concreta vivenciada pelos atingidos por barragem. Por esta razão, recusam-se a ser objeto de experimentação do setor elétrico:

Nós sabemos que o branco tem intenção de construir a barragem pra prejudicar nossas vidas. Eles não têm conhecimento de verdade, de qual o limite vai chegar o alagamento das áreas. Eles acham que nós somos bobos, que nós entendemos nada. Será que nós vamos deixar os brancos fazerem o que querem com a gente, deixar os brancos alagarem nossos rios? (Alzira Xít Maték Arara, 2006, 160)

Racismo ambiental e colonialismo interno

O termo “fricção interétnica” foi utilizado por Roberto Cardoso de Oliveira para enfatizar a característica básica da situação de contato, ou seja, as zonas de interação, conflito e combate entre a sociedade nacional e as populações indígenas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978, 77). Mais tarde, o próprio autor reconheceu que o termo “fricção” era insuficiente – um eufemismo, segundo Dussel (1994) a respeito dos “conflitos” decorrentes do contato interétnico – para indicar a natureza específica das relações entre *índios* e *brancos*, caracterizadas por estruturas de dominação, exploração e alienação do “Outro” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996). Em sua elaboração teórica, Roberto Cardoso de Oliveira enfatizou a dimensão étnica da noção de “colonialismo interno” proposta por Pablo Casanova para explicar o *continuum* de formas internas de dominação em África, na América Hispânica e no Brasil após as independências políticas (CASANOVA, 2002, 82). São as permanências ou mesmo a exacerbação do “padrão de poder colonial” (QUIJANO, 2000) que caracterizam as relações entre a sociedade nacional – hierarquizada racialmente – e os *índios*, e não uma suposta ruptura com a ordem colonial (SIQUEIRA, 2007)⁷⁶.

As reflexões acerca do “racismo ambiental” (ACSERALD, 2004, 26) – expressão forjada nas lutas ambientalistas dos Estados Unidos na década de 1980 e que designa a “condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania” (ACSERALD, HERCULANO, PÁDUA, 2004, 10) – potencializam a capacidade explicativa da dinâmica do “colonialismo interno” no caso da proposição e execução de projetos hidrelétricos.

A penalização desproporcional de minorias étnicas é um dos temas recorrentes na literatura acerca das implicações sociais de barragem. No Vale do Rio Narmada, na Índia – onde há cerca de três mil projetos de barragem – os Dalits são 60% do total de atingidos, e representam

⁷⁶ Essas permanências se dão também em prejuízo das populações negras, conforme Carlos Henrique Romão de Siqueira (2007) apontou.

15% da população. Na barragem de Sardar Sarovar, os Adivasis constituem 57,6% dos atingidos, apesar de representarem apenas 8% da população (ROY, 1999, 21). Para Arundathy Roy, esses dados denunciam a alteridade étnica das vítimas das barragens indianas, cujo sacrifício subsidia o estilo de vida da população mais rica do país, beneficiária dos serviços de energia elétrica e de irrigação decorrentes destas obras.

No Brasil, para legitimar projetos hidrelétricos potencialmente destrutivos em regiões distantes dos grandes centros consumidores, seus apoiadores têm mobilizado uma estratégia que recorre à idéia de bem-comum e interesse nacional subjacentes a estas obras⁷⁷. Interesses localizados e privados ligados à indústria barrageira (os interesses de setores ligados à construção civil, os interesses político-partidários e os interesses das indústrias eletro-intensivas) são apresentados como o “interesse nacional”. O sacrifício das populações locais e da “natureza” são o preço – barato – a se pagar pela garantia da continuidade de desenvolvimento do país.

A “retórica do sacrifício” tem sido acionada com eficácia no caso dos projetos das Usinas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, apresentadas pelo governo Lula e pelos empreendedores como a única possibilidade de evitar um “apagão” elétrico em 2011. Os massivos recursos políticos e financeiros investidos para o convencimento da população acerca dos benefícios destes empreendimentos atualizam o “mito do Eldorado”, tão presente no imaginário rondoniense, cuja história é marcada por promessas de desenvolvimento ligadas a intervenções de grande porte⁷⁸. Rondônia é novamente apresentada como um “estado-solução”, convocado a se sacrificar⁷⁹ – de maneira sustentável, como insistem os apoiadores dos projetos do Rio Madeira – em nome do interesse nacional, qual seja, a necessidade urgente de geração de energia elétrica⁸⁰.

No caso dos projetos hidrelétricos do Rio Machado, o objetivo inicial de geração de energia elétrica para o abastecimento do sistema Acre-Rondônia – relativamente sanado – é complementado com a possibilidade de “exportação de energia” para outras regiões do país. De

⁷⁷ A escritora indiana Arundathy Roy, em seu livro sobre as barragens do Vale do Narmada, destacou o apelo à idéia de sacrifício pelo interesse nacional, sintetizado na fala de Jawaharlal Nehru aos atingidos pela barragem de Hirakud, em 1948: “*If you are to suffer, you should suffer in the interest of the country*”. (ROY, 1999, 7).

⁷⁸ Sobre os programas oficiais de colonização de Rondônia e o financiamento internacional, consultar a tese de Ari Ott (2002).

⁷⁹ A idéia de sacrifício relacionado às intervenções governamentais está presente na história de Rondônia pelo menos desde outubro de 1940, quando durante uma visita à Porto Velho, o então presidente Getúlio Vargas afirmou: “Em Porto Velho cada operário é um soldado e cada soldado um operário com o objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria” (LEAL, 1984?, 27).

⁸⁰ Em recente artigo, Célio Bermann (2007) sugeriu soluções mais viáveis para a ampliação da geração de energia elétrica no Brasil, como a repotenciação de usinas antigas e a complementação da motorização.

acordo com o gerente do Departamento de Engenharia Civil de FURNAS, Hélio Goulart: “O objetivo principal do estudo [Reavaliação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Ji-Paraná] é o atendimento à crescente demanda regional, com possibilidade futura de exportação dos excedentes energéticos para as demais regiões do país, por meio do sistema interligado.” (FURNAS, 2005, 19). Em um pronunciamento de 2007, o senador Valdir Raupp associou os projetos hidrelétricos do Rio Machado a uma possível solução da crise energia elétrica “no mundo e no Brasil” (RAUPP, 2007), cujos prejuízos, no entanto, serão localizados e recairão sobre as populações locais.

Um recorte étnico da expansão hidrelétrica em Rondônia indica que empreendimentos hidrelétricos já construídos ou em fase de projeto ameaçam pelo menos vinte povos indígenas. São eles: Arara, Gavião, Urubu e Isolados (projetos hidrelétricos do rio Machado); Karitiana, Karipuna, Amondawa, Uru-weu-au-au, Oroin, Oro Wari, Kaxarari e Isolados (projetos hidrelétricos do rio Madeira); Tupari, Makurap, Arikapu, Canoê, Jaboti, Aruá, Kampé, Sakyrabiati (barragens da Bacia do Rio Branco); Isolados do rio Candeias (Usina Samuel); Aikanã e Kassupá (projeto da hidrelétrica Cascata); Nambiquara (projeto da usina 12 de Outubro, na fronteira com o estado do Mato Grosso). Sem contar os indígenas “em situação de isolamento”, são reconhecidos hoje pouco mais de trinta povos indígenas em todo o estado. Isso significa que cerca de dois terços dos povos indígenas de Rondônia estão de alguma maneira ameaçados por hidrelétricas.

Essas informações permitem afirmar que investida barragem em Rondônia tem se constituído em um novo cerco aos direitos e às terras indígenas. Tal como denunciam os Arara e os Gavião, a expansão hidrelétrica atualiza uma estratégia genocida presente no histórico de ocupação recente de Rondônia, partindo não apenas da expropriação do território indígena, com a ocupação das terras indígenas pelos canteiros de obras e pelos reservatórios (como o cemitério Jaboti destruído por uma barragem), mas também da inviabilização da vida dentro das terras indígenas (como a morte de uma criança na T.I. Rio Branco, por falta de atendimento médico, dificultado pelas alterações no nível do rio em decorrência das hidrelétricas) na medida em que comprometem um dos seus principais eixos articuladores: o rio.

A mobilização indígena anti-barragem como “política cultural”

Na definição de Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar, as “políticas culturais” dizem respeito aos significados e às práticas mobilizados por movimentos sociais. Política e

cultura não podem ser entendidas uma sem a outra (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000, 25). As “políticas culturais” buscam uma redefinição do poder social e desafiam e desestabilizam os discursos e práticas excludentes das democracias latino-americanas. A luta anti-barragem dos Arara e dos Gavião, por tudo que tentei apresentar nesta dissertação, pode ser compreendida em termos de uma “política cultural”. Para estes povos indígenas, o objetivo de impedir a construção das barragens no Rio Machado relaciona-se a questões que envolvem, além da imediata luta em defesa do território e do seu rio – que é o núcleo central de sua mobilização –, demandas por reconhecimento de sua própria existência. Frente às estratégias de invisibilização e subalternização operadas pelos brancos, os povos do Igarapé Lourdes exigem o reconhecimento de sua “condição humana” e dos direitos dela derivados, recorrendo aos mecanismos institucionais de proteção dos mesmos, bem como denunciando sua ineficácia.

Ao resistirem aos projetos hidrelétricos, eles questionam as noções dominantes de “natureza”, de “desenvolvimento” e de “índio”, e apresentam novas possibilidades. Sua luta implica, deste modo, em uma proposta de democratização da sociedade, na medida em que os *índios* exigem que seus projetos de vida e de sociedade sejam reconhecidos e considerados seriamente, antes que intervenções externas que coloquem estes projetos em risco sejam elaboradas e executadas em nome de um suposto “desenvolvimento”.

Contra a forclusão da violência colonial fundadora, baseada na guerra contra as nações indígenas (SIQUEIRA, 2007), os Arara e os Gavião insistem em recuperar histórias de terror. Eles obrigam todos a rememorem o passado – recente – de conquista e violência e avisam que não permitirão qualquer outra tentativa de expropriação seu território. Contra o esquecimento de uma situação de violência e expropriação, eles se apresentam como provas vivas – mais vivas do que gostariam alguns *brancos*, certamente – de que este processo não terminou, e de que são capazes de resistir a ele. Os Arara e os Gavião escancaram o imaginário bandeirante que os violenta e propõem novos termos para as relações entre *índios* e *brancos*. Em uma conferência realizada com o professor Célio Arara e a antropóloga Betty Mindlin, em 24 de maio de 2007, em Ji-Paraná, Pedro Arara desabafou: “Chega! 500 anos já se passaram. Agora eu quero outros 500!”

Diante de um quadro extremamente desfavorável e desigual, que eu tentei caracterizar ao longo desta dissertação, os Arara e os Gavião enfrentaram a ELETRONORTE e têm sido vitoriosos até agora. Eles nunca aceitaram o lugar de objetos e/ou vítimas de uma intervenção

alheia e seguem resistindo a um projeto de barragem, que, de acordo com a empresa, nem lhes diz mais respeito.

Considerações finais: Algumas conseqüências não previstas pela ELETRONORTE

Para além das conseqüências previstas nos estudos da ELETRONORTE, os projetos hidrelétricos tiveram efeitos inesperados que repercutem até hoje. Um deles diz respeito a uma mudança nas relações até então apenas conflitivas entre os povos indígenas Arara e Gavião e os trabalhadores rurais. Não que os conflitos tenham sido superados. Mas a ameaça comum da barragem favoreceu uma primeira aproximação entre esses dois grupos, que forjaram uma aliança estratégica para combater o projeto da Usina Ji-Paraná. Desde então, essa aliança tem sido constantemente construída, renovada e acionada nos momentos mais críticos de luta pela terra. Hoje, existe uma percepção de que os trabalhadores rurais, especialmente aqueles organizados no MST e no Movimento de Pequenos Agricultores, e os indígenas, têm à frente inimigos comuns: o agronegócio e os grandes projetos de infra-estrutura.

Outra conseqüência dos projetos hidrelétricos do Rio Machado se relaciona ao legado da intensa experiência de mobilização popular que esta ameaça desencadeou. A luta contra o projeto da Usina Ji-Paraná foi responsável, junto com a luta dos atingidos pela Usina Samuel, pela organização inicial do Movimento de Atingidos por Barragens em Rondônia. O funcionamento das comissões locais de atingidos por barragem nos municípios ameaçados pelo projeto da Usina de Ji-Paraná, e seus desdobramentos nas comissões municipais e estadual, foram decisivos para a disseminação de informações sobre os prejuízos sociais e ambientais das hidrelétricas. Essas comissões, por sua vez, se articulavam em nível nacional ao então nascente Movimento de Atingidos por Barragem.

A experiência acumulada de mobilização contra o projeto da Usina Ji-Paraná tem orientado a atuação do MAB em Rondônia, que além das demandas dos atingidos pela Usina Samuel, articula a luta contra as hidrelétricas do Rio Branco e contra os novos projetos hidrelétricos, como os do Complexo do Madeira. Entre os povos indígenas ameaçados e atingidos por barragens em Rondônia, o exemplo da mobilização indígena no caso Rio Machado alimenta a esperança de derrotar os projetos de barragem e resolver as pendências dos projetos já executados.

Para os Arara e os Gavião, além de um estado de ansiedade e alerta em relação à ameaça de inundação de suas terras que dura mais de vinte anos, os projetos hidrelétricos do Rio Machado tiveram outras repercussões. Desde o contato com a sociedade *branca*, eles têm acumulado desvantagens sucessivas que passam pela expropriação territorial e cultural. Nesse contexto, a experiência vitoriosa da luta anti-barragem é um símbolo da resistência desses dois povos à dominação *branca*, e não apenas a garantia de que suas terras não serão inundadas.

A mobilização contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado tem forjado oportunidades para que os Arara e os Gavião exponham em público sua resistência cotidiana. As lutas no campo da saúde e educação – sempre presentes – dificilmente alcançam a repercussão pública da luta anti-barragem. Como mostrei, essa mobilização alcançou uma dimensão internacional que colaborou para a suspensão do II Empréstimo do Banco Mundial ao Setor Elétrico Brasileiro e paralisou não apenas o projeto da Usina Ji-Paraná, como outras obras com grande potencial de destruição programadas no mesmo período.

Nos eventos públicos, debates, reuniões e manifestações relacionados à luta contra os projetos de barragem, eles falam não apenas das graves conseqüências que as hidrelétricas lhes trariam, mas colocam em questão o lugar subalterno atribuído a eles pelos *brancos*. Em um seminário em Ji-Paraná⁸¹, Matilde Sebirop Gavião começou dizendo: “A gente não veio aqui para ouvir. A gente veio para falar.” Assim, Matilde colocou a platéia formada por estudantes universitários, professores e políticos, num lugar diferente daquele que estão acostumados: o lugar da escuta. O recado foi claro: eles estavam ali para que os *brancos* soubessem da sua dor.

A luta contra os projetos de barragem tem propiciado espaços para os Arara, os Gavião e outros parentes (como os Zoró) que se solidarizam com a causa dos primeiros colocarem em público sua demanda por reconhecimento. Fernando Xinepukujkap Zoró insistiu:

Por que o índio só é lembrado no dia do índio? Dia de índio é dia a dia, será que vocês já pensaram nisso? Índio só aparece no dia 19 de abril. Será que o índio não tá na aldeia dele? Índio existe, índio vive. Vocês falam ‘índio’. Aqui todo mundo tem nome. Vocês queriam ser chamados de brancos? Como parentes, os índios sofrem pelos outros povos, como os Cinta-Larga. É tudo verdade, acontece ainda. Índio existe, índio vive.

Saber que os *índios* existem já é muita coisa, dado o alto grau de desinformação a respeito das comunidades indígenas entre a população de Ji-Paraná. Ao exporem em público a ameaça da

⁸¹ As falas seguintes foram registradas no Seminário “Território indígena: Direito a ser validado”, realizado em Ji-Paraná, no dia 18 de abril de 2005.

barragem e suas demandas, os Arara e os Gavião criam oportunidades para que a população de Ji-Paraná que os desconhece se aproxime deles, como aconteceu comigo, que os conheci no seminário citado acima. Essa aproximação é fundamental para a construção de uma sociedade pluriétnica.

Para os mais jovens, a luta contra a barragem tem se constituído num espaço privilegiado de formação de novas lideranças indígenas, que desde cedo se deparam com essa ameaça e com a poderosa resistência encampada pelos mais velhos. Além disso, os encontros de mobilização contra a barragem proporcionaram aos Arara e aos Gavião uma oportunidade para conhecer as dificuldades e as estratégias de luta de outras comunidades atingidas ou ameaçadas por barragens, indígenas ou não. No primeiro caso, a luta contra a barragem tem possibilitado aos Arara e aos Gavião o conhecimento da realidade de outros povos indígenas. Eles têm contato com uma dimensão nacional (e mesmo internacional, já que em alguns encontros conhecem indígenas de outros países) da questão indígena. Assim, a luta contra a barragem se configura em um processo de aprendizagem que envolve o contato com outras populações indígenas e comunidades ameaçadas e atingidas por barragens, como também com órgãos governamentais e grupos de apoio à causa indígena e/ou à causa dos ameaçados e atingidos por barragem. Desse modo, os Arara e os Gavião têm conhecido os mecanismos institucionais que protegem seus direitos e também as estratégias de mobilização de outros grupos.

Por fim, de uma intervenção externa ameaçadora, a barragem, agora se inscreve na tradição dos Arara e os Gavião como um inimigo épico que conseguiram derrotar, ainda que não definitivamente (RAMOS & ALBERT, 2000). A resistência vitoriosa ao projeto da Usina Ji-Paraná é constantemente acionada, rememorada, e alimenta a luta que hoje os Arara e os Gavião travam não apenas em defesa da terra, mas contra outras ameaças também.

Daquilo que se pôde conhecer até agora da luta dos Arara e dos Gavião contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, foi possível identificar estratégias notáveis de resistência a uma tentativa de submetê-los e expropriar seu território. Enquanto a empresa se esforça em minimizar os potenciais prejuízos da construção da barragem e apresentá-la como um projeto de desenvolvimento, os Arara e os Gavião têm evidenciado a dimensão de violência deste “desenvolvimento” e o caracterizam como um projeto de morte. Enquanto os apoiadores do projeto têm mobilizado uma narrativa que encobre reivindicações e vitórias políticas daqueles que opõem às barragens, os Arara e os Gavião mobilizam autonomia e insubaltnidade ao

reivindicarem o controle sobre seu território e ao colocarem em questão as noções de desenvolvimento implicadas na ocupação recente de Rondônia e atualizadas nos projetos da ELETRONORTE para o Rio Machado.

A luta indígena contra a barragem, além de atualizar a resistência destes povos indígenas, conta um pouco da história de Ji-Paraná. Os detalhes que os Arara e os Gavião acrescentam a esta história talvez não se encaixem muito bem nos relatos heróicos dos “pioneiros” e dos “conquistadores” que se multiplicam nas bancas de jornal de Ji-Paraná. Estes relatos se esforçam em esquecer a violência que orientou a ocupação de Rondônia e conduziu a expropriação dos territórios indígenas. Contra o esquecimento, os Arara e os Gavião insistem em contar a sua história, na qual a ameaça da barragem é apenas mais uma a enfrentar.

Os povos do Igarapé Lourdes têm a dimensão exata do significado de sua luta contra os projetos de barragem. O que estava em jogo era sua própria sobrevivência, como avaliou Pedro Arara:

Eu acho que foi uma conquista a gente conseguir impedir essa barragem no Rio Machado, porque se não nós teríamos perdido nossas terras todas. Acho que hoje mesmo nós não estaríamos aqui porque nossas terras teriam sido alagadas pelo rio. A água iria tomar conta das nossas terras. Foi por isso que a gente brigou. A gente está até hoje aí nessa briga, sempre que for preciso a gente está disposto, porque se acontecer mesmo, se eles quiserem construir, a gente vai fazer a mesma coisa que a gente fez uma vez. A gente não quer que construam barragem aqui na nossa terra mais. (Pedro Agamenon Arara, 2007, 183)

Embora os povos do Igarapé Lourdes ainda não se considerem vitoriosos, insisto em minha “ingenuidade” inicial, quando conheci o projeto da Usina Tabajara. Mesmo que esta usina venha se concretizar, o seu rearranjo, livrando as terras dos Arara e dos Gavião, é consequência da luta em que estes povos estão empenhados há mais de vinte anos. À “paisagem de morte” que caracteriza a expansão capitalista nas terras rondonienses, os Arara e os Gavião propõem – e têm sido bem sucedidos em sua empreitada – “mais vida”.

Uma agenda de pesquisa

A pesquisa aqui apresentada não esgota, nem pretendeu esgotar, os temas relativos à luta indígena contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado. Como agenda de pesquisas futuras, deixo algumas sugestões:

1. A participação das mulheres e da juventude Arara e Gavião na luta anti-barragem.
2. As articulações envolvendo os povos indígenas do Igarapé Lourdes com os demais grupos envolvidos na luta anti-barragem, como agricultores, ribeirinhos, igrejas, partidos, etc.
3. O papel da memória do primeiro momento de resistência anti-barragem na articulação da mobilização atual.
4. As conseqüências da expansão hidrelétrica para as populações indígenas de Rondônia.
5. Explorar, com mais detalhes, o potencial explicativo da dinâmica do “colonialismo interno” e da categoria de “racismo ambiental” para avaliar os conflitos envolvendo a expansão hidrelétrica.

Parte II

Textos indígenas

Ocasião: Debate Público “Viva o Rio Madeira Vivo” e Capacitação Popular Sobre Licenciamento Ambiental - Porto Velho, 3, 4 e 5 de maio de 2006.

Nesta ocasião, os Arara e os Gavião se dirigiram aos representantes do Ministérios de Meio-Ambiente e Minas e Energia e a uma grande platéia composta por movimentos sociais e pesquisadores, em uma atividade relacionada à campanha contra os projetos hidrelétricos do Rio Madeira.

Abertura – 3 de maio de 2006

Os Arara e os Gavião apresentam-se aos participantes das atividades.

*Moisés Seríhv Gavião, em Tupi-Mondé,
traduzido por Josias Govéhj Pòhv Gavião.*

Até o momento, a gente só está ouvindo o que os brancos estão dizendo e ele disse que nós também temos direito de estar reivindicando e protestando o que nós achamos, porque quem está sendo afetado, na verdade, somos nós, os povos indígenas. Apesar do governo ter tomado as terras indígenas, ele ainda quer destruir o que sobrou pra nós. Então nós não aceitamos a construção de hidrelétricas, de barragens em terras indígenas. É por isso que estamos aqui, defendendo o que é nosso, porque na terra em que estão querendo construir essas barragens, lá estão nossos cemitérios, nossas aldeias antigas... Então, isso é sagrado para o povo indígena. E perante a lei nós temos essa segurança. Nós, povos indígenas, temos a cultura viva e queremos preservar. O povo branco teoricamente diz que a biodiversidade é importante para o povo. Teoricamente. Mas praticamente, de fato, a gente até agora não vê nenhuma ação. E nós estamos aqui, defendendo que não queremos que seja construída a barragem em terras indígenas. Que nós também temos voz e temos direito de estar falando aqui, protestando e reivindicando que somos contra esse projeto do governo do estado, do governo federal.



Foto 110: Moisés Seríhv Gavião. Fonte: Renata Nobrega, Brasília, abril de 2007.

Heliton Tinhawambá Gavião

Como estamos discutindo a questão da barragem, eu queria repetir mais uma vez, como o Moisés Gavião colocou a preocupação que ele tem, que nós temos, sobre a questão da barragem. Ele colocou a nossa intenção, que nós não estamos aqui de passeio. Nós estamos aqui defendendo nosso direito e a nossa terra, como vocês que também estão aqui se preocupando com esse mesmo projeto, com a barragem, que vai causar maior poluição onde tem terra de vocês, na beira do rio. Vocês que são ribeirinhos, pescadores e extrativistas. Não é só a gente que vai ser atingido, prejudicado. O Moisés colocou bem claro. Ele colocou também a preocupação muito grande que ele tem com os netos: “Onde é que os meus netos vão morar, caçar, pescar, se a barragem vai atingir a minha terra? Nós nos preocupamos com a futura geração e vocês também”, foi isso que ele colocou pra vocês. Acho que como nós estamos aqui com vocês, companheiros, ribeirinhos, vamos nos aliar, fortalecer nossa união e a nossa luta, para tomar força contra esse projeto da barragem. Não só da barragem, mas qualquer projeto que prejudique a vida da população. Nós não podemos aceitar todo tempo o projeto que o governo elabora sozinho, sem a nossa participação.

Eu queria lembrar que esse mesmo projeto pra construir barragem lá no Rio Machado está sendo apenas reativado. Em 1988 nós barramos esse projeto. Em 1992, nós fizemos uma manifestação grande em Ji-Paraná, nós trancamos a ponte. Com certeza, nós vamos continuar essa luta. No ano passado, assim que soubemos da notícia do mesmo projeto, nós retomamos nossa luta, fizemos articulação, tivemos dois encontros em Ji-Paraná numa universidade, onde tivemos participação dos alunos, alguns professores, parceiros, autoridades municipais e estaduais, e colocamos nossa preocupação. No início desse ano nós começamos a fazer articulação nas aldeias, buscar opinião, repassar informação pra nossa comunidade, ouvir o que cada uma das lideranças, mulheres, crianças, estão pensando, para que nós possamos retomar essa luta contra esse projeto de barragem no Rio Machado.

Nós viemos com essa mesma opinião pra mostrar pro público e dizer pras autoridades que vamos continuar falando a mesma coisa. Não podemos mudar nossa opinião. Então nós estamos aqui pra isso, não estamos pra brincar. Nós estamos aqui pra dizer pro governo que não queremos que seja alagada nossa terra, nossa riqueza e nossos cemitérios, nossos parentes que estão enterrados na beira do rio. Até o fim nós vamos continuar falando a mesma coisa, amanhã vamos repetir isso. Porque, no estado de Rondônia, nós sabemos que a energia que tem aqui já suficiente para o estado de Rondônia. Não tem nenhum canto em que está faltando energia. Por isso vamos continuar dizendo pro governo que não queremos esse projeto. Isso é o que eu queria colocar pro governo, porque tem representante que vai estar perto da gente, ouvindo a gente.



Foto 11: Tinhawambá Gavião.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, agosto de 2007.

*Pajé Clóvis Mogia Arara, em Rama-Rama,
traduzido por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.*



Foto 12: Pajé Clóvis Arara.
Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.

A preocupação do pajé é grande. É uma grande preocupação para nós, os povos indígenas que moramos na Terra Indígena Igarapé Lourdes, que vai ser afetada por esse projeto do governo. Ele colocou que é uma grande preocupação porque não somos só nós que vivemos. Vêm aí as futuras gerações, vêm nossos filhos, nossos netos, bisnetos. Então, pra quê mais energia? Pra quê sumir as aldeias? Pra quê o governo quer mais energia? Foi isso que ele colocou. Na minha visão, como liderança, nós temos uma grande preocupação porque nossa aldeia vai ser atingida, vai ser destruída, temos certeza. Será que o governo, se alagar a terra indígena, vai dar emprego pra nós? Não vai. Ele não vai dar emprego pra gente. Não vai dar de comer aos povos indígenas. E outro, dinheiro, indenização... isso a gente não quer, porque dinheiro não vale. Porque dinheiro a gente pega hoje e depois de amanhã chega em casa e acaba. Por isso que estamos aqui hoje, protestando, reivindicando, porque nós sabemos dos nossos direitos, nós estudamos. O nosso companheiro falou ali que o índio não entende o que é uma barragem. É claro que o índio entende. O índio não é sem pensamento, não. O índio entende, o índio pensa. Se o índio tem uma dívida, é claro que ele vai pagar.

O que eu quero nessa reunião é colocar isso na mente de vocês, que o índio também tem sentimento, que o índio pensa, que o índio não quer perder suas terras tradicionais, porque lá estão

suas riquezas, seus animais. Se a gente perder nossas terras, será que vamos morar em cima do dinheiro que o governo vai dar pra nós? Negativo, nós não vamos morar em cima do dinheiro. Então, é como o Heliton, companheiro de luta, já falou antes: a gente sempre vai tá repetindo a mesma palavra. A gente não vai esquecer. A gente não vai retirar nossa palavra. A gente quer união, quer parceria. Se não brigamos, se ficamos parados, o que vamos ganhar? Nada.

Zacarias Kapiaar Gavião.



Foto 13: Zacarias Gavião. Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, junho de 2007.

Quero falar da primeira manifestação que o povo Gavião e Zoró fez com relação à barragem no Rio Machado. Tem até uma lembrança aqui. Na foto, estamos igual guerreiros, igual antes do contato com o branco, quando vivíamos em conflito entre povos e povos. A estratégia que fizemos foi, depois que foi feita a barragem de Samuel e soubemos que tinha o projeto do Rio Machado, pedimos visita até barragem de Samuel para ver como seria mais ou menos uma barragem, porque nós índios não tínhamos nem noção do que seria uma barragem, como é feita, o impacto que traz. Nesse dia, setenta índios foram ver a barragem de Samuel. E depois dessa visita ficamos contra a barragem do Rio Machado. O que quero dizer com isso? Que a nossa união, nós, juntos, o coletivo vai fazer com que a gente vença esse desafio. Fico muito feliz, muito contente, que outras pessoas, até de outros países, estão do nosso lado, autoridades... É muito gratificante para gente saber que podemos contar com vocês, porque são poucas pessoas que não são índias que podemos contar com o apoio, a força, a solidariedade de vocês. É muito importante estar aqui debatendo nossos problemas. A gente fica feliz por estar aqui, nós, povos indígenas, com os ribeirinhos, que são um povo só.

Aqui não tem rio, nem planta, nem peixe. É um povo só lutando com um objetivo só.

Eu tenho medo de estudar, de me formar igual ao povo lá de cima e vou explicar pra vocês o porquê. Até onde eu estudei, o meu conhecimento científico não foi além daquelas pessoas que tem gravata e sentam nos seus gabinetes pra planejar os projetos. Muitas vezes, os brancos falam que o índio atrapalha o desenvolvimento do país, que o índio só quer terra, tem muita terra e não faz nada, mas esse camarada, que tem a mentalidade completamente fora do ser humano, não sabe que aquela região que nós indígenas estamos protegendo está servindo não só para nós, mas o mundo precisa dessa florestas, o nosso planeta precisa da água. Eu já disse uma vez no Congresso Nacional: se os parlamentares estão defendendo grandes projetos que vão atingir não só terra indígena, mas o planeta, qual ar o filho dele vai respirar? Porque o grande interesse econômico só está do lado dos próprios parlamentares. Eles não estão pensando no que vai causar o projeto de uma barragem Eles não querem saber. O pensamento do governo só é financeiramente, só pensa no mundo deles. Não quer saber se vai morrer índio, se vai morrer ribeirinho, se vai morrer peixe. Será que eles estudam meio-ambiente, estudam nosso planeta pra serem mais burros do que são? Porque a gente defende a nossa terra, a gente sabe o valor da terra. Não sei o que vocês pensam, mas eu acredito que o desenvolvimento do país é diferente, tem que decidir junto com a população. O desenvolvimento do país não acontece destruindo a floresta, destruindo a água. Destruindo a água, acaba a vida. Destruindo a floresta, acaba a vida. Essa nossa camada da atmosfera não é só o Brasil que depende. Os Estados Unidos, o americano, o *Busho* não quer nem saber. O índio luta não só pelo seu direito. É pelo planeta. Tanto o ribeirinho como nós, temos esse pensamento.

Com a barragem do governo no Machado, muita gente vai ser prejudicada. O rio Igarapé Lourdes vai para o Rio Machado. Nós temos história na beira do Rio Machado, na beira do Igarapé Lourdes. Nós temos cemitérios, nós temos sítios arqueológicos que nem foram estudados ainda.

Aqueles sítios arqueológicos são lugares sagrados para nós. É um grande desrespeito afogar aquilo lá. Tem valor histórico para o povo Gavião. Pro governo perceber que não está prejudicando só os povos indígenas, que de várias maneiras os povos indígenas foram massacrados, foram encurralados de várias maneiras. O governo agora quer matar o índio afogado, debaixo d'água. É uma coisa que não vamos aceitar. Vamos contar com o apoio de vocês ao nosso lado, pra poder batalhar em defesa da vida. Eu estava na comissão de direitos humanos lá no Senado Federal e tinha senadores falando maravilhas pra nós, "que nós queremos ajudar os índios", mas temos certeza que fomos apunhalados pelas costas. Aqui tenho certeza que vocês vão ajudar a gente.

O conhecimento que tenho, eu não tive estudo. Uma vez eu fiz uma comparação lá com um estudioso, um doutor, que estuda o planeta Terra. Se eu pegar um índio e pegar esse doutor e jogar lá os dois dentro do mato, ele vai tremendo. Eu tenho certeza que o branco que estudou vai sair na sola da bota e o outro vai sair tranquilo. Ele vai ter o conhecimento só na teoria, mas na prática, o que a natureza, o que a floresta ensinou pro índio, aquilo ninguém tira, tá na veia, tá no coração. Isso passa na veia do índio. Aqui, o conhecimento não está no papel, está na sabedoria, tá no interior da pessoa. Porque pra saber o que é bom, não é preciso estudar. É preciso respeitar o direito de cada um de nós. O que queremos é o apoio. A nossa preocupação é com os projetos, não só com os projetos de barragem, mas aqueles que atingem diretamente as populações. Esses projetos têm apoio dos grandes empresários, grandes latifundiários. Quero falar pra vocês a frase de um grande líder que falou em Brasília: Por que o Brasil, tão rico, rico de cultura, rico de floresta, é um país tão explorador?

Sena Kéréáhv Gavião



Foto 14: Sena Gavião.
Fonte: SEDUC, Ji-Paraná,
abril de 2007.

terra quem habitou primeiro foram os índios, antes de vocês chegarem. Vocês deviam lembrar toda essa história, quem era o dono dessa terra.

Aurélio Gavião.

Eu vou contar um pouco porque que o governo está querendo construir barragem. Pra quê que tá fazendo isso? O índio não quer que faça isso, construir barragem lá no Rio Machado, não. De jeito nenhum. Nós temos que brigar, conversar com eles. Por que tanta barragem? Aqui em Samuel, já construiu. Pra que quer tanta

Por que Gavião e Arara vêm aqui participar dessa reunião? Gavião e Arara não vieram passear aqui em Porto Velho, não. Eles vieram aqui pra participar de reunião pra discutir essa construção de barragem. Povo Gavião e povo Arara não querem fazer barragem na terra indígena. Por isso estamos aqui, para entender a palavra de vocês. Mesma coisa nosso povo indígena Gavião está pensando: não queremos alagar nossa terra indígena Igarapé Lourdes. Por isso nós estamos aqui. Todos os parentes estão preparados aqui pra não fazer barragem na nossa terra indígena. Outra coisa: meus parentes têm pajé aqui também. Eu vou cantar pra vocês agora.

[Canta música].

Nossa música está dizendo assim: quem que é o dono da terra do Brasil? É a população indígena, não é branco. Brancos, vocês sabem muito bem que a gente morava aqui antes de vocês. Essa



Foto 15: Aurélio Gavião. Fonte:
Renata Nobrega, maio de 2006.

energia? Isso que nós viemos discutir aqui com vocês, parentes. Vocês são parentes também. Não tem diferença. Aonde é que nós vamos caçar? Onde vamos quebrar castanha? Como é que vão acabar com nossa área, lá onde nós moramos? Por que que eles querem acabar com nossa área? Nossos parentes morreram muito na beira do rio. Por isso estamos batalhando com governo pra não construir barragem aqui. Nem no Rio Madeira, ninguém não quer construir barragem aqui, não. Isso que nós viemos discutir aqui.

Debate Público “Viva o Rio Madeira Vivo” - 4 de maio de 2006.

Os Arara e os Gavião se manifestam depois das apresentações dos especialistas.

Zacarias Kapiaar Gavião

Eu gostaria de fazer um breve comentário aqui. As pessoas que são parceiras, que estão participando do evento, que estão contribuindo aqui, saíam dessa mesa. Acho que deviam ter mais paciência, porque todos nós temos o que falar aqui. Eu acho nós viemos mais pra falar do que pra ouvir porque afinal de contas quem vai ser mais prejudicado com esses projetos somos nós, por isso eu peço mais paciência de vocês. Nós já ouvimos e agora vocês vão ouvir também, porque afinal de contas, a gente veio de longe pra falar a realidade que a gente vive na pele. Nós estamos aqui por uma justa causa, pela luta, pela batalha. É um desafio o que estamos enfrentando. Como disse o companheiro, uma vara só é fácil de quebrar, mas duvido quebrar um feixe de vara. A união é a força que vai prevalecer. Toda essa discussão que foi feita aqui, foi muito válida, muito importante. Infelizmente, o português pro povo indígena muito poucos de nós entendemos. Eu falo pouco português, não falo o português correto. Muitos parentes aqui, indígenas, às vezes não interpretamos corretamente as leituras feitas. Muitas dúvidas vão surgindo, muitas palavras científicas difíceis de entender. Eu gostaria de falar um pouco na língua, que a maioria dos que estão aqui entendem.

Se falou muito de vários projetos e de outras coisas importantes. O que viemos falar aqui é uma coisa seríssima sobre o projeto do governo de construir uma barragem que vai prejudicar as populações indígenas, e não só as populações indígenas, como os demais parentes. Todo projeto que o governo faz, na maior parte das vezes, é pra prejudicar os trabalhadores rurais e os povos indígenas. Todo projeto que vem prejudicar as populações rurais, os povos indígenas, a classe média, não vamos ficar de braços cruzados não. Na região nossa, em Ji-Paraná, o projeto da hidrelétrica é uma barragem. Agora eu não entendi muito bem se faz diferença uma barragem e uma hidrelétrica. Eu sei que uma barragem é feita numa parte do rio pra gerar energia, pra encher, pra alagar, o que vai acontecer em nossa região, lá em Ji-Paraná. O povo Gavião é uma das pessoas que vão ser atingidas pela barragem. Na nossa região, na nossa terra, onde habitamos, temos muita história. Ali na margem do rio onde vai ser atingido, nós temos história. O povo Gavião tem sentimento ali dentro. São nossas terras tradicionais, tem sítios arqueológicos ali, temos nosso sentimento. Aquilo ali não pode ser destruído, não pode ser desrespeitado, não pode ser alagado. Não é por esse projeto que nós vamos deixar nossa história de muito tempo. Vocês falam 500 anos. Pra nós é mais que 500 anos. Nós vivemos nessa região pra sempre. Não é essa barragem que vai destruir, que vai alagar a história que é nossa há muito tempo.

Pra isso estamos lutando, pra que isso seja respeitado, que o governo possa analisar quantas pessoas estão sendo prejudicadas. Porque a reserva onde fica a floresta, a água potável, o rio, a água de beber, a maioria fica na terra indígena. Muitas vezes, os brancos, os não indígenas, as autoridades em geral, falam que o indígena está atrapalhando o desenvolvimento do país, dentro do Congresso Nacional. Que o índio atrapalha o progresso e o desenvolvimento do país. Que progresso que é esse? Quem decide esse progresso? O progresso que nós queremos é o respeito ao nosso povo, e não matando, destruindo, porque assim é falta de respeito. Nós é que estamos na beira do rio. Eles estão lá em Brasília, não sabem as conseqüências, não sabem quem vai sofrer, não são só os povos

indígenas, mas os próprios filhos desses parlamentares também, que precisam dessa floresta pra poder viver, que dependem da floresta, que é a terra mãe. Então, só pra repetir mais uma vez, o branco, o índio, o preto, o azul, o roxo, todos precisamos da floresta. Porque o Brasil é ela que sustenta. O ar que respira os Estados Unidos. O Brasil é que concentra a maior parte da floresta amazônica e a água potável. Eu acho que é uma aula de geografia pra quem já estudou mil anos mais que eu e não entende que isso é destruir a vida e acabar com a dignidade de quem trabalha, de quem precisa da floresta pra construir a vida com dignidade. Eu quero agradecer todos que estiveram dispostos a estar aqui ouvindo, participando dessa força, dessa corrente de energia positiva, porque ainda acreditamos num Brasil democrático, acreditamos ainda na justiça brasileira. Com a união e a força nós vamos conseguir pelo menos mostrar o tanto que nós vamos sofrer, pra dizer que nós também temos voz pra dizer não pra esses projetos que vêm prejudicar as populações que precisam desta terra para viver. Eu queria falar um pouco mais, infelizmente não tenho essa facilidade de falar um português claro. Muitas vezes tem gente que fala, fala bonito e não fala nada.

[Fala em Tupi-Mondé]

Heliton Tinhawambá Gavião

[Começa falando em Tupi-Mondé].

Bom, como o companheiro Zacarias colocou bem claro, a gente está aqui ainda. Não sei onde estão as pessoas que a gente agüentou até agora ouvir, acho que saíram pra não ouvir a gente, mas é sempre assim. Nunca é ouvido o índio quando ele quer colocar a sua preocupação sobre os projetos do governo. Quando a gente veio participar dessa reunião, nós agüentamos, ouvimos, só que ao mesmo tempo, às vezes a gente não entende, como o Zacarias colocou. Nós não entendemos tudo que vocês falam. Vocês falam muito, muito, mas às vezes a gente não entende. Ouvimos até agora o que vocês falaram sobre o projeto, sobre o licenciamento ambiental e tudo mais que foi colocado aí pra gente ouvir. Mas a gente tem uma preocupação muito grande sobre esses projetos do governo. Uma coisa que fiquei tão preocupado foi com o advogado que tava aqui naquela hora e já foi embora [referência ao advogado da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia, que lançou, nesta ocasião, a publicação “Caderno da Violência no Campo em 2005”, da CPT]. Ele colocou muito claro o noticiário do estado e do Brasil. A gente vê que hoje a lei pode garantir o direito ao cidadão que precisa da terra, um pedacinho da terra pra tirar o sustento pros seus filhos. Mas isso não tá valendo nada. Hoje o que vale é o dinheiro. O dinheiro que tem o grande fazendeiro, com grande propriedade. Pra essas pessoas a lei vale. A lei vale pra garantir o direito daquele cidadão que tem mais dinheiro do que a gente pobre. Isso deixa a gente preocupado.

Sobre a barragem, nós estamos aqui, de novo, os povos indígenas Gavião e Arara, pra dizer pro governo escutar a gente aqui. Mas não tem um representante do governo que pode ouvir a gente. A gente vai tentar colocar a nossa preocupação. Nós não aceitamos qualquer projeto que pode prejudicar nossa vida, a nossa população e a nossa terra. Sempre nós vamos dizer que não. Nós dissemos que não naquele tempo, impedimos a construção dessa barragem e hoje nós estamos dizendo a mesma coisa. Nós vamos dizer que não, que nós não aceitamos, porque já basta o que foi tirado. Não sei quantos mil, quantos milhões já habitaram a terra onde nossos antepassados viviam. E por que nós vamos abrir mão pro governo destruir o que restou pra gente? Essa é nossa preocupação. E outras coisas que Zacarias colocou também, sobre quando a gente vê as autoridades desse país falando sobre o desenvolvimento do país. Esses projetos que podem prejudicar a vida dos cidadãos onde vivem, isso não significa desenvolvimento do país.

Uma vez eu coloquei numa escola onde a gente teve um encontro sobre barragem que a gente fica tão envergonhado nesse país rico que a gente vive, quando a gente anda pela cidade, numa cidade que, enquanto o governo fala que esses projetos podem beneficiar todos cidadãos brasileiros, muitos ficam mendigando por aí, andando na rua, não têm casa pra dormir. Por isso eu quero colocar pra vocês, parentes, que se a gente abre mão e aceita qualquer projeto, com certeza,

milhares de pessoas virão morar na rua, ficar mendigando aí. Até em Brasília eu vi isso, maior concentração de representantes do país, nesses dias eu estive lá. Quase na porta do Lula tinha um cidadão dormindo no chão, uma vergonha! Por isso que eu digo pra vocês: nós não podemos aceitar qualquer proposta, qualquer projeto do governo porque com certeza se a gente aceitar, aquele que vive na beira do rio vai perder suas terras, de onde tira tudo. Por isso, companheiros, nós temos que enxergar, não podemos aceitar qualquer mixaria.

Capacitação popular em licenciamento ambiental - 5 de maio de 2006

Os Arara e os Gavião sobem ao palco, depois de ouvirem os representantes dos Ministérios de Meio-Ambiente e de Minas e Energia.

Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião

[Começa falando em Rama-Rama.]



Foto 16: Sebastião Arara.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, agosto de 2007.

A nossa preocupação é que somos enxergados como crianças. Nós não somos considerados. Nós, povos indígenas, também somos gente. Nós fomos excluídos na hora da falação. Então as autoridades, advogados, deputado, quem tiver aqui, eu coloco a minha posição pra dizer que o índio também sente. O índio sente na pele, é doído quando o índio é excluído. Então a gente espera que hoje a gente tenha mais participação, que a gente fale mais. Podia a gente estar ouvindo sempre. Em todas as reuniões ficamos ouvindo. Então hoje, como uma liderança do meu povo, eu espero que as lideranças indígenas participem mais, reflitam mais sobre os problemas... Isso é difícil pra gente. Não adianta a gente tá ouvindo só as autoridades. A gente quer ouvir as opiniões de cada um. Como a gente ouviu os companheiros peruanos, bolivianos... Queremos dizer que temos uma cultura riquíssima. Isso é importante pra gente. Isso é um sinal de que nós existimos, os índios. Os ribeirinhos também existem. Não são só as autoridades que existem. Nós também sabemos falar. Nós também reivindicamos, nós também conhecemos nossos direitos.

Heliton Tinhawambá Gavião

[Começa falando Tupi-Mondé.]

Eu queria pedir pra vocês acordarem esses parentes que tão aí dormindo, vamos levar eles lá pra fora porque a gente não veio aqui só pra ouvir. Eu vou chamar vocês de parentes porque vocês são as pessoas que são prejudicadas pelos projetos do governo também.

Moisés Seríhv Gavião, em Tupi-Mondé,

traduzido por Heliton Tinhawambá Gavião.

Como o Moisés colocou pra vocês aqui, parentes ribeirinhos e outros parentes que vieram de outros países, nós viemos aqui com o objetivo de dizer nossa idéia pras pessoas que são responsáveis por esses projetos de barragem. Nós viemos aqui pra isso. Nós não viemos pra dormir, como eu falei criticando o parente branco que tava dormindo ali. Nós viemos buscar soluções, mostrar nossas reivindicações para que o governo escute a gente antes de elaborar esses projetos, esses estudos de construção da barragem. Como o Moisés colocou muito bem, vocês que são estudiosos, vocês que acompanham esses projetos, que elaboram esses projetos do governo, vocês têm que olhar primeiro para as pessoas que vão ser prejudicadas. Não adianta elaborar projeto que pode prejudicar a vida das populações ribeirinhas, dos povos indígenas, de quem têm suas terras próximas ao rio. Vocês têm que primeiro consultar as pessoas, e não elaborar projeto isoladamente, sem ter a participação das comunidades, das lideranças dos povos indígenas, ribeirinhos,

pescadores. Vocês têm que saber elaborar projeto. Não adianta mostrar projeto com avaliação do estudo, do inventário, como vocês falam, É bonito no papel o que ele colocou [referência ao debate anterior, sobre Avaliação Ambiental Integrada], mas não significa que isso vai trazer futuro pras populações indígenas e ribeirinhas. O que vai causar é que o próprio parente de vocês, que sempre a gente sempre vê na cidade, vão ficar dormindo no chão, mendigando, enquanto o governo fala que esse projeto é desenvolvimento do país. Isso não significa desenvolvimento do país. Isso significa que vai trazer mais pessoas pra rua, que mais gente vai sofrer por causa desse projeto que o governo está querendo, de construir barragem. Essa foi a colocação do Moisés.

*Aurélio Gavião, em Tupi-Mondé,
traduzido por Heliton Tinhawambá Gavião.*

Nós viemos aqui pra dizer pra vocês que nós não somos a favor da energia nem da construção de barragem. Não sei quem que tá dando idéia pra vocês construírem essa barragem, quem são os responsáveis. A construção de barragem não significa importante pra nós. Porque nós não precisamos de energia na aldeia. Antigamente a gente usava outra coisa pra gerar energia. Não, barragem. Nós não queremos que você construa barragem que vai causar inundação, que pode prejudicar nossa vida. Chega! Vocês que estão aqui podem levar essa mensagem, que nós não queremos nem aceitamos essa barragem que vai prejudicar os povos indígenas que moram dentro da área.



**Foto 17: Aurélio, Moisés e Heliton Gavião, no debate em Porto Velho.
Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.**

*Sena Kéréáhv Gavião e Nelson Sàpe Kój Kàvh Gavião,
em Tupi-Mondé, traduzidos por Heliton Tinhawambá Gavião.*

Eu queria falar um pouco também e o que eu queria dizer pros parentes é que a gente não devia vir aqui só pra ficar ouvindo os outros falar, mas pra falar também, reivindicar nossos direitos. Só assim nós vamos conseguir parar essa barragem. Só assim nossos parentes que tem desses projetos nas suas terras vão conseguir parar. Vocês que estão aí com arcos na mão, deviam estar aqui em cima pra falar junto com a gente. Com nossa luta, com certeza vamos conseguir. Só assim as autoridades vão considerar a gente.

O Sena colocou uma coisa muito importante pra mesa, sobre o papel do IBAMA, do governo. Cadê o papel do IBAMA? Cadê a lei que diz sobre o meio ambiente? A proteção do meio ambiente, será que existe? Será que é isso que a lei garante, a construção da barragem? Acho que isso não é

papel do IBAMA. A gente sabe muito bem que a lei fala sobre garantias do meio ambiente, preservação do meio ambiente. Só que ao mesmo tempo, isso é usado de uma forma ilegal, desrespeitado. Ele colocou muito bem assim, que eu, índio, Sena, protejo minha terra, preservo minha floresta. Isso é papel do IBAMA. Por isso eu tô aqui pra exigir que não seja construída essa barragem. Eu quero garantir essa floresta, esse rio, pras minhas futuras gerações, pros meus filhos e os filhos deles. Isso é importante.

O Nelson colocou muito bem, refletindo a história muito triste da invasão do território brasileiro, onde os povos indígenas viviam sem destruir suas florestas. E hoje a gente tá vendo esse projeto que tá sendo uma preocupação muito grande pra população indígena e pros ribeirinhos, que vivem defendendo a floresta e o rio onde eles vivem. Hoje, a mesma história que nós passamos está sendo repetida porque o governo tem projeto que pode prejudicar a vida das populações indígenas, que pode levar a terra embaixo da água, que pode matar a floresta onde a gente vive. Essa é uma preocupação muito grande. Chega!, ele falou. Chega de destruir nossas florestas, a nossa terra. Porque já basta o que foi tirado do que a gente tinha, antes do branco entrar em contato com nós, indígenas. Chega! O que sobrou é pouco pra nós. Nós não podemos aceitar esse projeto de construção de barragem.

Professor Iran Kávsona Gavião

Pensei no que falar sobre a barragem e eu escrevi aqui...

Falar o quê sobre a barragem? Será que todos vamos ser beneficiados com ela? Não. Quem vai ser beneficiado é o grande empresário e nós ficaremos desabrigados, sem onde viver, sem onde tirar o nosso sustento, enquanto poucas pessoas que se beneficiam com o recurso da energia. Para nós, não interessa a construção da barragem. Não precisamos da energia elétrica para sobreviver. A energia não dá vida. O que dá vida é a terra e a floresta. Por isso dizemos não à barragem. Por que desabrigar mais a população enquanto milhares de pessoas não têm nenhum pedaço de terra para sobreviver? Será que nós vamos sobreviver em cima da água, como vivemos na terra? Será que nós vamos plantar em cima da água? Não! Por isso queremos que o governo se esqueça da natureza. Deixe a natureza em paz! Deixe nós, povos indígenas em paz! Já foram destruídos milhares de hectares da nossa terra e ainda estão querendo destruir o que restou para nós.

Cadê a legislação ambiental? Cadê a lei que fala que as comunidades indígenas têm que ser consultadas antes de se desenvolver qualquer projeto nas terras indígenas? Devemos cumprir essas leis ou apagá-las, já que não estão sendo cumpridas. Por que cada vez que elaboram as leis, vocês criam as leis e vocês não cumprem? Cada vez que vocês elaboram essas leis dizendo que é melhoramento, na verdade essas leis vão prejudicar o que devia ser melhorado. Queremos que seja respeitado o artigo da Constituição Federal que diz que todos são iguais perante a lei. Está escrito mas até agora nunca foi cumprido. A lei é sempre bonita mas nunca é cumprida. Nunca atende as populações que precisam. A lei só atende o interesse do empresário, do dono do dinheiro. Se o nosso país é democrático, então o projeto que vai ser desenvolvido em qualquer lugar deve ser discutido com a participação das pessoas que vão sofrer com os danos que o projeto vai trazer.

Zacarias Kapiaar Gavião

Primeiramente eu quero agradecer à mesa, aos parentes Gavião e Arara, aos nossos amigos ribeirinhos que já sofreram com a Usina de Samuel. Eu quero contar uma breve história dos povos indígenas que viviam antes do contato com o homem branco. Nós somos índios, somos diferentes, sim. Mas nós temos a mesma capacidade que o branco tem. Nós, povos indígenas vivíamos relativamente em paz. Quando a gente ouvia falar que existia o branco, uma outra sociedade muito diferente da nossa, a gente ouvia que o homem branco tinha muitas coisas boas pra nos dar e nós ficávamos muito satisfeitos. Muitos índios ficaram pensando: “Nós vamos viver bem agora”. Mas eles estavam muito enganados. Depois do contato com o homem branco, muitas coisas ruins

aconteceram com os povos indígenas, com a exploração de minérios, com a construção da BR. Muitas coisas negativas aconteceram depois do contato. As autoridades do Brasil só gostam de destruir a natureza. O Brasil deveria pensar, usar a natureza de uma forma preservada. Aproveitar a natureza com o que ela oferece pra nós, do jeito que os índios fazem. A natureza oferece pra nós milhões e milhões de recursos que a gente não sabe aproveitar, só quer destruir a natureza. Os indígenas são ricos em biodiversidade e diversidade cultural. Nós, povos indígenas, sempre ficamos ignorados, desprezados. Mas nós somos os verdadeiros donos da terra. E não somos consultados quando querem invadir a nossa casa, a floresta de onde tiramos nossa sobrevivência, como caça e pesca, frutos. É o nosso mercado, é a nossa farmácia, com a medicina tradicional. Outra coisa que a sociedade não-índia não entende muito bem é sobre nossos lugares sagrados. Nós respeitamos, especialmente nossos cemitérios, onde estão enterrados nossos antepassados. Era isso que eu queria falar.

Luíza Xere Yã Arara, em Rama-Rama, traduzida por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.

Vocês acordaram, não-índios? Vocês estão tudo dormindo. Não estão nem prestando atenção no que eles estão falando aqui. Por que vocês querem tanto alagar o rio? Nós, que somos verdadeiros donos deste território, poderíamos querer construir barragem pra alagar nossos rios, e não vocês. Nós que poderíamos pensar em alagar esses rios. Estamos aqui pra reivindicar nosso direito, porque a cada ano que passa nós estamos crescendo, nossa população está crescendo, nossos netos, filhos, bisnetos, nossos parentes nascem e onde nós vamos buscar alimentos, plantar? Será que vocês vão sustentar a gente se vocês alagarem nossos rios? Onde eles poderão morar no futuro? Vocês podiam ver que a nossa população está aumentando. Vocês só pensam em vocês. Nós temos muitos netos, muitos parentes nascendo, crescendo. Nossos parentes estão aumentando. Meus filhos, meus netos, estão fazendo filho. Por que vocês tanto pensam em barragem? Será que vocês não ouvem a gente, não entendem? Vocês estão me vendo falar agora aqui. Nós somos os verdadeiros donos da terra, dos rios. Se alagar o rio, onde nós vamos buscar alimentos? Será que se nós ficarmos sem alimentos vocês vão dar de comer pra gente? Na cidade, vocês oferecem alguma coisa pra gente comer? Vocês nunca vão conseguir construir essa barragem. Não vai ser fácil pra vocês construírem essas barragens aqui porque nós temos lideranças e parceiros fortes pra poder defender nossos direitos e nossas causas.



**Foto 18: Luíza Arara confronta especialistas.
Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.**

A gente que podia dar opinião pra construção da barragem. Como nossos filhos, netos, parentes vão buscar alimentos? Nós nunca vamos abrir mão pra vocês construírem essa barragem. Não vai ser fácil pra vocês conseguirem construir barragem, porque nós vamos lutar até nós conseguirmos parar. Nós estamos aumentando cada vez mais. Esse é um dos meus filhos [aponta Sebastião Kara'yã péw Arara]. Estão vendo aqui, meus parentes? Meus parentes têm muitos filhos. Como nós vamos matar caça? Onde é que vamos plantar roça? Como nós vamos fazer *makaloba*, porque nós temos costume de tomar *makaloba*. Nós acostumamos a tomar *makaloba* faz tempo. Onde nós vamos plantar batata, mandioca? Nossos verdadeiros alimentos são esses. Essa é a nossa preocupação. Isso vocês têm que entender e levar essa mensagem ao governo. O governo será que não tem cabeça? Será que não pensa? Será que vocês não nos vêem como seres humanos, como gente? Vim aqui por causa dos meus netos, pra defender o que nos pertence. Vocês não entendem nossas línguas. Só porque nós falamos uma língua diferente vocês pensam que nós não somos seres humanos. Mostrem pra nós o que realmente vocês querem fazer. Antigamente vocês faziam o que queriam com a gente. Hoje em dia nós lutamos pela nossa causa. Então nós vamos insistir até conquistar essa luta. Vocês não vão derrubar a nossa conquista. Se isso acontecer com a gente, não vamos ter dó de vocês. Se algum de nossos parentes morrer afogado, nós não vamos ter dó dos filhos de vocês, porque antigamente nós matávamos bicho com breu derretido. Assim nós podemos fazer com os parentes de vocês. Nós também vamos acabar com vocês, queimando com fogo. Vocês estão ouvindo, seus brancos?

Alzira Xít Maték Arara, em Rama-Rama, traduzida por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.

Vocês estão acordados, não-índios? Vocês estão nos vendo aqui? Nós não somos diferentes de vocês. Será que vocês não estão vendo nós aqui, lutando pelo nosso direito? Vocês pensam que nós somos poucos. Vocês pensam que nós índios não existimos mais, por isso vocês têm intenção de alagar nosso território. Esse território era todo nosso antigamente. Vocês vieram invadindo tudo que era nosso. Será que vocês não reconhecem que esse território era nosso? Nós estamos muito preocupados porque vocês têm muito olho grande pra invadir nossas terras através da enchente dos rios. Vocês não sabem o quanto a gente sofre pra viver no mato. Vocês também nem se preocupam com os próprios parentes de vocês. Vocês vão ficar muito felizes quando o rio for alagado vendo os parentes de vocês morrerem. Parece que vocês não têm sentimento. Parece que vocês não pensam. É bonito vocês fazerem isso? Será que vocês não sentem um pesadelo, não se preocupam com nada quando se fala em enchente? Nós índios, não, nós temos muita preocupação. Nós não aceitamos que construam a barragem no nosso rio pra destruir nossa área e prejudicar nossas vidas. Se vocês alagarem o rio, não vai ser fácil a gente voltar atrás pra depois secar. Será que algum de vocês tem noção de até onde o rio pode atingir? Será que vocês não têm preocupação com o alagamento que pode prejudicar nossas vidas? Vocês não sabem de nada, não sabem quanto nós podemos sofrer e quantas e quantas pessoas poderão correr risco de vida.

Nunca vocês vão conseguir alcançar o objetivo de vocês com a construção da barragem. Porque nós não vamos deixar. Por isso que eu vim aqui, pra reivindicar o meu direito. Vocês que moram na cidade, vocês não sabem as dificuldades que enfrentamos no mato pra buscar alimento.



Foto 19: Alzira Arara enfrenta representante do governo. Fonte: Renata Nobrega, Porto Velho, maio de 2006.

São as índias trabalham na roça, carregam mandioca nas costas, saem em busca do alimento. Vocês não sabem o pedacinho da terra que nós temos. Vocês podiam se preocupar com a gente também, que temos pouca terra onde podemos nos esconder. Viemos aqui buscar nossos direitos. Vocês não sabem onde nós moramos e vocês não se preocupam com a terra de vocês. Estou reivindicando que nós ainda existimos, porque vocês pensam que os índios estão acabando. Por isso vocês querem alagar os rios. Vocês nunca visitam a gente. Vocês não procuram saber sobre nós. Vocês também não entendem. Será que se o rio alagar a gente vai esquecer que existiam nossos parentes? Vocês não se preocupam nem com os parentes de vocês. Porque não é da natureza que o rio vai ser alagado. Se for da natureza, a gente fica despreocupado. Quando eu trouxe meu filho de barco, o menino era besta e perguntou por que que o rio tava cheio, e eu falei: é porque choveu bastante. Eu fico preocupada porque quando alagar o rio não vai ser pouca água, vai ser muita água. Essa é minha preocupação. Será que vocês não pensam em fazer um plantio de roça pra vocês gerarem renda pra vocês que não seja prejudicial pra gente? Não é simplesmente alagar o rio e esquecer. Nós sabemos que o rio é perigoso. Onde nos vamos morar quando o rio alagar? Será que vocês vão dar outro lugar pra gente? Vocês têm que se preocupar mais com a gente que tem um pedacinho de terra. Vocês não pensam nos parentes. Parece que vocês não têm raciocínio pra pensar. Parecem um bando de bicho. Nós temos que preservar o que é nosso e não querer acabar com tudo. Eu me preocupo com filhos, netos e não vou aceitar a construção da barragem porque não tenho outro lugar pra morar. Temos que pensar no nosso futuro porque ninguém sabe o dia de amanhã, nem o que vamos precisar. Se a gente acabar de uma vez com a terra da gente, não sabemos onde buscar alimento, plantar e abrigar nossos filhos no futuro. Eu sempre converso com meus netos, com meus filhos: Por que o governo tem intenção de construir barragem? Com certeza, nós vamos sofrer bastante. Cada um tem que pensar no caminho certo e não querer acabar com nossa terra.

*Clóvis Mogia Arara, em Rama-Rama,
traduzido por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.*

É a primeira vez que estou aqui, representando meu povo, e antes eu não acreditava que o projeto do governo prejudicava os povos indígenas. É verdade que vocês têm intenção de querer construir barragem? É pra isso que vim aqui. Eu não tinha vontade de vir à toa, só quando soube que tinha esse projeto de construção de barragem que me interessei de vir pessoalmente pra ouvir vocês falarem desse projeto. Antes eu não acreditava quando só ouvia outras pessoas falando. Agora eu estou acreditando sim, porque estou vendo pessoalmente vocês falando, mostrando imagens. É também a primeira vez que eu estou participando e eu ouvi que esse projeto é preocupante e prejudica nossa vida. Onde moramos é uma pequena terra. Onde é que iremos conseguir outra terra? Onde nós podemos morar? Nós não temos outro lugar pra poder morar, pra poder fugir, se defender. Estamos sem saída se vocês fizerem essa construção de barragem. Nós não temos lugar onde pescar, onde buscar caça. Eu antes não gostava de participar do movimento indígena pra defender os direitos da minha comunidade. Antes nós pensávamos que vocês faziam isso pra fazer medo pra nós, não acreditávamos que isso realmente ia acontecer. Agora sim, nós estamos por dentro de tudo que acontece. Eu não sou criança, não estou crescendo agora. Sou velho, tenho filhos, netos. Só o meu tamanho é pequeno. Eu não sou criança, estou envelhecendo.

Por que o governo tem a visão de querer construir uma barragem para prejudicar a vida das populações indígenas que moram nas margens dos rios? Não vim na reunião pra brincar, vim porque tenho o interesse de ver o que acontece realmente, com meus próprios olhos. Pra que essa intenção de querer construir barragem? Pra que vocês querem mais água? Tem tanta água. Pra que brincar com água, que é uma coisa perigosa? Não podemos brincar com água, porque a água pode matar a gente afogado. Temos bastante netos, futuras gerações que estão vindo, estão crescendo. Cada vez mais aumentando. Com a construção da barragem, isso vai prejudicar muito os parentes. Eu que vivo no mato não sei falar português, mas compreendo que as autoridades querem

prejudicar a vida das populações indígenas. Os parentes disseram que eu não sabia falar. Quem me convidou foram as pessoas que tinham interesse de mostrar os problemas que acontecem com a questão indígena. Por minha própria conta não iria ver o que se passa na sociedade não-índia. Eu vivo na aldeia, quase não tenho contato com não-índio. As autoridades facilitam demais porque ninguém sabe em que altura o rio vai alagar. Por onde nós vamos sair? Não tem saída se o rio alagar. Os brancos estão brincando demais com o rio, com esse negócio das barragens.

*Dora Arara, em Rama-Rama,
traduzida por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.*

Os brancos não sabem andar no mato sem nada, sem GPS. O índio sabe andar no mato sem destino e sabe voltar. As mulheres brancas têm medo de qualquer inseto, barata, lagarta. E as índias não, elas têm coragem de andar sozinhas no mato, buscar seu alimento, ajudar seus maridos. O índio não tem medo de nada, pode ser grande ou pequeno. O bicho aparece pra gente, a gente enfrenta. Não temos medo de enfrentar qualquer bicho. O animal na floresta só enfrenta quem tem medo. Quem não tem, ele não enfrenta. O branco tem medo de andar no mato pra não arranhar sua pele. E porque tem costume de ficar só dentro do escritório pra proteger sua pele. O índio tem pele queimada pra poder buscar seus alimentos. Não é fácil o índio trabalhar na roça, na pescaria, caça. O branco não sabe andar no mato, por isso tem intenção de construir barragem. Não sabe o limite até onde a água pode alagar a terra.

*Ronaldo Nakaxaxing Arara, em Rama-Rama,
traduzido por Sebastião Kara'yã péw Arara.*

O pessoal não ajuda a gente a arrumar nossa estrada. Só pensam em construir a barragem em nossa terra. Nisso vocês não vem pra ajudar a gente. Só pensam em construir a barragem pra acabar com nossos povos. O governo não ajuda a gente pelo nosso interesse e não se interessa pelos nossos estudos. Ele só está pensando nele e está querendo acabar com nós, povo Arara. Pras autoridades, não interessa quem vai ser prejudicado, não interessa a vida deles, a palavra deles, o quanto vão ser prejudicados. Essa é uma grande preocupação dos professores.

Heliton Tinhawambá Gavião

Antes de parente branco vir aqui, eu queria finalizar a fala dos povos indígenas. É uma realidade que nós estamos falando aqui, desses órgãos responsáveis por esses projetos, Ministério do Meio-Ambiente, Minas e Energia. Eu quero que vocês levem essa mensagem de cada um, a fala de cada um das lideranças, pras autoridades. Queremos que seja levada essa informação, porque qualquer documento que a gente elabora pras autoridades fica engavetado, não são lidos. Toda vez eu coloco isso pras autoridades. No mês passado estive em Brasília na Comissão de Direitos Humanos e deixei bem claro pra essa comissão que nós não queremos que seja feito isso. É uma preocupação muito grande. O branco é assim, tem o minuto, a hora certa pra falar. Mas nós não queremos assim neste momento. Nós queremos cantar um pouco da luta nossa contra essas barragens.

Ána te pazá pagála matée ka zégéréhj
Kaj ále, bó zà pó abójá? (2x)
Má aka ni zà ena tápi ále nóá. (2x)
Padá méne sorka tè ní zà ále nóá. (2x)

O que é que nós vamos fazer com os brancos
Se eles inundarem a nossa terra, meu amigo?

Eu acho que vou matar um deles.
Eu vou acabar com nosso sossego mesmo.

Canção transcrita em Tupi-Mondé e traduzida para o Português por Iran Kavsona Gavião.

Esse canto é sobre o projeto de barragem, onde colocamos: O que é que nós vamos fazer com representante, com projeto que está sendo elaborado? Nós vamos aceitar ou acabar com o governo? O que vamos fazer com esse projeto? Vamos matar? Matar dá conflito. Vamos lutar ou acabar? Temos que nos organizar melhor e pensar no que fazer pra impedir esse projeto. Agora eu queria falar uma coisa pra quem está na mesa.

[Tinhawambá interpela Ricardo Furtado, da Empresa de Pesquisa Energética, que havia feito uma intervenção antes do debate]:

Tem uma lei que garante, na Constituição Federal, os direitos dos povos indígenas. É o artigo 231, no parágrafo terceiro. Eu queria que você lesse esse documento aqui porque eu não sei se essa lei ainda vale pros povos indígenas do Brasil ou se queimaram, se rasgaram, se alteraram o artigo. Eu acho que só assim os cidadãos que são autoridades podem entender e compreender sobre cada artigo que garante a vida das populações indígenas. Só pregando na testa de vocês. Acho que só assim nós vamos ser respeitados. Você sabe por que você não entende nada sobre o artigo da lei? Porque você não abre a página. Sempre guarda na gaveta. É por isso que não estão cumprindo, estão desrespeitando. A partir de hoje, quero que você respeite as populações indígenas, os ribeirinhos e população extrativista, os pescadores. Queremos ser respeitados e seja ouvida nossa voz antes que você comece a fazer o estudo de qualquer projeto que prejudique a nossa vida. Nunca o governo, quando faz esses projetos, os levantamentos de inventário, vê os direitos das pessoas. Nunca se vê essa preocupação do governo. Nunca o governo chega até as pessoas que serão prejudicadas pra saber se aceitam ou não. Isso fica muito claro quando vocês falam que fazem inventário. É inventário mesmo, vocês estão inventando as coisas.

Alzira Xít Maték Arara, em Rama-Rama, traduzida por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.

Os brancos querem alagar nosso território pensando que a alagação vai atingir poucas terras. Eu digo a vocês: o rio não vai atingir pouca área. Vai atingir totalmente toda nossa área. É isso que eu quero falar hoje pra vocês. Os brancos não sabem que a barragem vai atingir nossas terras e nos prejudicar, por isso pensam que é fácil construir barragem pra fazer alagamento. Nossos filhos estão aumentando, nossos netos. E onde nós poderemos colocá-los para não serem atingidos? Não temos outros lugares para eles poderem se salvar. O branco não sabe de nada. Eles pegam as terras só pra destruir, pra vender. Nós não, nós moramos na terra pra poder protegê-la, pra morar, plantar, caçar. Nós sabemos que o branco tem intenção de construir a barragem pra prejudicar nossas vidas. Eles não têm conhecimento de verdade, de qual o limite vai chegar o alagamento das áreas. Eles acham que nós somos bobos, que nós entendemos nada. Será que nós vamos deixar os brancos fazerem o que querem com a gente, deixar os brancos alagarem nossos rios?

Ocasião: Visita à aldeia Pajgap, 26 de maio de 2007.

Os Arara da aldeia Pajgap realizaram uma reunião sobre a luta anti-barragem, a meu pedido.

Renata: Como vocês sabem, estou fazendo uma pesquisa sobre a luta de vocês contra as barragens do Rio Machado. Queria que vocês me contassem um pouco dessa história, relembressem como foi a luta naquela época...

Carlos Xo'Õn Arara

Primeiro fomos em Samuel. Em Samuel, estava tudo quase pronto. Nós fomos lá e voltamos de novo. Já estavam medindo no meio do rio, a demarcação deles pra fazer barragem. Nós fomos lá parar, mas depois já estavam mexendo de novo.

No Rio Machado tava prontinho já, com as casonas montadas, cheia de gente. Porque nós tomamos a frente, ficamos lá, junto com eles, fechamos lá com um monte deles. Já tava tudo pronto, fazendo as casas com material, brita. Tinha um cercadão por onde nós entramos, chegamos e todo mundo ficou lá. Nós fomos por aqui no rio, de barco, e os outros foram de ônibus. Nossa turma foi de voadeira. Nós fomos com duas voadeiras aqui pelo rio. Não sei quantos foram de ônibus. Chegaram tarde lá também. Nós chegamos primeiro do que eles e ficamos lá, lutamos com eles. Naquele tempo que nós fomos não tinha nem um Gavião na frente pra ir junto com a gente. Eles não iam não. Só nós, mesmo, nossa turma do pessoal daqui, mesmo. Eu, ele. De barco, só os Arara. Era pra gente enfrentar, ir na frente, chegar. Tinha uns brancos lá e nós falamos pra eles que não adiantava. Ficamos lá esperando os outros chegarem no ônibus porque ainda não tinham chegado. Eram cinco horas pra chegar lá. Nós chegamos cedo. E nós ficamos lá esperando por eles. A gente ficava por ali, rodava. Até o pessoal chegar. Eles só não fizeram a barragem porque nós fomos lutar lá com eles. Eles conversaram com a gente, fizeram união lá, conversamos com eles. Nós chegamos lá e pronto. E nós voltamos pelo mesmo canto que viemos, de voadeira, com nosso pessoal, porque nós fomos na frente. Que era mais coragem pra enfrentar com eles lá. Nós fomos lá naquele tempo, lutamos. Aí não fizeram. E agora querem mexer de novo, no mesmo canto lá. Esse negócio de Tabajara, a gente conhece pra lá já. Não fica longe daqui de Ji-Paraná, não. Fica perto do Rio Madeira. Tá pertinho. Por isso quando tem esse negócio de barragem, nós nunca aceitamos. Já brigamos, já lutamos. É o mesmo que nós estamos fazendo hoje. Sempre nós escutamos falar que vai ter barragem, barragem, e a gente não vai deixar fazer barragem na nossa terra. Pra acabar meio mundo, não. Porque Ji-Paraná também não vai ficar, porque o rio é grande. O rio não vai passar pro lado de lá, com a represa. Todo tempo, vai enchendo, vai enchendo, aí vai embora Ji-Paraná todinha. Não vai ficar nada. Aonde eles vão ficar? Porque ali é tudo plano. Lugar plano não vai ficar onde encher de água. Não vai ficar nada. A água vai bater ali no Jarú, Ariquemés. Por ali vai alagar tudo. Quando fui lá na barragem de Samuel, coisa mais feia a gente ver aquilo ali. A gente vê aquele mato morrendo. E a água ficar parada.

Nós passamos o dia inteiro lá, lutando. Foi bom. Nós ficamos lá e eles não podiam dizer nada pra gente o que é que iam fazer com a barragem. Aí falamos que a gente não queria barragem, que a gente não aceitava e eles falaram que não iam fazer mais. Aí nós ficamos lá o dia todinho com eles, conversando. Eles falavam que não iam fazer mais, aí parou. E agora de novo estão mexendo com negócio de barragem. Nós falamos pra eles que nós não vamos aceitar. Hoje eles falam de barragem, mas nós não vamos deixar eles fazerem barragem. Sempre a gente escuta eles falando, mas eles sabem que a gente não vai deixar. Eles dizem que não vai chegar até aqui, que é só pra baixo. Tem cachoeira grande lá pra baixo, por isso que eles tão vendo isso aí, que vão fazer lá.

Pedro Agamenon Arara

Lá no acampamento só tinha os trabalhadores. Eles queriam continuar o trabalho. O cara que era o cabeça não estava. Os peões falavam que eram inocentes:

- Só estava fazendo esse trabalho porque me mandaram.

Eram pau-mandado. E os índios falaram:



Foto 12: Carlos Arara.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, agosto de 2007.

- Não, não pode fazer isso, não. Vocês têm que parar mesmo.
Todo mundo foi armado. Jogamos flecha naqueles pau lá pra cima. Quem tava lá ficou com medo. A altura que a gente jogava as flechas. Disseram:

- Não, vamos ligar aqui pro meu chefe, pra ver no que vai dar.

E nós:

- Pois é, é bom comunicar ele logo que nós viemos aqui pedir pra não construir barragem no rio Machado, que aqui é nosso rio e quem manda no rio somos nós e pronto.

Aí ele foi e também ele não falou mais nada. O que ele foi e falou:

- Foi chefe meu que mandou a gente aqui e se depender de mim vou embora hoje mesmo. Vou arrumar as coisas e vou embora.

De fato que ele foi embora mesmo. Ele não ficou lá. Ficaram só os peões lá pra cuidar do acampamento deles, das coisas deles. Se ele tivesse agido com ignorância a gente tinha atacado ele. A gente ia queimar o acampamento. Mas como eles respeitaram a gente, receberam a gente, explicaram pra nós com calma, tudo bem. Mas se ele tivesse vindo com ignorância, a gente já tava indo mesmo pra isso. Se ele ficasse brabo com a gente, a gente ia reagir com eles. Só que eles respeitaram, falaram com a gente tranquilos. Ele [chefe do acampamento] falou que ia mexer, que ele tava lá mandado. E eu disse pra ele:

- Avise mesmo seu patrão que aqui não vai ter barragem. Se insistir nós viemos aqui de novo. Não vão teimar, não, que da próxima vez é pra levar vocês feito porco amarrado lá pra aldeia pra trabalhar pra nós.

Nós falamos assim pra eles. Sei que com medo eles não ficaram, não, mas eles tinham que saber o que a gente tava falando. A gente fala uma coisa e o pessoal não obedece. Era pior pra eles. E quando nós viemos de lá, fizemos movimento grande, no Gerivaldão [Ginásio esportivo localizado no centro de Ji-Paraná, próximo à BR-364]. Foi quando saiu passeata ali do Gerivaldão e nós fechamos a ponte. A ponte ficou fechada uma base de duas horas. Foi lá pelas três horas da tarde que nós liberamos a ponte. Mas vimos que valeu a pena, quem ia fazer isso? Por isso que eu digo: olha que o índio tem que fazer movimento e não esmorecer. Não tinha branco nenhum se não fosse o pessoal do CIMI. Nem FUNAI, não tinha. Com muita luta a gente impediu essa barragem.

A gente tá na luta junto com vocês. Qualquer coisa, vocês passam informação pra gente, vocês que estão na cidade. Se tiver alguma coisa, é só chamar. Nós vamos fazer a mesma coisa que fizemos da primeira vez. Vamos gritar mesmo. Não vão fazer lá embaixo não. Eles podem fazer onde for que ninguém vai aceitar aqui no rio Machado. Eles podem esquecer mesmo essa barragem do rio Machado, nem falar mais porque nós não vamos aceitar. Não sou só eu que falo isso. Todos os parentes falam que não vão aceitar. Não sou só eu que tô falando. Todos índios falam a mesma coisa. Eles vão falar a mesma coisa, que não aceitam essa barragem. Já falamos uma vez e vamos continuar teimando. Começou assim e vai continuar do mesmo jeito. A gente vai lá e não vamos deixar.

Renata: Vocês saíram daqui do Pajgap?

Pedro Agamenon Arara:

Não. Lá no Itá'rap morava todo mundo junto, quando aconteceu essa barragem. Depois que aconteceu essa barragem é que nós viemos pra cá. Ia ser construída acima da boca do Machadinho, onde hoje é o IBAMA [Reserva Biológica do Jarú], a divisa nossa com o IBAMA. Não fica longe, não. Eles já estavam com tudo pronto. Estavam preparando o local pra onde eles iam mudar o rio. Porque eles não fazem a barragem com o rio. Eles mudam o rio pra outro canto onde eles querem. Não ficam com ele, trabalhando com o rio, na água, não. Eles fazem uma vala lá por trás daquela serra, eles tiram o rio pra lá. Não faz aqui. Isso aqui, onde o rio mesmo corre, fica tudo seco. Não tem mais água onde eles constroem barragem. Fica tudo seco. A água vai pra lá, eles dão um jeito de jogar água pra lá. Construção de barragem é desse jeito.

Carlos Xo'Õn Arara

Em Samuel, nós olhamos pra eles. A gente ia mostrando flecha pra eles. E eles lá, olhando pra gente. Ficavam bem pequenininhos, a gente via eles. Eles até ficaram com medo. Pra pular lá, não tinha como escapar de lá de cima. Nós fomos lá dentro também. Os caras estavam lá, trabalhando com aquele negócio do motorzinho cortando as coisas pra colocar turbina lá dentro. Era um cheiro forte, igual veneno mesmo e aí eles não deixaram a gente entrar lá dentro, na frente e nós voltamos pra trás. Depois nós voltamos e fomos embora. Entramos lá e conversamos. Depois que nós entramos, ficamos conversando com eles pra saber como que faz aquilo. E a gente foi pra parar aquela lá também, mas depois aquela não parou e foi a barragem de Samuel, porque já estava pronta. Não tinha jeito, não tinha como arrebentar ela. Aí nós fomos lá e conversamos com os grandes. Tinha acampamento até perto da mata. Nós fomos lá, conversamos com eles pra não fazerem barragem. Quando voltamos pra Ji-Paraná, na volta, nós fomos lá no Machado, pra ver os outros aqui embaixo. Tinha outra turma lá. Ia ver a barragem. Eles filmaram. Eu fui numa reunião de outra barragem. Disseram que estava matando muito os peixes, os peixes estavam morrendo. Os bichos também. Estava tudo muito feio, morrendo também. Eu vi isso quando fui na reunião. Isso aconteceu na barragem de Samuel também. Os bichos estavam morrendo. Eles pegavam macaco e diziam que iam mudar o macaco pra outro canto, gato, onça. Tudo isso aí nós já vimos quando eles passaram o filme. Por isso não é bom negócio de barragem, fazer barragem aqui. Por isso a gente não deixa fazer barragem aqui nem nunca aceitamos fazer barragem aqui. Isso tudo que a gente tá vendo não vai ficar pra depois quando eles tirarem a gente com negócio de barragem.

Renata: Alguma mulher Arara visitou a Usina Samuel?

Carlos Xo'Õn Arara:

Nunca nenhuma mulher nossa foi. Só os homens foram ver esse negócio de barragem, pra enfrentar esse negócio. Não me lembro se os Gavião levaram mulher. Por isso elas não sabem como é barragem. Nunca viram uma. Não conhecem. Eu já vi como é que é barragem. É igual estourar bomba. Isso eu vi. Coisa mais feia. Vai acabar meio mundo. Não vai ficar só um pouquinho pra alagar. Por isso a gente não gosta desse negócio de barragem.

[Pedro Agamenon Arara intervém e pede para as mulheres falarem também.]

**As próximas falas foram feitas em Rama-Rama e traduzidas, posteriormente por Célio Nakyt Arara, Ernane Nakaxiõp Arara, Ronaldo Nakaxaxing Arara, Ruty Arara e Zaquel Yayorõk Arara.*

Suzete Jepa Arara

Nós não queremos que faça barragem na nossa terra. Nós não temos outra terra para morar. Onde nós vamos plantar alimentos para nossos filhos? Onde vamos achar alimentos para nós? Onde nossos filhos vão buscar os alimentos quando alagarem nossa mata? Os brancos ficam só de olho na construção de barragem para alagar nossa terra e também para acabar com a gente. Nós não queremos que alaguem nossa terra. Não é só aqui que vai alagar. Vai alagar nossa mata toda, toda nossa terra. Ninguém tem outro lugar pra gente correr da barragem. Vai alagar toda nossa mata. Pra onde nós vamos levar nossos filhos quando alagar nossa terra? Por isso não queremos a construção de barragem no Rio Machado.

Firmino Arara

Eu já conheci a construção de barragem, por isso que eu não quero construção de barragem. Por isso eu sou contra a construção de barragem. O branco fica só falando de construção de barragem. Falando de barragem, de barragem. Por que o branco só pensa em barragem? Onde que nós vamos morar se eles construírem barragem mesmo? Onde os brancos que moram na beira do rio vão morar também? Os brancos estão querendo matar só nós, os índios. Depois que matar os índios, eles vão querer secar barragem pra ficarem só os brancos, pra eles tomarem a terra dos índios. Os brancos só querem acabar com a gente, por isso ficam só pensando em barragem. Onde nós vamos correr? Sem ter uma serra alta, como é que as pessoas vão se salvar? Onde moramos é tudo baixo, não tem serra. Não tem nenhum lugar que não tem rio. Onde vamos conseguir um lugar que não tem rio? Estamos cercados pelos rios. Onde vamos plantar? Onde vamos pegar peixe, se não tem serra, não vai ter rio, só vai ter árvores e pedras. Não vai ter rio pra pescar, nem pra fazer roça. Onde vamos matar nossa caça? O branco só quer alagar a gente. A gente há muito tempo vem brigando contra construção de barragem e as pessoas que estão fazendo o projeto de barragem não ouvem a gente e não acabam com o projeto de construção de barragem. Os brancos ficam só falando que vão construir barragem e nunca param de falar que vão construir a barragem. Antigamente, nunca a gente ouvia falar de construção de barragem. Agora que eles tão falando direto da construção de barragem. Antes isso não existia. Agora os brancos querem acabar com os índios. Eles falam que não gostam dos índios. Por isso que eles querem acabar com os índios. Acabar com água, com a construção da barragem. Eles quase acabaram com os povos indígenas antigamente e até hoje continuam querendo acabar com o resto dos povos indígenas.

Marina Arara

Por que os brancos querem barragem? Por que eles só ficam falando em barragem? Será que eu tenho meus filhos só pra serem destruídos pela barragem? Sempre meus filhos vão lutar, junto comigo e no meu lugar, quando eu ficar velha. Sempre vão lutar igual a nós, que estamos lutando contra essa barragem, pra que não aconteça. Nós não queremos construção de barragem. O branco só pensa em construir barragem. O branco só quer acabar com a gente. Não podem ficar só pensando em barragem. Tem que pensar em outras coisas. Será que eles querem acabar com a gente pra só eles viverem? Onde nós vamos buscar alimentos? Sobreviver? Será que eles vão dar alimento pra nós? E se a gente estiver dormindo, vão alagar com a gente dormindo. Onde nós vamos comer, quando alagar nossa plantação? Onde vamos morar se alagar nosso lugar? Ninguém não está nem sabendo de nada e de repente, vão alagar nosso lugar?

Suzete Jepa Arara

Será que você tá gravando só pra registrar nossa conversa pra quando a gente morrer, pra ficar registrada nossa conversa? Por isso os brancos ficam só gravando nossa fala. Sempre vamos lutar junto com nosso cacique, que nem outras parentes mulheres. Isso que nós queremos. Nunca os brancos convidam nós, mulheres, pra conhecer a barragem. Só convidam nosso cacique. Só ele luta por nós, sozinho. Nós, mulheres, queremos lutar junto nosso cacique. Nunca convidam as mulheres indígenas Arara pra fazer parte do movimento como outras índias, outras lideranças. Por isso nós queremos ver construção de barragem, pra saber como é a construção de barragem. Como vamos lutar sem conhecer a barragem? Não temos nem uma noção de como é feita a barragem. Eles ficam de olho só no rio pra construir barragem e alagar nossa terra, pra depois ficar com nossa terra. Nossos filhos e nossos netos vão lutar também pelo nosso lugar, pelos direitos deles. Nunca vão deixar de lutar pela sua terra. Por isso nós queremos ensinar nossos filhos a falar e lutar pela nossa terra e pelo nosso povo. Não tem nenhuma outra pessoa que nem nosso cacique pra lutar por nós. Cadê os nossos jovens? Eles não se interessam quando nosso cacique convida pra reunião, ninguém participa da reunião, não têm interesse. Os brancos estão fazendo isso. Os jovens de hoje não sabem

o que os brancos estão fazendo pra prejudicar a gente. Eles pensam que é brincadeira. Eles querem é tomar a terra da gente. Nossos outros parentes que estão por dentro da barragem nunca avisam a gente. Sempre quem fala é nosso cacique. Muitas pessoas da comunidade não sabem a realidade das coisas que acontecem. Às vezes o cacique sai da aldeia pra participar de encontro, pra reunião sobre barragem e muitos parentes que moram na aldeia não acreditam no que o cacique conta. Na aldeia, não tem muita gente participando do repasse da reunião que o cacique traz da cidade pra aldeia. Pensam que é brincadeira. Por isso nós queremos praticar pra falar. Tem muitas mulheres que lutam pelo seu direito e nós aqui não temos nenhuma que luta, que tem uma palavra pra falar em público sobre a barragem. Por isso, nós, mulheres, queremos aprender junto com nossa liderança para falar e discutir sobre a barragem. Muitas outras mulheres, de outros povos, lutam por sua terra. E nós, mulheres Arara, queremos lutar também.

Francisco Arara

Nós não queremos que façam barragem. Se alagarem o nosso mato, onde nós vamos morar? Vamos morar debaixo d'água? É por isso que os brancos querem fazer barragem. Eles só falam barragem, barragem... Onde nós vamos morar? O que nós vamos comer? Nós vamos comer água? Se os brancos alagarem a gente, nós vamos comer água? Se a gente soubesse, a gente ia derrubar o céu e acabar com o mundo. E enterrar todo mundo, branco e índio. A gente pensava que os brancos tinham esquecido de fazer barragem. E eles continuaram falando de construção de barragem. Eles pensam que a gente vai deixar fazer a barragem. Não é só a gente que vai morrer. Nossos filhos todos vão morrer também. É por isso que nós não vamos deixar eles fazerem a barragem. Nós estamos crescendo. Tem muitas famílias. Será que é porque nossos filhos estão aumentando que o branco quer alagar? Nós todos vamos morrer.

Ocasião: Visita à aldeia Itá'rap, 25 de agosto de 2007.

Nesta ocasião, realizei entrevistas com os Arara da aldeia Itá'rap, a respeito da mobilização anti-barragem.

Pajé Antônia Apây Merey Arara e sua neta, Elizanete, em Rama-Rama, traduzidas por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.

A preocupação com a barragem é com as futuras gerações, pra permanecerem na terra. Essa proposta do governo é preocupante. Por isso a maioria dos índios não concorda com a proposta do governo. O governo quer fazer projeto de barragem e depois que os índios saírem, eles vão querer secar de volta o rio e tomar a terra dos índios. Onde que a gente vai morar depois que a gente perder essa terra? Eu não aceito a proposta do governo por causa disso. Eu tenho bastante netos ainda pra criar, pra eles morarem aqui na terra, pra eles permanecerem quando a gente morrer. A gente tá velho. Nós não aceitamos a barragem, nem nunca nós vamos deixar o governo fazer essa barragem. Sempre vamos lutar pelo nosso direito. Deixa a gente morrer por nós mesmos. Nós não queremos morrer afogados. A gente pode morrer de doença, não afogado. Por que que o governo tem olho gordo, tem tanta intenção pra fazer barragem? Será que eles têm raiva da gente? Nós nunca tivemos raiva do homem branco pra eles terem essa intenção de alagar nossas terras. Eles querem tomar nossa terra. O rio passa perto da nossa aldeia e se alagar, fácil, fácil, vai embora toda aldeia, toda terra indígena.

Elizanete Arara, em Rama-Rama, traduzida por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião:

O jacaré vai comer gente quando encher o rio na barragem.

Antônia Arara:

Por que o branco tanto quer fazer a barragem? Qual será o motivo? Eu acho que o branco quer fazer a barragem pra matar todos os índios e criar só o povo dele. Onde que a futura geração vai morar se fizerem a barragem? O branco inventa tanta coisa que a gente fica preocupado, porque não temos jeito de escapar das armações do branco. Antigamente quando nossos pais existiam ainda não existia esse problema de tanta barragem. A gente vivia em paz.

Elizanete Arara:

Fala pra ela que nós estamos aumentando.

Antônia Arara:

Nós estamos aumentando. Temos bastante netos e acredito que daqui pra frente venham mais gerações. Pra que essa intenção de fazer barragem? Nós não vamos deixar de lutar contra isso, porque nós não temos outra terra pra poder morar. Será que nós vamos morrer espalhados por aí no mato? Quando a gente perder essa terra, não vamos mais ter alimento. Onde será que a gente vai buscar alimento? Onde nós podemos morar? Nós não aceitamos essa construção da barragem. Nós não temos pra onde ir.



Foto 13: Pajé Antonia Arara.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, agosto de 2007.

*Pajé Benedito Yōbêw Arara, em Rama-Rama,
traduzido por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.*

Nós não aceitamos a barragem. Onde nossos parentes, nossas futuras gerações vão morar quando fizerem essa barragem? Onde a gente vai se esconder? E os parentes deles mesmos, os parentes dos brancos? Não somos só nós que vamos ser alagados. Nós temos que pensar na nossa futura geração. Pra onde que os brancos vão fugir? Se alagar o rio, eles vão ter que permanecer no mesmo lugar. Eles, já que têm essa intenção, vão ter que permanecer no mesmo lugar. Se alagar o rio, eles vão ter que morar flutuando dentro do rio, se matarem a gente. Essa é nossa preocupação. Se a gente morrer tudo alagado, a gente vai pedir pra nossos pajés matarem os parentes deles também. O espírito da gente vai saber que morremos alagados e não vai esquecer que nós fomos mortos, que não morremos porque a gente quis. Nós também temos deus e se nós formos alagados, temos que pedir ao nosso deus pra fazer medo pra eles também. Não foi o homem branco que criou a humanidade. Foi deus que criou. Só deus pode e sabe como fazer as coisas.



Foto 14: Pajé Benedito e Vitória Arara, sua esposa. Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, agosto de 2007.

Quando adoço, eu me preocupo bastante porque corre essa conversa de construção da barragem e eu fico pensando por mim mesmo que quando eu morrer, vou pedir a deus pra acabar com o homem branco. Não é de hoje que nós moramos aqui. Nós já andamos esse território todo quando meu pai era jovem, comendo peixe, carne, na beira do Rio Machado. Esse território é conhecido por nós. Foram meus pais que viram os primeiros não-índios. Antigamente, eu acompanhava meus pais quando eu era criança ainda. O governo tem intenção de fazer barragem pra primeiro acabar com os índios e depois pra morar em nosso lugar. Eu sempre lembro o que o meu pai fazia, quando teve contato com os brancos, porque os homens brancos de hoje em dia tem essa intenção de alagar o rio. Meu pai andou esse território quase todo quando eu era criança. A gente comia peixe, caça e só porque nós gostamos de não-índios, os não-índios não gostam da gente. Só nós gostamos de não-índios. Meus pais nunca mataram não-índios, como os Suruí. Os outros povos sempre matam os não-índios nas suas aldeias. Nós nunca matamos um deles antigamente. Nós somos como nossos pais, gostamos de não-índios. E os não índios de hoje não gostam da gente. Antigamente era diferente.

*Vitória Naxawem Arara, em Rama-Rama,
traduzida por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.*

Nós não aceitamos a construção da barragem porque nós não temos outro lugar pra morar. Pra onde que nós vamos? Nós temos muitos netos. Se fizer a barragem, com certeza eles vão morrer afogados. Onde é que nós vamos se esconder? Eu tenho muitos netos que estão crescendo. Eles são os futuros donos da terra, se nós morrermos. É isso que nós falamos. Tenho bastante netos que estão crescendo, que vão morar no meu lugar. Nós não queremos que acabem nossos netos com a construção da barragem. Agora nós aumentamos bastante. Eles podiam pensar em construir a barragem antes de ter aumentado a população. Hoje nós temos muito netos, muitos parentes. A gente não tem saída pra se esconder quando construírem essa barragem. Nós não temos outra terra pra morar. Nós não viemos de fora. Nós moramos aqui há muito tempo. Essa terra é nossa. Nosso lugar. Essa terra é nossa, não é terra do branco. Vê o Rio Machado que é perto e tem bastante rios pequenos ao nosso redor. Se construírem a barragem, vai atingir todos os rios e nós vamos ficar tudo ilhados. Nós somos cercados pelos rios.

*Clóvis Mogã Arara, em Rama-Rama,
traduzido por Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião.*

Onde nós vamos morar? Nós não temos outra terra. Nós não temos pra onde fugir. Se nós tivéssemos outra terra, até que nós aceitaríamos. Mas nós sempre vamos lutar contra a barragem. Esse é o nosso lugar sagrado, de antigamente. Essa terra não é do branco. Os brancos podiam gostar da gente. Eles foram praticamente criados junto com a gente⁸². Nossos antigos gostavam muito deles. Os brancos podiam gostar da gente porque nós somos todos humanos. Não somos diferentes. Eles podiam gostar da gente e deixar a gente criar nossos filhos que nem eles. Deixar aumentar a população. Por que o branco só fala em barragem todo o tempo? Essa historia não é de hoje. Todo tempo o branco fala em barragem. Barragem não é coisa boa. Pra que mais água? Tanta água que tem. Onde moramos tem muita água e muitos rios grandes. Isso vai encher tudo.

⁸²Enquanto traduzia, Sebastião Kara'yã péw Arara Gavião explicou a fala de Clóvis Arara: “O mito fala que os brancos foram criados do arco-íris, a humanidade. O mito fala que antigamente existia uma mulher que engravidou do arco-íris. Tinha um arco-íris dentro da barriga e uma vez ela foi no mato juntar jatobá e saiu um arco-íris da vagina dela pra cima. O arco-íris se esticou e ela se assustou com isso. Chegou em casa com medo e contou pro marido, que foi no outro dia com ela e ficou escondido pra ver o que tinha acontecido com ela. Aí quando o arco-íris se esticou, ele foi cortando, cortando. Em vez do arco-íris se estragar, ele criou a humanidade. Esse mito conta que os brancos vieram do arco-íris. As pessoas que receberam artesanato, colar, viraram índios. E que não receberam, viraram brancos. Por isso existe essa diferença. O branco veio do índio. Por isso o branco devia gostar do índio. Nós também somos branco.s De pessoa pra pessoa, cada pessoa que nasce é igual, somos todos iguais.”

Ocasão: Visita à aldeia Ikólóéhj, em 22 de maio de 2007.

Os Gavião da aldeia Ikólóéhj realizaram uma reunião sobre luta anti-barragem, a meu pedido. A reunião se deu toda em Tupi-Mondé e posteriormente, foi traduzida por Heliton Tinhawambá Gavião.

Heliton Tinhawambá Gavião

A Renata quer saber o que é que os índios acham sobre projeto de barragem, se é bom pra eles, se esse projeto alaga as terras indígenas.

Moisés Serívh Gavião

Esse projeto novo é nos Tenharim? Por ali tem os isolados. Lembra dos Babekáwei? Será que ainda tem algum deles? Onde que eles estão, será? Será que estão no meio dos brancos? Eles viviam aqui na região do Tarumã e lá tem umas capoeiras deles ainda. Tem muita capoeira dos Pulsos-Vermelhos. Foi lá que o tal do Américo [seringueiro] pegou eles. Ele pegou os Pulsos-Vermelhos e hoje a gente não sabe pra onde que estão o resto deles. Quem sabe alguns deles que sobraram estão no meio dos brancos?

Rosa Ixiaúhv Gavião

Cada ser humano tem sua idéia. Então cada um tem que falar o que acha sobre esses projetos. Na minha idéia, isso não presta. Cada um tem que dizer o que acha sobre isso, se gostam ou não. Se é bom pra nós, tem que dizer que gosta, que é bonito esse projeto.

Valdemar Amím Gavião

Nossa preocupação se construir essa barragem é onde que vão ficar nossas futuras gerações, se destruírem nossa floresta? Se o governo construir barragem, não vamos ter saída, vai ser difícil nos deslocar pra outra região. E onde tiver pouca floresta, os animais vão fugir pra lá pra se proteger. Pros Arara, que ficam próximos ao rio, vai ser pior pra eles.

Rosa Ixiaúhv Gavião



Foto 15: Rosa Gavião.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná,
maio de 2007.

Vamos dar um exemplo: essas fazendas aí, que a gente não vê nem um macaco mais, porque a floresta foi destruída. Nem aves, nem mutum, nambu, jacu. Vai ser a mesma coisa. Naquele tempo a caça era mais fácil, ficava perto das aldeias. Hoje ficou mais longe. Por esse motivo, queremos dizer não aceitamos construção de barragem perto de nossa terra. Todos já tão pensando pra dizer que não querem. Nenhum pode dizer que queremos. Nenhuma pessoa pode agradecer esse governo ou esses projetos pra construir a barragem. Todo mundo vai dizer que não. Pra nós todos, não tem vantagem nenhuma. Lembro também que na beira do rio tem muitos cemitérios, nossos parentes enterrados. Por isso não podemos deixar construir a barragem. Tudo tem que ser lembrando nesse momento, não só animais. Os cemitérios dos nossos parentes têm que ser lembrado nesse momento.

Valdemar Amím Gavião

Nunca vamos dizer que pode pro governo.

Rosa Ixiaúhv Gavião

Vamos perguntar do governo se ele pode aceitar a construção da barragem na terra dele. Será que ele aceita? Vamos dizer pra ele que ele é pior do que nós, que não deixa nenhuma pessoa pisar na terra deles. Ele não vai permitir.

Moisés Serívh Gavião

A gente tá toda hora vendo no jornal o governo falar que vai construir barragem. Toda hora sai no jornal notícia sobre barragem. Eu estava falando agora pra Renata que o governo fala que ainda vai construir, mas que nós, da nossa parte, nós, indígenas, não podemos aceitar. Nenhuma pessoa pode aceitar qualquer tipo de obra, nenhuma pessoa pode aceitar isso nas suas terras. Não podemos aceitar, não. Ninguém aceita.

Éster Káhv Gavião

Se a gente não deixar construir a barragem, como é que o governo vai fazer? Vai fazer na marra? Com a construção da barragem, nós vamos ter dificuldade na caça. E hoje eu fico pensando assim: que hoje eu passo fome, hoje eu já não encontro mão de macaco pra comer. Já imaginou se acontecer a construção da barragem? Aí que nós vamos passar fome. Os macacos são nosso alimento, nossa caça. Por isso que temos que falar pros brancos.

Rosa Ixiaúhv Gavião

O governo podia vir pra cá.

Japóhv Gavião

Que energia que eles querem? Por que será que eles querem essa energia? Pra que tanta energia?

Moisés Serívh Gavião

Não é só energia que eles querem. É o dinheiro. É mais dinheiro.

Heliton Tinhawambá Gavião

Não é só pra Rondônia. Eles puxam energia pra outro estado e vendem também.

Rosa Ixiaúhv Gavião

E lá, não tem energia não? O missionário Orestes foi embora. Lá no país onde ele mora [Alemanha] tem energia, tem tudo. Ele foi embora e não está dormindo no escuro. Por que eles querem mais energia? Pra vender energia pra mais países?

Éster Káhv Gavião

Mas como eles vivem na cidade grande? Eles têm energia ou vivem no escuro?

Moisés Serívh Gavião

Eles vendem energia não é só pra um estado. A energia gera dinheiro, por isso que eles querem a barragem. Por isso que governo quer construir a barragem. Não é brincadeira, não. Energia gera lucro. Por isso governo tenta construir barragens. Não é difícil entender a idéia dos brancos, do governo.

Heliton Tinhawambá Gavião

Hoje, cada vez mais, os governos do país estão complicando nossa vida. Cada vez esses novos projetos que eles têm estão mais diferentes pra atrapalhar nossa vida.

Rosa Ixiaúhv Gavião

Acho que hoje o governo cada vez mais tem ódio contra os povos indígenas. Tem raiva da gente. Naquele tempo não era tanto assim. O governo antigamente não tinha tanta raiva dos índios. Acho que pelo avanço do estudo, conhecimento, tecnologia, eles estão começando a descobrir tudo que gera lucro. Nós pensamos que um dia deus vai acabar com a gente. Mas quem vai acabar com a gente é próprio ser humano, o governo.

Valdemar Amím Gavião

Nós sabemos que quem domina a idéia, a vida dos governos, é o diabo, por isso que eles estão assim.

Rosa Ixiaúhv Gavião

Nossa preocupação é onde que nós vamos plantar batata, cará. Hoje nós comemos arroz também, feijão. Onde é que nós vamos plantar, se os brancos estão estragando nossas terras? Os brancos estão estragando nossa terra, acabando nossa terra. Onde a gente plantava nossa roça, cará, mandioca, milho, banana, tá tudo estragado. Onde fazendeiro joga capim, não produz bem. A terra enfraquece. O índio não come qualquer coisa, o que não é alimentação dele. Come sua comida. Antigamente eu tinha muitas coisas na roça que a gente comia. Tinha até batata doce. Quando eu era jovem eu tinha batata doce e outros tipos de batata, que é chamada *malixiá* (batata doce que dá em semente). Eu me lembro da nossa terra em que a gente vivia. Era terra boa onde a gente plantava batata. Tenho medo de perder e não ter onde plantar batata. O que restou, o fazendeiro pode derrubar e acabar. A gente podia retomar logo esse pedaço da terra pra garantir. Tenho medo de perder essa terra porque só sobrou esse pedaço. Quero ir pra lá segurar essa terra pros meus filhos, pros meus netos. Quero retomar essa terra pra que meus filhos vivam lá, pra garantir a sobrevivência.

Olinda Àhukúj Gavião

Eu quero também falar um pouco sobre a barragem, dizer que nós, mulheres, não queremos a barragem. Não aceitamos a construção de barragem, porque nos preocupamos com o nosso futuro e o dos nossos filhos. Onde que nosso filho vai morar, tirar seu sustento? Todo mundo podia participar, se manifestar, dizer que nós não queremos construção de barragem. Até porque nos preocupamos com futuras gerações. É só isso que eu queria dizer.

Êster Káhv Gavião

Eu me manifesto contra as barragens. Se por caso acontecer construção da barragem, com certeza isso vai dificultar a sobrevivência do povo Gavião e dos outros parentes. Eu lembro quando tinha a floresta em pé ainda, em todo canto tinha muita caça. Imagina se construir barragem. Aí que vai acabar nossa caça e não vai ter mais caça pra gente. Por isso eu não quero construção de barragem. Com certeza, a enchente vai atrapalhar nossa caça. Hoje já estamos passando fome de caça, a caça tá cada vez mais longe da aldeia. Por isso somos contra a barragem. O índio, antes do branco vir, o índio não vivia num canto



Foto 24: Olinda Gavião. Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, maio de 2007.

só. Vivia na beira de um rio, de outro rio, fazia sua roça. Hoje a gente quer fazer isso ainda. Se fizer barragem, onde vamos plantar nossa roça, plantar nosso milho, nossa mandioca, cará?



Foto 25: Mulheres Gavião na reunião sobre barragem.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, maio de 2007.

Lúcia Korúv Gavião

Sou contra a barragem. Não quero que aconteça a construção de barragem. A gente sabe muito bem que construção de barragem polui rio e alaga as terras indígenas e prejudica a caça. Nós, índios, comemos animais do mato, macaco, porco, veado, mutum, tatu, jacaré... Por esse motivo não aceitamos construção de barragem. Não vivemos como homem da cidade que come animal do supermercado. Por esse motivo defendemos nossa terra, nossa floresta. Como estamos ouvindo notícia de barragem, todos índios podiam se reunir pra aprofundar mais a discussão, porque a terra que vai ser alagada não é só de uma etnia, é de várias etnias. Temos que nos organizar, nos reunir pra debater esse projeto.

Valdemar Amím Gavião

Eu também não aceito proposta do governo pra construir a barragem. Eu queria que todo povo estivesse participando. Podia convocar um encontro pra dizer pro governo que nós não queremos construção da barragem.

Moisés Seríhv Gavião

Eu sempre vou contra o governo. Não é desde agora que eu sou contra o governo. E sempre vou ser contra, porque o governo fala que é o dono da terra e que é o responsável pela terra que eu vivia antes do branco chegar. Eu que sou dono legítimo dessa terra, eu que devia dizer que a terra é minha. Eu já devia ter documento na mão pra dizer que a terra é minha. É por isso que eu sou contra o governo. Ele tem o documento da minha terra na mão dele e quer construir barragem. Por isso eu quero unir minha comunidade pra dizer pro governo que nós somos contra.



Foto 16: Valdemar Gavião.
Fonte: Renata Nobrega,
Ji-Paraná, junho de 2007.

Mário Jorge Arara



Foto 17: Mário Jorge Arara.
Fonte: Renata Nobrega,
Ji-Paraná, junho de 2007.

Eu também quero falar sobre a barragem, que eu não quero barragem, não aceito construção da barragem. Eu não quero que o governo destrua minha terra. Eu me preocupo tanto com o futuro dos meus filhos. Onde que eles vão viver? Por isso eu não quero. Onde nossos filhos vão viver depois que a gente morrer? Onde vão crescer? Por isso que nós falamos pro governo que nós não queremos que ele destrua nossas florestas, nossa terra. Pra onde vamos fugir se alagar nossa terra? Pra onde que nós vamos? Por isso queremos falar pro governo que não aceitamos, que não queremos. E também, o governo não mora aqui, por isso quer fazer isso. Por que será que o governo quer acabar com a gente? Por que será? Por que que não cuida da nossa terra, protege nossa terra pra garantir pras futuras gerações? Nós queremos mobilizar um encontro pra discutir bastante com todas as comunidades. Não podemos discutir só com poucas pessoas. Nós queríamos que todo mundo ouvisse. O mais rápido possível a gente quer convocar uma reunião com toda comunidade.

Igor Tabih Gavião

Eu quero falar um pouco também, que eu não quero, eu não aceito esse projeto de barragem. Acho que todo mundo não aceita. Eu concordo com a fala das índias: de onde vamos tirar nosso sustento, nossos alimentos, se fizerem a barragem? É só isso que quero falar.

Moisés Serívh Gavião

Refletindo a história do nosso passado, ainda quero retomar pedacinho da minha terra, no Madeirinha, no Mato Grosso. Eu já falei que vou abrir essa capoeira pra eu retornar pra lá. Eu fico preocupado porque o fazendeiro tomou minha terra.

Ocasião: Aldeia Ikólóéhj, em 18 de junho de 2007.

Reunião sobre o Ante-Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas.

*Moisés Serívh Gavião, em Tupi-Mondé,
traduzido por Heliton Tinhawambá Gavião.*



Foto 18: Moisés Gavião fala sobre mineração em terras indígenas. Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, junho de 2007.

Um velho que era chefe do posto da FUNAI, ele contava uma história pra nós. Hoje eu me lembro quando o velho cabeça-branca falava pra nós sobre o que está acontecendo hoje. Eu quero contar a história dele pra juventude hoje, o que ele falava pra mim. Ele falava que futuramente a gente ia sofrer. E hoje eu estou vendo essa lei sobre mineração acontecer, igualzinho ele falava pra mim. Tudo que ele falava pra nós, hoje a gente tá vendo. Quando a FUNAI começou a trabalhar, ele disse tudo isso que está acontecendo e falou pro pai do Miguel, finado Fernando, tudo que está acontecendo com a gente hoje. Ele disse que nós íamos passar necessidade, enfrentar um desafio. “Quem sabe futuramente vocês vão comer até a buchada do boi do branco, do fazendeiro”. Tudo isso ele falou pra gente. E hoje, eu estou refletindo essa historia

dele. Lembrando essa história, eu vejo essa lei que a gente está discutindo hoje, sobre a mineração. Eu lembro a história toda, que ele disse que a gente ia sofrer. “E quando acabar com a floresta, a caça, se sobrar algum macaco, tipo guariba [Gavião não come guariba, bugiu], Gavião vai ter que comer. Vocês vão começar a trabalhar com os brancos, roçar terreiro, roçar fazenda. Tudo isso vai acontecer com vocês futuramente.”

Esse é o início do nosso sofrimento, da nossa dificuldade. Tudo isso até hoje está guardado no meu coração, meus parentes. Eu fico sempre refletindo essa história pra esses jovens que estão hoje crescendo. E o jovem hoje não se preocupa com nada, pensa que está tudo normal, tudo tranqüilo. Toda reunião que



Foto 29: Reunião sobre mineração em terra indígena. Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, junho de 2007.

a gente faz, o jovem nem participa. Ele passa pela porta do local da reunião e não se preocupa, não tá nem aí. Acha que tá tudo normal. Mas não é isso que a gente deveria tá pensando. Não é pra tá alegre, satisfeito, não. A gente não deveria tá feliz, porque o branco quando faz um documento, uma lei, não é brincadeira. O que a gente poderia gostar é do documento que os parentes fizeram pra dizer pro governo que ele deveria estar trabalhando dessa lei com os povos indígenas [Estatuto dos Povos Indígenas], mas essa portaria me machucou, não gostei. Esse documento vai trazer a morte pra gente. Eu falo isso porque eu que penso quase todo dia no que vai acontecer com a gente. O que os não-índios vão fazer com a gente daqui um tempo. Eu fico só pensando, sozinho, embaixo do meu barraquinho e fico esperando a hora em que vai acontecer alguma coisa, um mal comigo, um trator do governo, do fazendeiro, jogar meu barraco no chão. E hoje nós estamos contando o que no passado as pessoas falaram o que ia acontecer como a gente, do jeito que está acontecendo hoje. A gente tá repassando o que o branco vai fazer contra a gente um dia. Hoje a gente tá vendo na realidade o que vai acontecer.

E a gente fala sempre pros nossos filhos, pra nossa juventude, pra eles estudarem pra que eles possam no futuro defender nossos direitos, elaborar documentos, encaminhar documentos pro governo. O documento do branco não é brincadeira. Só através do documento eles podem resolver os problemas que querem ser resolvidos, igual a esse de mineração. Se é um projeto do interesse deles, rapidinho é aprovado. Se tem deputados, senadores, que elaboraram esse projeto, se for interesse deles, rapidinho é aprovado, executado. E eles perguntaram alguma coisa pra nós, se nos queríamos, se aprovamos esse projeto? Eles não fizeram isso. Eles fizeram esse novo projeto e jogaram na mão dos índios pros índios aprovarem. Hoje a gente vê que os brancos não são boa pessoa pros índios. Hoje nós vivemos no meio dos brancos e não somos bem tratados. Os brancos nos maltratam e eu queria repassar isso pra vocês, meus filhos, meus netos. Hoje ainda estou acompanhando o movimento, lutando pelos nossos direitos, e um dia eu vou morrer e não vou continuar minha luta. Aí vou pra outro mundo, quando eu morrer. E eu não vou continuar lutando e aí vocês vão sentir minha falta e vão sofrer.

Eu sou um dos filhos dos antigos, dos velhos. O meu pai é um dos antigos e eu sou filho dele. Eu vivia bem com meus pais, lá onde a gente vivia. Eu queria lembrar dessa terra tradicional que eu estou visitando. Lá eu vivia bem com meus pais, a gente caçava e não tinha nem barulho do carro, só mato virgem, sem a gente ouvir barulho da máquina do branco. E hoje eu quero refletir essa história, o barulho da máquina que puxa o motor que puxa a água. Isso não existia naquele tempo. O índio não bebia a água que o motor puxava. Nós bebíamos a água da floresta, mesmo, era água

limpa. E a água era suja quando a onça matava sua caça e deixava dentro d'água e apodrecia. Só assim ficava suja, não é como hoje, que a gente vê a água suja, poluída. Hoje a gente bebe água suja onde até o branco pode jogar o corpo de uma pessoa que ele matou ou o boi que ele joga dentro d'água. Hoje a gente bebe essa água suja. Então, o branco é assim. Eu queria contar essa historia pra vocês. Quando eu conto essa historia pra vocês, parentes, nós não podemos ficar felizes e alegres. Já foi o tempo em que a gente era feliz, não agora. Naquele tempo, era mato virgem, sem destruir. Não agora, isso que a gente tá vivendo no meio do pasto, cheio de fazenda. Só isso que eu queria falar. A minha idéia é essa. Eu queria lembrar que esse pouquinho de dinheiro que vão dar pra gente, esse troco, não vai ajudar vocês, com certeza. Não vai ajudar seu filho a comprar as coisas. Nós não podemos aceitar. Então é uma pena a gente ganhar esses 3%, se acontecer. Não vai ajudar ninguém. Era só isso q eu queria falar. Essa é minha idéia. Não estou gostando dessa proposta.

Ocasão: Entrevista com o cacique-geral Catarino Sebirop Gavião.

FUNAI – Ji-Paraná – 19 de julho de 2007.

Renata: Qual é a importância do Rio Machado pro povo Gavião?



Foto 19: Sebirop Gavião na festa do animal de criação. Fonte: SEDUC, Ji-Paraná, abril de 2007.

Eu me lembro de uma história⁸³ do meu povo, que meu povo guerreava muito. Meu povo subia o Rio Machado e andava muito, procurando o lugar onde a gente nasceu. É pela história que a gente fala que nasceu por aqui, mas ninguém sabe onde. Só sabemos que nascemos da maloca da pedra. Chamamos Maloca da Rocha. Meu povo gostava de viajar o Rio Machado, subindo, procurando aquela pedra. A história fala que meu povo queria achar aquela pedra onde nós nascemos. A gente viajava, descia, pegava muita flecha pra cá. Tinha muita flecha na cabeceira do Rio Machado. Então, Gavião subia de barco pegar a flecha lá em cima, porque que na terra dos Gavião não tem flecha, não tem taquara. A gente subia pra pegar flecha em Cacoal, lá em Pimenta Bueno. Tudo doido pra achar aquela pedra. A gente subia e descia o Rio Machado. Onde a gente acampava, a gente entrava pra dentro do mato pra procurar essa pedra. Mas a gente nunca achou. Tem uma história do guerreiro Perabi que gostava de andar no Rio Machado pra procurar essa pedra, ele achou, mas ninguém sabe onde está. Ele levou noticia pra nós, na aldeia, que ainda existe povo lá. Ele ouviu alguém conversando dentro da pedra. Tem uma música que fala dessa pedra, que é fala assim:

Eu quero achar aquela pedra que nós saímos.
Lá ainda existe meu povo ancestral.
Eu quero pegar um deles
pra ser meu amigo, meu companheiro.

Até hoje nós estamos querendo achar esse lugar. Agora, como, se tem toda a cidade ao redor da nossa terra? Não tem mais como procurar. Nós já cansamos de procurar, nunca achamos. Mas a

⁸³ A mesma história está contada no livro “Couro dos espíritos”, de Betty Mindlin e narradores Gavião (2001).

história está na cabeça. Então eu quero o Rio Machado continuando do jeito que está aí. Pra eu preservar minha cultura, minha história. Eu não quero outra água não. Eu quero a mesma água, eu quero achar a mesma pedra, eu quero desviar da mesma pedra que está no meio do rio. Eu não quero outra água em cima daquela pedra não. Eu não quero que as pedras onde meu povo gostava muito de comer os peixes vão pro fundo. Meu povo gostava de comer carne de gente em cima daquelas pedras. No dia do acampamento, eles matavam os outros, matavam Uru-weu, matavam não sei quem, e comiam em cima daquelas pedras. Eu não quero aquelas pedras pra mim, não. Eu quero que deixe elas fora do rio, da água. Eu sei que elas vão pro fundo, só que eu não sei quando. Dá até tristeza, afundar toda história lá da boca do rio Machado.

Eu me sinto que vou sentir falta do meu seringal, do meu castanhal. Eu sei que a primeira vez que entramos em contato com o homem branco, nós aprendemos a tirar muita borracha. Então nossa borracha está aí, só que ela não pode ir pro fundo. O castanhal que nós temos não pode ir pro fundo. Só que os barreiros, onde o bicho chupa água, água suja, tem uma água, chamada chupador, esse chupador vai pro fundo e os bichos não vão ter mais chupador. Raia, peixe elétrico, tudo isso eu matava lá na boca do rio, nos igarapés, isso vai pro fundo. E nossos cemitérios vão pro fundo também. Não é só o povo Gavião que morava ali. O povo Arara morava ali e nossos cemitérios vão pro fundo também. Morreu muita gente perto do Rio Machado. As pedras vão pro fundo, as cachoeiras que têm história vão pro fundo. Nós temos uma música da cachoeira que fala assim:

Eu ouvi a cachoeira.
Cachoeira bonita.
Cachoeira comprida.

Lá na boca do Igarapé Tarumã, onde fica o IBAMA, tem a cachoeira São Félix, que era terra nossa. A gente também fala muito de *goihanei*. Nessa cachoeira, quem nada é o *goihanei*. Em toda cachoeira, nós consideramos que tem muita gente morando ali. Não existe cachoeira que não tem dono. Tudo tem dono. A música dos *goihanei* fala que se fizer mal ao *goihanei*, aí o *goihanei* vai matar a gente pela água. Como está acontecendo com São Paulo, alagando. Outra cidade foi alagada. Aquilo não é água, aquilo é o *goihanei* quem faz, não é a água. *Goihanei* que manda aquela água pra alagar a cidade. Por isso que a música do *goihanei* fala: “cuidado que eu vou te comer”. Não é comer que ele vai. Ele vai comer com água. É a maneira de *goihanei* falar: ele vai comer com água. “Eu te como”. Mas não é comer com a boca não, é com água. Aí morre gente, aí perde tudo, perde casa, aí alaga, aí a casa cai. É perigoso perder até móveis, essas coisas todas. Igual com hidrelétrica. Depois que nós voltamos da nossa visita a Samuel, aconteceu. Na barragem, aconteceu que o tatu canastra fez um buraco daqui até varar no outro lado... Aí estourou a barragem de Samuel. Eu não sei se tatu faz isso. Mas saiu mesmo. Todo mundo ficou preocupado com o que tinha acontecido. Era o tatu que tinha aberto um buraco pra poder abrir o canal do rio. A barragem estourou depois da nossa visita. Eu dizia que isso podia acontecer aqui, igual aconteceu com o buraco de Samuel. O branco achava que era tatu. Não era tatu, foi o *goihanei* que fez.

Renata: Como foi a “época da madeira”?

Eu não vou dizer por mim. Sempre falo em nome do pajé. Por mim, eu posso desmatar tudo da floresta das terras indígenas, só que o pajé não autoriza. O pajé fala que o *zagapuy* é o homem que mora na árvore, na selva. Não é só na árvore não, é na selva. Ele é o dono da selva, dono da mata.. Existe um *zagapuy* e existe toda a comunidade *zagapuy*. Ele não quer que derrube madeira, castanheira, mogno, cerejeira, madeira boa, porque é a casa deles. É a casa do *zagapuy*, é a comida do *zagapuy*. Então, o *zagapuy* não quer que derrube árvore porque é a comida dele. Ele não tem fogo

pra cozinhar comida, mas no tempo da fruta, ele tem fruta pra ele comer. O *zagapuy* tem a música deles, que fala assim:

Tem muita comida nossa nas árvores
Quando a fruta cai
Cai muita fruta no chão
Eu estou animado com a minha comida
Há, há, há, há.

Quer dizer que o *zagapuy* está rindo de alegria porque tem muitas comidas na floresta. Mas no tempo da madeira, da nossa terra saiu só madeira de primeira: mogno, cerejeira, ipê, madeira de lei. O pajé fala que não gostou da exploração da terra dos Gavião, porque era da terra do *zagapuy*. É a casa deles. Por isso que Alamã⁸⁴, o pajé Alamã, sumiu. O *zagapuy* não gostou que o branco estava derrubando a casa dele. Aí o *zagapuy* levou Alamã pra terra dos *zagapuy*, porque ele gostava muito de pajelança. Ele gostava demais. Ele era pajé, um bom pajé. Quando o *zagapuy* convidou Alamã pra ir pra casa dele, ele foi e nunca mais voltou.

Renata: E a luta contra a barragem, como começou?

A primeira vez que eu fiquei sabendo da barragem, eu não sabia o que estava acontecendo naquele tempo. Era o estudo de barragem. O pessoal estava trabalhando, fazendo levantamento do Rio Machado, de todos os igarapés. Aí eles foram aqui na aldeia, no Igarapé Lourdes e eu perguntei pra ele o que ele tava fazendo. E ele falou que estava fazendo um estudo pra ver até que altura a água ia chegar, que estava acontecendo um estudo do governo pra construir hidrelétrica no Rio Machado. Eu perguntei aonde era e ele falou:

- Lá na boca do Machadinho, por ali assim.

Aí eu não sabia até que altura que a água ia chegar. Eles começaram a sobrevoar de helicóptero e colocavam o marco pequenininho. Eles colocaram até no quintal do Igarapé Lourdes e eu arranquei e joguei fora. Em cima da serra eles fizeram uma clareira e eu tirei o mato e joguei fora. Isso foi perto da serra do Igarapé Lourdes. Tinha duas clareiras perto da serra do Igarapé Lourdes. Da serra do Igarapé Lourdes pra cá pra Ji-Paraná, eles abriram uma clareira e eu tirei o mato e joguei fora. Do lado de lá da margem do Igarapé Perdido, eles fizeram outra clareira, colocaram outro marco de novo, na mesma direção daquela serra pra outra serra. Eles estavam medindo dessa margem aqui pra outra até chegar na JP-14. Eles estavam medindo a direção reta, uma linha reta pra chegar até Ji-Paraná. Aí eu tirei dois marcos deles e joguei fora. Eu coloquei um sinal. Eu coloquei minha flecha lá pra dizer que não é pra pisar, não é pra aterrissar mais ali de helicóptero. Deixei um sinal de índio pra não descer mais de helicóptero lá e não desceram mais. Não desceram que viram a flecha lá.

Aí eu vim falar com a FUNAI, que negou tudo. Eu perguntei o que é que o pessoal estava fazendo e a FUNAI não queria contar pra mim. Todo levantamento da terra indígena, divisa de terra indígena, por exemplo, fazenda, tudo, tudo, a gente sabe que a FUNAI sabe. Mas a FUNAI falava que “não estava sabendo de nada, nunca soube, o pessoal não falou nada.” Eu não acreditei. Eu sei que todo problema que acontece vizinho da terra indígena a FUNAI sabe. Quando vão fazer um estudo



Foto 20: Sebirop Gavião.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, janeiro de 2008.

⁸⁴ A saga do pajé Alamã foi contada por narradores Gavião no livro “Couro dos Espíritos” (MINDLIN, 2001) e por Mauro Leonel (LEONEL, 2001).

de algum problema, um diagnóstico, eles sabem que a FUNAI tem que ficar sabendo. Eles sabem que a FUNAI é dos índios. Mas dessa vez negaram pra mim. Aí o chefe de posto estava junto comigo e ele contou pra mim:

- Eles vão fazer hidrelétrica lá no Rio Machado. Eles estão com medo de falar pra você, porque senão você vai prender ele aqui. Eu já conversei com ele, tudo bem.

Aí, o cara falou pra mim que era um estudo do Rio Machado. Eles colocaram muitos números beirando o Rio Machado. Aí eu perguntei pro chefe do posto:

- Pra que esse número aqui?

- Isso aqui é medida de água, até que altura a água vai, que vai alagar, por isso que colocaram isso aqui.

Tinha um pedaço de madeira que eles enfiavam no chão, cheio de números. E subindo o rio, lá pra Pimenta Bueno era cheio de número pra ver que altura vai. Então Ji-Paraná ia pro fundo. Ia não, ainda vai, está no projeto deles lá.

Quando eu soube direito, eu peguei muita informação e resolvi ir visitar a hidrelétrica Samuel pra pegar conhecimento direito. Eu marquei essa minha visita em Samuel. Setenta guerreiros pra ir visitar a hidrelétrica Samuel. Aí nós aproveitamos pra ir nesse estudo do JP-14, no Rio Machado, visitar o acampamento. Diante disso, essa minha visita com os setenta guerreiros eu inventei de sobrevoar. Veio o antropólogo chamado Olavo [o norueguês Lars Lovold]. A firma contratou ele pra fazer o levantamento das terras indígenas do Igarapé Lourdes até aonde ia ser alagada. Por ele que nós ficamos sabendo que altura nossa terra ia ser alagada. Aí ele falou:

- Olha, vai alagar até aqui.

Era mais ou menos quinze mil hectares de terra que seria alagada. Aí eu fui lá pra visitar Samuel e JP-14 com setenta guerreiros. Quando nós vimos a experiência do Samuel, nós fomos visitar o JP-14. Aí o cara lá do JP, falou:

- Olha, eu não vou mentir pra você. A água vai chegar perto.

Sei que depois de muita briga, a gente parou a barragem. E eu vou continuar de pé na luta contra as barragens. Se o governo quiser construir barragem, ele vai procurar briga. Se ele não quiser procurar briga, então ele não vai construir a barragem. É bom que vão construir outra no Rio Madeira que é suficiente. Mas também é muito dinheiro. O governo quer assim, quer ganhar muito dinheiro vendendo energia, pra ficar na boa e o povo comprando energia dele. Mas tem outra maneira da gente pensar como ganhar dinheiro. Não sou eu que estou falando. É ele que tem que pensar outra maneira de ganhar dinheiro. Acho que o governo não pode pensar isso, já que ele está falando que é terra do índio. Não é do índio, é do governo. Então o governo tem que cuidar mais da terra dele. O governo tem que demarcar mais terras pros índios pros índios cuidarem da terra pra ele. Eu quero mais terra.

Ocasão: Entrevista com o cacique Pedro Agamenon Arara.

Plaza Hotel – Ji-Paraná - 5 de setembro de 2007.

Renata: Você pode contar sua história pra mim?

Eu já tenho um bocado de história contada já, esparramada por aí. Minha história... porque na época, foi meu pai que teve primeiro contato com branco aqui no seringal Santa Maria. Eu naquela época não sei, eu falo na memória, não sabia se eu era índio ou se era branco, não sabia onde é que eu tava. A gente acreditava que a gente era índio porque a mãe da gente acompanhou o tempo todo, junto com a gente. Minha história, então, foi desse tempo. É até ruim a gente contar isso, mas quando a gente veio entender as coisas, isso já passou, mas a gente nunca vai esquecer esse massacre que teve dos Gavião com nosso povo. Então foi uma coisa assim. Foi através disso que o branco pegou nós e levou lá pra Pimenta Bueno. Me criei junto com esse cara. Ele que acabou de me criar, bem dizer, que eu era criança. Era o finado Guacir, que era gerente do finado Barros [dono do seringal].

Naquela época, eu era menino, não sabia por onde eu estava, quem era eu. Acho que era uma coisa muito assim. Depois que a gente viu, comecei a ter contato... Depois disso, primeiro contato que tive, naquela época não chamava FUNAI, era SPI. Foi o próprio povo nosso, parentes meu, alguns irmãos meus que estavam aqui por parte de pai e mandaram que eles procurassem a gente. Através disso é que a gente ficou, foi recordando, foi lembrando. A minha mãe sempre falava isso, ela não cansou de falar pra gente, mas eu, pelo menos como menino pequeno, eu não acreditava mais que existia esse povo. Quando eu estive pela primeira vez aqui no Riozinho, onde a FUNAI, naquele tempo SPI, foi explicando: não, tem povo Gavião, tem povo Arara, parente seu, estão doidos pra que você volte pra lá, pra ter você com eles. Então antes de eu voltar pra lá, eu estive no Roosevelt, passei sete meses no Roosevelt. Depois teve a história de que os índios de lá começaram a matar os funcionários da FUNAI e eu participei, procurei os corpos dos funcionários do Roosevelt. A gente só conseguiu achar um corpo, os outros ninguém achou. Então nessa época minha mãe estava lá, nós sabíamos que minha mãe também eles já tinham matado, e eu fiquei preocupado com aquilo. Depois que FUNAI chegou pra falar comigo e eu disse: “não”... Até por causa de mim, acho que os Cinta-Larga hoje estão aí, porque o que eu fiz por eles naquele tempo... Os Cinta-Larga não falavam português direito, eu que defendi eles. A FUNAI queria soltar bomba, acabar com Cinta-Larga. Isso eu tenho prova, porque eu sei, eu acompanhei, eu tava aqui em Porto Velho, quando aconteceu isso. Aí foi quando eu cheguei pro finado Apoena [Apoena Meirelles] e falei: “Olha, Apoena, eu só dou um prazo de um mês pra você, se minha mãe tiver viva, eles vão aparecer aqui.” A gente esperou, quando foi um mês, eles trouxeram minha mãe. Foi o Roberto Carlos que estava com ela, trouxe minha mãe pro Posto. Aí foi que os parentes começaram a chamar mais, mandar recado, falar pra gente ir embora pro Lourdes. E eu nem sabia onde era... Aí foi que começaram a surgir esses parentes e o chefe de Posto, não era esse, naquela época era outro, foi me convidar pra pelo menos ir passear, porque eu não queria voltar mais praqui, no meio do meu povo. Eu voltei de novo pro Roosevelt, fiquei lá mais um mês, depois voltei pro



Foto 32: Pedro Arara e sua neta, Maristela.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, janeiro de 2008.

Lourdes, depois do Lourdes voltei pro Riozinho, e do Riozinho é que eles me levaram pro Lourdes. Foi no tempo em que o chefe de posto de lá se chamava velho Brígido, ele até morreu de acidente de avião. Foi através dele é que eu fiquei lembrando, recordando.

Foi um tempo em que eu já estava no meio do meu povo, e eles foram contando tudo, os causos pra gente. A gente foi lembrando, porque eu cheguei igual um branco. Não sabia onde é que estava, não sabia o que é que o povo estava fazendo. Não sabia onde estava me enfiando, se estava no meio de povo brabo ou não. Foi quando eu cheguei e fui reconhecendo as coisas de volta. Acho que foi uma vida muito difícil pra eu entender até chegar onde eu estou hoje. Eu sofri muito pra chegar de volta com meu povo e acho que tudo bem, hoje meu povo dá parabéns pra mim por eu ter voltado, porque não é todo mundo, até FUNAI mesmo fala... “Como você saiu criança, do meio do seu povo, e você hoje está aqui dentro da aldeia, não é qualquer índio que faz isso não”. E é verdade mesmo. Comigo, se não fosse minha mãe que estivesse viva aquela época, acho que não estaria mais aqui com meu povo. O nome dela era Maria Arara. Foi através da minha mãe, com muita luta, que eles pediram pra eu voltar. Ela me pediu pra nós irmos embora de novo, morar com nosso povo. Foi através dela que nós estamos aqui até hoje. Ela faleceu ali onde eu estou morando, foi em 95 que ela morreu e ela está enterrada lá naquele lugar que eu estou morando hoje. Eu tenho uma mãe e um neto enterrado ali.

Foi aí que comecei construir família. Naquela época que vim pro Lourdes eu ainda era funcionário da FUNAI, a gente vivia pela FUNAI. Depois disso, eu não sei, naquela época era muita crítica, muita confusão com esses funcionários. Por exemplo, se você era funcionário, tinha um cara que tinha inveja de você, então começava confusão feia, aquela briga feia, então eu sei que eu pedi: “Eu quero minha demissão.” Eu pedi minha demissão depois que eu voltei pro Lourdes. Mas senão, até hoje eu acho que eu era funcionário da FUNAI, igual os outros, como o Catarino, como o finado Fernando. Naquela época, eu trabalhava e ganhava pela FUNAI. Aí foi que começou a minha luta. Comecei a trabalhar junto com meu povo. Sempre quem era o cacique naquela época era o Cícero, sempre eu orientava ele, eu dizia: “O negócio não é assim, nós temos que fazer assim”. Tinha hora que ele ficava aborrecido comigo, ele pensava que eu ia tomar o lugar dele. Mas eu disse: “Não, eu quero ajudar vocês. Eu sei o que que o branco está querendo com a gente.” Então foi por aí que começou e eu estou aí até hoje, vivendo no meio do meu povo. Eu construí minha família. Hoje naquela aldeia minha [Pajgap], mora só minha família mesmo.

Não fiquei arrependido não. Acho que o que eu fiz foi bom parece. Isso vai servir pra muitas pessoas, quando deus me tirar forçado do meio do meu povo. O que eu fiz até agora ninguém ia fazer ou já tinha feito por esse povo. Aquele lugar quem abriu fui eu. Eu derramei suor, passei necessidade naquele lugar onde hoje é o Itá'rap. Mas eu não estou arrependido não, porque hoje eu acho que estou muito melhor, no outro lugar que eu abri pra mim. Mas o que eu fiz eu não fiquei arrependido. Deus sabe o que eu fiz. Não fiz o mal pra ninguém. Mostrei pro meu povo. Tem lugar com muitos caciques que não iam fazer o que eu fiz até hoje. Quero deixar pra eles, pra amanhã, depois, eles lembrarem do que eu fiz naquele tempo. Eu sofri muito. Acho que é uma coisa que vai ficar, uma história minha aí. Sempre vão se lembrar do que eu fiz. Eu botei as coisas todas no lugar. Do jeito que eu pensava eu fiz. Consegui um lugar novo pra eu morar. Acho que hoje estou bem. O que eu queria, o meu sonho era aquele. Então eu consegui as coisas que eu queria hoje. Muito sofrido, sofri muito, mas hoje, pelo que eu passei, acho que hoje não estou tanto sofrendo. Mas estou lutando pelo meu povo pra chegar e deixar todo mundo no seu lugar. Aquele lugar lá eu fiz [Aldeia Itá'rap] mas fiz pra eles mesmos, porque eu sabia que eles iam ficar, que eu ia deixar pra eles. Eu fiz outro lugar pra mim, de bem com todo mundo. Eu não tenho rabo preso, não tenho o que falar com ninguém, com aqueles morador ali, aqueles vizinhos.

Então, onde eu chego eu estou em casa. Se eu sair um dia, eu estou em casa. Pra qualquer canto do Brasil que eu sair eu estou em casa, porque eu tenho muita amizade com o povo branco. Em qualquer canto que eu chegar eu estou em casa. Eu sair da aldeia pra ficar jogado, isso não vai

me acontecer. Se eu não tivesse feito isso, eu podia não estar bem, mas ruim eu também não tava, no meio do povo branco até hoje. É uma coisa que toda vida eu pensei isso. Eu mostrei como é que se faz as coisas e como é que a gente luta. Eles estão no lugar que eu fiz. Eu estou no meu lugar também. Ficou bom pra todo mundo. Nem eles ficaram do jeito que vinham passando, porque na época que eu cheguei tava todo mundo jogado lá. Era no meio dos Gavião ainda, tudo junto. Os Gavião não consideravam... Eles nunca falaram que tinha Arara no Lourdes. Só diziam que tinha Gavião, Gavião, Gavião. Aí depois que eu assumi o cargo como cacique foi que eu briguei mesmo. Eu disse: “Não, não é assim. Nós não somos obrigados. Lá mora duas etnias. Mora Gavião e Arara. Além disso, é terra nossa. Gavião mora na nossa terra. Nós que somos donos daquela terra do Lourdes.” Os Gavião vieram pra cá por causa da invasão dos fazendeiros. Os fazendeiros tomaram as terras onde hoje é a Fazenda Castanhal, aquela terra toda antes era deles, na divisa com os Zoró, onde hoje é a sede, ali pro lado do Madeirinha. Eles perderam as terras todas. Não ficaram com um pedaço de terra, os Gavião. A terra deles está toda lá, na beira do Madeirinha, na fazenda Castanhal, a maior fazenda que tem aí dentro é a fazenda Castanhal. Perderam tudo. Aí foi que eles, pra não serem mortos, foram obrigados a ir pra nossas terras, pra morar com a gente até hoje.

Renata: Como foi o período depois do massacre?



Foto 33: Pedro Arara e seu filho, Ernane. Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, agosto de 2007.

A gente não ficou mesmo realmente no seringal. Foi o cara que levou a gente. Ele já tinha as terras compradas. Começamos com outras coisas: criação, porco, gado, tudo. Eu era menino ainda. Me criei lá com ele, trabalhando. O serviço que a gente agüentava fazer, a gente fazia. Depois a gente cresceu e ele começou a entregar as coisas pra gente tomar conta, cuidar. Quem tomava conta das criações dele era a gente. Ele considerava a gente como filho mesmo. A gente ficou junto com ele o tempo todo, mas como ele morreu e a mulher dele era muito ruim... O nome dela era Teresinha. Ele não, ele era bom. O que era dele era nosso também. Nós que comandávamos as coisas dele, nós que tomávamos conta das coisas dele também. Ele ia pra qualquer cidade, ele deixava a gente cuidando. Do jeito que ele deixava, quando voltava via as coisas funcionando. Nós cuidávamos, dávamos conta. Nós éramos em três irmãos. Aquele que mora no Itá'rap, é irmão por parte de pai. Irmão legítimo mesmo, são só dois. Um morreu em Porto Velho, lá nos Karitiana. Pegou uma doença lá, morreu. Depois que ele faleceu que eu fiquei sabendo, que eles se comunicaram comigo lá no Lourdes pra dizer que tinha morrido um irmão meu. Quando foi pra eu ver o corpo, já tinham enterrado. Não deu tempo de eu chegar lá onde ele estava. Então, nós éramos em três quando estávamos em Pimenta Bueno. Ficamos muito triste por muito tempo, mas não desistimos, não abaixamos a cabeça. Ficamos sempre ficou na luta, trabalhando com aquele branco lá no Riozinho. Naquela época, era ali em Cacoal. Na época que a gente conheceu ali não era cidade. Os Suruí matavam gente ali dentro do Riozinho. Aquilo ali era tudo mata fechada. Só tinha o caminho do seringueiro, quando eles iam pras colocações cortar seringa. Você não via nada. Não via carro. Era só uma linha mesmo. Foi de uns tempos pra cá que começou a abrir a BR. Não tinha carro nenhum, como hoje tem nessa BR. E ali também, em Cacoal, nem se falava cidade. A cidade que tinha era só aqui, em Ji-Paraná e Pimenta. Mas Cacoal mesmo, aquilo tudo era mato. Eu me criei ali, eu conheço. O que a gente via era só os Suruí andando pelado,

vindo atacar a gente ali no Riozinho. No Riozinho tinha só três casas de índio. Hoje virou a cidade de Cacoal.

Nessa época, eu nem sabia se eu era índio, quem era eu. Por muito tempo, a gente foi lembrando que realmente a gente era índio Arara. Minha mãe sempre falava do massacre que teve, que o povo matou a gente quase tudo. Sempre ela falava que tinha parente nosso por aí esparramado, não sabia onde. Porque quando foi o ataque, nem ela sabia também o lugar onde é que eles foram. Nós estávamos no Santa Maria quando aconteceu isso com nossos parentes, lá na maloca. Meu pai mesmo era difícil ele parar na aldeia, porque ele vivia mais era aqui, nesse lugar que chama Santa Maria, o seringal. O finado chefe Barros chamava, ele ia pra lá passear.

Renata: Seu pai cortava borracha?

Não sei, acho que era amizade que eles arrumaram com meu pai que ele vivia mais aí do que lá. Não sei se ele chegou a cortar borracha, eu acho que não. Eu não tenho lembrança dele, eu estou falando porque minha mãe que falava que ele não chegou a cortar borracha. Eu não lembro quase nada. Muitas coisas a gente se lembrou aqui dentro, depois que os outros contavam pra gente como era a vivência nossa aqui, quem era meu parente, quem era povo meu. Tudo isso eles diziam pra mim: “Ah, fulano era teu irmão. Fulano era primo seu, não sei o quê.” E foram contando muita coisa pra eu entender, depois que eu vim pra cá. Tirando isso, se fosse por mim mesmo, não sabia de nada. Eu não vinha pra ficar aí junto com eles. Eu vinha pra passear, só deixar minha mãe e voltar pro meu trabalho de novo, aqui fora na FUNAI. Aí eles não me deixavam voltar, começaram arrumar família pra eu não vir embora de novo. Então eu fiquei. Eu não queria arrumar família, não. Eu queria ir pra onde eu quero. Não ter compromisso com ninguém. Estar num canto, estar no outro, pra mim era melhor do que com família. Todo mundo pediu, todo mundo falou que não queria que eu voltasse mais pra cidade porque se eu voltasse eu não ia voltar pra aldeia mais nunca. E eu dizia: “Volto, sim. Embora que não de vez. Venho aqui, passeio, volto de novo.” Foi aí que começaram arrumar família pra eu vir mais pro meio do povo.

Renata: Você já estava na terra na época da demarcação?

Quando eu cheguei, a terra ainda não era demarcada. Era sem demarcação. Depois que eu cheguei que eles demarcaram a terra do Lourdes. Eu ainda ajudei, lá no Água Azul, onde hoje é uma divisa nossa. Eu vi a demarcação da terra. A luta pela terra nossa foi muita briga. Tinha muito branco. Quando os brancos chegaram perto da aldeia nossa, onde a gente estava, nós fomos obrigados a prender um bocado deles. Prendemos uns sete brancos lá dentro e demos pros Gavião levarem pro Lourdes. Eles ficaram uns vinte dias pra lá. Aí foi que o prefeito, não sei se era o Jotão naquela época, o prefeito foi lá. Os índios ainda deram um cascudo no prefeito, ainda quiseram prender ele. Foi muita briga. Briga grande mesmo. Ali onde está o João Marcolino, ali era cheio de invasão. A gente arriscou muita vida. Aí invasor dizia: “Ah, se vocês matam a gente...” E eu dizia: “Não, ninguém quer matar vocês. Nós não queremos brigar com vocês.” Tinha polícia pelo meio. Acho que se fosse só a gente querendo tirar eles na marra, era capaz deles matarem a gente aqui na Nova Colina. Mas como tinha polícia, até a Federal estava junto. Deu o maior apoio pra nós. Foi assim que a gente conseguiu aquele resto de terra que nós temos hoje. Era cheio de invasão. Já estavam devorando as terras tudo. Se tivesse deixado... Estavam derrubando tudo. Era entrando e derrubando. Era muita gente dentro das nossas terras. E com muita luta conseguimos esse pedaço de terra que nós temos hoje. Foi muita luta, muita briga mesmo pra conseguir o que nós temos hoje.

Renata: E a barragem?

A história da barragem a gente ficou sabendo porque naquela época era o Bassegio que trabalhava aqui, na igreja. Foi através dele que a gente ficou sabendo, porque por outro órgão, do mesmo jeito que a gente hoje não vê falar em FUNAI, a gente não ia ficar sabendo. Fizemos então uma briga muito grande de novo, fechamos a BR, fechamos a ponte. A gente impediu fazer uma barragem no Rio Machado. Não foi fácil também, eles ficaram bravos, jurando matar gente, se nós não liberássemos a ponte eles iriam soltar bomba na gente. Os brancos falavam isso pra gente. Os caras nunca gostam quando a gente tem uma briga muito grande, querendo defender as coisas da gente. Ninguém precisa pedir nada de ninguém, é mais do que certo nós cobrarmos nossos direitos. Porque não é só o branco que precisa das terras. Quando o branco apareceu aqui, os índios já viviam em cima dessas terras. Como a história que fala que Brasil foi descoberto... Quando os brancos vieram aqui, já existia gente nessa terra. Essa briga por causa da barragem foi muito grande também, juntou muita gente.

Eu acho que foi uma conquista a gente conseguir impedir essa barragem no Rio Machado, porque se não nós teríamos perdido nossas terras todas. Acho que hoje mesmo nós não estaríamos aqui porque nossas terras teriam sido alagadas pelo rio. A água iria tomar conta das nossas terras. Foi por isso que a gente brigou. A gente está até hoje aí nessa briga, sempre que for preciso a gente está disposto, porque se acontecer mesmo, se eles quiserem construir, a gente vai fazer a mesma coisa que a gente fez uma vez. A gente não quer que construam barragem aqui na nossa terra mais. Quem vai lucrar com isso não é a gente, são eles que vão ganhar dinheiro com essa energia que eles estão querendo fazer. Só que a gente está sabendo que não vai trazer benefício nenhum pra gente. Vai trazer benefício só pra eles. É por isso que nós não queremos que construam barragem aqui no Rio Machado. Eles podem querer fazer, mas acho que se eles fizerem isso, nós não vamos consentir nunca com a construção de barragem aqui nessa área não. Só se os nossos parentes não quiserem ajudar a gente, Por nós, não vamos deixar acontecer a barragem mais aqui.

Se chegar a acontecer a barragem, ali no nosso rio nós já estamos em débito, porque lá com chuva normal já alaga tudo. Se chegar a acontecer isso nós não vamos ter terra pra morar. Os Arara mesmo não vão ter terra pra morar. Por isso que nós não queremos a barragem aqui. A gente já sabe o que vai causar nas nossas terras. Se chegarem a fazer, nós não vamos mais morar aqui. O que nós vamos ficar fazendo aqui em cima d'água? É por isso que nós não queremos a barragem aqui no Machado. Vai complicar nossa vida. Aqui mesmo, em Ji-Paraná, o que vai acontecer é que essa cidade vai toda pro fundo. Não vai fazer benefício pra ninguém, nem pra nós, nem pra eles, só pros brancos. Vai causar um prejuízo muito grande em Ji-Paraná. Quando tem enchente, a água vem até aqui. E se construírem barragem aqui nesse rio? Essa cidade vai toda pro fundo, porque tem muito rio grande aqui por trás. Vai ficar todo mundo no fundo d'água.

O branco quer construir a barragem pra ganhar dinheiro, pra gerar renda pra ele. O branco tem um olho muito grande. Quanto mais tem, mais ele quer, e o índio não tem isso aí, de querer ficar rico, ganhar dinheiro pra ficar rico. O índio pensa diferente. Ele quer preservar o que ele tem, ele não quer terra pra ficar rico. Acho que o pensamento do branco é esse: ganhar muito dinheiro, pra depois guardar, mesmo porque ele não vai fazer benefício pra ninguém, vai fazer benefício só pra ele. Pra nós mesmos não vai fazer nada, não vai trazer lucro pra nós, por isso que a gente não quer construção de barragem aqui. Eu já cansei de lutar contra a barragem, tanto tempo da minha vida. O que eu já fiz foi muito trabalho, mas enquanto Deus der vida, eu vou estar na luta aí, seja quem for que esteja à frente, a gente não vai de deixar de lutar pelo que a gente tem. Eu já fiquei muito tempo viajando por aí, por causa da luta e nunca ganhei, nunca reclamei. Viajei muito junto com o pessoal da igreja pro Aripuanã, ficando numa vida de morrer, mas quando a gente tem fé em deus acho que não acontece nada com a gente. Sei que a gente lutou muito, a gente sofreu, mas é isso como eu falei, vai ficar na história. Vão saber que a gente lutou, teve essa coragem, teve essa competência e só assim conseguir o que a gente quer porque se não, não conseguiria.

Meu pai está enterrado no Riachuelo. Se chegar a construção, eu vou embora. E me disseram que não só meu pai. Tem um monte de parentes enterrados ali, nessa terra nossa aqui. E se chegarem a fazer construção de barragem, vai todo mundo, vai tudo pro fundo. A gente não precisa mais de construção de barragem no Rio Machado, aquilo que tem aí pra fora já é suficiente. Mas eu acho que não adianta. Tanta barragem pra quê? Pra sobrar prejuízo pra gente? E nem se fosse pra nós ganharmos dinheiro, acho que nós não iríamos aceitar não agora, que a gente já está em débito com os parentes que perderam as terras. Eu já fui obrigado a sair das outras terras pra ir embora pra outro lugar, e se você sai do seu lugar, você não se acostuma em outro lugar mais. Se você está acostumado naquele lugar, você não vai se acostumar mais em outro lugar. É difícil conviver com essa injustiça pra gente. Então acho que é por isso que nós não aceitamos

Renata: Onde era a terra dos Arara?

Aqui em Ji-Paraná era tudo terra nossa. Tudo aqui era nosso. Foi muito sangue derramado aqui onde está essa cidade. Ainda eram os Arara que comandavam. Tudo por aqui tinha maloca. Na beira desse rio onde o povo nosso caçava e pescava aqui, então tudo aqui era nosso. Pra perder o pouquinho que a gente tem, não dá pra aceitar. Uma coisa muito importante que eles poderiam estar investindo é na saúde e educação e em outras coisas que estão faltando e não pensar só em barragem, enquanto tem tanta coisa aí passando necessidade que eles poderiam pensar e não ficar só com negócio de barragem. Nada disso vai trazer benefício pra ninguém, nem pra eles que moram aqui na beira do rio. Eles estão querendo matar o povo de Ji-Paraná tudo. É por isso que a gente vai continuar tentando impedir. A gente já conhece o que acontece com barragem. A gente conheceu gente de fora que já tem experiência com isso. Aí pra fora tem muito rio. Se eles quiserem vão fazer longe daqui, menos no Rio Machado. Isso vai trazer mais doença pro povo, é por isso que nós não aceitamos aquela época e não aceitamos até hoje. Pra eles fazerem isso, vão ter que matar os índios todos, primeiro, pro governo fazer o que ele quer. Mas tirando isso, o direito que eles têm nós temos também. Assim como eles querem viver, nós precisamos viver também. Acho que índio nunca vai acabar. A gente não pensa só na gente hoje. A gente pensa no futuro, na geração que vem vindo e que vai continuar a mesma luta que a gente vem fazendo. Acho que eles não vão parar por aí. A gente não vai deixar o povo da gente assim, na rua sem nada. A gente pensa no futuro também. Nos netos, bisnetos que vão ficar pra trás, que vão continuar a luta no nosso lugar. Isso vai ficar pra eles. Amanhã ou depois eles vão dizer: "Olha, o pessoal nosso lutou, mas conseguiu. Temos isso aqui porque eles batalharam pela gente. Não vamos acalmar daqui pra frente que nós vamos conseguir como eles vinham fazendo". É isso que quero deixar pra eles.

Renata: O que aconteceu com a chegada dos brancos?

O que aconteceu aqui com chegada do branco foi muita coisa complicada pra todo mundo. Ainda é complicada pra nós. Hoje a gente quase depende, pode-se dizer assim, deles. Hoje a gente depende de roupa, a gente depende de dinheiro, depende que pra eu conversar tem que ter dinheiro pra chegar até lá onde estão os grandes. A coisa é complicada hoje pro povo. Naqueles dias, antigamente, não existia preocupação com as coisas como se tem hoje. Cada hora que se passa a gente vê coisas diferentes. Cada dia que se passa, cada hora que se passa, a gente está vendo que as coisas que vêm mudando cada vez mais. Está difícil a complicação pra nós. Naquele época, nosso pobre não tinha preocupação com grana, não tinha que pensar em nada. Era só caçar e comer e pronto, e hoje não, você já lembra pensando o que você tem que fazer, Tem hora que a gente compra até briga. O branco fica bravo com a gente, mas não é porque ele fica bravo que a gente vai abaixar a cabeça e ficar quieto. Temos que sempre estar cobrando o que é nosso direito. Nós podemos cobrar

porque hoje quem vai falar pela gente somos nós mesmos, porque se formos esperar por eles, eles nunca vão fazer o que a gente espera, se nós não falarmos nós mesmos por nós mesmos, se não andarmos com as próprias pernas nossas. Hoje temos que batalhar pra fazer isso. Tem que ser assim, se não, não vai dar.

Desde que o branco chegou aqui, a gente perdeu muita terra. Na terra tinha fartura, muita caça, muito peixe, o povo vivia comendo. Hoje você não tem pra onde correr. Quanto mais o branco está chegando, mais o nosso rio está secando. Nós não temos mais peixes no nosso rio. Até no Rio Machado mesmo está acabando as águas, a gente nunca viu essa situação que o rio está aí hoje, seco. Nunca aconteceu isso com o rio como hoje a gente está vendo aí. Até pra pegar um peixe no Rio Machado você não está consegue mais. Nem quem mora na beira do rio. O povo até andou reclamando dizendo que está ruim de peixe. A cada dia que se passa estão complicadas as coisas. Eu acho que não está bom pra ninguém, nem pra nós, nem pro povo dele, um povo pequeno que está morando na beira do rio que vive da pescaria. Não está como a gente espera. O que a gente espera agora é piorar cada vez mais. O medo da gente é só esse. A gente perdeu muita coisa já. Agora a gente tem que pedir autorização do fazendeiro, pra poder passar pela porteira, pra chegar na aldeia. No ano passado, os fazendeiros não queriam mais a gente passando naquela fazenda, porque tinha gente deixando a porteira aberta. Ele não pode impedir ninguém de passar ali porque nós estamos passando onde é nosso, dentro de dois anos ninguém pode proibir mais ninguém de passar dentro das terras porque é direito. Aquela fazenda ali era tudo nosso. No Mário Piloto também. Era cheio de maloca por ali na beira do Riachuelo. Tinha gente morando ali. Os brancos foram chegando, foram empurrando e foram acabando com as nossas terras. E a gente ficou com um pedacinho deste tamanho e os caras ainda querem invadir mais. Não dá pra gente entender esse povo. Eles têm que reconhecer nossos direitos. Como eu falei, os direitos que ele tem, nós temos também. Nós não invadimos as terras deles, passamos na fazenda. Essa terra em que nós estamos morando, não fomos nós que invadimos. Quando eles vieram pra cá, o povo meu já vivia ali dentro, vivia em cima dessa terra. O Arara mesmo não veio de outra terra pra morar ali. Ali é dos Arara mesmo até hoje. Eles vieram com essas brigas todas, com invasão e tudo, mas os Arara vivem até hoje naquelas terras. Os Arara sempre lutaram pelo que é deles, nunca saíram da terra deles. Acho que índio nenhum nunca saiu da aldeia deles pra invadir, como vem muita gente falar que índio matou “fulano”. Mas eles não matam um parente deles porque estão invadindo a terra deles? Não entra na fazenda deles e não mata porque ele está invadindo? A mesma coisa é o índio, não mata porque ele quer. Se o cara está indo tomar o que ele tem, ele é obrigado a se defender, como eles muitas vezes fazem. Mas até hoje a gente vê por aí... Parece que tem uns brancos que estudam hoje, têm uma sabedoria tão grande que eles nasceram pra estudar só pra matar. O índio nunca fez isso até hoje. O índio não está estudando pra matar ninguém. O índio não ganha dinheiro pra matar os outros. A gente hoje está vendo isso daí, um branco pagando outro branco pra matar outro. Tem gente aqui, que a gente sabe... Nessas fazendas que tem cara que mata outro só pra ganhar dinheiro, que paga gente pra matar os outros e os índios nunca fizeram isso. Então não tem como eles dizerem “ah, o índio é ruim”, não tem jeito não. Os índios nunca desejam maldade pra ninguém, não anda espantando os outros assim de qualquer jeito, à toa não. Mata pra se defender, não porque ele quer matar pro cara sair dali. Às vezes ele é obrigado a fazer aquilo. Eu acho que o branco tem que ver isso também porque têm muitos deles aí que dizem que são inteligentes, são sabidos, mas estão estudando só pra matar os outros. Quantas vezes aqui nesse Mato Grosso mesmo pagam outro pra vigiar você? Quando você vai ter direito de entrar nas terras deles, você tem que saber o que você vai fazer, o que você está querendo, o que você vai fazer. O índio nunca fez isso. Então eles têm que ver isso daí. Não podem dizer que o índio é ruim, não. O índio não anda matando os outros assim à toa não, nem mata pra roubar. E eles são tão sabidos que eles estudam pra roubar os outros, pra matar os outros e o índio não quer isso.

Renata: Por que não tem missionários lá no Pajgap?

Porque um monte de missionário pra me atrapalhar, eu não quero. Eu quero gente pra me ajudar, eu não quero missionário atrapalhar, pra atrapalhar... Além disso, mesmo se ele quiser me ajudar e quiser que eu ajude ele, eu não quero. Eu quero missionário pra me ajudar na hora que eu precisar dele, pra me trazer na cidade. Mas como eu vejo em muitas aldeias por aí, se você for vir na cidade com o missionário, você tem que pagar, você tem que dar combustível, por isso que eu não quero missionário. Eles tentaram me converter. Eles quiseram lá na minha aldeia, mas eu não deixei. Não consenti porque eu vi que eles não estavam a fim de ajudar. Eu falei que eles fossem procurar outra aldeia, porque os caras irem pra lá pra em vez de ajudar, pra atrapalhar, então eu não quero esse tipo de pessoal. Na minha aldeia, eu não consenti não. Quero pessoas pra me ajudar, pra me orientar como é que tenho que fazer as coisas, isso eu quero, pessoal pra isso. Não pra atrapalhar, querer tirar o costume do índio. Eles falam que sem a religião deles você não vai pro céu. Nós sabemos que existe deus, que existe só um deus, não tem dez. Eles têm o deus deles, os missionários. Nós também temos o nosso, nós acreditamos no nosso. Mas nós não podemos acompanhar o dele pra gente. Por isso que não admito. Eles falam que a gente vai pro inferno, mas eu acho que o inferno é aqui mesmo, porque quem disser que o inferno é no céu, está enganado. Eu acho que não é, porque você vê tanta coisa triste aqui na Terra. Eu acredito que aqui é o inferno, não é lá no céu.

Ocasão: Entrevista com Heliton Tinhawambá Gavião.

FUNAI – Ji-Paraná – 2 de fevereiro de 2008.

Renata: Me fala um pouco sobre a chegada da energia na aldeia.

Não só sobre a chegada da energia na aldeia que a gente devia estar escrevendo, no meu entendimento. Se eu não tivesse a função da liderança como sou, que represento não só minha comunidade, mas outros parentes, se eu não tivesse função nenhuma, eu viveria na aldeia. Eu ia praticar minha tradição a tradição da cultura, não as coisas do branco. Andar pelado não ia, mas valorizar minha cultura, eu ia. Ensinar meus filhos a caçar, pescar, não com tarrafa, mas com anzol, porque tem muitos tipos de pesca, com flecha também. Eu ia ensinar meus filhos. A cultura do povo Gavião não deveria estar isolada, esquecida. Sempre eu falo isso. A minha idéia é que o branco veio pro território brasileiro há 500 e poucos anos atrás, e expulsou os povos indígenas da sua terra. E poucos foram agüentando e hoje a gente vê que esses poucos que sobreviveram estão voltando. Tem etnias que estão retomando sua origem, valorizando suas tradições, suas culturas, enquanto tem outras etnias que hoje estão ingressando no meio da sociedade branca, começando a esquecer suas tradições, cultura, suas origens, porque cada vez mais estão se ingressando no meio da sociedade branca, começando a adquirir as coisas que são do branco e não são da sua cultura. Eu sempre falo isso aí. Eu sou casado com uma branca. Não era pra eu ter casado com uma branca, mas o amor é cego demais. Não é porque sou casado com uma branca que posso esquecer minha origem, minha cultura. Há tradições que são muito importantes pra mim. Cada povo, cada ser humano, tem sua tradição, diferente uma da outra.

Hoje o povo Gavião participa assim: na religião e se ingressando no meio da sociedade não-índia. Assim, começa a esquecer suas origens e suas tradições. Por isso eu sempre digo: não somos animais. Não acho o índio um incapaz, que vai esquecer sua cultura. Acho que posso adquirir todas as experiências, desde que possa valorizar minha cultura. Não é só porque estou usando roupa, celular sapato e várias coisas que hoje a gente tem do branco que eu vou esquecer minha cultura, minha religião, minha tradição. O importante é minha tradição. Se eu adquirir conhecimento só das outras pessoas, eu estou me colocando como um animal domesticado, um papagaio, um macaco. Eu sempre tenho essa idéia. Em nenhum momento aceito a idéia de outras pessoas. Por exemplo, na religião, se falar pra mim que eu tenho que seguir outra religião, que isso que eu acredito não é justo, é do demônio. Isso eu não admito, falar pra eu seguir religião dele, me obrigando a participar. Cada qual tem sua religião. Não é porque tem outras raças não sei de onde que chegaram aqui no Brasil que podem se achar donos do conhecimento, donos da experiência. O deus, no meu entendimento, colocou os povos indígenas na floresta, onde colocou pajés que cuidam do seu povo, das doenças, dos ataques dos espíritos e têm seu conhecimento do universo. Não foi qualquer pessoa que colocou os povos indígenas na floresta, pelados, pra praticar sua cultura, suas tradições. Muitas vezes eu escuto os missionários da igreja começarem a falar que os povos indígenas, não só o povo Gavião, começam a praticar coisas que não são de deus, são do demônio. Começam a disciplinar os parentes pra seguir a igreja deles. Eu sou uma pessoa que tem essa consciência. Se eu quiser seguir a igreja deles, eu sigo. Mas se eles me obrigarem, se disserem que eu participo de costume do diabo, não aceito. Isso não aceito. Temos que ter consciência antes de participar de qualquer religião do não-índio, até porque muitas vezes, a população indígena, onde tem maior participação do missionário, começa a se afastar da sua luta, do seu movimento e não lembra o resultado da luta deles durante esse processo de integração dos povos indígenas no meio da sociedade branca.

Hoje eu valorizo muito minha cultura através dessa reflexão, lembrando luta dos meus antepassados, lembrando os mais velhos que lutaram pra garantir nossos direitos na Constituição

Federal, a lei maior que pelo menos garante no papel nossos diretos, mas na prática não. Tem que ter consciência antes de se integrar na sociedade branca e na idéia do missionário. São pessoas que sempre vão tentar derrubar, mudar a cabeça dos povos indígenas. Hoje eu vejo, não querendo criticar meu povo Gavião, que já vem há 45 anos lutando, tiveram lutas muito importantes pra defender suas terras, garantir a vida de seu povo e tentar a luta deles pra garantir terra, junto com povo Arara, e hoje a gente vê pouca participação dos jovens. Até velhos que estão participando da religião do branco, começaram a se afastar e o missionário está cada vez mais presenciando dentro da aldeia, falando que não devemos mais praticar nossa cultura, que isso não é coisa de deus. A partir dessa conversa que houve, sempre eu começo a ter preconceito em cima dos missionários [referência à conversa que teve com o pastor Horst Stute]. Isso sempre eu vou falar: não sou contra deus. Tem aqueles que podem evangelizar de maneira justa, respeitando cultura dos povos indígenas.

Lembro que os missionários foram as principais pessoas que durante a colonização, praticaram vários massacres contra os povos indígenas. Temos que conscientizar que eles têm que ir com calma, têm que apoiar lideranças que estão na frente dos movimentos, que estão tentando garantir os direitos dos parentes. Tem que dar uma doutrina bem justa e não dizer que essa liderança está praticando coisas que deus não gosta, mas que está defendendo vocês, defendendo a demarcação. A doutrina justa, seguindo a palavra de deus, é essa pessoa que está trabalhando com deus realmente. Eu fico refletindo essa história, a parte da religião do não-índio. Antes de entrar em terras indígenas, os missionários têm que começar a perguntar mais da história dos povos indígenas e também pedir perdão, porque a mesma pessoa que está repassando pras comunidades indígenas dentro da aldeia é a pessoa que praticou durante invasão. Tem que chegar na aldeia e dizer: “nós estamos querendo trabalhar com vocês nesse sentido”. Tem que dizer que “é importante vocês participarem da política pública, defenderem seus direitos”, e não entrar assim, acabando com participação das comunidades dentro da aldeia.

Hoje quem sofre com essas conseqüências da religião somos nós, lideranças, que estamos aí batalhando, tentando buscar soluções pra defender os direitos do nosso povo. Porque nós estamos no meio da sociedade branca hoje, e não estamos apenas vivendo em paz, sossegado, sem se



Foto 21: Heliton Gavião, na festa do animal de criação.

Fonte: SEDUC, Ji-Paraná, abril de 2007.

preocupar com nada. Eles têm que reconhecer que é nossa obrigação defender o que restou pra nós. Os missionários falam bastante, porque eles não sabem quanto custou esse pedacinho da terra onde tem povos indígenas ainda hoje. Não sabem quantas lutas nossos velhos tiveram pra garantir essa terra, educação, saúde, demarcação e essa lei da Constituição de 88. Eles ficam só querendo mudar a idéia dos povos indígenas, tentando acabar com a cultura. Acho que isso aí é um ponto negativo que eu vejo no missionário. Eu não acho justo eu dar idéia pra você seguir minha religião, a religião do branco. Então nessa parte, quando eles colocam isso, eu queria repetir minha fala, eu não me considero uma pessoa, me considero um animal. Não sei se você tem algum papagaio na sua casa. É igual. Você tem que largar seu costume, a pajelança, deixar de acreditar que tem espírito da água, da floresta. Tem que deixar de acreditar nessas coisas todas. O que manda hoje no ser humano, no meu entendimento, é a consciência. Muitas vezes, falam que a entrada do missionário acabou com a bebida tradicional, a makaloba, acabou com a pajelança, com os conflitos entre os índios. Por isso a minha revolta contra esse tipo de ação do missionário. Eu não participei muito dessa tradição da pajelança, de conflitos entre

parentes, igual nossos antepassados, que sempre tiveram conflito entre os parentes, outras etnias. Eles acham que foram eles que acabaram com isso. Mas fomos nós que percebemos isso, que não tinha motivo pra conflito sem motivo. Tem explicação pra existir o conflito. Antigamente não, era diferente, mais pesado, mesmo. Mesmo sem motivo nenhum, a gente atacava outros parentes. Isso acabou. Mas hoje já estamos pensando outras coisas.

Brigar com governo pra respeitar nosso direito, demarcar as terras, garantir as reivindicações das comunidades indígenas, cumprir obrigação de fiscalizar a terra indígena, garantir educação diferenciada, garantir a saúde indígena. Esse é nosso papel hoje. Não só pensar em acompanhar religião do branco. Não é só pensar em ter conflito com outras etnias. Esse é nosso papel hoje, no meio da sociedade. No meu entendimento, na minha concepção, isso trouxe mais conflito pra nossa organização social. Eu fiquei chateado alguns anos atrás, quando todo mundo começou a pertencer à igreja. Acho que você estava nessa festa [Festa do *Gôn-Aká*, em abril de 2007] que aconteceu no ano passado, onde eu vi que a participação do povo Gavião na religião divide muito a opinião e a união do povo indígena. Um grupo que quer só pensar em lutar pelo seu direito e um que quer só ouvir o missionário, em vez de ajudar outros parentes que também estão envolvidos na política pública, tentando defender seu direito. Isso divide muito a opinião, a união até na organização da festa tradicional. Poucos participam, poucos ajudam. Isso divide a comunidade.

A nossa integração no meio dos não-índios você sabe bem que não podemos mais fugir deles. Não temos pra onde ir. É como eu falei agora: eu não posso andar pelado porque não tem onde andar mais. Se eu fizer isso, com certeza vão dizer que sou louco. Se eu faço uso das coisas do branco, isso não significa que eu perdi meu costume, minha tradição. Até porque não tem como fugir de usar televisão, som, geladeira, dormir em cima da cama, ter celular. O que eu não posso fazer é esquecer quem eu sou. Eu sou índio. Tenho que lembrar que tenho uma cultura diferente, muito rica, importante pra mim. Eu acho que mesmo que eu adquira essas coisas, ferramentas, materiais do branco, eu tenho que lembrar que sou índio, que tenho cultura diferente, que minha tradição é totalmente diferente da do branco. Dentro da aldeia tem a bebida diferente, a *makaloba*. Dentro da aldeia, a gente sempre tem comida diferente da do branco, no modo de fazer, como o macaco assado, moqueado, porco, peixe moqueado. Ser índio é uma coisa que fico tão admirado! Ser índio é muito importante pra mim.

Vamos partir pra energia, agora, no contexto geral dentro da aldeia, a chegada da tecnologia do branco. Hoje, em quase todas as aldeias, não só aqui no Ikólóéhj, já foram adquiridas muitas coisas pelos índios. Vamos falar da entrada da energia na Terra Indígena Igarapé Lourdes, na aldeia Ikólóéhj. Chegou energia lá. A energia é paga. Tem uma taxa que todo mundo tem que pagar pra garantir a energia. Entrou energia, entrou a geladeira. A geladeira, televisão, o som, que são principais ferramentas que precisam da energia. E então, a partir desse consumo das coisas do branco, cada vez mais os povos indígenas, não só Gavião, estão desvalorizando sua cultura, seus costumes, que são importantes pra cada um de nós. Quando o índio tem uma geladeira, quando mata um tatu, uma paca, um veado, ele começa a adquirir só pra ele, pro seu consumo, pra sua família. Antigamente não era assim, era tudo dividido entre a família e a vizinhança.

Hoje a gente vê a diferença acontecendo nas aldeias onde entrou a energia. E eu sempre reflito essa historia pro meu povo. Em 1979, 80 77, eu era curumim ainda e na aldeia Igarapé Lourdes, eu presenciei meu povo dividindo um tatu pra um monte de famílias comerem. Cada qual pegava um pedacinho. O caldo também. A sopa de peixe, de milho, de mandioca. Vamos dar um exemplo: se você pegou uns cinco, seis peixes, já que esses peixes não davam pra dividir pra muitas famílias, você tem que pedir pra sua esposa fazer uma sopa pra ser dividida por todas as famílias, pra que todos tenham participação. Hoje, não. Pode pegar muito peixe e não oferecer pro vizinho. Pode matar caça e guardar. Eu fico muito admirado com isso. A nossa convivência no meio do branco não deveria fazer a gente esquecer o que é nossa cultura. Quando dava quatro, cinco horas da manhã, todo mundo acordava. Alguém que tivesse *makaloba* assobiava pros outros irem tomar

makaloba na casa dele, antes de ir trabalhar. Hoje não é assim. Não se vê ninguém convidar assobiando, pra vizinho ir tomar makaloba. Isso está cada vez mais se enfraquecendo. De vez em quando acontece. Então, a entrada de vários equipamentos dos brancos que a gente tem está cada vez mais mudando a idéia, o entendimento do índio. Eu sempre brinco com os parentes Gavião e Arara, assim que eu vi uma abertura que foi feita pra levar energia elétrica pros Arara. (Foto 35)



**Foto 22: Picada para eletrificação na aldeia Itá'rap.
Fonte: Renata Nobrega, Ji-Paraná, maio de 2007.**

Eu brinquei com Arara, que toda vez que eu vou lá levar informação, fazer reunião, eu peço *makaloba* e eles nunca têm porque não tem mandioca, não tem roça. E eu falei que agora vai ser mais difícil ainda pra tomar *makaloba* nos Arara, porque a energia está chegando. “Cada um vai ter televisão, som, geladeira e aí vocês vão esquecer que vocês têm bebida tradicional. Vão começar a ficar deitados em cima do sofá igual branco, escutando um sonzinho.”

Cada coisa que entra nas aldeias faz com que as comunidades indígenas esqueçam sua tradição, sua cultura. Falo a mesma coisa pro povo Gavião, porque dentro da terra tem várias solicitações pra puxar energia do Luz para Todos. Onde não tem energia, ainda tem bebida tradicional. No Ikólóéhj, tem vezes que cortam, tem vezes que pagam, tem vezes que não... Porque é um padrão só, vem tudo junto a conta. Então, cada vez mais quando as coisas dos brancos entram, a gente começa a esquecer. Isso cada vez mais vai enfraquecendo a cultura de cada povo. Nessa área a gente se preocupa bastante, com o consumo dos alimentos da cidade. Como eu falei, a gente é obrigado a ter as coisas do branco. Mas com cuidado a gente tem que ter as coisas. Não podemos exagerar até porque não somos iguais aos brancos. Porque nossos organismos estão acostumados diferente. Vamos ver na alimentação. No ano passado estivemos discutindo isso daí pra comunidade Gavião e Arara, porque muitas vezes, com a entrada dos brancos, a gente esquece que tem alimentação tradicional, que é pura, não tem química nenhuma igual as coisas da cidade. A gente tem que ter esse controle dentro da aldeia pra gente não sofrer as conseqüências do consumo das coisas da cidade no futuro. Vamos dizer, açúcar, uma das coisas do branco que dá doença, dá diabetes. Sal também, mesma coisa. Refrigerante, carne de gado, frango, porco. Tudo isso a gente tem que saber se é bom alimento pros indígenas. Tudo que hoje a gente consome, no futuro vai dar resultado. Hoje a gente vê vários parentes com problemas de saúde dos brancos, porque eles exageraram comendo essas coisas.

Renata: Como é ser índio na cidade?

Eu sou índio, né, Renata? Mas não sou índio comum, índio qualquer. Sempre vou colocar isso daí: eu estou aqui na cidade não é por causa de mim nem porque sou casado com não-índia. Eu estou aqui cumprindo minha obrigação como liderança do meu povo. Se eu morasse aqui por viver, quem seria eu, se estivesse aqui na cidade à toa, sem motivo nenhum? O que eu faria? Como eu seria visto pelos brancos, no meio deles? Eu ia ser considerado como índio mendigo, talvez. Eu vejo outros parentes que moram por viver aqui na cidade e que não têm nada, não têm ação nenhuma pra fazer. Isso eu acho muito errado, índio morar na cidade sem fazer nada. A gente vê na cidade grande, em outros estados, índios casados com mulheres brancas que moram na cidade, fazendo trabalho pros brancos, construção, fazenda, fazendo qualquer obra pros brancos. Meu papel não é esse. Minha atuação na cidade é trazer informação pra minha comunidade sobre as autoridades. Não estou aqui pra viver, pra morar. Estou aqui pra divulgar a questão indígena, a cultura dos povos indígenas. Esse é meu papel. Até porque tem muita liderança que tem ainda dificuldade de enfrentar, de desafiar as questões políticas. Não sabem porque é importante a nossa participação dentro da política pública dos não-índios. Tem muito funcionário índio aí da FUNAI, FUNASA e em outros setores do governo que foram contratados ali talvez só pra calar a boca. Tem muitos parentes que são funcionários públicos mas não têm visão política clara ainda. Essas pessoas só defendem o órgão que é delas, que as contrataram, e não defendem o direito do seu povo, dos povos indígenas em geral. Acho que meu papel é olhar pra todo mundo, tentar buscar experiência pra que eu tenha acesso, diálogo, pra levar reivindicação pros órgãos responsáveis pela questão indígena. Pra ser liderança tem que ter visão muito ampla e não só pensar em seu benefício próprio. Eu tenho muita dificuldade ainda em viver no meio da sociedade branca. Eu tenho dificuldade de ter acesso às autoridades municipais, estaduais e federais. Até porque nós não temos uma pessoa que tem realmente compromisso com os povos indígenas dentro das câmaras municipal e estadual. E nem nacional. Enquanto nós não nos organizarmos, enquanto não tiver alguém que tem política favorável aos povos indígenas, nós vamos passar dificuldade ainda. Igual aqui no município de Ji-Paraná. Eu trabalho na Secretaria Municipal de Agricultura, onde foi criada uma portaria pros indígenas e isso não significa que eu tenha o apoio da secretaria, da câmara, da prefeitura. Isso não significa que se garantiu o direito dos povos indígenas do município. Acho que nós temos que começar a conscientizar nosso povo a se aliar com outros grupos, com populações de pescadores e outros grupos que também têm essa dificuldade nossa, pra que a gente possa tentar colocar representantes na câmara municipal, pra essa pessoa que for eleita por esses grupos tentar garantir seus direitos, pequenos recursos pra garantir emendas pra sua comunidade. Estamos sempre apoiando não-indígenas, dando voto, elegendo essas autoridades e a gente sempre vai passar dificuldade. Acho que essa é uma preocupação. Quem sabe se for eleito algum parente, alguma pessoa que tem compromisso com o povo dele, com outro povo, se começa a garantir alguma coisa em cada secretaria. Porque muitas vezes a gente cobra da prefeitura sendo que não tem nem um recurso garantido no orçamento municipal pra limpar estrada, recuperar estrada, construir ponte e muitas vezes nossos pedidos são negados, nunca são atendidos, porque não tem alguém no momento em que se está elaborando o orçamento municipal pra colocar algum recurso que atenda a necessidade das comunidades indígenas. Então, em cima disso, temos que começar a conscientizar os parentes sobre qual é a importância dos nosso parentes que estão na cidade, de tentar eleger um parente no município. Tudo isso a gente tem dificuldade ainda de compreender, porque temos necessidade de conquistar nossa vaga. O índio que mora na cidade tem que ter essa idéia e não só viver na cidade e virar um mendigo pra comer o lixo da rua. Acho que temos que nos valorizar.

Pra ser índio e viver no meio dos brancos, mesmo que quase todos os brancos saibam que existem índios em cada estado, em cada município, quando algum conflito acontece, o não-índio começa a olhar para os indígenas como se fossem todas as pessoas que praticaram esse ato. Vamos lembrar do conflito que aconteceu com os Cinta-Larga, no Roosevelt. Mataram vários garimpeiros e

não foram só os índios que praticaram esse massacre, talvez os garimpeiros também estivessem no meio. Eles começaram a olhar os índios como se todos fossem culpados. Até outras etnias que são inocentes foram culpadas. Eles começaram a se voltar contra outras etnias, como aqui em Ji-Paraná, com Gavião, Arara e Zoró. Os parentes dos garimpeiros que foram mortos queriam vingar a morte dos parentes deles, queriam matar qualquer índio, mesmo que não fossem culpados. Isso ia acontecer com povo Tupari, com parentes que estavam voltando de Brasília, de um encontro que foram participar e chegaram na rodoviária de Pimenta Bueno, próximo a Espigão D'Oeste, uma área cheia de garimpeiro. Eles pegaram os parentes Tupari e iam matá-los pra vingar a morte de seus parentes. Os Tupari tiveram que se passar por bolivianos. Eles ainda tiveram tempo de combinar: "nós temos que falar que somos bolivianos pra não acontecer algum crime contra nós". Então, a sociedade não-índio tem uma visão única sobre os povos indígenas. Não sabem diferenciar. Se um povo, vamos dizer, o Gavião, matar um não-índio, aí o parente daquela pessoa vai querer matar talvez um Zoró, um Arara pra vingar morte. No olhar do branco, nós somos uma etnia só. A gente tem que conscientizar a sociedade não-índia, quebrar esse preconceito. Eles têm que saber diferenciar. Apesar de sermos todos iguais, termos cabelo parecido um com o do outro, na realidade, temos culturas diferentes de outras etnias. Eu acho que faltam muitas coisas ainda pra gente começar a conscientizar a sociedade não-índia em nosso país. Nós consideramos a sociedade branca. A gente sabe que não são todas as pessoas que praticam o crime. A gente joga a culpa em cima de uma pessoa só. Você não pode pegar uma laranja boa e colocar a ruim também no saco. Tem que colher só as frutas boas pra colocar no cesto, porque se colocar uma podre vai estragar as outras. Então nossa visão é assim, perante a sociedade nós diferenciamos o povo não-índio. Nós sabemos quem não praticou o crime. O povo branco não é assim com os povos indígenas. Eles querem somar todos juntos sem diferenciar.

Renata: Você pode contar aquele episódio do moto-táxi?

Daquela vez, ainda por causa dos Cinta-Larga, o pessoal estava tão revoltado, mesmo quem não era parente dos mortos, mas a sociedade em geral. Eles ficaram com muita raiva dos índios naquela vez. Eu precisava ir até a escola, à noite, pra falar na Semana dos Povos Indígenas. Mas eu não fui. Eu não quis pegar o moto-táxi. Eu sabia que o cara ia me levar não sei pra onde e me jogar no mato. Não sei se você estava aqui quando existia aquele microônibus pequeno que fazia ali, aquele bairro e eu ouvi várias vezes os brancos falando mal. Não sei se não me viam como índio ou se eles falavam pra mim. Mas eles falavam tanta besteira, por que é que nós, índios, existíamos; que era pros índios terem acabado, não era mais pra ter índio aqui. Tem muitos brancos que têm preconceito, que têm ódio dos índios, ao invés de sentir vergonha. Eles não têm vergonha. Isso eu sempre me coloco. Antes de ontem a gente estava discutindo isso com meus curumins e minha velha. Eu acho que se nós tivéssemos roubado a terra do outro, qualquer objeto de outras pessoas, nós sentiríamos vergonha. "Por que nós fizemos isso com aquele camarada? Por que que nós roubamos?" A gente estava falando disso nesse dia. Minha mulher estava ligando no orelhão esses dias e ficou conversando com a mulher que foi nossa vizinha. Tinha outra mulher que estava perto e que tem raiva dos índios, que não quer nem ver os índios perto dela. Diz a Bete [esposa] que perguntou porquê ela tinha tanta raiva dos índios. Ela respondeu: "Não é que eu tenho raiva. É que eu quero o índio longe de mim." Se todo mundo, se a sociedade em geral tivesse a mínima consciência de refletir a história do passado, o que aconteceu com os povos indígenas do Brasil, com certeza ia sentir vergonha na cara nesse momento, porque nossa terra foi tomada como se fosse um pequeno objeto que não tivesse valor. Hoje eu fico refletindo isso aí. Se todas as sociedades, as autoridades do país, se todos tivessem vergonha na cara, consciência, com certeza iriam sentir vergonha. Eles diriam: "É com razão que vocês estão nos cobrando pra demarcar as terras indígenas". Acho que nunca vai chegar esse dia. Em vez dessa mulher agradecer, mesmo com raiva,

em vez dela procurar o índio pra agradecer, mesmo que não tenha sido no tempo dela que aconteceu esse massacre, essa invasão, ela podia agradecer pelo pedacinho de terra onde está a casa dela, que era terra dos índios. Acho que ainda faltam muitas pessoas compreenderem isso e sentir vergonha, que essa terra aqui onde vivem hoje, era dos povos indígenas e não foi pago nem um centavo pra eles até hoje.

A gente sabe que tem outros países que só vivem em guerra. Se não invadissem o território brasileiro, hoje essas pessoas que têm preconceito, que têm raiva, quem sabe não estariam enfrentando a guerra nos outros países. Em vez de agradecer os índios, muitos são inimigos deles. Muitas vezes nós somos discriminados, quando o índio começa a praticar qualquer ato, matar, roubar. Até pelo nosso jeito de ser, nosso jeito de viver, nós somos discriminados. Quando o índio pratica qualquer pequeno ato, aí começa, a espalhar pelos jornais. Quando o branco diariamente pratica qualquer crime, qualquer ato em geral, qualquer crime é normal pro branco. Talvez porque já é cultura deles. Agora, índio, não. Se eu beber agora em qualquer bar e ficar bêbado, a polícia vai chegar, me leva pra delegacia e no outro dia eu sou mostrado na televisão. Aí começam a incentivar mais ainda as pessoas a terem preconceito contra os índios. Agora, o branco não. Ele pode estuprar, roubar, matar. Pode fazer um monte de coisa ruim contra os outros. Pra eles é normal, já é a cultura deles. Eu falo isso porque tem muitos criminosos que vão presos, demoram pra ser soltos de novo, aí praticam novos crimes. E também nossas autoridades. Se o índio roubar pouco dinheiro, se imprensa ouve isso, cai em cima. Agora, as autoridades desse país roubam milhões e milhões de dinheiro público e não vão presas. O coitado que roubou uma galinha, pra esse a lei vale, pra ir preso. Pros grandes que são acostumados a roubar, a lei não vale.

Anexos

Anexo 1: CRONOLOGIA

1983

A ELETRONORTE contrata o CNEC para a realização dos estudos de inventário da bacia do rio Madeira (incluindo a bacia do rio Machado).

1984

MAIO

- 10: Protesto contra o problema energético paralisa tráfego sobre a ponte do Rio Machado.

JULHO

- Autorizada pela FUNAI, uma equipe da Eletronorte entrou na T.I. Igarapé Lourdes e instalaram marcos metálicos nas aldeias, na Serra da Providência e nas Margens do rio Machado para 'levantamentos aerofotogramétrico' relativos aos estudos prévios para a construção de uma futura hidrelétrica.

AGOSTO

- Arara e Gavião tomam dezesseis colonos que invadiram suas terras como refêns durante um mês.

1985

Divulgação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Machado.

1987

Divulgação do Plano 2010, da ELETROBRÁS, no qual está prevista a construção da Usina de Ji-Paraná.

1988

JANEIRO

21: Visita à Usina de Samuel.

22 e 23: Visita ao Acampamento da UHE Ji-Paraná.

MAIO

31: Reunião no Centro Diocesano de Pastoral, em Ji-Paraná, com representantes da ELETRONORTE, MIRAD e membros da Igreja Católica e Luterana para discutir alguns aspectos e as implicações da construção da barragem de Ji-Paraná.

DEZEMBRO

- 4 e 5: Na reunião do Conselho Diocesano de Pastoral, realizada no Centro Comunitário de Ji-Paraná, representantes da CPT, religiosos e representantes do CIMI de Porto Velho fizeram um encontro com alguns Arara, Gavião e Cinta-Larga para tratarem sobre o projeto da barragem, que pediram ajuda no sentido de serem apoiados na divulgação das denúncias que vem sofrendo. O bispo de Ji-Paraná, Dom Antonio, manifestou apoio por parte da Igreja e, nesta ocasião, foi criada uma comissão de apoio ao índio.

- 13 de dezembro: 60 índios Zoró, Cinta-Larga, Gavião, Arara e Suruí se reuniram em Ji-Paraná para discutir sobre o planejamento da Usina de Ji-Paraná e outros problemas que vem ocorrendo em suas terras e divulgaram um abaixo-assinado contra a barragem (Anexo 5).

1989

FEVEREIRO

- 20 a 24: Representantes Arara, Gavião, Suruí, Cinta-Larga participam do I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira, Pará.

MARÇO

- 30: Encontro Intermunicipal sobre Barragens, em Rondônia, convocado pela CUT-RO e pela CPT e realizado no Salão Paroquial Dom Bosco, em Ji-Paraná. Nesta ocasião, foi formada a Comissão Estadual de Atingidos por Barragens, com participação de dois representantes de cada município.

ABRIL

-19 a 21: Participação da Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia.

JUNHO

-17: II Romaria da Terra de Rondônia, em Ji-Paraná. A Primeira Parada Reivindicatória, antes da ponte sobre o rio Machado, foi sobre a ameaça da barragem de Ji-Paraná. Na tribuna livre, Fernando Txerepoabá Gavião falou aos romeiros sobre a preocupação indígena com a barragem.

DEZEMBRO

- A Comissão de Barragens de Ji-Paraná distribuiu panfletos para todas as comunidades rurais com dados sobre a construção de hidrelétrica no rio Machado, mostrando as conseqüências e as alternativas energéticas.

1990

A Diocese de Ji-Paraná assumiu a luta contra a barragem como uma das bandeiras de luta para o ano de 1990.

Divulgação do Plano Decenal 1990-1999, no qual a Usina de Ji-Paraná fica adiada para 1999.

FEVEREIRO

- Uma grande enchente no rio Machado deixou 5 mil pessoas desabrigadas.

JULHO

- 22: Representantes das Comissões Anti-Barragem de Ji-Paraná, Ouro Preto D'Oeste e Jaru se reuniram no CEPAMI para um dia de debate sobre os trabalhos já realizados, informes sobre a barragem de Samuel, da barragem de Ji-Paraná e o que fazer. Além dos representantes das comissões, participaram sindicalistas, militantes de movimento popular, ribeirinhos, a vereadora Maria Helena, do PT, o coordenador da CPT de Ji-Paraná e o engenheiro florestal e candidato ao Senado pelo PT, Emerson Teixeira.

- Lançamento do Vídeo "Energia Sim, Destruição e Expulsão Não".

DEZEMBRO

- 14-16: Representantes da Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia participam do I Encontro dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia, em Altamira. Nesta ocasião, foi criada a Comissão dos Atingidos por Barragens da Amazônia. Anselmo de Jesus e José Bassegio foram escolhidos como representantes de Ji-Paraná. Povos indígenas ameaçados por barragens lançaram declaração.

1991

Em documento entregue ao movimento, a ELETRONORTE afirma que gás natural seria competitivo com UHE Ji-Paraná, mas diz que a usina continua nos planos.

MARÇO

- 12-14. Participação de representantes da Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia no I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragem, em Brasília. Lançamento da Carta de Brasília.

ABRIL

- Criação do Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia (MABRO), em Ji-Paraná. A diretoria do MABRO foi formada com quatro representantes de Ji-Paraná, dois de Ouro Preto, dois de Pimenta Bueno, um atingido por Samuel e um Gavião e um Arara.

OUTUBRO

- 17 a 21: I Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Rondônia e Norte do Mato Grosso, em Ji-Paraná, organizada pela COIAB e UNIAC. No encerramento, a ponte do rio Machado foi interditada por uma hora em um protesto contra a barragem de Ji-Paraná e os 500 anos de invasão. Cerca de mil indígenas participaram.

1992

JANEIRO

-13: Reunião da Comissão Ampliada dos MABRO, em Ji-Paraná, no CEPAMI, para discutir o planejamento das atividades do ano e as alternativas energéticas. Participação do CIMI, Projeto Padre Ezequiel, CPT, Consciência Negra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, indígenas e representantes dos atingidos por Samuel.

1993

MARÇO

-14: Ocupação da ponte do rio Machado no Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

2005

Retomada dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Machado por meio de um acordo entre ELETRONORTE, FURNAS e a Construtora Queiroz Galvão.

ABRIL

- 18: Seminário “Território Indígena: Direito a ser validado.”, realizado no auditório da Universidade Luterana, em Ji-Paraná.

OUTUBRO

- Seminário sobre a barragem do rio Machado, realizado no auditório do CEPAMI, em Ji-Paraná.

2006

Visitas do grupo de resistência aos projetos hidrelétricos do Rio Machado às aldeias Arara e Gavião.

MAIO

- 3 a 5: Atividade de mobilização anti-barragem e capacitação em licenciamento ambiental para ameaçados e atingidos por barragens de Rondônia, realizado em Porto Velho.

2007

ABRIL

- Aprovação da Revisão dos Estudos de Inventário do rio Machado pela ANEEL.

JUNHO

- Protocolado pedido de abertura do processo de licenciamento ambiental da Usina Tabajara.

Anexo 2: Conseqüências da Usina de Ji-Paraná para a T.I. Igarapé Lourdes listadas em FORSETH & LOVOLD, 1991, 431- 434.

- as áreas a serem inundadas coincidiam, de modo geral, com os fragmentos de melhor solo da reserva;
- a inundação atingiria áreas de grande valor histórico e atual;
- perda de inúmeras localidades dotadas de condições privilegiadas para aldeias e roças;
- inundação de aldeias antigas, lugares com grande significação histórica e que normalmente seriam ocupados de novo com o decorrer do tempo;
- inundação de cemitérios localizados nas margens do rio Machado e dos Igarapés Lourdes e Prainha;
- inundação da nova aldeia principal Arara (Itâ'rap) com instalações incipientes da FUNAI;
- inundação de aldeia Gavião (Igarapé Lourdes) com numerosas benfeitorias (pista de pouso, infra-estrutura de alta qualidade, árvores frutíferas);
- perda de grande número de árvores frutíferas nas margens dos rios (pelo menos 37 foram identificadas pelos Arara e Gavião);
- extinção dentre da Terra Indígena Igarapé Lourdes de pelo menos seis espécies de árvores frutíferas que só crescem nas regiões planas e pantanosas, nas imediações dos cursos maiores de água, segundo os Arara e Gavião;
- perda de grande número de seringueiras e árvores de caucho;
- perda de um número não determinado de árvores de madeira nobre;
- perda de numerosos barreiros ao longo do rio Machado e dos Igarapés Lourdes e Prainha (os barreiros atraem muitas espécies animais e se constituem nos melhores lugares de caça da área);
- perda dos melhores locais de pesca;
- a inundação transformaria rios e igarapés – que são apropriados para pescarias conforme tecnologia indígena – em rios inutilizáveis com a mesma tecnologia;
- profundas alterações no ambiente aquático;
- morte de peixes por causa do envenenamento da água, em decorrência da decomposição da matéria orgânica inundada;
- instabilidade do ambiente aquático, com a aniquilação de diversas espécies e o aparecimento de novas espécies;
- desaparecimento de espécies vegetais e modificação na ocorrência de outras;
- alterações nos nichos ecológicos que, por sua vez, modificariam as condições de vida dos animais adaptados a estes nichos, que desapareceriam ou se tornariam escassos (confirmando a previsão indígena de que “os bichos vão correr”);
- comprometimento de espécies vegetais com potencial nutritivo, médico ou prática que são aproveitadas pelos indígenas;
- dificuldades de uso da terra decorrentes da inundação, que criaria ilhas e isolaria certos trechos;
- dificuldades de movimentação na área;
- aumento de doenças transmitidas por vetores aquáticos, principalmente da malária (mais comum entre os Arara que vivem próximos ao rio Machado e praticamente ausente da Terra Indígena Igarapé Lourdes);

- profunda significação religiosa da inundação da terra, considerada uma ofensa contra a ordem estabelecida por Gora/Tó-tó, o que provocaria sérias complicações a nível espiritual e provocaria os espíritos ligados à água, com graves consequências para os seres humanos;
- ameaça contra animais ligados à água, como o jacaré-açu e a lontra, que os Arara consideram como sagrados e nunca matam, por acreditarem que são seus antepassados reencarnados.

Anexo 3: Carta dos Gavião e Arara ao Presidente do Banco Mundial.

Prezado Sr. Presidente:

Nós estamos muito preocupados com os planos de fazer uma barragem no rio Machado. Nós sabemos que eles querem fazer isso para dar mais energia aos brancos da cidade. Mas também sabemos que quem vai ser prejudicado vai ser nós, porque quando a barragem está pronta a água vai alagar uma grande parte de nossa terra.

Quando os rios estão cheios na época de chuva já está difícil andar no mato e cruzar os igarapés. E se eles fazem a barragem, a água vai entrar muito mais. Então a água vai cobrir toda a beira do rio Machado e também vai entrar longe por dentro seguindo todos os igarapés que cai no Rio Machado. Então aonde é que a gente vai ir para caçar a nossa comida? A onde é que a gente vai plantar as nossas roças? A onde é que a gente vai bater timbó para matar peixes? A onde é que a gente vai pegar todas as frutas que cresce na beira do rio? A onde é que nós vamos cortar seringa para ganhar algum dinheiro?

O senhor tem que saber que esse barragem vai prejudicar muito a nossa vida.

E a nossa vida já é difícil. Toda a nossa terra está cercada de fazendeiros e posseiros. Então se a água chega, não temos outro lugar para ir também os posseiros já entraram muito na nossa terra.

Eles já estragaram muito o nosso mato.

Foi difícil tirar os posseiros. Custou muitos anos de briga. Mas no fim deu. Aí você nos ajudava quando mandava dinheiro para POLONOROESTE para pagar os policiais que ajudava a tirar os posseiros. Hoje em dia temos nem sossego, porque toda hora nós temos que vigiar a nossa área por causa dos posseiros e madeireiros que estão sempre tentando roubar a nossa terra de novo.

Mesmo assim deu para tirar os brancos. Mas essa água ninguém não vai ter jeito de tirar quando entrar não.

Essa água vai ficar lá estragando o nosso mato e o nosso mato já é pouco. Não é grande não. E nós precisamos de tudo que nós temos se não vai ter nenhum lugar para os nossos filhos viver.

Nós já falamos tudo isso para aqueles que quer fazer a barragem.

Nós já falamos para eles que eles não podem fazer essa barragem no rio Machado não. Eles não são os donos do rio.

Nossos pais já moravam aqui muito tempo antes que os brancos chegaram. Também temos muitos parentes enterrado na beira do rio.

Então nós não vamos deixar eles fazer não.

De jeito nenhum.

É por isso que estamos escrevendo para você. Para você nos ajudar de tirar esse perigo de nossas vidas se o branco quer mesmo estragar o mato, ele tem que estragar o mato dele.

O nosso mato já é pouco, é nós precisamos de tudo que sobrou para viver.

Isso nós falamos todos, tanto índios Arara como índios Gavião.

Catarino Gavião, Pedro Agamenon, Noepé Arara, Pereira Arara, Alberto Gavião, Taranui Gavião, Cimião Arara, Frederico Gavião.

Área Indígena Igarapé Lourdes.

Fevereiro 1988.

Fonte: FORSETH & LOVOLD, 1991, 431.

Anexo 4: Diálogo dos Arara e Gavião com funcionários do CNEC e ELETRONORTE durante visita ao Acampamento da JP-14, em janeiro de 1988, transcrito em FORSETH & LOVOLD, 1991, 428-431.

Gavião idoso: - Nós chegamos aqui para falar com você, para conhecer você. E você vai fazer a barragem. Nós chegamos para dizer o seguinte: seria melhor você não fazer isso! Por que você vai encher a nossa terra (com água)? Se você constrói a barragem, não é só de um lado que o rio vai alagar. Vai entrar água na nossa terra também! E daí? Como é que as plantas vão crescer embaixo do rio? A macaxeira não vai produzir embaixo da água. Tudo que fica embaixo da água vai apodrecer. Vai morrer seringueira também. Como é que nós vamos poder fazer o nosso trabalho depois do alagamento? Era isso que eu vim dizer para você. Eu sou velho. Meus filhos já são adultos. Como que eles vão fazer depois da barragem? Fica difícil caçar, matar peixe, matar jacaré. Onde que vão pescar? Eles não têm nada. Era isso que eu, que sou velho, vim dizer para você.

O **chefe do acampamento** responde que é exatamente para conhecer as conseqüências na área indígena que estão querendo mandar a equipe de topografia, e que quando ficar estabelecido o nível de água dentro da área indígena, iam passar essa informação para os índios. Quanto à pesca, ele garante que não precisam ter medo, porque vai melhorar, visto que água parada cria mais peixe, por ter mais alimentos e dar condições para o peixe desovar duas vezes por ano. Diz também que áreas de caça perdidas vão ser recompensadas com áreas de qualidade igual ou melhor, e que as condições de fiscalização da área ficariam facilitadas. Termina acentuando a necessidade de entrar na área para poder verificar o nível de interferência para depois – baseados em dados concretos – passar a negociações sobre uma possível redução da cota de alagamento, ou o tipo de compensação adequado. A resposta provocou uma reação tumultuada, onde muitos falavam ao mesmo tempo: - “Não, não, não. Não vamos autorizar a entrada deles não. De jeito nenhum. Não vão poder medir a nossa terra. Não podem.”

Gavião Jovem: - Você pode falar para nós que vocês precisam medir a terra dos índios, mas ninguém vai deixar vocês entrar, não. Nós estamos pensando nas coisas que precisamos para viver. Os índios não têm fazenda, como os brancos. Vocês podem matar um boi na sua casa. Os índios não. Nós comemos caça do mato, frutas do mato. E vocês vão estragar nossas fruteiras. É isso que viemos falar para você. Mas não era com você mesmo que viemos falar isso – era com o seu chefe, que fica longe. Eu sei que você não manda nada, é ele que está mandando você fazer barragem. Aí tu diz para ele que não é para estragar o nosso mato. Se nós andávamos de quatro pés, nós íamos deixar você fazer essa barragem e alagar a nossa terra. Os bichos todos estão deixando você fazer. Mas nós não somos bicho. Somos gente igual você. Temos o pensamento de gente. Por isso não vamos deixar você alagar a nossa terra. Fala isso para o seu chefe lá.

Outro Gavião: - Tem que lembrar uma coisa: a nossa área é muito pequena. Não temos para onde ir. Mas antigamente tínhamos. Mas o que aconteceu? Tudo aqui era terra indígena. Aí o marechal Rondon passou por aqui – ele era um invasor nas terras indígenas. Aí fizeram a primeira estrada, e os índios ficaram afastados, afastados. Às vezes mataram os índios, fizeram todas as coisas por aí. Quando tinham a estrada pronta, chegava muita gente pela estrada. Muita gente viajando para cá. E agora, o que que está acontecendo? Agora tem ‘pedra’ (asfalto) na estrada, para viajar mais rápido. Aí chegou mais brancos ainda. Cacoal era nada quando meu pai

conhecia (a cidade). Hoje é uma cidade grande. Assim que vai acontecer aqui também. Quando tiver muita energia aqui, todo o pessoal de fora vai querer chegar por aqui também. Aí entram na reserva indígena. Aí nós vamos ficar sem terra.

Pajé Gavião: - Eu estou pensando sobre o meu filho e a minha esposa que estão enterrados lá na beira do Lourdes. Essa água vai chegar até lá onde estão enterrados. Não pode alagar! Fica feio. Também meu pai morreu na boca do Lourdes. Esposa dele e filho dele também. Aí a água vai até ali, no cemitério deles. A água vai alagar tudo lá onde tenho meu pai e meu filho, e isso eu não quero não. Eu estou com meu coração cheio disso pensando no meu pai e meu filho que vão ficar embaixo da água.

O **chefe do acampamento** e o **representante do CNEC** de Brasília insistem que os índios estão confundindo o levantamento topográfico e a construção da barragem. Repetem que estão querendo medir para conhecer os efeitos do alagamento. Se os efeitos forem muito grandes – se o mal fora maior do que o bem – podem desistir da construção, porque nada foi decidido ainda. A equipe de topografia não vai construir nada, e não vai destruir nada. Vai só medir. Explicam que todas as outras áreas já foram medidas – só falta a área indígena. Será só depois de conhecer tudo que podem decidir se vão fazer ou não a barragem.

Gavião de meia-idade: - Ninguém não pensou que vocês já estavam fazendo a barragem. Nós chegamos aqui justamente para mandar vocês não fazer! Ninguém está pensando que vocês já estão fazendo. Vocês estão só estudando ainda. Mas viemos aqui para vocês pensarem o que estão fazendo. Não queremos que você gasta mais dinheiro à toa. Já gastou muito dinheiro nesse acampamento, e ainda vai querer gastar mais. Para fazer o que? Então, antes disso nós viemos aqui – para vocês não construir a barragem. A construção não foi começada – por isso que viemos para dizer que não é para alagar esse rio. Não faz! – era isso que viemos dizer para você. Também nós não vamos deixar vocês entrarem na área para medir onde vai chegar a água. Ninguém não quer saber onde chega água, não. Queremos que fica ali, normal, pronto. Água ta aí. Deixa do jeito que está! Pronto.

Pedro Arara: - Vocês sabem que nós moramos na beira do rio, e se vai acontecer essa barragem, nós não temos para onde ir. Somos todos cercados. Nós, que viemos por água (para o acampamento), vimos que a barragem está muito perto, está perto mesmo. São nós que moramos mais na beira do rio – os outros moram mais por dentro – e se vai fazer essa barragem, vai estragar muita coisa para nós, porque lá na beira quase tudo é baixo. Por causa dos posseiros nós já andamos muito, mudando daí para lá, as crianças passando necessidades. Ninguém vai querer mudar mais. E não temos mesmo para onde ir. Vocês sabem disso: nós vivemos do mato. Pesca, caça, come frutas, castanhas. Quando seca o rio, vem todo mundo para beira pescar, caçar, passar algumas semanas aí. Por isso ninguém de nós vai aceitar essa barragem aí.

Pajé Arara: - Vocês não fizeram a barragem. E também não é pra fazer! Antigamente a gente andava todo por aqui. Agora vocês querem tomar tudo! Nós não temos outro lugar para plantar a nossa comida. Então deixa assim mesmo – sem fazer nada mais! Nós chegamos aqui bem antes de vocês. O rio não é de vocês não. Esse rio era nosso! Foi nós que morávamos por aqui antigamente. Nós temos muito tempo aqui. Vocês não tinham morada por aqui, nesse rio! Foi nós que sempre morávamos por aqui. Depois que nós fizemos tudo por aqui, vocês estão querendo

fazer isso – fazer barragem! Aqui era nosso mato. A terra era nossa primeiro. Tudo aqui era nosso!

Termina a reunião numa conversa entre o chefe do acampamento e o intérprete Arara. O chefe do acampamento constata que a posição indígena foi colocada muito claramente. Ele assegura que entendeu perfeitamente e pede a continuação do diálogo.

Anexo 5: Abaixo-Assinado dos Povos indígenas contra a barragem de Ji-Paraná

Nós, índios de Rondônia, abaixo-assinados, representantes das nações indígenas Suruí, Cinta-Larga, Zoró, Gavião e Arara, reunidos em Ji-Paraná, após discutirmos os nossos problemas durante um dia, principalmente em relação às invasões, construção de barragem e outros, e mostrando-nos insatisfeitos com isso, decidimos em conjunto:

1. Não queremos que a barragem planejada no rio Machado seja executada e exigimos que o artigo 232, parágrafo 3º da Constituição Brasileira seja respeitado.
2. Exigimos que o Governo Federal retire imediatamente os invasores que se encontram dentro da área dos Zoró. Também os demais que se encontram em outras áreas.
3. Não queremos que as madeiras continuem tirando madeira das áreas indígenas de todo o estado de Rondônia e pedimos que o Governo Estadual, juntamente com o Governo Federal tomem as devidas providências, imediatamente.
4. Exigimos que o órgão de assistência ao índio seja solidário com o povo indígena e suas causas.
5. Não permitimos a extração de minérios dentro de nossas áreas.
6. Solicitamos que as autoridades competentes sejam mais solidárias às causas indígenas e procurem solucionar os problemas de todos os índios antes que todos nós mudemos de idéia.

Cientes de que seremos atendidos por todas as autoridades competentes, desde já agradecemos; e não queremos viver em piores condições.

Ji-Paraná, 13 de dezembro de 1988.

BIBLIOGRAFIA

ACSERALD, Henri; Pádua. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas, IN: ACSERALD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. Justiça Ambiental e Cidadania (org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSERALD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. A Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução, IN: ACSERALD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. Justiça Ambiental e Cidadania (org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.9 -20.

_____. Justiça ambiental e Cidadania (org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALMEIDA, A.W.B. Carajás: A guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994.

_____. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo, Maio-Agosto, 1996.

ALMEIDA, S. Resposta da consulta aos índios Gavião e Arara para a permissão da entrada da equipe de levantamento do CNEC para o estudo da cota de alagamento da barragem da Usina Hidrelétrica Rio Machado/Ji-Paraná. Datilografado. FUNAI, s.d.

ARDULL, J. A mola do progresso. *Ji-Paraná e sua história. Um relato dos fatos mais importantes das últimas décadas*. Ji-Paraná/RO, Certa Comunicação e Editora, 2004.

ARNT, JB. *Jornal do Brasil*. p.16, 6 de nov. 1988.

ARRUDA, R.S.V. *Relatório Preliminar sobre a área indígena Igarapé Lourdes*. São Paulo: CNEC, agosto de 1986.

_____. *JP-14: Meio Ambiente, Desmatamento e Território Inundado*. São Paulo: CNEC, 7 de maio de 1987. (datilografado).

_____. *Relatório de viagem aos índios Arara*. São Paulo: CNEC, 1987.

ASSIS, W.F.T. Com-portas Abertas ao Imaginário: A Construção Simbólica das Hidrelétricas Através da Publicidade. *Ciências Sociais e Barragens*, Rio de Janeiro, 2005.

_____. In-visibilizar Populações e Legitimar Iniquidades: Apropriação do Discurso do Desenvolvimento Sustentável na Publicidade dos setores Elétrico, Químico e eletroquímico. In: 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, nº, Goiânia/ GO, 2006.

BALÉE, W. Cultura e vegetação na Amazônia brasileira. In: NEVES, W(org). *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém: Museu Paraense E. Goeldi, 1989. P. 95-109.

BAINES, S. O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial. *Ciências Sociais Hoje*. 1993.

_____. A usina de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari, In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E.(orgs). *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1996.

_____. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. *Revista de Antropologia*. USP, São Paulo, vol. 43 n° 2, 2000.

_____. As terras indígenas no Brasil e a regularização de Grandes Usinas Hidrelétricas e Projetos de Mineração na Amazônia. *Série Antropologia*, Brasília/DF, n° 300, 2001.

BASSEGIO, L. Alternativas às hidrelétricas na região amazônica: o caso de Ji-Paraná. *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo: CEM, n°6, 1990.

_____ & PERDIGÃO, F. *Migrantes Amazônicos, Rondônia: A trajetória da ilusão*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BERMANN, C. *As novas energias do Brasil*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

_____. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, 21 (59). São Paulo: USP, 2007.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1995.

CARNEIRO, E.J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A., SIANO, D., & LASCHEFSKI, K.(orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

CARVALHO, J.J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre/RS, vol. 15, julho de 2001.

_____. Poder e silenciamento na representação etnográfica. *Série Antropologia*. Brasília/DF, n° 316, 2002.

CASANOVA, P. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes e Buenos Aires: LPP/CLACSO, 2002.

CEDI. Cimi refuta declaração do governador de Rondônia. PIB, 1982. Especial vol. 12, abril de 1983.

CEPAMI. *Simpósio: Migração em Rondônia*. Ji-Paraná/RO, 1998.

CIMI-RO. *Panewa Especial*. Porto Velho/RO, 2002.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CNEC. *Relatório Final dos Estudos ambientais da bacia e análise dos impactos ambientais no trecho 2*. São Paulo, outubro de 1985.

_____. *Estudos de Viabilidade da UHE Ji-Paraná: Elementos Informativos*. São Paulo, Nov. 1987.

_____. *Estudos de Viabilidade da UHE Ji-Paraná: Principais Aspectos*. São Paulo, Fev. 1988.

CUNHA, M.C. Comentários no calor da hora. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, p. 29, 1991.

D'ARAÚJO, M.C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 19. Rio de Janeiro: 1992.

DAVIS, S. *Vítimas do Milagre*. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1978.

DUSSEL, Enrique. “La razón del Otro. La ‘interpelación’ como acto-de-habla”, in E. Dussel (org.), *Debate en torno a la ética del discurso de Apel. Diálogo filosófico Norte/Sul desde America Latina*. México, Siglo Veinteuno, 1994.

ELETRON. *Plano 2010*. Brasília, 1987.

ELETRON. *PCA PCH Cachimbo*. Consultado no Arquivo do MPF – Porto Velho. S/D

ESCOBAR, A. & PARDO, M. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano, In: SOUZA SANTOS, B.(org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FORSETH, E. & LOVOLD, L. Os índios e a hidrelétrica Ji-Paraná. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, 1991.

_____. E. *Relatório de 29 de março de 1988 para a FUNAI sobre o trabalho de campo antropológico na Área Indígena Igarapé Lourdes, UHE Ji-Paraná*, 1º de dezembro de 1987 a 6 de março de 1988.

FUNAI. *Revista Brasil Indígena*. Ano III. nº 4.p. 15-27, 2006.

GERMANI, G. *Expropriados: Terra e Água. O conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA, 2003.

GOODLAND, R. Evolução histórica da avaliação do impacto ambiental e social no Brasil: sugestões para o complexo hidrelétrico do Xingu, In: SEVÁ, Oswaldo (org). *Tenotã-mõ: alertas*

sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo/SP: International Rivers Network, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUGO, V. *Desbravadores: minha presença em Rondônia* Vol. III. Porto Velho/RO: ABG, 1998.

IANNI, O. *Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Civilização Brasileira, 1979.

IBAMA. Relatório de Vistoria das PCHs do Rio Branco. Ji-Paraná. 2003.

IKÓLÓÉHJ. *Ofício n.002/Ikolen/06 a respeito da violação dos direitos indígenas por causa de demarcação irregular e redução da Terra Indígena Igarapé Lourdes em RO e invasão de fazendeiros, madeireiros e grileiros de MT, foragidos da Operação Curupira*. Ji-Paraná/RO, 20 de janeiro de 2006.

ISA. *Demarcação de terras indígenas está na mira do Congresso Nacional*. 24 de março de 2008. Disponível em: www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2634, consultado em:

ISIDORO, E.A. *Situação sócio-lingüística do povo Arara: uma história de luta e resistência*. Dissertação de Mestrado em Lingüística pela Universidade Federal de Goiânia - UFG, Goiânia/GO, 2006.

JORNAL ALTO MADEIRA. Cícero cancela construção de usinas no Norte. *Jornal Alto Madeira*, Porto Velho/RO, p.4, 31 de ago. 1993.

JORNAL DO BRASIL. Lutzenberger contra usinas hidrelétricas na Amazônia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro/RJ, 15 abr. 1991.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Manifestação da Equipe de Avaliação do POLONOROESTE sobre a invasão da T.I. Igarapé Lourdes. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, página, 19 abr. 1985.

O ESTADÃO DO NORTE. Porto Velho, 20 mai, 1988.

_____ Porto Velho, 30 mar, 1993.

_____ Porto Velho, 11 nov, 1993.

LEAL, P.N. *O outro braço da cruz*. Porto Velho/RO: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1984 (?).

LEONEL JR., M.M. *Relatório de Avaliação da Situação dos Gavião (Digüt) – P.I. Lourdes*. [S.l.]: FIPE, novembro de 1983.

_____ *Relatório Complementar de Avaliação das Invasões no Posto Indígena Lourdes (PIL), dos índios Gavião e Arara (Karo)*. [S.l.]: FIPE, agosto de 1984.

- _____ *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, IAMÁ e FAPESP, 1998.
- _____ O segundo retorno de Alamãa. IN: MINDLIN, B. & Narradores Gavião. *Couro dos Espíritos*. São Paulo: Editora SENAC; Editora Terceiro Nome, 2001.
- MAB. *Terra, sim. Barragens, não*: I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Goiânia/GO, 1989.
- MACHADO, P.A.L. Regulamentação do Estudo de Impacto Ambiental. IN: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- MAGALHÃES, S.B. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. IN: SEVÁ, O.(org). *Tenotã-mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo/SP: International Rivers Network, 2005.
- MARTINS, J.S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo/SP: HUCITEC, 1997.
- McCULLY, P. Contra-ataque! Choque da Comissão Mundial de Barragens estimula a indústria de grandes barragens a ação, In: SEVÁ, O.(org). *Tenotã-mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo/SP: International Rivers Network, 2005.
- MINDLIN, B.e Narradores Gavião. *Couro dos Espíritos*. São Paulo/SP: Editora SENAC e Editora Terceiro Nome, 2001.
- MILIKAN, B. A experiência contemporânea da fronteira agrícola e o desmatamento em Rondônia. IN: DIEGUES, A.C.(org). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo/SP: NEPAUB, 1999.
- MOORE, D. *Relatório sobre o Posto Indígena Lourdes da Oitava Delegacia Regional*. New York/EUA, dezembro de 1978.
- _____ *Relatório de Pesquisa de Campo na Reserva dos Índios Gavião e Arara em Rondônia. Maio e Junho de 1987*. Belém/PA, outubro de 1987.
- MORET, A. *Biomassa Florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade*. Tese de Doutorado em Sistema de Planejamento Energético, Faculdade de Engenharia Mecânica, Unicamp, Campinas/SP, 2000, quantas páginas.
- NEVES, J.G. Em defesa do Rio Machado e sua gente, os índios da etnia Arara e Gavião avisam: não queremos barragens. *Relatório da visita às aldeias Arara e Gavião, março de 2006*. Ji-Paraná, 2006.

NOBREGA, R.S. Barragem de Merowe: violação de direitos e danos ambientais. *Jornal IROHIN*. Brasília/DF, ano XII, nº22, p. 23.

_____ & DUTRA, P. História da África avança em Ji-Paraná – RO. *Jornal IROHIN*. Brasília/DF, ano XII, nº 20. p. 22.

NOVOA, L. Consenso privado impõe as regras de licenciamento de projetos de infra-estrutura. Artigo disponível em: www.correiodacidadania.com.br/content/view/1418/68. Consultado em 15 de março de 2008.

OLIVEIRA, R.C. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro; Editora Universidade de Brasília, 1978.

_____ A noção de “colonialismo interno” na etnologia. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro; Editora Universidade de Brasília, 1978.

_____ Etnicidade, eticidade e globalização. Conferência ministrada na XX Reunião Brasileira de; Antropologia, realizada na Universidade Federal da Bahia, em Salvador no dia 14 de abril de 1996, como abertura do evento.

_____ *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

OTT, A. Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFORO em Rondônia; Tese de Doutorado do Programa de Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2002.

PERONDI, B. *Conhecimento e Patrimônio Indígena: o caso da hidrelétrica Paranatinga II*. Monografia de Graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, UnB, 2006,

PIMENTA, J. A história oculta da floresta. Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. *Linguagens Amazônicas*. Rio Branco/AC, nº2, s.d.

PINHEIRO, M.F.B. *Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*. Dissertação de Mestrado em Sistema de Planejamento Energético, Faculdade de Engenharia Mecânica, UNICAMP, Campinas, 2007.

PINTO, F. Em busca do eldorado: um ambicioso programa agrícola dá novo impulso à BR 364. *Revista Interior*. nº. 53, Novembro/Dezembro de 1983.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder y clasificación social, in *Journal of World-Systems Research*, VI:2 (Summer/Fall 2000), pp. 342-386.

RAMOS, A.& ALBERT, B. *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RAUPP, V. Pronunciamento. Brasília, 16 de agosto de 2007.

REVISTA FURNAS, ano XXXI, Nº 318 n, março de 2005.

RODRIGUES, A.D. *As Línguas Brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

ROY, A. The greater common good. In: ROY, A. *The cost of living*. London/UK: Flamingo, 1999.

SANTANA, J. *O abandono do estado de Rondônia pelo governo federal*. Publicação particular, 1992.

GARCIA DOS SANTOS, L. Quando o conhecimento científico se torna predação *hight-tech*; recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. In: SOUZA SANTOS, B.(org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

_____. Apresentação. In: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SANTOS, S.C. & NACKE, A. Apresentação. In: SANTOS, S.C. & NACKE, A. (orgs). *Hidrelétricas e povos indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SANTOS, S. C. & NACKE, A. (orgs). *Hidrelétricas e povos indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SCHMINK, M.& WOOD, C.H. *Contested frontiers in Amazonia*. New York/ USA: Columbia University Press, 1992.

SCHWARTZMAN, S. & MALONE, M. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o Setor Energético. IN: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SEEGER, A. & VIVEIROS DE CASTRO, E. Terras e territórios indígenas no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. nº 12, p. 101-109, 1979.

SEVÁ Fº., A.O. Obras na Volta Grande do Xingu – Um Trauma Histórico Provável? IN: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

_____ Ecologia ou política no Xingu?. *Série Documentos*. São Paulo. Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 4, nº junho de 1990.

_____ Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos. IN: II ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS(Comunicação apresentada no GT História, Sociedade e Meio-Ambiente), Indaiatuba/SP, 2004.

_____ Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. IN: SEVÁ, O(org). *Tenotã-mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SIGAUD, L. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação do Programa de Pós-Graduação do Programa Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, p. 1-116, 1986.

_____ Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico. IN: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

_____ O Caso das Grandes Barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 18-40, 1992.

SILVA, M.F. *Romance de primas e primos: uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari*. Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

SIQUEIRA, C.H.R. *A Alegoria Patriarcal*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, CEPPAC, UnB, Brasília, 2007.

SOUZA, A. Os Trabalhadores da Amazônia Paraense e as Grandes Barragens. IN: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SOUZA, J.O.C. Desenvolvimento regional, hidrelétricas privatizadas e comunidades indígenas na bacia do rio Uruguai. IN: SANTOS, S. C. & NACKE, A. (orgs). *Hidrelétricas e povos indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SOUZA SANTOS, B.(org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

.TAUSSIG, M. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé, identidade e sustentabilidade*. Tese de doutorado em Ciências Socioambientais. Belém, NAEA/UFPA, 2004.

THEMAG. Relatório Final da Reavaliação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Ji-Paraná. *Estudos Finais*. Volume 1. [S.l.], 2007a.

_____. Tomo IV/V. Relatório Final da Reavaliação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Ji-Paraná. *Estudos Finais*. Apêndice D. Avaliação Ambiental. Volume I. 2007b.

VAINER, C.B. & ARAUJO, F.G. Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico; estratégias das populações atingidas. *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo, CEM, ano II, nº6, 1990.

VAINER, C.B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. *Travessia- Revista do Migrante*, Maio-Agosto/96.

_____. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. IN: GARCIA CASTRO, M.(org.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

_____. *O conceito de atingido: uma revisão dos debates e das diretrizes*. Rio de Janeiro: no prelo. 2003.

_____. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, 21 (59), São Paulo: USP, 2007.

VELHO, O.G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VILHENA, J. & SIQUEIRA, J.P. *Os pioneiros: história, curiosidades e relatos inéditos*. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001.

VISVANATHAN, S. Entre a cosmologia e o sistema: a heurística de uma imaginação dissidente, In: SOUZA SANTOS, B. (org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. On the annals of the laboratory state. IN: VISVANATHAN, S. *A carnival for science*. Essays on Science, Technology and Development. Delhi: Oxford University Press, Calcutta, Chennai, Mumbai, 1997.

VISVANATHAN, S. *A carnival for science*. Essays on Science, Technology and Development. Delhi: Oxford University Press, Calcutta, Chennai, Mumbai, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, E. & ANDRADE L.M. M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. IN: SANTOS, L.A. & ANDRADE, L.M.M. (orgs). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

_____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. IN: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

_____. Imagens da natureza e da sociedade. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

_____. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K & PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. IN: ZHOURI, A, SIANO, D & LASCHEFSKI, K.(orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, A, SIANO, D & LASCHEFSKI, K.(orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, A.& OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. IN: ZHOURI, A, SIANO, D & LASCHEFSKI, K.(orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZUCARELLI, M. De Usina Irapé à Usina Presidente Juscelino Kubitschek: Implicações da lógica desenvolvimentista nas práticas do licenciamento ambiental. I ENCONTRO Ciências Sociais e Barragem. Rio de Janeiro, junho de 2005.

_____. O papel do termo de ajustamento de conduta no licenciamento ambiental de hidrelétricas. III Encontro da ANPPAS. 23 a 26 de maio de 2006. Brasília.